

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-graduação em Psicologia

Flaviane da Costa Oliveira

**BATALHAS VIRTUAIS PELA MEMÓRIA: uma análise psicossocial da memória  
histórica do regime militar no Brasil**

Belo Horizonte  
2019

Flaviane da Costa Oliveira

**BATALHAS VIRTUAIS PELA MEMÓRIA: uma análise psicossocial da memória  
histórica do regime militar no Brasil**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito à obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social  
Linha de Pesquisa: Cultura, Modernidade e Subjetividade

Orientadora: Profa. Dra. Ingrid Faria Gianordoli Nascimento

Coorientador: Prof. Dr. Rafael Moura Coelho Peclly Wolter

Belo Horizonte  
2019

150	Oliveira, Flaviane da Costa.
O48b	Batalhas virtuais pela memória [manuscrito] : uma análise psicossocial da memória histórica do regime militar no Brasil
2019	/ Flaviane da Costa Oliveira. - 2019. 261 f. : il. Orientadora: Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento. Coorientador: Rafael Moura Coelho Pecly Wolter.
	Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia
	1. Psicologia – Teses. 2. Memória coletiva – Teses. 3. Representações sociais - Teses. 4. Cibercultura - Teses. 4. Brasil – História – 1965-1985 - Teses. I. Gianordoli-Nascimento, Ingrid Faria . II. Wolter, Rafael Moura Coelho Pecly . III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



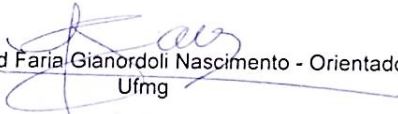
## FOLHA DE APROVAÇÃO


**Batalhas virtuais pela memória: uma análise psicossocial da memória histórica do regime militar no Brasil**

**FLAVIANE DA COSTA OLIVEIRA**

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em PSICOLOGIA, área de concentração PSICOLOGIA SOCIAL, linha de pesquisa Cultura, Modernidade e Processos de Subjetivação.

Aprovada em 14 de março de 2019, pela banca constituída pelos membros:

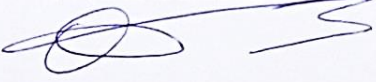
  
Prof(a). Ingrid Faria Gianordoli Nascimento - Orientador  
Ufmg

  
Prof(a). Maria Isabel Antunes Rocha  
UFMG

  
Prof(a). Angela Maria de Oliveira Almeida  
UNB

  
Prof(a). Maria de Fátima de Souza Santos  
UFPE

Prof(a). Themistoklis Apostolidis  
Aix-Marseille universite

  
Belo Horizonte, 14 de março de 2019.

## AGRADECIMENTOS

Sou grata a todos que contribuíram durante minha trajetória de formação acadêmica e aqueles que se fizeram presentes nos momentos de desafios pessoais. Hoje celebro! Os percalços foram superados contando com o apoio de muitos, e, felizmente, as intercorrências do caminho se converteram em catalisadores de meu amadurecimento.

Essa sessão de agradecimentos reflete aspectos de minhas relações pessoais e microsociais, mas a dimensão macrossocial não poderia aqui ser esquecida. A formação de nível superior foi possível em minha vida graças ao Programa Universidade para Todos (PROUNI), política pública que modificou minha realidade, permitindo a uma jovem vinda de família pobre alcançar a universidade. Por isso, agradeço, inicialmente, aqueles que idealizaram e executaram este programa. Ter sido beneficiária dessa política pública inclusiva estimulou meu compromisso pessoal de luta para que novas gerações também gozem desse direito básico, a educação pública de qualidade. Alcançar a pós-graduação e o doutorado não é fruto de esforço individual, mas efeito de lutas sociais travadas por anos por indivíduos e grupos. Uma luta que cabe a minha geração continuar. Fui bolsista PROUNI em minha graduação, e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em parte do mestrado e integralmente no doutorado, sendo incentivos cruciais que merecem destaque aqui.

A defesa dessa tese de doutoramento brinda um ciclo de oito anos no ambiente da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no qual ampliei conhecimentos e redes de pesquisa, trabalho, parcerias e amizades. Aos poucos, pude me apaixonar por novas questões de pesquisa e renovar minha esperança na transformação social que a academia pode fomentar na realidade. Universidade que se transforma e abraça a sociedade em suas diferenças e dificuldades. Logo, estudar temas históricos no âmbito da psicologia, como proposto nesse trabalho, remete diretamente a conjuntura político-social que vivenciamos hoje e escancara que não se trata apenas de (re)pensar o passado. O tempo presente revela a fragilidade dos avanços democráticos e das conquistas sociais recentes, bem como a urgência de estarmos atentos e mobilizados. As dificuldades impostas pelas questões de pesquisa – muitas diante das quais não havia referências consolidadas no campo da Psicologia Social – somente puderam ser superadas diante de esforços reflexivos e de grande criatividade de colegas docentes e discentes, que gentil e generosamente, contribuíram com este trabalho.

Agradeço a minha orientadora Ingrid Faria Gianordoli Nascimento que me incentivou e acolheu em momentos de angústia. Mais uma vez aprendemos juntas sobre como a vida continua, e que mesmo em momentos de desestabilização emocional é preciso reunir forças e

manter o equilíbrio, pois o amanhã sempre nos permite novos passos. Sua presença me impulsionou a arriscar em territórios desconhecidos, motivando e apostando em minhas ideias, me incentivando a seguir. *“La vie, c'est comme la bicyclette: il faut avancer pour ne pas perdre l'équilibre”* (Albert Einstein). O grupo de trabalho que você lidera, e que integro, colaborou de forma brilhante com esta investigação e no desenvolvimento do trabalho. Agradeço por me proporcionar esse ambiente de crescimento. Nosso encontro ao longo desses anos de formação, desde o mestrado em 2011, forjaram oportunidades especiais de amadurecimento e o belo presente da sua amizade.

Agradeço ao meu coorientador, Rafael Moura Coelho Pecly Wolter, pelo apoio, indicando leituras cruciais para a ampliação do aporte teórico desta pesquisa, principalmente no que se refere a abordagem psicossocial da memória e à Teoria das Representações Sociais. Sua atenção e rigor como integrante da banca de qualificação e ao longo das orientações conferiram qualidade diferenciada às proposições, dando a segurança de que necessitava ao longo da construção do trabalho.

Agradeço a professora Denise Jodelet que gentilmente reuniu-se conosco no Rio de Janeiro, durante encontro na UERJ. Algumas das escolhas analíticas e percepções sobre os resultados nasceram nesse encontro e integram este texto. Sua abertura e disponibilidade para discutir o tema da cibercultura me deu ainda mais confiança para realização da pesquisa. Sua energia e generosidade acadêmica foram marcantes e ampliaram ainda mais minha admiração.

Agradeço aos professores do PPG-PSI UFMG com os quais dialoguei em disciplinas e em espaços informais de estudo, com destaque para o Professor Adriano Nascimento pelas leituras e percursos metodológicos indicados; e para as professoras Ariane Corradi e Cláudia Mayorga pelas contribuições e trocas ao longo das disciplinas cursadas. Também agradeço aos discentes com quem convivi, em especial, Rita Leite, Alessandra Assumpção e Éder Nogueira, com quem dividi desafios nas disciplinas cursadas.

Agradeço à Professora Maria Guiomar, da Escola de Ciência da Informação da UFMG, que gentilmente participou da banca de qualificação deste projeto, fazendo críticas importantíssimas para o desenvolvimento da pesquisa. Suas indicações de literatura no campo de estudo da cibercultura e memória foram determinantes.

Agradeço à Professora Angela Maria de Oliveira Almeida por aceitar o convite para compor a banca de defesa da tese. Sua presença me honra e inspira na caminhada como pesquisadora! Agradeço ao Professor Themis Apostolidis, por ter aceitado compor a banca avaliadora, sua disponibilidade e interesse foram motivações extras na reta final da escrita.

Também agradeço a professora Maria Isabel Antunes Rocha que aceitou prontamente compor a banca e contribuir para o avanço do trabalho.

Meu agradecimento à professora Maria de Fátima de Souza Santos, que conheci inicialmente como autora ainda na graduação. Desde então, minha admiração apenas cresceu ao tê-la como referência em minha escrita e ao me brindar com sua experiência metodológica e analítica em produções conjuntas. Sou muito grata por ela ter aceitado meu convite para compor a banca de defesa deste trabalho e pela colaboração e presença em meu percurso na pós-graduação.

Agradeço aos professores integrantes do grupo de trabalho da ANPEPP “Memória, Identidade e Representações Sociais”, pela troca e rede de apoio. Em especial ao Prof. Dr. Celso Sá (*in memoriam*) pelos conhecimentos que deixaram a teoria mais viva e indissociável da realidade social.

Agradeço aos amigos do Grupo de estudos Provoações Psicológicas de Montes Claros/MG, em especial, Danillo Lisboa, que me brindaram com reflexões importantíssimas na fase final de minha escrita.

Sou eternamente grata a amiga-irmã Jaíza Cruz, companheira desde o mestrado, parceira e revisora atenta de minhas produções, seu olhar cuidadoso foi um presente inspirador para minha caminhada e me fizeram mais forte! Agradeço à amiga Janaína Campos cuja dissertação trouxe algumas das primeiras questões que motivaram esta investigação. Sou grata a Luiz Vinhal, companheiro de estudo da cibercultura, sua parceria me fez mais corajosa e empreendedora, suas questões me levaram a avançar, sua amizade me conforta e anima, conte sempre comigo irmãozinho. À Andrea Marques, também revisora do texto, você é inspiradora, sua amizade e parceria foram presentes da academia para a vida. Aos integrantes do núcleo de pesquisa “Memórias, Representações e Práticas Sociais”, em especial, aos amigos Lucas Carvalho, Rodolfo Leal, Letícia Faleiro, Aline Hellen, Sara Angélica, Walter Miez e Gislaine Motti, vocês fizeram do caminho mais frutífero e menos solitário, aplacaram minhas angústias e contribuíram inúmeras vezes nas reflexões que compõe este texto e durante a coleta dos dados da pesquisa. A dedicação interessada de vocês me levou mais longe!

Aos amigos, em especial, Leziane Parré, Douglas Lima, Felipe Arthur e Júnio Rezende, agradeço o cuidado e o afeto cruciais ao longo do caminho! Que nosso encontro seja sempre momento de recarregar energias e que o apoio recíproco nos possibilite voos mais altos sempre!

Agradeço a Deus pela segurança e força durante esses anos, foram momentos de encontros e desencontros, tristeza, angústia, perdas e desafios pessoais que foram apaziguados

na sua presença. Agradeço a minha família, especialmente, meu sobrinho, Bruno, minha mãe, Ângela e minha tia, Lúcia, cuja amizade me deu ânimo e segurança.

Sou grata, ainda, a minha avó Terezinha Gonçalves (*in memoriam*), pois senti sua presença e apoio sempre comigo. Esta conquista é dedicada à senhora.



Caso focalizemos as teorias relativas à representação social, sustento desde sempre que é preciso captar fenômenos em seu estado nascente. As comunidades on-line (sic) e a cibercultura em seu sentido mais amplo são um fenômeno em estado embrionário. Essas “auto-estradas de informação” veiculam representações – eis o que me parece uma noção essencial a conservar, porque onde há *revolução*, existe o fato de poder comunicar representações e de compartilhá-las instantaneamente. Elas são um fundamento da comunicação e das redes comunicativas.

***Serge Moscovici***

*Entrevista - Memórias, rituais e ciber-representações.*  
*Livro Memória cotidiana: comunidade e comunicação na era das redes*  
*(Casalegno, 2006, p. 78, grifos do autor)*

## Resumo

Este trabalho enfoca a composição de saberes na cibercultura, buscando compreender, a partir da Abordagem Psicossocial da Memória e da Teoria das Representações Sociais, a construção da memória histórica documental acerca do regime militar no Brasil (1964-1985). Trata-se de estudo qualitativo, tendo como fontes: vídeos, suas transcrições e comentários públicos postados no YouTube Br, além de respostas de usuários da plataforma a um questionário virtual. O *website* possui aproximadamente 850 mil vídeos sobre o tema, o que demonstra o interesse dos internautas pelo assunto. Para esta pesquisa, foram selecionados vídeos com mais de 200 mil visualizações ou repetidos entre os primeiros listados ao longo das buscas, totalizando 35 vídeos. O trabalho divide-se em três estudos: 1. Os conteúdos dos vídeos e a mobilização social dos documentos; 2. Debates entre usuários nos comentários dos vídeos analisados; 3. Representações sociais sobre o regime militar para usuários do YouTube Br. O estudo 1 revelou a presença majoritária de produções que descrevem ou nomeiam o período do governo militar como “ditadura”, conectando eventos passados com o presente. A análise lexical, com auxílio do *software* IRAMUTEQ®, revelou dois conjuntos de classes de palavras. Por um lado, os conteúdos materializam aspectos estruturais e institucionais do período (Classes 1 e 2); por outro, apresentam processos de categorização e disputas em torno de aspectos sociais, tais como: depoimentos de atingidos pelo regime, prisão, repressão, censura e questões relativas à guerrilha (Classes 3, 4 e 5). No estudo 2, as classes resultantes da análise lexical dos comentários foram agrupadas em 21 temáticas principais. Tais temáticas apontam: aspectos diferenciados dos conteúdos dos vídeos ao descrever a época como “boa” e debater os lados positivos e negativos do período. As temáticas também se debruçam sobre a nomeação da época como “ditadura” ou “regime” e focam principalmente na possível “ameaça comunista”, que encontraria ressonância no contexto político atual. O estudo 3 trata dos resultados da aplicação de questionário virtual a 77 internautas. A tarefa de evocação livre possibilitou a percepção do embate entre dois grupos sociais, agrupáveis em relação à orientação política. Assim, hipotetizamos a presença de dois polos de sentido. O polo 1, com orientação política majoritariamente entre centro e esquerda, reúne atitudes negativas em relação ao período e tendo como elementos centrais da representação social do regime a tortura e a ditadura. Já o polo 2, com orientação política predominantemente à direita ou sem orientação, vincula atitudes positivas ao regime militar e aponta o possível sistema central da representação formado dos elementos: segurança, ordem, educação, progresso, respeito, patriotismo e saúde. A investigação confirma que espaços virtuais podem se tornar lugares de memória, pois a

mobilização dos documentos e a vontade de memória em torno do tema fomentam a construção de saberes que conectam passado e presente, e nos ajudam a compreender dinâmicas sociais e políticas contemporâneas. A presença do anticomunismo e a identificação do regime como “época boa” demonstra que a memória da ditadura ainda se encontra em construção e alerta para a necessária proteção da democracia.

Palavras-chave: Memória Social. Representações Sociais. Cibercultura. Ditadura. IRAMUTEQ.

## Abstract

This research focuses on the knowledge composition on the cyberculture. In order understand, from the Psychosocial Approach to Memory and Theory of Social Representations, the constructions of documental historical memory in the Brazilian military regime (1964-1985). This is a qualitative study which used the following sources for analysis; videos, transcriptions, public online commentaries which were available on YouTube-Br and the platform's users responses to an online questionnaire. The *website* has approximately 850,000 videos on the theme, which demonstrates the users interest on this discussion. For this research, we selected videos with more than 200 thousand views or repeated among the first listed throughout the searches, totaling 35 videos. This work has three studies: 1. The content and the social mobilization of the videos and documents; 2. Discussions amongst the users in the commentary of the analyzed videos; 3. The social representations about the military regime for YouTube-Br users. The study 1 revealed a majority presence of productions that describe or name the period of military government as a "dictatorship" connecting past events to the present. The lexical analysis, using IRAMUTEQ® software, revealed two sets of word classes. On the one hand, the contents materialize structural and institutional aspects of the period (Classes 1 and 2); on the other hand, the contents present processes of categorization and disputes about social aspects, such as testimonies of those affected by the regime, imprisonment, repression, censorship and issues related to the guerrilla (Classes 3, 4 and 5). In study 2, the classes resulting from the lexical analysis of the comments were grouped into 21 main themes. These themes point to different aspects from the content of the videos when it describes the time as "good" and discuss the positive and negative sides of the period. The categories also encompass the definition of that time as "dictatorship" or "regime" and focus mainly on the possible "communist threat" that would find resonance in the current political context. Study 3 analyzed the results of the virtual questionnaire applied to 77 Internet users. The task of free evocation allowed the perception of the confrontation between two social groups, which were grouped accordingly to the political orientation. Thus, we hypothesized the presence of two poles of meaning. Pole 1, the political orientation mostly between the Centre and Left, it encompassed negative attitudes in relation to the period and had its central elements of the social representation of the regime by torture and dictatorship. Pole 2, with political orientation predominantly to the right or without orientation, associated positive attitudes to the military regime and indicated the possible central system of the representation formed by the elements: security, order, education, progress, respect, patriotism, and health. This research confirms that

virtual spaces can become places of memory due to the mobilization of documents and the will of memory around the theme that foster the construction of knowledge. This connects past and present and helps us to understand social dynamics and contemporary policies. The presence of anti-communism and the identification of the regime as "good time" shows that the memory of the dictatorship is still under construction and warns us of the necessary protection of democracy.

Keywords: Social Memory. Social Representations. Cyberculture. Dictatorship. IRAMUTEQ.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição relativa aos aspectos teórico-metodológicos das produções sobre internet/cibercultura.....	85
Tabela 2 - Total bruto de vídeos, segundo frequência de visualização (sem limpeza temática, de formato ou repetições) .....	102
Tabela 3 - Distribuição das datas de publicação dos vídeos, por semestre. ....	110
Tabela 4 - Distribuição da presença de especialistas como suporte de diferentes tipos de narrativa.....	118
Tabela 5 - Sexo dos respondentes do questionário virtual .....	166
Tabela 6 - Grupos etários dos respondentes do questionário virtual.....	167
Tabela 7 - Escolaridade dos respondentes do questionário virtual.....	169
Tabela 8 - Orientação política dos respondentes do questionário virtual.....	170
Tabela 9 - Participação política dos respondentes do questionário virtual.....	170
Tabela 10 - Nomenclatura para o período, segundo usuários do YouTube Br. ....	177
Tabela 11 - Nomenclatura para o período, segundo usuários do YouTube Br, distribuição por polos de sentido. ....	178
Tabela 12 - Duração do período histórico conhecido como regime militar, segundo usuários do YouTube Br. ....	178
Tabela 13 - Evento que marca o início do regime militar, segundo usuários do YouTube Br. ....	179
Tabela 14 - Motivos para a ocorrência do período, segundo usuários do YouTube Br. ....	180
Tabela 15 - Apoio populacional aos militares na época, segundo usuários do YouTube Br. ....	180
Tabela 16 - Pessoas contrárias ao regime, segundo usuários do YouTube Br. ....	181
Tabela 17 - Coisas boas e ruins que o regime fez pelo país, segundo usuários do YouTube Br, distribuição por polos de sentido.....	182
Tabela 18 - Justificativas para os efeitos do regime, segundo usuários do YouTube Br. ....	183
Tabela 19 - Meios de acesso ao tema regime militar, segundo usuários do YouTube Br (N=77). ....	184
Tabela 20 - Meios mais importantes para o debate do tema regime militar, segundo usuários do YouTube Br.....	185

Tabela 21 - Principais motivação para buscar vídeos sobre o tema regime militar, segundo usuários do YouTube Br (N=77). .....	186
Tabela 22 - Impacto do vídeo(s) sobre a opinião, sentimentos e informações, segundo usuários do YouTube Br (N=77). .....	187
Tabela 23 - Crença de que o ambiente virtual influencia o debate ou participação política no Brasil, segundo usuários do YouTube Br (N=77). .....	188

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Impacto das temáticas recorrentes nos comentários dos vídeos (N=29).....	151
Gráfico 2 - Distribuição cronológica das respostas de usuários do YouTube Br ao questionário virtual sobre a memória do regime militar. ....	164
Gráfico 3 - Coisas boas e ruins que o regime militar fez pelo país, segundo usuários do YouTube Br. ....	182
Gráfico 4 - Frequência de uso do YouTube para acesso a vídeos relacionados ao regime militar, segundo usuários do YouTube Br.....	186



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro organizador das características das categorias de estudos “na” e “da” internet/cibercultura.....	84
Quadro 2 - Quadro geral de organização dos estudos .....	100
Quadro 3 - <i>Corpus</i> de vídeos do YouTube Br sobre a temática do regime militar no Brasil.	107
Quadro 4 - Características dos canais criadores dos vídeos vídeos participantes do estudo (em outubro de 2018).....	112
Quadro 5 - Distribuição da presença de historiadores como suporte de diferentes tipos de narrativa.....	114
Quadro 6 - Características do <i>corpus</i> de vídeos e seus emissores.....	115
Quadro 7 - Classes de palavras resultantes da CHD das 29 sessões de comentários analisadas .....	147
Quadro 8 – Possíveis elementos centrais da RS de regime militar para usuários do YouTube Br (N=77), por faixas etárias. ....	174
Quadro 9 - Possíveis elementos centrais da RS de regime militar para usuários do YouTube Br (N=77), por escolaridade. ....	174
Quadro 10 – Possíveis elementos centrais da RS de regime militar para usuários do YouTube Br (N=77), por orientação política. ....	175

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - “Um estudante de medicina cai na Cinelândia, ao ser perseguido por policiais   Evandro Teixeira”, em 21/06/1968 .....	120
Figura 2 - Estudante picha “Abaixo a ditadura” em protesto da Passeata dos 100 mil, Foto de Evandro Teixeira, em 26/06/1968. ....	121
Figura 3 - “A passeata dos 100 mil, pela lente do fotografo   Evandro Teixeira”, em 26/06/1968.....	122
Figura 4 - “O ‘suicídio’ do jornalista Vladimir Herzog”. Foto de Silvaldo Leung Vieira, em 25/10/1975.....	123
Figura 5 - Menina recusa-se a cumprimentar o presidente Figueiredo, Foto de Guinaldo Nicolaevsky, em setembro de 1979.....	124
Figura 6 - Dendrograma de Classes, <i>corpus</i> de vídeos (N=35) sobre regime militar/ditadura, presentes no YouTube Br .....	127
Figura 7 - Relações entre as classes de palavras, procedimento de CHD (N=35 vídeos).....	141
Figura 8 - Esquema de organização das temáticas recorrentes nos comentários dos vídeos (N=29), distribuição por tipo de narrativa. ....	160
Figura 9 - Representação social de regime militar para usuários do YouTube Br (N=77) ....	172
Figura 10 - Representação social de regime militar para usuários do YouTube Br, Polo de sentido 1 (N=29).....	190
Figura 11 - Representação social de regime militar para usuários do YouTube Br, Polo de sentido 2 (N=44).....	191

## LISTA DE SIGLAS

AI-5	Ato Institucional número 5
ALN	Aliança Libertadora Nacional
ANPEPP	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ARPA	Advanced Research Projects Agency
BIREME	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CETIC	Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação
CGI.br	Comitê Gestor da Internet do Brasil
CHD	Classificação Hierárquica Descendente
COEP - UFMG	Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais
DOI-CODI	Destacamento de Operações e Informações-Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
LAI	Lei de Acesso à Informação
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
NIC.br	Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PePSic	Periódicos Eletrônicos de Psicologia
PPG-PSI UFMG	Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais
PSD	Partido Social Democrata
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal

PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RBS	Rede Brasil Sul de Televisão
RS	Representações Sociais
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
SCB	Schémas Cognitifs de Base (Esquemas Cognitivos de Base)
Scielo	Scientific Electronic Library Online
SNI	Serviço Nacional de Informações
ST	Segmentos de Texto
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TRS	Teoria das Representações Sociais
UCE	Unidades de Contexto Elementares
UCI	Unidades de Contexto Inicial
UDN	União Democrática Nacional
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNE	União Nacional de Estudantes
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>23</b>
	<i>1.1 Objetivos.....</i>	<i>29</i>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>31</b>
	<b>2.1 Memória e representações sociais: saberes construídos entre passado e presente 31</b>	
	<i>2.1.1 A Psicologia Social do conhecimento de Serge Moscovici .....</i>	<i>32</i>
	<i>2.1.2 A Psicologia Social da memória .....</i>	<i>36</i>
	<i>2.1.3 Aproximações entre Representações Sociais e Memória Social .....</i>	<i>42</i>
	<b>2.2 A pesquisa da memória histórica no Brasil.....</b>	<b>47</b>
	<i>2.2.1 O Regime militar no Brasil (1964-1985): passado presente na redemocratização</i>	<i>53</i>
	<b>2.3 Cibercultura: tempo e espaço de conexão .....</b>	<b>65</b>
	<i>2.3.1 Complexificando o real: novos cenários de interação da cibercultura .....</i>	<i>71</i>
	<i>2.3.2 Redes e relações sociais na cibercultura .....</i>	<i>75</i>
	<b>2.4 Aspectos teórico-metodológicos das pesquisas sobre a cibercultura no campo da Psicologia Social.....</b>	<b>80</b>
	<i>2.4.1 Representações e Memória Social na cibercultura.....</i>	<i>87</i>
<b>3</b>	<b>QUADRO GERAL DE ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDOS.....</b>	<b>98</b>
<b>4</b>	<b>ESTUDOS .....</b>	<b>101</b>
	<b>4.1 Estudo 1: Os conteúdos dos vídeos e a mobilização social dos documentos.....</b>	<b>101</b>
	<i>4.1.1 Método .....</i>	<i>101</i>
	<i>4.1.2 Resultados e discussão .....</i>	<i>107</i>
	<i>4.1.3 Conclusão .....</i>	<i>141</i>
	<b>4.2 Estudo 2: Debates entre usuários nos comentários dos vídeos analisados .....</b>	<b>144</b>
	<i>4.2.1 Método.....</i>	<i>144</i>
	<i>4.2.2 Resultados.....</i>	<i>146</i>
	<i>4.2.3 Discussão.....</i>	<i>150</i>
	<i>4.2.4 Conclusão .....</i>	<i>161</i>

<b>4.3 Estudo 3: Representações sociais sobre o regime militar para usuários do YouTube Br.....</b>	<b>162</b>
4.3.1 <i>Método</i> .....	163
4.3.2 <i>Resultados</i> .....	166
4.3.3 <i>Discussão</i> .....	189
4.3.4 <i>Conclusão</i> .....	193
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>195</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>203</b>
<b>GLOSSÁRIO .....</b>	<b>220</b>
<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>222</b>
<b>APÊNDICE B.....</b>	<b>228</b>
<b>APÊNDICE C .....</b>	<b>233</b>
<b>APÊNDICE D .....</b>	<b>234</b>
<b>APÊNDICE E.....</b>	<b>249</b>
<b>APÊNDICE F.....</b>	<b>253</b>
<b>APÊNDICE G .....</b>	<b>255</b>
<b>ANEXO A.....</b>	<b>261</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A forma como representamos o passado revela valores, tradições e práticas imersas em relações intergrupais. A importância do lembrar está presente no âmbito individual e coletivo. Individualmente, é a lembrança que conecta o sentido de nossa autoimagem e identidade, dando continuidade à experiência pessoal no tempo. Coletivamente, o registro e resgate dos acontecimentos é o que possibilita o acúmulo de conhecimento e a evolução dos modos de vida em sociedade (Pollak, 1992).

A memória é instância investigada por variados campos de conhecimento – Psicologia, Ciências Sociais, História, Filosofia, dentre outros – indo do âmbito individual e cognitivo, à sua construção social nas culturas (Middleton & Brown, 2006; Naiff & Naiff, 2010). Ainda que o movimento de registro e resgate de lembranças seja o que possibilita a composição de rituais, tradições e práticas sociais, os elementos preservados e socializados não são reproduções dos fatos vividos, tampouco são constituídos de forma neutra. As maneiras como os indivíduos constroem o conhecimento sobre a realidade refletem relações intergrupais e hierarquias de poder presentes na sociedade. Assim, há elementos silenciados e outros que serão priorizados na composição da memória social. A memória social não apenas representa o passado, mas trata da conexão entre passado, presente e futuro em dinâmicas micro e macrosociais (Sá, 2005; Pollak, 1989, 1992).

O interesse e valorização da memória, enquanto objeto de investigação científica, foram fortemente ampliados após a década de 1970 (Bosi, 1993). Isso parece responder a certo temor que as sociedades modernas desenvolveram em torno da possibilidade de uma perda coletiva de memória, a qual estariam sujeitas (Santos, 2003; Huyssen, 2000, Le Goff, 1996). Nora (1993) destaca, nesse sentido, que o risco da perda da memória tem relação com os processos de globalização e mundialização, uma vez que as instituições (Igreja, escola, família e Estado) não garantiriam mais a transmissão dos valores e tradições pela conservação. Haveria, portanto, no desejo pela memória, uma carga moral<sup>1</sup> imbuída no ímpeto de valorizar a lembrança dos seus, a fim de prevenir a repetição de violações impetradas contra grupos no passado, como no

---

<sup>1</sup> Em “*Elogio del olvido: Las paradojas de la memoria histórica*” (2015), o autor norte-americano David Rieff questiona o aspecto moral que se encontra na base da construção das memórias coletivas e dos processos de lembrança e esquecimento. Ele destaca como o esquecimento individual é valorizado e o esquecimento social é desprezado em nossa sociedade. Assim, o esquecimento deve ser visto como processo que pode vir a ser reivindicado ou necessário para sociedades que precisam se reconciliar após grandes tragédias e guerras, a fim de que indivíduos e grupos possam seguir em frente. Esta dinâmica não representaria em si impunidade, mas uma saída legítima, desejada e requerida por algumas populações, tal qual o desejo de lembrar se faz urgente em outros cenários.

caso do holocausto ou dos regimes autoritários na América Latina. Tal desejo reflete-se na propagação de monumentos, museus e documentos que visam preservar a memória, forçando a conservação da lembrança (Huysen, 2000).

Ainda assim, a manutenção de certas estruturas sociais e institucionais ao longo da história brasileira parece depor a favor daqueles que se referem ao brasileiro como um povo sem memória. Tais estruturas ainda dificultam a recordação de momentos difíceis da história do país, encobrendo alguns aspectos. Como salienta Reis Filho (2004), a dificuldade em conciliar os princípios democráticos atuais com o passado recente de autoritarismo, não é uma dinâmica exclusiva de nosso povo, sendo comum que passados rechaçados encontrem dificuldades em serem repensados no presente, gerando o que o autor chama de “problemas de memória” (p. 49). Esse movimento ocorre, por exemplo, entre os alemães em relação ao nazismo ou entre os russos com o comunismo da União Soviética.

Ao tratarmos a memória como construção social dos grupos, disputas intergrupais e relações de poder são tomadas como balizadores de verdadeiras “batalhas pela memória”<sup>2</sup> (Pollak, 1989, p. 4) que se fazem sentir no presente, conectando-se ao passado. As batalhas que nos interessam neste trabalho dizem respeito ao regime militar<sup>3</sup> no Brasil (1964-1985), um dos mais longos da América Latina. Trata-se de passado próximo, que ainda se faz presente por meio de muitos personagens que o protagonizaram e persiste em diversas estruturas sociais.

A conjuntura política e social atual parece retomar elementos que estavam em jogo no período que antecedeu o golpe militar de 1964, em fenômenos como o anticomunismo (Motta, no prelo) e nos pedidos de populares e de grupos organizados por intervenção militar. Assim, como salienta Jovchelovitch (2000), a ilusão de mudanças em nossa história pode invisibilizar a percepção das heranças e continuidades frente ao passado.

A recente retomada democrática no Brasil ainda convive com o fantasma do militarismo (Jovchelovitch, 2000) e do conservadorismo (Motta, no prelo), que recentemente tem ganhado maior visibilidade nas mídias, nas redes sociais e nas conversações cotidianas. A crise econômica e política movimentou a sociedade nos últimos anos, aumentando episódios de

---

<sup>2</sup> O título de nosso trabalho se inspira nessa expressão de Pollak (1989), acerca das diferentes versões de memória atreladas as dinâmicas intergrupais, o que pode indicar que a memória permanece em disputa na sociedade. Tal dinâmica leva, em alguns casos, às revisões de eventos passados e da narrativa histórica. Na ocasião do texto, Pollak (1989) falava do processo de “destalinização” (p. 4) nos países satélites da URSS, onde as mudanças na visão sobre Stalin levaram, por exemplo, a retirada de estátuas e homenagens à Stalin.

<sup>3</sup> Ao longo deste trabalho discutiremos as disputas em torno da nomenclatura do período presentes na historiografia e na sociedade. Adotamos a forma “regime militar” no título do trabalho, para favorecer a aproximação com investigações anteriores da memória histórica do período, no âmbito da Psicologia Social (Sá, Castro, Möller, Perez & Bezerra, 2008a; Sá, Oliveira, Castro & Möller, 2009a; e Sá, Oliveira, Castro, Vetere & Carvalho, 2009b). Ainda assim, não desconsideramos essa disputa semântica e seus efeitos nos processos psicossociais relacionados à construção de representações sociais (Moscovici, 2009).



protestos e a discussão da pauta política na esfera pública. O debate público resgata, assim, questões como a corrupção na política, o aparelhamento do Estado, o clientelismo (troca de favores por votos ou apoio político) e o corporativismo (Nunes, 2003), somados ao fisiologismo, hoje repaginado na chamada política “toma lá dá cá”<sup>4</sup>, que apesar de novas roupagens reflete queixas antigas da sociedade brasileira, seja em períodos democráticos ou autoritários.

No Brasil, o avanço de uma “nova” onda direitista (Motta, no prelo) conjuga elementos de “anticomunismo” e “antipetismo” (Motta, no prelo, p. 3) e se fortalece ao demonizar a esquerda política, exagerando seu poder e horrorizando-se com quaisquer projetos a ela, ou seja, à defesa de mudanças sociais, morais ou econômicas. Segundo o autor, o anticomunismo serve hoje para designar um movimento heterogêneo que mobiliza forças contra a esquerda ou aos projetos de combate às desigualdades. O anticomunismo historicamente se fortalece no século XX, após a Revolução Russa de 1917, tendo sido “dirigido contra o legado bolchevista e a influência soviética, mas, em muitos casos representa simplesmente uma recusa a toda forma de socialismo” (p. 4). Já em relação ao antipetismo, o movimento é mais específico incidindo contra o Partido dos Trabalhadores (PT) e o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva – ex-sindicalista que se destacou no final do regime militar, encabeçando greves e atos de trabalhadores, e que chegou à presidência em 2003, sendo reeleito e ocupando o cargo até 2011.

Historicamente, o anticomunismo no Brasil reuniu influências do liberalismo, cristianismo e nacionalismo (Motta, no prelo). Frente às denúncias de corrupção contra o PT e ao crescente sentimento de rejeição ao partido, essa aproximação entre anticomunismo e antipetismo busca estabelecer uma linha história que conecta o PT ao socialismo. Assim, vários atores se lançam na esfera pública, que também é digital, fomentando disputas e tendo forte impacto sobre as novas gerações.

Os pedidos pela “volta do regime militar” ou pela “intervenção militar no Brasil” ganharam espaço nos últimos anos, sendo noticiados pela mídia, bem como despontando no ambiente virtual enquanto objeto de disputa, fato facilmente exemplificado em buscas simples dos termos<sup>5</sup> na internet.

---

<sup>4</sup> <https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/10-passos-para-entender-o-8220-toma-la-da-ca-8221-na-politica-brasileira/>

<sup>5</sup> Em 13 de agosto de 2018, no principal buscador virtual utilizado no país, o Google, a pesquisa pela expressão “volta da ditadura” aparecia com aproximadamente 7.770.000 resultados (0,37 segundos) e “Intervenção militar” com aproximadamente 11.700.000 resultados (0,28 segundos). Segundo dados do próprio website, em 2018, para as buscas a partir da expressão “o que é”, o termo “intervenção militar” foi o segundo mais procurado pelo brasileiro, o que demonstra a relevância do tema investigado. Para mais resultados da pesquisa anual que revela os principais assuntos em alta nas buscas dos brasileiros e do mundo no ano de 2018, consultar <https://trends.google.com.br/trends/yis/2018/BR/>.

Por outro lado, a força da internet também serve a ideais democráticos e fortalece movimentos contrários às ideias autoritárias. No Brasil, o período de recente democracia é marcado por tentativas de efetivação de políticas de memória e da justiça de transição, visibilizadas em ações do Estado (Caravanas da Anistia, Comissão Nacional da Verdade etc.), mas, principalmente, fruto de lutas de movimentos políticos e de grupos sociais que também encontram nas mídias digitais formas de expressão e articulação.

A diversidade de fontes e tipos de materiais disponíveis no ambiente virtual permite o acesso e a busca de informações, sendo as redes sociais digitais ambientes que aproximam indivíduos com os mesmos posicionamentos, podendo, portanto, servir tanto a ideais autoritários, quanto democráticos (Castells, 2007).

Passados mais de cinquenta anos do golpe que deu início ao regime militar no Brasil (1964-1985), várias temáticas permanecem inexploradas, notando-se a presença de lacunas na compreensão de seus personagens e das dinâmicas sociais vivenciadas. As repercussões e controvérsias do período vêm sendo documentadas nos campos científicos, de produção cultural e no senso comum. Algumas pesquisas acerca do tema foram desenvolvidas por psicólogos sociais nos últimos anos (Sá, Castro, Möller, Perez & Bezerra, 2008a; Sá, Oliveira, Castro & Möller, 2009a; Sá, Oliveira, Castro, Vetere & Carvalho, 2009b; Gianordoli-Nascimento, Veloso, Silva, Cruz & Oliveira, 2012; Cruz, Gianordoli-Nascimento, Oliveira, Santos, Mendes, Freitas & Reis, 2015; Oliveira, Rocha, Breugelmans, Gianordoli-Nascimento & Cruz, 2017). Tais estudos focalizaram as versões de memória produzidas por estratos da população brasileira e por grupos atingidos pela perseguição do Estado. Ainda assim, a cibercultura não tem sido tomada como elemento de análise para a compreensão da memória dos governos militares.

Cientes de que a memória social se compõe na negociação de versões do passado entre os grupos – que constroem seus saberes impactados pelo acesso a diferentes bens culturais, informações acadêmicas, relações intergrupais, geracionais (Pollak, 1989; Sá, 2007) –, psicólogos sociais brasileiros têm se dedicado ao estudo de diferentes etapas da história do Brasil, alimentando o campo de estudos da memória social. Ao longo das últimas décadas, os trabalhos focaram diferentes fatos e períodos históricos brasileiros, cuja compreensão expande a apreensão de dinâmicas identitárias e representações sociais do passado.

Originalmente, esses pesquisadores se reuniam em torno do Grupo de Trabalho (GT) *Representações Sociais* da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), iniciado em 1990. Em 2008, passou a compor o GT *Memória, Identidade e Representações Sociais*. A orientadora desta tese integra esse GT e coordena o Grupo de

Pesquisa *Memórias, Representações e Práticas Sociais*, vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi junto a este grupo, que ao longo dos anos de formação na pós-graduação compus minha trajetória de pesquisa na interface entre Psicologia, História e Memória, atentando para os impactos, rupturas e continuidades estabelecidas em relação ao passado.

Acompanhou-me da pesquisa de mestrado o interesse pelos fenômenos de comunicação e pela mídia, que aos poucos, voltou-se ao ambiente virtual, em um momento crucial de discussão sobre o impacto das redes virtuais na esfera política. A experiência pregressa de investigar o tema Ditadura possibilitou-me importantes conhecimentos acerca desse período histórico. Questões como militância feminina, trajetórias de vida de familiares de militantes, a conjugação entre maternidade e militância, construção de estereótipos, subversão e perseguição política e as relações de violência e exclusão social já me mobilizavam academicamente há alguns anos. Esses fenômenos deixaram marcas definitivas na realidade brasileira, institucionalmente, politicamente ou mesmo nas relações pessoais.

Durante esse processo de formação, realizei investigações em *blogs* e outras plataformas virtuais que se mostraram vias de acesso interessantes – e ainda pouco explorados pelos pesquisadores do campo – às dinâmicas intergrupais e aos estudos de representações sociais do passado. Tais elementos anunciados em outros trabalhos são sintetizados nesta tese.

Os anos de doutoramento permitiram imersão no universo do tema, que por sua configuração apresentava duplo desafio. O desafio inicial esperado, o teórico-metodológico, levou-me a transitar e conhecer todo um universo de pesquisa na Psicologia e em áreas afins, o que favoreceu novos olhares sobre a pesquisa na cibercultura. Posteriormente, revelou-se o desafio no tratamento do tema investigado, polêmico e em efervescência nos últimos anos – alçado constantemente no cenário político, seja por atores contrários ou favoráveis à ditadura – o que elucidava aspectos cruciais da análise, mas também dava uma dimensão ao objeto que o tornava difícil de capturar. O cenário político-social que foi pano de fundo do desenvolvimento da tese, entre 2015 e 2019, coincidiu com o início do segundo mandato de Dilma Rousseff, pelo PT – uma ex-militante de oposição ao regime militar – a primeira presidenta do país, que enfrentaria um cenário de crise econômica e em seguida um processo de *impeachment*. Além disso, as investigações da chamada Operação Lava-Jato, iniciadas em 2014, levaram políticos a responderem a processos e condenações por corrupção, dentre eles o ex-presidente Lula preso em 2018, e importante figura do partido. O antipetismo crescente foi um dos elementos destacados no processo eleitoral de 2018, que termina com a eleição de Jair Messias Bolsonaro. Este último, ex-capitão do exército brasileiro e ex-deputado federal, ao longo de sua trajetória

política defendeu a atuação das forças armadas durante o regime militar, tendo votado pelo *impeachment* de Dilma, homenageando o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra<sup>6</sup> (indicado no relatório final da Comissão Nacional da Verdade (2014) como tendo “participação direta em casos de prisão detenção ilegal, tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver”).

Ao longo dos anos de pesquisa a mobilização de usuários nas redes sociais em torno da memória do período de governos militares no Brasil (1964-1985) foi se ampliando, tornando o campo de pesquisa movimentado e volátil. O amadurecimento desse trabalho revelou gradativamente a urgência da discussão empreendida, nos âmbitos acadêmico e social, o que floresceu partindo do campo da Psicologia Social – um campo de conhecimento e de promoção da mudança social, atento aos aspectos político-sociais que geram riscos à democracia. Assim, na convergência de interesses pela cibercultura, pela participação política e pela construção de saberes populares, focalizamos a temática do regime militar no Brasil, tomando-o enquanto recorte temático e ilustrativo da pesquisa da memória histórica (Sá, 2007, 2012a) no ciberespaço.

Ao acessar os produtos culturais de um grupo, encontramos mais do que informação histórica. É possível apreender valores e dinâmicas sociais que facilitam a compreensão de um tempo. A sociedade atual, marcada pelo uso da tecnologia, tem constituído novos palcos para a interação social e composição de saberes, tais como as redes sociais e as plataformas de compartilhamento de conteúdo. Tais espaços representam contextos de investigação em movimento constante na disputa de significados.

A velocidade com que equipamentos pensados inicialmente para uso militar invadiram o espaço privado, tais como os computadores (Lévy, 1999; Rüdiger, 2013; Lemos, 2015), revelam a rapidez de sua difusão. Ainda assim, a relação que se instaurou entre indivíduos e interfaces tecnológicas, ao longo do século XX, faz crer no surgimento de uma nova cultura, a cibercultura, em que o ser humano não apenas faz uso desses equipamentos, mas os integra às relações sociais que passam a ter outras dinâmicas de tempo e espaço (Mazzotti & Campos, 2011; Lemos, 2015).

---

<sup>6</sup> O voto proferido pelo então deputado Jair Bolsonaro: “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim”. O fato foi amplamente divulgado no período e comentado em redes sociais, como visto em reportagem de Mariana Della Barba e Marina Wentzel intitulada “Discurso de Bolsonaro deixa ativistas ‘estarcidos’ e leva OAB a pedir sua cassação” Disponível em [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415\\_bolsonaro\\_ongs\\_oab\\_mdb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb) Acessado 16 abril 2016.

O fenômeno das redes sociais virtuais ganhou espaço na década de 1990, com o advento da Web 2.0, que inaugurou novas formas de interação social simultânea, produção e compartilhamento de conteúdos. Também aos poucos, esses ambientes mostraram-se propícios à articulação de grupos em torno de pautas e lutas, revelando demandas individuais, coletivas, progressistas ou conservadoras.

Nos últimos anos, o crescimento de mobilizações sociais e discussões políticas no âmbito das redes sociais, revela que esse novo ambiente tem sido potente na construção e difusão de ideias e práticas sociais. Como sinaliza Castells (2007), na cibercultura a distribuição da informação é o que baliza as relações de poder. Essas relações podem refletir ou não valores democráticos, imersos e a serviço da lógica capitalista que gere e lucra com essas redes. No Brasil, o que se percebe é a coexistência de valores democráticos e autoritários (Motta, 2013) que alimentam contradições nas práticas sociais e instituições. Escolhemos o ambiente virtual para o desenvolvimento da pesquisa acreditando tratar-se de um meio rico em materiais e interações acerca do tema investigado, em que se destaca a busca por materiais videográficos, que muitas vezes complementam ou substituem informações vindas de outras fontes, ampliando o acesso principalmente entre os mais jovens.

Entre os jovens, ou seja, gerações que não viveram o período da ditadura, as memórias se constroem essencialmente a partir de interações no presente e valendo-se de recursos culturais, escolares e do testemunho de outros. O ambiente virtual surge, portanto, como espaço desafiador em termos metodológicos e teóricos frente ao campo de estudos da memória, elementos que procuraremos problematizar ao longo desta investigação.

## **1.1 Objetivos**

O objetivo geral desta pesquisa é compreender, a partir da Abordagem Psicossocial da Memória e da Teoria das Representações Sociais (TRS), a construção da memória histórica do regime militar no Brasil no ciberespaço, partindo da publicação e mobilização de vídeos da plataforma YouTube Br.

Delimitamos os seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever a produção videográfica acerca da ditadura/regime militar na plataforma virtual YouTube Br;
- b) Descrever os conteúdos que circulam no ambiente virtual do YouTube Br, acerca do regime militar no Brasil;

- c) Identificar representações e dinâmicas identitárias relacionadas à construção de memórias no ambiente virtual do YouTube Br;
- d) Compreender se a plataforma YouTube Br compõe um lugar de memória<sup>7</sup> para a temática do regime militar;
- e) Contribuir para o estudo da memória histórica documental na cibercultura.

A tese divide-se em cinco partes principais que situam o percurso da pesquisa. A primeira parte do texto, o referencial teórico (item 2), retoma aspectos teóricos que embasam a pesquisa, a saber, a Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2009, 1961/2012) e os estudos da memória social, enfatizando a abordagem psicossocial da memória e a memória histórica (Sá, 2005, 2007, 2012a, 2012b, 2013, 2015). Trata, ainda, do delineamento do fenômeno cibercultura e de suas teorias de leitura, bem como da aproximação do campo da Psicologia Social com este objeto, inclusive em seus desafios metodológicos. Destaca ainda o período do regime militar no Brasil enquanto objeto de investigação e como ponto de disputa no cenário político atual.

A parte seguinte (item 3) apresenta o quadro geral de organização dos estudos que compõem a tese e os recursos metodológicos empregados.

O item 4 é composto de três estudos. Cada estudo contempla o método empregado e os resultados encontrados que são discutidos com base em elementos teóricos. Assim, são descritos os conteúdos em circulação na esfera virtual, que (retro)alimentam as versões de memória construídas pelos grupos nos ambientes on-line e off-line.

O item 5 promove discussão geral dos aspectos apreendidos, conectando aspectos complementares entre os estudos desenvolvidos, traçando considerações finais da pesquisa, indicando suas limitações e possibilidades de investigações futuras.

---

<sup>7</sup> Ao longo deste trabalho, partimos do conceito desenvolvido pelo historiador francês Pierre Nora no texto *Entre memória e história: a problemática dos lugares* (1993) – traduzido do original francês *Les lieux de mémoire*, de 1984. “Lugar de memória” é conceito chave para o campo de estudos psicossocial da memória. Ao flexibilizar a noção de lugar, incluindo documentos, museus, acervos, celebrações etc., dá-se ênfase ao aspecto simbólico das construções sociais, imbuídas de “vontade de memória”. Ou seja, os grupos sociais devem simbolizar, imaginar, visitar ou conversar sobre esses lugares. Como o conceito será retomado em vários momentos desta tese, optamos por não grafá-lo entre aspas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Memória e representações sociais: saberes construídos entre passado e presente

A capacidade memorialística humana foi investigada pelos mais diversos ramos do conhecimento, da filosofia às ciências biológicas, da história à psicologia e neurociências. Enquanto instância individual, a memória remete a processos básicos de elaboração que permitem a construção de conhecimento, seja sobre o mundo, seja sobre si mesmo. Ainda que os processos cognitivos intrínsecos à memória humana possam ser tomados em termos universais, a socialização e os significados atribuídos à realidade dependem de trocas que se estabelecem em nível interpessoal e coletivo. Ao longo do século XX, compreender a memória como construção social tornou-se um argumento explorado pelos campos acima citados e mais recentemente por psicólogos sociais (Middleton & Brown, 2006; Naiff & Naiff, 2010). Mas como propor um estudo de memória histórica partindo do campo da Psicologia Social?

No âmbito da Psicologia Social brasileira, os trabalhos de Ecléa Bosi foram precursores ao inserir a questão da memória e sua relação com a sociedade, uma vez que a memória “é sim um trabalho sobre o tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo” (Bosi, 1993, p. 281). Desde a década de 1970, as ciências humanas apresentam interesse renovado pela memória (Bosi, 1993), ampliando-se trabalhos a partir da década de 1990, acerca da memória histórica de diferentes períodos no Brasil. Também ao longo dos anos de 1990, psicólogos sociais brasileiros ampliaram o desenvolvimento de pesquisas no campo de estudo das representações sociais e aos poucos se estreitou a relação entre os pesquisadores, alguns desenvolvendo estudos em ambas as frentes. A compreensão de que os estudos de representações sociais podem se beneficiar da articulação com os estudos de memória e identidade social, convergem na fundação do grupo de trabalho da ANPEPP, *Memória, Identidade e Representações Sociais*, em 2008.

Esta pesquisa propõe uma aproximação entre os campos de investigação da Teoria das Representações Sociais e da Memória Social, compreendendo os limites e contribuições impulsionados por esse encontro. Priorizamos suas conexões, na medida em que, ambas as teorias tratam da composição de saberes populares pelos grupos sociais, situados em tempos e espaços específicos. Tais conhecimentos conectam significados do passado com o presente, ao valer-se de tradições, valores, imagens e conceitos fundamentados na experiência de outras gerações.

Este texto soma-se às investigações dos fatos e períodos históricos brasileiros, sob o viés da Psicologia Social. Além de buscar a ampliação do conhecimento acerca dos modos como as pessoas se relacionam com o passado do país, pretende contribuir também para esclarecer aspectos das dinâmicas sociais atuais e que se desenvolvem no cenário virtual.

### *2.1.1 A Psicologia Social do conhecimento de Serge Moscovici*

Ao iniciar-se uma investigação científica é importante situar os contextos sociais e históricos dos quais partimos. Durante o século XX, o campo de estudos da Psicologia Social mostrou-se diverso e, em alguma medida, fragmentado. Tal característica parece refletir o contexto de sua origem. Como demonstrado por Farr (2008), a Psicologia Social tem raízes ocidentais que podem ser elucidadas a partir de horizontes históricos e filosóficos da própria Psicologia ainda no final do século XIX. O campo também pode ser encarado como desdobramento da Sociologia, tendo em vista a difícil separação disciplinar das áreas naquela época. O sociólogo Émile Durkheim esforçou-se em separar os interesses das áreas de conhecimento, consolidando a divisão entre representações coletivas e individuais e determinando a investigação das primeiras pela Sociologia e das segundas pela Psicologia.

A dificuldade de conciliar elementos explicativos, sociais e individuais, reflete-se também na proposta do alemão Wilhelm Wundt (1832-1920), precursor da Psicologia, ao separar dois projetos de investigação: uma psicologia individual, ciência experimental para estudo da mente, própria do campo das ciências naturais; e uma *Völkerpsychologie*, voltada para o estudo das coletividades e da cultura (Farr, 2008). A proposta devia-se em alguma medida à percepção de Wundt sobre a limitação de uma ciência experimental para o estudo da cultura.

No início do século XX, o individualismo fortaleceu-se na Psicologia Social. Uma vez que se considerava “difícil distinguir a mente e seu contexto social e cultural”, a “substituição da psique pelo organismo foi um passo preliminar importante no processo de se considerar a psicologia toda como um ramo das ciências naturais” (Farr, 2008, p. 41). A necessidade de ser compreendida enquanto ciência natural, distante do social – que na época era aproximado à ideia de socialismo –, fez com que essa roupagem positivista da psicologia ganhasse cada vez mais adeptos e a Psicologia Social de Wundt fosse abandonada (Farr, 2008).

Nos Estados Unidos da América (EUA), a Psicologia Social tornou-se ciência experimental do comportamento, assim, o behaviorismo fomentou certo individualismo no campo. Posteriormente, a influência da Gestalt trouxe a cognição para o foco do estudo,



convertendo a Psicologia Social em uma ciência experimental e cognitivista (Farr, 2008; Álvaro & Garrido, 2006). Em ambos os modelos, a perspectiva individualizante do fenômeno social era preponderante.

Segundo Farr (2008), a Psicologia Social moderna, ou seja, aquela nascida após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), é um fenômeno notoriamente norte-americano, ainda que muitas de suas bases tenham nascido na Europa e tenham migrado devido ao conflito. Foi nos EUA que duas filosofias, o positivismo e a fenomenologia, defrontaram-se no encontro de psicólogos da Gestalt e behavioristas, e deste encontro nasceu uma Psicologia Social cognitiva.

Essa riqueza de paradigmas é situada por Moscovici (2009) ao compreender a Psicologia Social não como ciência, disciplina ou campo organizado de conhecimento, mas como um “movimento de pesquisa e metodologia” (p. 128), tendo em vista os interesses múltiplos de seus pesquisadores. Moscovici (2009) não pretendia com essa afirmação criticar as teorias, mas demonstrar o quanto elas “estão presas às questões feitas e às respostas dadas, em um contexto específico. Nossas chances de progresso e renovação dependem de nossa habilidade de permanecermos abertos aos problemas de nossa realidade coletiva” (p. 127). Assim, Moscovici não se surpreendia com os produtos da Psicologia Social norte-americana, que por vezes compreendia o comportamento social em termos de demanda e oferta, formulando uma engenharia do comportamento humano.

Moscovici (2009) relata que para muitos autores há um consenso de que a Psicologia Social é a “ciência do comportamento social” (p. 146), fato que permite explicações individuais ou intraindividuais para a interação social. De tal modo que a área acaba perdendo em especificidade, replicando explicações para o comportamento individual. Para Moscovici:

O objeto central e exclusivo da Psicologia Social deve ser o estudo de tudo o que se refira à *ideologia* e a *comunicação*, do ponto de vista de sua estrutura sua gênese e função. O campo específico de nossa disciplina é o estudo dos processos culturais que são responsáveis pela organização do conhecimento em uma sociedade, pelo estabelecimento das relações interindividuais no contexto do ambiente social e físico, pela formação dos movimentos sociais (grupos, partidos, instituições), através dos quais os homens agem e interagem, pela codificação da conduta interindividual e intergrupala que cria uma realidade social comum com suas normas e valores, cuja origem deve ser novamente buscada no contexto social (Moscovici, 2009, p. 154, grifos do autor).

Nesse ponto, o objeto da Psicologia Social poderia tornar-se nebuloso, dado que outras áreas de saber também se interessam por esses tópicos, a saber, ideologia e comunicação. A diferença reside, como sinaliza Wolter (2011, p. 27), no tratamento do binômio Sujeito-Objeto, agora substituído por um “olhar *ternário*”. Como aponta Moscovici (2009), o interesse da

Psicologia Social deve residir num triângulo Sujeito-Outro-Objeto, elementos que são interdependentes, no “único esquema capaz de explicar e sistematizar os processos de interação” (p. 152-153).

Jovchelovitch (2008) retoma o esquema moscoviciano, enfatizando que o trabalho representacional situa-se “nos espaços de mediação que jazem no *entre* das relações intersubjetivas e interobjetivas” (p. 41, grifo da autora). As representações sociais enquanto base da psicologia do conhecimento proposta por Moscovici rompem com o cognitivismo, ao incluir o Outro e o Objeto na equação, reconectando-se com a “materialidade do mundo” (p. 41).

Diferenciar-se da perspectiva psicológica ou individualizante da Psicologia Social foi uma das características da obra de Moscovici (Farr, 2008).

Moscovici, ao escolher Durkheim como um ancestral adequado para sua teoria das representações sociais, contribui para assegurar que essa tradição francesa de pesquisa em Psicologia Social, que ele iniciou no começo da era moderna, fosse classificada como uma forma sociológica de Psicologia Social e não como uma forma psicológica (Farr, 2008, p. 29).

Farr (2008) relata que a teoria moscoviciano representa uma contribuição para a sociologia do conhecimento. Tal qual a de Durkheim, não se trata do estudo das crenças pessoais, mas do conhecimento que é público, uma teoria interessada na construção das ideias e na negociação social dos saberes. Corroborando essa visão, Duveen (2009) entende a obra de Moscovici como uma “Psicologia Social do conhecimento” (p. 8), “interessada nos processos por meio dos quais o conhecimento é gerado, transformado e projetado no mundo social” (p. 9).

As proposições de Serge Moscovici, em *La psychanalyse, son image et son public* (1961/2012), inauguraram o campo de estudos em Representações Sociais (RS). A obra explora os mecanismos pelos quais conhecimentos científicos (universo reificado) passam a compor saberes populares (universo consensual) sobre determinados objetos sociais. A partir do estudo de conhecimentos socialmente produzidos e partilhados, o autor reconheceu a existência e a importância dos saberes do senso comum, definidores de práticas cotidianas, impulsionadores das investigações científicas e determinantes para a escrita da história de uma sociedade.

Para desenvolver sua proposta, Moscovici (1961/2012) partiu de um fenômeno problemático para a sociedade parisiense, a psicanálise, que surgia como nova ciência oposta às formas tradicionais, repercutindo em vários segmentos populacionais. A formação das RS ocorre quando certos elementos da realidade social ameaçam a integridade do grupo ou sua

identidade social. Assim, diante de uma realidade ameaçadora, para “reduzir conjuntamente tensão e desequilíbrio, é necessário que o conteúdo estranho se desloque para o interior de um conteúdo de nosso universo” (Moscovici, 2012, p. 55).

Uma representação social surge quando o grupo não encontra em sua rede de significados, opiniões, crenças ou imagens, modos eficientes para explicar o objeto, ou seja, as representações sociais são organizações de imagens e linguagem que realçam e simbolizam atos e situações cotidianas, formando-se a partir de uma descontinuidade da apreensão do objeto percebido (Moscovici, 2012). Nessa descontinuidade, as lacunas apresentadas pelo conhecimento em circulação são preenchidas com informações de outras áreas de saber, épocas, situações, informações propagadas pela mídia etc.

As representações sociais são conhecimentos práticos, por meio dos quais os indivíduos e grupos podem agir na realidade social (Moscovici, 2009, Jodelet, 2001). Os suportes para as representações não são apenas as comunicações ou conversações, mas também as próprias práticas sociais (Sá, 1998; Wagner, 2000). Uma função das representações é a predição da ação, isto é, a capacidade de trazer uma meta-informação sobre a forma de agir do grupo frente ao objeto (Moscovici, 2012; Wagner, 2000).

Nas palavras de Moscovici (2012, p. 212), “conhecer socialmente algo é falá-lo”. O novo objeto será inserido em um conjunto de conhecimentos previamente formulados e as palavras já utilizadas podem ganhar sentidos renovados, ou mesmo um novo vocabulário pode ser criado e incorporado à linguagem. No entanto, “a comunicação requer muito mais que a simples justaposição de léxicos. Por meio de ‘mistura’ apropriada ela provoca uma correspondência e soldagem das cadeias verbais” (Moscovici, 2012, p. 213). Portanto, o objeto “deixa de ser aquilo ‘do que falamos’ para tornar-se aquilo ‘por meio do que’ falamos” (Moscovici, 2012, p. 157).

Conforme já apresentado, a instância detentora desses saberes não é a mente individual. Sua construção depende da intersubjetividade, da negociação informal estabelecida nos grupos sociais aos quais pertencemos. Ao valorizar a investigação de saberes populares, a teoria moscoviciano permite uma mudança paradigmática, distanciando-se da concepção mecânica da construção do conhecimento como produto do processamento da informação por um organismo que reage ao meio. Trata-se agora de um ator social inserido em uma sociedade pensante (Vala, 1993).

A memória social ou coletiva seria a base de ideias a partir das quais as RS seriam construídas pelos grupos sociais no cotidiano. Aquilo que representamos é fruto da intersubjetividade e das tradições e história dos grupos sociais. Em diversos momentos de sua

obra, o autor cita a memória como depósito de “ideias-fonte” (Moscovici, 2009, p. 249), arquétipos ou temas (*themata*) que servem de teia fundamental para a composição das representações. Revelando a influência da sociologia do conhecimento durkheimiana, Moscovici (2009, p. 37) situa as representações sociais como

impostas sobre nós, transmitidas e são o produto de uma sequência completa de elaborações e mudanças que ocorrem no decurso do tempo e são resultado de sucessivas gerações . . . implicam um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação na memória coletiva e uma produção na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente.

A realidade social dos grupos é exposta na memória coletiva dos membros, já que todo conhecimento elaborado reflete algo da identidade social (Tajfel, 1983) em questão. Representações sociais atualizam as dimensões de pertencimento e afiliação ao grupo (Jovchelovitch, 2008). As relações intergrupais situam-se em um campo de disputas por posições de poder e hierarquias que também influenciam a composição da memória social. Ao re-apresentar os objetos estamos fortalecendo uma conexão entre passado/história de um grupo e sua realidade social atual.

### 2.1.2 A Psicologia Social da memória

Diferentemente do campo das representações sociais que apresenta um fundador, na figura de Serge Moscovici, os estudos da memória em sua face coletiva ou social não apresentam uma paternidade, trata-se de um campo amplo de contribuições e tradições de diversas áreas, a “nebulosa memória no campo científico global” (Le Goff, 1996, p. 423). Como descrito por Sá (2005, 2007), o campo de estudos da memória é vasto em suas influências e origens, sendo seu mapeamento uma tarefa exaustiva, fato que se complexifica, tendo em vista o crescimento do volume de investigações nas ciências humanas pautadas nessa perspectiva. “A quantidade e diversidade de perspectivas teórico-conceituais – recuperadas e emergentes – contribuem para aumentar cada vez mais a complexidade desse domínio acadêmico” (Sá, 2007, p. 290). De maneira semelhante, Gondar (2005, p. 13) define o conceito de memória social como “polissêmico, transversal e transdisciplinar”, o que não representa fragilidade ou imaturidade teórica, mas revela que as perguntas realizadas por diferentes áreas de saber têm ultrapassado suas fronteiras e exigido a elaboração de novos conceitos, não sendo necessária a homogeneização ou consenso das áreas.

Sá (2005) sinaliza que a própria nomenclatura do fenômeno é diversificada entre as diferentes perspectivas e áreas de investigação, podendo ser referidas como coletivas, sociais, públicas etc. e com diferentes significações.

De forma a encontrar um ponto de partida, é no campo da filosofia de Henri Bergson (1939/1999, 2006) que surgem os primeiros esforços em observar o fenômeno da memória para além do aspecto cerebral. O sociólogo Maurice Halbwachs, um de seus alunos, foi o responsável por uma das obras cruciais para o desenvolvimento do campo de estudos da memória em seu aspecto social/coletivo, “*Memória Coletiva*” (1950/1990). Halbwachs (1990) passa pela memória individual e coletiva, tendo a lembrança como conexão com o passado, que rerepresenta e ganha sentido apenas na relação com o outro. Deste modo, a partir da noção dos quadros sociais da memória (Halbwachs, 2004), o autor assinala que o esquecimento nasce da ausência de condições no tempo presente para a associação da lembrança. Tal fenômeno revela a profundidade da hipótese da importância do grupo, do tempo e do espaço para a composição da memória coletiva.

No campo da história os limites entre memória e história foram delimitados na obra de Paul Ricoeur (2007) sobre o fazer do historiador, onde a memória é tomada, na primeira parte do livro, a partir da fenomenologia. A memória como lembrança de algo ausente, ou algo passado, preserva-se como matriz dos acontecimentos que serão acessados a partir do testemunho, do arquivo e da documentação (prova documental), bases do saber científico da História. De modo semelhante a Ricoeur (2007), Le Goff (1996) situa os limites entre história e memória coletiva, na medida em que a primeira se produz pelo olhar externo de investigadores e a segunda no cotidiano de tradições e práticas dos grupos.

Le Goff (1996) transita no estudo das formas de memória entre as civilizações desde a oralidade, passando pelos monumentos, pela escrita, pela sacralização e dessacralização da memória, por sua cristianização, pelo surgimento da imprensa e da memória eletrônica. Assim, reforça a importância dos estudos da memória social, indicando-a como “um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história” (Le Goff, 1996, p. 426). Outro aspecto importante de sua obra é a valorização da conexão entre memória coletiva e identidade social, na medida em que ocorre uma sustentação mútua entre essas esferas. Tal construção também pode ser vista em Pollak (1989, 1992).

Para Pollak (1989) a memória social é um campo rico em batalhas entre o que será lembrado e o que é esquecido, sendo importante que o silêncio – que segue períodos de violência estatal ou tragédias humanitárias – seja interpretado como recurso de resistência, criado por um povo contra o esquecimento. Esse argumento do historiador embasa-se na

premissa de que algumas memórias, que em decorrência do contexto social não puderam ser contadas, não são esquecidas, as chamadas “memórias subterrâneas” (Pollak, 1989, p. 4). Essas memórias são transmitidas entre as gerações, apenas nos universos privados e circuitos íntimo-familiares. O autor exemplifica tal mecanismo a partir das memórias de sobreviventes de campos de concentração nazistas, personagens que com o final da guerra e da perseguição, não puderam relatar suas histórias, fato que pode ser gradativamente revertido a partir da condenação de seus algozes.

Sobre o fenômeno do esquecimento, Ricoeur (2007) ressalta-o não apenas como uma alteração, perturbação ou abuso da memória, mas como possuidor de funções políticas e sociais, na medida em que existem esquecimentos intencionais, manipulados ideologicamente, “desapossando” determinados grupos sociais de lembranças e construções memorialísticas.

Pollak (1992) e Nora (1993) apontam que as pessoas podem ter acesso a determinadas memórias dos fatos sociais, a partir de uma vivência “por tabela” (Pollak, 1992, p. 201), isto é, de forma secundária, porque ouviram dizer em seus grupos, nos livros didáticos ou na mídia. Jedlowski (2005) ao destacar o papel da mídia na composição da memória, reforça o argumento de que há eventos que não precisam ser vivenciados diretamente pelos indivíduos, mas podem vivenciar situações na “condição de espectador” (p. 92) ou a partir de representações construídas em sintonia com interesses de outros grupos. O “enquadramento da memória” (Pollak, 1992, p. 206) pode revelar a versão de memória de uma maioria ou de grupos que concentram o poder, uma vez que a memória está imersa em relações intergrupais e hierárquicas, onde grupos dominantes definem os elementos que serão lembrados, silenciados ou esquecidos.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado (Nora, 1993, p. 9).

Como sinalizado por Ricoeur (2007) lembrança e esquecimento se relacionam com relações de poder, reafirmando uma posição ativa e dominante dos grupos. Halbwachs (1990), Alba (2011) e Pollak (1992) retomam a relação entre memória e identidade, sinalizando as conexões entre essas dimensões, uma vez que o passado é reconstruído por grupos, a partir daquilo que mantém o sentimento de coerência e continuidade. Assim, a organização da

memória se dá “em função das preocupações pessoais e políticas do momento” o que “mostra que a memória é um fenômeno construído” (Pollak, 1992, p. 204).

O silenciamento (Pollak, 1989) pelo qual algumas memórias de períodos críticos passam, decorre da impossibilidade de que alguns atores do período revelem suas histórias. As disputas entre lembrar e esquecer ilustram processos de construção de identidades dando conta do universo de negociações de significados e valores entre indivíduos e grupos. “A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros” (Pollak, 1992, p. 204).

Corroborando os aspectos destacados por Pollak (1989, 1992), Jelin (2002) e Perrot (1989) revelam como grupos minoritários, em especial as mulheres, ao longo da história têm tido discursos invisibilizados, tendo suas vozes silenciadas. Segundo Perrot (1989), as memórias femininas acabam por encontrar outros suportes para seu registro e preservação, tais como os diários e acervos familiares, uma vez que não encontram espaço nas versões oficiais contadas. “A memória feminina, assim como a escrita feminina, é uma história familiar semi-oficial” (p. 14). Histórias que se tecem nos meandros familiares e afetivos, que são ricos em lacunas e obscuridades. Desse modo, em um universo narrado por homens, historicamente o discurso do público de homens se sobrepõe ao universo privado feminino.

A psicologia, tomada como uma “ciência da memória” (Middleton & Brown, 2006, p. 74), trouxe desde sua origem um interesse ampliado pelos fenômenos de memória. Tal preocupação refletiu-se em uma tradição de estudos da memória como processo cognitivo básico, produzindo uma vastidão de investigações em psicologia (Sá, 2005; Naiff & Naiff, 2010). Do mesmo modo, Middleton e Brown (2006) afirmam que a psicologia contribuiu para a construção de uma visão bastante pessoalizada do fenômeno mnemônico, a partir de um reducionismo individualizante que acabou caracterizando a memória como atividade privada.

Ainda assim, a memória possibilitou debates sobre a “base social do funcionamento psicológico” (Middleton & Brown, 2006, p. 72) desde a composição da Psicologia, enquanto área de conhecimento, abordagens socioculturais que aos poucos ganharam densidade. O trabalho de Frederick Bartlett, *Remembering: A Study in Experimental and Social Psychology* (1932), ainda que experimental, merece destaque ao avançar sobre o aspecto cultural dos fenômenos simbólicos da memória. Bartlett (1932) reconecta os experimentos a vida comum, encarando-os como contextos sociais. A noção de esquema (traços deixados pelas experiências que conectam passado-presente, social-individual) contribui para a apreensão do processo pelo qual a memória é construída e reconstruída pelos indivíduos por meio da recordação (Naiff &

Naiff, 2010; Middleton & Brown, 2006). Os processos de convencionalização social investigados por Bartlett (1932) buscavam compreender a forma pela qual os objetos são simbolizados entre culturas e gerações, formulando conhecimento prático e integrando-o ao cotidiano.

Além dos aspectos explorados pelas neurociências, pela psicologia cognitiva e pela Psicologia Social (Naiff & Naiff, 2010), a obra de Bartlett teve ampla repercussão contribuindo para estudos de outros campos, em especial a antropologia e as ciências sociais (Middleton & Brown, 2006).

Como sinalizam Sá (2005) e Naiff e Naiff (2010), as duas últimas décadas do século XX apresentam trabalhos do campo da Psicologia em que se aprofunda o esforço em conhecer as dimensões socioculturais implicadas nos processos de memória. Mesmo na “psicologia cognitiva, em contraste com a sua tradição individualista e experimental predominante, uma corrente naturalista ou ecológica tem privilegiado como objeto de estudos variados, aspectos do funcionamento da memória na vida cotidiana” (Sá, 2005, p. 64).

No âmbito da Psicologia Social brasileira tem se apresentado importantes contribuições que avançam nos estudos da memória social, sendo cada vez mais numerosos os estudos na abordagem psicossocial da memória (Sá, 2005, 2007, 2012a):

... a “Psicologia Social da memória” que ora se configura mostra-se avessa a qualquer “psicologismo”. Por outro lado, embora se nutra amplamente de contribuições das demais ciências sociais, procura não confundir o seu nível próprio de análise com os de tais disciplinas. Como uma ilustração de tal esforço, observe-se que, por mais que se aproprie das contribuições sociológicas, a perspectiva psicossocial não adere à proposição da existência de uma “memória *da* sociedade”, nos termos de Halbwachs, mas prefere estudar os mesmos fenômenos como uma “memória *na* sociedade”, segundo a fórmula devida a Bartlett (Sá, 2012a, p. 95).

Tal abordagem amplia o esforço integrativo do campo de estudos psicossocial da memória social compreendendo em conjunto as contribuições de autores de diferentes áreas, como o sociólogo Halbwachs e o psicólogo Bartlett, compondo “uma complexa zona de interseções múltiplas, ou seja, uma *terra de ninguém*, no sentido de que nenhuma das perspectivas que aí habitam prevalece sobre as demais no estabelecimento de uma linguagem hegemônica” (Sá, 2005, p. 64, grifos do autor). Tal perspectiva integrativa é resultado essencialmente dos esforços do professor Celso Pereira de Sá e seu grupo de pesquisa no âmbito do programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A partir das reflexões do sociólogo Paolo Jedlowski (2001), Sá (2005) postula a compreensão dos estudos de memória social tomando-a como conceito guarda-chuva, que



abarcam investigações que podem ser distinguíveis em função de seu *locus* de construção, tempo e natureza. Sá (2005, 2007, 2012a) destaca que o campo, apesar das múltiplas influências, compartilha alguns princípios unificadores capazes de aglutiná-las, sendo o mais básico deles o caráter construtivista da realidade. Além disso, em diferentes arranjos as memórias apresentam pressupostos compartilhados (Sá, 2005), tais como: a) “são os indivíduos que se lembram, embora se admita que a forma (...) e o conteúdo do que lembram sejam socialmente determinados” (p. 67); b) “a construção, a manutenção e atualização da memória social, (...) dependem estritamente da interação social ou da comunicação intra e/ou intergrupar, erudita e/ou de massa” (p. 68); c) “o que é lembrado do passado está sempre mesclado com aquilo que se sabe sobre ele” (p. 68); d) o interesse e o sentimento ocupam papel central na construção das memórias.

Tais princípios aglutinadores favorecem a reunião de diferentes instâncias de memória, tais como: memórias pessoais (formadas a partir do contato do indivíduo com acontecimentos), comuns (formado do contato de indivíduos com os mesmos fatos ou períodos históricos), e coletivas (formadas a partir do compartilhamento ou reconstrução de fenômenos na interação entre os indivíduos) (Sá, 2005, 2007, 2013).

O autor propõe, ainda, os estudos da memória histórica, como “uma memória da história” (Sá, 2013, p. 77), composta das outras diferentes instâncias de memória e que abarcaria os suportes orais e documentais das memórias. A construção da memória histórica depende da mobilização social em torno do fato histórico – seja a partir da narrativa oral ou de documentos materiais – pois sua ausência promove um esvaziamento de sentido, que deixa espaço apenas para a composição historiográfica em detrimento da memória coletiva. Assim, torna-se importante diferenciar o interesse da ciência psicológica quando propõe a análise de um período ou acontecimento histórico:

Embora a fronteira entre memória e história seja aqui muito tênue, a distinção é importante, pois a preocupação do psicólogo social não é com a preservação dos relatos ou com a confiabilidade das fontes, como faz a história oral, mas sim com o processo e com as circunstâncias segundo os quais tais memórias são construídas, reconstruídas ou atualizadas por conjuntos sociais mais ou menos amplos e, por diferentes critérios, suficientemente circunscritos (Sá, 2007, p. 294).

Também são mencionadas as memórias públicas, práticas, testemunhais, institucionais, dentre outras; e, dessa forma, não se trata de um exercício classificatório exaustivo, podendo ser integrados outros tipos de instâncias que podem vir a ser foco da “Psicologia Social da memória” (Sá, 2005, p. 72). Há que se ressaltar que a organização de diferentes instâncias da

memória revela formas de compreensão de como estas se constroem nas relações sociais e no âmbito psicossocial, e não uma maneira de reduzi-las ou enquadrá-las. Para Sá (2005), as classificações propostas não são excludentes, elas entrelaçam-se mutuamente, cabe a Psicologia Social da memória evidenciar as características do fenômeno, promovendo “uma articulação consistente entre as contribuições oriundas de diferentes domínios disciplinares” (p. 72).

### 2.1.3 Aproximações entre Representações Sociais e Memória Social

O sociólogo Paolo Jedlowski (2000, 2001) apresenta reflexões que aproximam os campos de estudo das representações sociais e da memória coletiva, como demonstra a proposta analítica da memória social em Sá (2005, 2007, 2013). Nesse sentido, a memória coletiva é apresentada como “*conjunto de las representaciones del pasado que un grupo produce, conserva, elabora y transmite a través de la interacción entre sus miembros*”<sup>8</sup> (Jedlowski, 2000, p. 125). A memória coletiva conserva o patrimônio cultural entre as gerações, mas tal conhecimento não se desenvolve de forma neutra ou passiva entre os indivíduos, as interações sociais se dão em meio a conflitos e múltiplas versões de memória (Jedlowski, 2000).

Importante salientar, como demonstrado pelo autor, que a memória não é composta por todas as representações sociais do passado, mas é “*el producto de una intereracción social, de una comunicación capaz de elegir en el pasado lo que es relevante y significativo en relación com los intereses y con la identidad de los miembros de un grupo*”<sup>9</sup> (Jedlowski, 2000, p. 126). O interesse pelas relações de poder e conflitos presentes na construção da memória coletiva é destacado por Jedlowski (2000, 2001), que situa o papel das elites e dos “pensamentos dominantes” (2000, p. 127) na imposição e legitimação de representações. O autor esclarece:

*The collective representations of the social past are designed to give legitimacy to the society's beliefs and to inspire their projects, thus legitimizing the elites that represent them: the more complex a society and the greater the number of elites competing to dominate it, the more the past becomes the subject of strategies seeking to impose the representations that conform most to the dominant interests*<sup>10</sup> (Jedlowski, 2001, p. 34).

<sup>8</sup> “conjunto de representações do passado que um grupo produz, preserva, elabora e transmite por meio da interação entre seus membros” (tradução nossa).

<sup>9</sup> “o produto de uma interação social, de uma comunicação capaz de eleger no passado o que é relevante e significativo em relação aos interesses e identidade dos membros de um grupo” (tradução nossa).

<sup>10</sup> “As representações coletivas do passado social visam dar legitimidade às crenças da sociedade e inspirar seus projetos, legitimando assim as elites que as representam: quanto mais complexa for uma sociedade e quanto maior o número de elites competindo para dominá-la, mais o passado torna-se sujeito a estratégias que buscam impor as representações que mais se conformam aos interesses dominantes” (tradução nossa).

Partimos desta definição de Jedlowski (2000, 2001) e de afirmações de autores como Jodelet (2012) que postulam a aproximação do campo das representações e da memória social – principalmente no que tange às memórias históricas e à construção de saberes sobre o passado – para problematizarmos as relações entre passado e presente em tempos de cibercultura. A discussão sobre as construções sociais e simbólicas presentes na sociedade foi, ao longo do século XX, interesse partilhado por estes dois campos de saber, tendo as dimensões de tempo e espaço como aspectos indissociáveis de ambas as lentes analíticas.

A construção de memórias está imersa na disputa entre passado e presente, uma vez que as representações do passado acionadas precisam estar em sintonia com as vicissitudes do tempo presente (Alba, 2011; Valencia, 2005). Nesse sentido, Alba (2011) retoma Halbwachs, ao afirmar que: “A memória não se conserva intacta, mas é reconstruída a partir do presente” (Alba, 2011, p. 417), ou seja, é necessário que os enquadramentos derivados do sistema de crenças e valores do grupo estejam “presentes no momento da reconstrução da lembrança” (Alba, 2011, p. 424).

As afinidades analíticas entre os campos de estudo das representações sociais e da memória social<sup>11</sup> são notáveis<sup>12</sup>, ainda que os dois campos de conhecimento tenham se desenvolvido de forma independente ao longo do século XX. Algumas tentativas de articulação entre as teorias foram expressas inicialmente no trabalho de Denise Jodelet, *Mémoire de masse: le cote morale et effectif de l'histoire*, publicado em 1992; e, recentemente, em Sá (2005) e nas revisões propostas por outros autores do campo da Psicologia Social, tais como: Alba (2011), Valencia (2005), Roussiau e Renard (2003), Bonardi (2003) e Viaud (2003).

A trilha analítica deixada por Alba (2011) permite traçar a matriz sociológica em que esses campos estão conectados, encontrando um ancestral teórico comum, o sociólogo Emily Durkheim. O pensamento de Durkheim é apontado de forma explícita por Moscovici (1961/2012) por meio da localização do conceito de representações coletivas, que era proposto pelo primeiro como conjunto geral de crenças, ideologias e tradições que explicam a realidade em uma determinada sociedade e tempo histórico, podendo incluir os mitos, a religião e a própria ciência. O abandono do termo coletivo e o uso de social servem para marcar a diferença entre esses saberes, que na visão de Moscovici (2009, p. 49) seriam “fenômenos específicos

---

<sup>11</sup> Referimo-nos ao conceito guarda-chuva, conforme a proposta de Sá (2005), cientes da variabilidade de abordagens incluídas sob esse rótulo.

<sup>12</sup> Alba (2011, p. 418-420) menciona alguns pressupostos comuns entre os campos, tais como: a interação social; a dimensão grupal como base dinâmica e heterogênea para a elaboração dos saberes que são, portanto, localizados na dinâmica social; a dialética indivíduo-sociedade, que permite a inovação na memória e mudança das representações; e o imaginário social.

que estão relacionados com um modo particular de compreender e comunicar”, diferentemente dos conhecimentos amplos descritos por Durkheim. Além disso, a teoria pensada por Moscovici pretende-se integrativa e sociocognitiva, rompendo com a dicotomia entre individual e social (Trindade, Santos & Almeida, 2011); diferentemente de Durkheim que concebia as representações coletivas como externas aos sujeitos, e, portanto, efetuando um papel coercitivo em relação a esses (Vala, 2004). Finalmente, Alba (2011) resume de forma primorosa a distinção que “se encontra na gênese das representações e não em sua natureza”, ou seja, Moscovici interessa-se pelos processos sociocognitivos de formação das representações sociais, aspecto não contemplado em Durkheim.

Como destacado por Alba (2011), Halbwachs também se filia ao pensamento durkheimiano, mas não detém um relacionamento passivo com esse. Seus questionamentos, também influenciados por argumentos de outros mestres como Bergson, levaram-no a um interesse pela unidade indivíduo-sociedade, que para além da influência da sociedade na memória (individual e coletiva), tenta compreender o processo de construção das memórias nessa interface. Desse modo, não compreende a memória como “um corpo de ideias independente dos indivíduos” (Alba, 2011, p.417) como as noções de representações coletivas poderiam sugerir.

Outro ponto de conexão traçado por Alba (2011) e corroborado por Bonardi (2003) é a possibilidade de associação entre os campos devido à familiaridade entre os processos de composição da memória coletiva e das representações sociais. Em Moscovici (1961/2012) são postulados dois processos sociogênicos responsáveis pela transformação do novo objeto, fazendo-o familiar ao universo simbólico e prático dos indivíduos e grupos: a ancoragem e a objetivação. Nesse sentido, o objeto representado será encaixado/comparado ao conjunto de categorias sociais preexistentes, ou seja, o sujeito lança mão de âncoras interpretativas para a construção deste novo significado (Moscovici, 1961/2012). Essas âncoras são elementos da cultura, memória e conhecimento do grupo, pois conectam a realidade presente com o passado do grupo (Bonardi, 2003, Roussiau & Renard, 2003, Trindade *et al.*, 2011).

Essa dimensão, retomada por Alba (2011), no que se refere aos quadros sociais da memória elaborados por Halbwachs (2004), é também facilmente associada à visão de Bartlett (1932), na qual passado e presente, sujeito e objeto são indissociáveis, como expresso no conceito de esquema, que permite a organização da recordação que é adaptada ao tempo presente. A esquematização é citada por Vala (2004) como parte do processo de objetivação das representações sociais posto que permite a organização/estruturação do novo conhecimento que é revestido por uma face icônica.

Como tratado por Roussiau e Renard (2003), a historicidade é um aspecto básico das representações sociais, ainda que existam poucos trabalhos que enfatizem esse aspecto. Nesse sentido, o modelo apresentado por Jovchelovitch (2008) de arquitetura representacional merece destaque ao situar tempo e contexto como margens determinantes do processo representacional entre sujeito, objeto e outro. Assim, as RS são encaradas como produto de relações intersubjetivas que se situam em um determinado tempo e espaço.

A abordagem estrutural das representações sociais, proposta por Jean-Claud Abric (2000), a partir de sua tese de doutoramento, também demonstra possibilidades de apreender o peso da história e da cultura nas representações. Ao definir as representações como formações de dois sistemas, central e periférico, atribuiu-se ao núcleo da representação a ligação com a memória coletiva, ou seja, ideias mais resistentes a mudança, ligadas a história do grupo e que determinam a organização de toda a representação, já o sistema periférico seria mais vinculado às experiências dos indivíduos e aos contextos, apresentando maior flexibilidade e variabilidade (Abric, 2000). Desse modo, o estudo dos sistemas nuclear e periférico das representações permitem problematizações mais amplas relativas à memória coletiva (Roussiau & Bonardi, 2003; Roussiau & Renard, 2003).

De modo complementar, Bonardi (2003) afirma que o modelo dos *Schémas Cognitifs de Base* (Esquemas Cognitivos de Base – SCB) – desenvolvido por Guimelli e Rouquette (1992) que integra a abordagem estrutural das representações – investiga o estado de uma representação social, permitindo a observação de mudanças a partir da relação entre cognemas. Wolter *et al.* (2015), valendo-se das contribuições advindas da abordagem estrutural das representações, problematizam as influências da história e do passado para os objetos representações, observando a estabilidade diacrônica e sincrônica dos cognemas, uma vez que a “temporalidade pode servir para compreendermos melhor a função de um elemento representacional” (Wolter *et al.*, 2015, p. 121). Deste modo, Alba (2011) afirma que os métodos de pesquisa do núcleo central tendo sido aplicadas ao estudo da memória social<sup>13</sup>, possibilitando avanços mútuos às teorias.

Outro aspecto desenvolvido pelos estudos complementares à teoria de Moscovici é a análise dos metassistemas em representações sociais, ou seja, conjunto de normas e regulações sociais que guiam a construção das representações, como por exemplo, ideologias ou posicionamentos políticos (Doise, 2011). Esse elemento teórico é levantado por Roussiau e Bonardi (2002) e Roussiau e Renard (2003), pois ligados à ancoragem, os metassistemas são

---

<sup>13</sup> Os trabalhos de Sá (2005, 2007, 2013) têm contribuído com essa interface.

decorrentes de processos históricos, sociais e políticos, sendo estritamente relacionados às memórias construídas na sociedade. Outro aspecto teórico mencionado de forma expressiva por aqueles que aproximam esses campos teóricos (Viaud, 2003; Bonardi, 2003) – mas este derivado na própria obra de Moscovici (2009, p. 215) – é a discussão sobre *themata* (temas ou ideias-fonte), uma esfera vinculada aos arquétipos e à memória coletiva de uma sociedade, ideias básicas que precisam ser alimentadas pelos conteúdos negociados por um grupo em um tempo e espaço peculiares. Esse caminho analítico remete aos esquemas cognitivos e culturais enraizados que são o pano de fundo das representações sociais, e nesse sentido, a memória coletiva surge como um conjunto mais amplo de ideias. De modo diverso, as representações podem também ser vistas como subsídio para a memória coletiva (Alba, 2011).

De modo amplo, a hierarquização entre os campos, definindo qual instância prevalece sobre a outra, não nos parece o caminho mais produtivo; tampouco a redução teórica comum às ciências sociais entre representações coletivas e memória social (Gondar, 2005)<sup>14</sup>. Nosso estudo assinalou mais afinidades entre os campos do que incompatibilidades. Nesse sentido, um trabalho que articule essas abordagens dos fenômenos sociais pode avançar, enriquecendo a ambas. Assim, dentre outros aspectos,

(...) o modo de funcionamento dos marcos sociais de grupos, da cultura, da história e do espaço na construção da memória, como descrito por Halbwachs, enriquecem o processo de ancoragem da TRS. O processo de objetivação das TRS, por sua vez, traz clareza para o caráter gestáltico da lembrança que Halbwachs vê como esquema (Alba, 2011, p. 424).

Além disso, merecem atenção os desafios encontrados em ambas as teorias para lidar com as práticas sociais (Alba, 2011) e com relações de pertencimento grupal em tempos de cibercultura (Mazzotti & Campos, 2011). As dinâmicas psicossociais impostas nessa nova sociedade não estavam em voga no momento das concepções de ambos os arcabouços. Assim, torna-se importante a reflexão teórica no campo da Psicologia Social, a fim de repercutir como as dimensões de tempo e espaço foram profundamente impactadas pela virtualização e globalização, cabendo aos pesquisadores lidarem com esses novos enquadramentos para a memória e as representações sociais.

---

<sup>14</sup> Gondar (2005) defende que a construção da memória social seja encarada como processo e não como acervo de representações cristalizadas, incluindo relações entre passado e presente, bem como a dimensão afetiva. Nesse sentido, cita a obra de Serge Moscovici como um avanço diante do conceito de Durkheim, mas entende que o conceito de representações coletivas/sociais que se disseminou nas ciências sociais ainda está associado ao conceito durkheimiano.

## 2.2 A pesquisa da memória histórica no Brasil

O estudo psicossocial da memória histórica implica evidenciar as conexões existentes entre eventos passados e a experiência atual, na medida em que à construção de uma memória ocorre em sintonia com os interesses atuais, sendo necessárias determinadas condições sócio-históricas para que certos fatos ou processos históricos venham à tona na realidade social. Ao contrário do que pode remeter a investigação de uma “memória da história” (Sá, 2005, p. 77) não implica tratar do passado, pelo contrário, contribui para a compreensão das dinâmicas sociais do tempo presente, revelando silêncios e relações de poder.

A memória histórica é alimentada por outras instâncias de memória, tais como: “(1) tanto memórias coletivas quanto memórias comuns e memórias pessoais; (2) tanto a história vivida quanto os testemunhos ouvidos; (3) tanto documentos históricos *stricto sensu* quanto produções didáticas, midiáticas e artísticas posteriores” (Sá, 2012a, p. 97). Nesse sentido, como salientado, não há necessidade de vivência direta dos eventos, sendo possível e importante o estudo de lembranças junto a gerações que construíram sua memória pelo contato indireto com o evento.

Sá (2012a, 2015) salienta ainda a necessidade do estudo com diferentes grupos geracionais de uma população, escolha que se assenta no conceito de ‘período crítico’ do sociólogo húngaro Karl Mannheim que estudou a questão geracional, indicando maior propensão à retenção de memórias em fase da vida próxima a adolescência e juventude. Fato que se justifica pela vivência e compartilhamento de determinações históricas e sociais que permitem o sentimento de um destino comum, dando possibilidades de ação comuns àquela geração. Nessa perspectiva, há possibilidade de se pensar memórias geracionais fundadas nas diferentes faixas etárias, experiências vividas pelos grupos e no compartilhamento de uma “unidade de geracional” (Mannheim, 1982, p. 87).

Esse princípio geracional das investigações permite a distinção dos estudos nessa abordagem daqueles que promovem as “histórias memoriais” (Sá, 2015, p. 263) uma vez que partem dos relatos não apenas daqueles que viveram diretamente os eventos, mas também de outras faixas etárias para as quais as experiências vividas permanecem sendo debatidas. Nesse sentido, a preocupação dos estudos de memória histórica não remete a investigação da “verdade histórica” – tais quais os historiadores que buscam consolidar a existência dos fatos pelo cruzamento de várias fontes – tampouco, a readequação ou revisão da história como alguns defensores das histórias memoriais, o que se pretende é a investigação dos processos de construção das versões de memória pelos grupos.

Uma divisão possível para os estudos de memória histórica se dá em relação aos suportes envolvidos, distinguindo-se estudos de memória histórica oral e documental. Os primeiros são baseados em relatos orais ou testemunhais, lidando com a escassez do registro documental, refletindo, muitas vezes, histórias de povos sem escrita ou que foram dominados por outros, inviabilizando contarem suas histórias. Nessa abordagem não há a preocupação com o registro e documentação dos eventos, tampouco com a veracidade dos eventos narrados, o que interessa são os processos psicossociais presentes nas construções de memória (Sá, 2007, 2012a).

Partimos das premissas de Sá (2012a) no estudo da memória histórica, que propõe ir além da concepção tradicional de documento, tal qual empregada pelos historiadores, uma vez que os documentos oficiais são encarados como acervos e não como memória em si. Essa ampliação permite a adição de outras fontes diversas das oficiais, tais como: “os manuais escolares de história, a mídia e produções culturais diversas, como os filmes cinematográficos. Essas três instâncias socializadoras – educação, comunicação e arte – têm demonstrado grande capacidade em transformar fatos não vividos pelas pessoas em memórias comuns e mesmo coletivas” (Sá, 2012a, p. 98) e, acreditamos também, a adição de suportes e documentos on-line.

Sá (2012a) retoma o conceito de Nora (1993, p. 21) destacando que para haver a construção de “lugares de memória” não basta a simples disponibilidade de acervos em bibliotecas, museus e sítios arqueológicos. Tais lugares podem assim constituir-se quando são investidos de “vontade de memória” (Nora, 1993, p. 22), ou seja, mobilizam a produção de sentidos simbólicos e funcionais em torno do espaço material, uma vez que sua função “é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento” (Nora, 1993, p. 22). O que possibilita a construção de memória, portanto, é a mobilização social ou “mobilização funcional” (Sá, 2012a, p. 98) que se anuncia nas conversações, na apreciação, na leitura ou na repercussão dos registros.

Para Nora (1993) a sociedade moderna é produtora maciça de vestígios, acumula papéis e acervos, porque o sentido tradicional da memória se enfraqueceu, assim demanda recursos ou causas externas para fazer lembrar. “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora” (pp. 12-13). Ainda assim, tais coleções só se configuram como locais de memória se ali houver investimento simbólico, funcional e material.

Com base nos pressupostos elencados, desde a década de 1990 pesquisadores brasileiros no campo das Representações Sociais têm desenvolvido aproximações com os estudos de memória, em atividades que passariam a se concentrar do Grupo de Trabalho da ANPEPP *Memória, Identidade e Representações Sociais*, fundado em 2008.



Ao longo dos anos 2000 vários trabalhos foram publicados relativos à investigação da memória histórica, referindo-se a importantes períodos da história do país. Nesse sentido, o “descobrimento do Brasil” foi focalizado em diferentes ocasiões, em pesquisas que se desenvolveram com foco no quinto centenário do evento (Sá, Oliveira, Möller & Naiff, 2000; Möller, Sá & Bezerra, 2003; Oliveira, Lewin & Sá, 2003; Sá, Oliveira & Prado, 2003). Os trabalhos buscaram caracterizar o estado atual da memória social na iminência de comemorações dos 500 anos do evento histórico, e de modo posterior às festividades. Diferentes fontes de pesquisa foram analisadas revelando aspectos complementares sobre o fenômeno, elementos consolidados e contrastantes nas representações de brasileiros e portugueses sobre o “descobrimento”.

Sá, Oliveira, Möller e Naiff (2000) trabalharam com fontes brasileiras, materiais de imprensa escrita, aplicação de questionários e materiais didáticos. As matérias jornalísticas eram focadas em aspectos históricos e culturais, que são organizados por mecanismos de difusão. Os questionários apresentaram uma tarefa de evocação<sup>15</sup> que possibilitou o mapeamento de elementos estruturais da representação social do acontecimento, sendo o núcleo notoriamente composto por elementos figurativos como índios, portugueses, caravelas e mar, e o sistema periférico por elementos de crítica a exploração e massacre indígena. Em relação ao material didático – novamente examinado por Oliveira, Lewin e Sá (2003) – empreenderam-se diferentes procedimentos de análise de conteúdo que revelaram conteúdos relativos aos personagens do evento e às questões econômicas e políticas envolvidas. Nesse sentido, o conjunto de materiais revela facetas de representações que apesar de um conteúdo central consolidado e acrítico, é tensionado por elementos de denúncia presentes em sua periferia, presentes em alguma medida nas mensagens da mídia e, também, nos materiais escolares.

Möller, Sá e Bezerra (2003) revelam aspectos comparativos das representações sociais do “descobrimento” de portugueses e brasileiros, destacando-se aspectos compartilhados pela maioria dos respondentes dos questionários nos dois países, tais como: as heranças culturais africanas, indígenas e europeias; a semelhança entre o que se fala hoje e nos manuais escolares sobre o fato; e o apoio à comemoração do evento. Mas também apresenta elementos destoantes, como a ideia de invasão/conquista entre os brasileiros, em oposição à ideia de encontro entre povos para os portugueses.

---

<sup>15</sup> Técnica difundida no campo de estudo das RS, permite o acesso ao “universo semântico” (Oliveira, Marques, Gomes & Teixeira, 2005) do objeto de representação, ao solicitar aos participantes da pesquisa que mencione termos/palavras associados, a partir de termos indutores.

Sá, Oliveira e Prado (2003) destacam o aspecto crítico recente presente nas representações sociais do período. Valendo-se da abordagem estrutural elucidam os elementos centrais e periféricos para a composição dos saberes entre os dois grupos (brasileiros e portugueses). Sendo central uma noção iconográfica que inclui índios, caravelas e navegadores, aspecto comum entre as populações. Periféricamente somam-se elementos críticos como a escravidão e exploração das riquezas entre ambas as populações, além da invasão e o massacre dos índios para os brasileiros e o heroísmo dos navegadores para os portugueses. O massacre dos índios assume posição de centralidade entre os participantes brasileiros com idade de 18 a 34 anos, baixa escolaridade e orientação política de esquerda, sendo possível conhecer a população que atualiza a memória do evento histórico. A perspectiva estrutural permite afirmar que as populações dos dois países têm representações semelhantes, uma vez que os sistemas centrais apresentam elementos comuns. O trabalho ainda compara as representações sociais observadas em pesquisa anterior de Sá, Oliveira, Möller e Naiff (2000) – em que se apresentou a memória do descobrimento para a população brasileira antes do quinto centenário do fato, entre 1998 e 1999 – e a atual, demonstrando a continuidade dos principais elementos que compõem as representações, mas algumas diferenças entre os grupos.

Outro período investigado foi a ditadura do Estado Novo ou primeiro governo de Getúlio Vargas (1937-1945) (Naiff, Sá & Naiff, 2008). A partir de uma amostra distribuída em termos de sexo, idade e orientação política, 400 participantes da população do estado do Rio de Janeiro foram submetidos a um questionário. As lembranças relativas ao período são mais comuns entre idosos com alta escolaridade, não sendo influenciada pela orientação política. Entre os adultos, o número daqueles que se lembra chega no máximo a um terço da amostra e cresce em relação a escolaridade e a orientação política à esquerda. Getúlio é representado como ditador pela maioria dos idosos, e não é representado assim pela maioria dos adultos. Entre adultos e idosos, quanto maior a escolaridade, mais esse aspecto ditatorial é lembrado. De modo amplo, a memória do período encontra-se mais estabelecida entre idosos, ou seja, aqueles que vivenciaram diretamente o período.

Encontramos outras reflexões sobre a influência de Getúlio Vargas no cenário político e consecutivamente na composição de memórias no último século. Castro (2005) focaliza o estabelecimento do Museu da República na antiga sede da presidência, o Palácio do Catete; e a criação de um cenário de visitação em torno do suicídio do presidente Vargas, ocorrido naquele local.

Sá *et al.* (2008b) enfatizam as representações sociais do presidente, tendo por referência os dois governos exercidos (1930-1945 e 1951-1954). Para tanto, tomaram o depoimento de

visitantes a exposição em homenagem ao cinquentenário de sua morte. O Palácio parece estar intimamente ligado à memória do próprio presidente, que passou grande parte da vida no local, e sendo o cenário trágico de sua morte. O lugar apresenta as dimensões material, funcional e simbólica que permite a rememoração e reapresentação das lembranças em torno do governante. Há elementos conflitantes que se associam nessas representações como, por exemplo, ditador e bom presidente; populismo e leis trabalhistas etc. De modo amplo, a memória de Getúlio apresenta mais “coisas” boas do que ruins, sendo considerado um grande estadista, apesar de elementos contrastantes como a “simpatia pelo nazi-fascismo e submissão aos EUA” (Sá *et al.*, 2008b, p. 52). Tal complexidade demonstra que “A rigor, nem sempre, ao longo da história, as condições de ditador e de estadista se excluíram mutuamente, sendo sua atual incompatibilidade uma conquista da evolução do pensamento democrático” (Sá *et al.*, 2008b, p. 55).

O período que se seguiu a Era Vargas também foi destacado em estudos a partir da abordagem psicossocial da memória social, os Anos Dourados (Dias, Silva, Chalegre, Sá & Wolter, 2011; Sá, Oliveira, Wolter, Vetere, 2011; Nascimento, Gianordoli-Nascimento, Gomes, Veloso, Oliveira & Cruz, 2013; Vetere, Sá, Wolter, Silva, 2012; Dias, Sá, Wolter, Vetere, 2012). O grupo liderado pelo professor Celso Pereira de Sá em parceria com outros centros de estudo das representações e memória, em Minas Gerais, Pernambuco e Espírito Santo, produziram um estudo ampliado sobre os diversos aspectos que compõem a memória do período, destacando elementos da cultura, como a bossa nova, os concursos de Miss Brasil e a vitória da primeira copa do mundo de futebol, mas também econômicos, como o avanço da indústria automobilística, com a Volkswagen e o fusca, e políticos como a construção de Brasília e a mudança da capital do país, a figura de Juscelino Kubitschek (JK) e o espírito democrático do momento que se encontra entre dois períodos autoritários. A possibilidade de um projeto ampliado – apresentado no livro *Psicologia Social e o estudo da memória histórica: o caso dos anos dourados no Brasil* (Sá, Menandro & Naiff, 2013) – permitiu a coleta de dados em diversas localidades (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Recife e Vitória), favorecendo a comparação de dados e a apreensão de diferenças nas versões de memória que circulam entre essas populações, com destaque para os elementos afetivos relacionados ao presidente JK, muito presentes na capital mineira. Além disso, a questão geracional foi abarcada permitindo a apreensão de elementos advindos desse contato direto e indireto com o período histórico. Mais uma vez a parceria entre os aspectos teórico-metodológicos da abordagem estrutural das representações sociais e dos estudos de memória social favoreceu a apreensão dos elementos que compõem este cenário.

O período do regime militar no Brasil (1964-1985) também foi investigado em diferentes ocasiões. Os trabalhos coordenados pela Profa. Dra. Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento, vêm ao longo dos últimos anos dedicando-se ao estudo aprofundado das repercussões em nível microsocial do cenário do regime militar (Gianordoli-Nascimento, Veloso, Silva, Cruz & Oliveira, 2012; Cruz *et al.*, 2015; Oliveira, Rocha, Breugelmans, Gianordoli-Nascimento & Cruz, 2017). Os trabalhos destacam narrativas de mulheres militantes e seus familiares, ou seja, atores que tradicionalmente ganham pouca visibilidade no conjunto de estudos sobre o período. Permitem a compreensão do fenômeno da memória social como permeado e determinado por relações intergrupais e que revelam heranças da história grupal e das relações de poder presentes em nossa sociedade. Nesse sentido, investigações anteriores junto ao grupo de pesquisa mencionado, ampliaram meu interesse pelo período histórico, tendo em vista que as implicações do regime permearam o estudo de outras temáticas – durante meu mestrado (Oliveira, 2013) a questão das drogas e da violência – que a princípio não se relacionavam diretamente com a temática, mas que aos poucos revelaram aspectos políticos e históricos indissociáveis relativos ao período da ditadura.

Outro conjunto de trabalhos (Sá *et al.*, 2008a, 2009a, 2009b) centrados na percepção do período de regime militar pela população carioca, encontraram diferentes versões do período entre gerações, ora apresentando uma visão maciçamente negativa do regime, ora conjugando a lembrança de coisas boas e ruins, e entre os mais idosos, com um terço considerando a presença de “mais coisas boas” ao longo do período.

Tais trabalhos sinalizam que na sociedade brasileira convivem múltiplas versões de memória sobre a ditadura militar entre os grupos sociais, negociando valores e lembranças que enlaçam passado e presente. Importante situar que o julgamento dos idosos (ouvidos nos estudos mencionados) passou pela experiência direta com os acontecimentos da ditadura durante a idade adulta; o grupo de adultos viveu sua juventude na fase crítica do período; e finalmente, os entrevistados jovens (que não viveram o período) dispõem apenas de recursos indiretos para a construção de uma memória, seja a transmissão oral, os filmes, as publicações jornalísticas, relatos indiretos de vivências do período. Desse modo, os autores apresentam um processo social que não é homogêneo e pacífico, pois como vimos em Pollak (1992), memória e identidade são construções mútuas, que se moldam a partir de disputas de significados.

De forma a sintetizar e explorar a estrutura das representações e memória construídas acerca do regime militar no Brasil, Wolter, Wachelle, Sá, Dias e Naiff (2015) promoveram a análise da manutenção de elementos centrais nas representações, apresentadas ao longo dos diversos estudos conduzidos na cidade do Rio de Janeiro. A partir de um refinamento

metodológico que buscou apurar os esquemas cognitivos de base, revelaram que há certa estabilidade nas ideias estruturantes para as representações do período. Ainda que haja aparentes diferenças entre grupos geracionais e a mudança de alguns elementos que compõem o núcleo das representações, o trabalho avança ao propor uma abordagem mais ampla na análise das características destas ideias, uma vez que os estudos de representações sociais sempre apresentam um recorte temporal e estes saberes estão em constante mutação.

Se, como visto, a memória social é amplamente influenciada pelos processos de comunicação e linguagem de uma sociedade, os cenários virtuais apresentarão diferenças em relação a construção de memória, que decorre dos processos de comunicação mediados pelas vias presenciais? Estarão presentes nesse cenário os atores identificados pelas pesquisas aqui mencionadas? Estarão presentes mecanismos ideológicos que negam o jogo de poder imposto nas “batalhas da memória” (Pollak, 1989, p. 4)?

A possibilidade de investigar como a memória histórica constrói-se nos ambientes virtuais, compreendendo, assim, alguns processos psicossociais, surge como motivação deste trabalho, e, de forma mais ampla, como potencial contribuição para o campo de investigações da Psicologia Social, sobre as relações entre tecnologia, meios de comunicação e interação social (Moscovici, 2006).

### *2.2.1 O Regime militar no Brasil (1964-1985): passado presente na redemocratização*

O distanciamento do tempo parece favorecer uma reaproximação de temas críticos como o regime militar no Brasil, sendo inegável o processo de silenciamento (Pollak, 1989) pelo qual algumas memórias do período passaram, dada a impossibilidade de que alguns atores do período pudessem revelar suas histórias. Após mais de 30 anos de redemocratização, mesmo que de forma fragmentada, tais lembranças ressoam como herança de uma realidade silenciada, mas que se faz presente na memória social (Sá, 2005, 2007), necessitando ser retomada e compartilhada por antigas e novas gerações.

Os fatos históricos permanecem sendo negociados pelos grupos sociais, no âmbito das conversações e práticas sociais, seja por meio da comunicação direta entre os interlocutores ou a partir da mediação de recursos tecnológicos (publicações em redes sociais, aplicativos de troca de mensagens, comentários em plataformas etc.). O ambiente virtual tem ao longo dos anos tornado palco de disputas e mobilização social em torno da pauta política. Como observado por Jovchelovitch (2000), desde a redemocratização, a esfera pública brasileira veio sendo povoada por embates entre novos e velhos atores políticos que se reagruparam e

reacomodaram. No cenário exposto pela autora, sobre o início da década de 1990, o fantasma dos militares permanecia, sendo estes vistos como capazes de proteger a sociedade contra a deterioração moral, causada pela corrupção etc., e, também de controlar o povo, que seria reflexo de seu sistema político e incapaz de sobreviver sem sua tutela. Os militares eram associados na esfera pública à honra e à capacidade de sacrifícios pelo bem comum.

A pesquisa de Jovchelovitch (2000) foi realizada entre 1992 e 1993, às vésperas do *impeachment* do então presidente Fernando Collor, o primeiro eleito pelo voto popular após o regime militar. Entre 1992 e 2018, o Brasil teve cinco presidentes da república, sendo dois deles originalmente vice-presidentes, alçados ao cargo máximo da nação em decorrência de processos de *impeachment*. Collor chegou ao poder alardeando o combate aos marajás e a corrupção, mas poucos meses após a eleição, foi acusado por seus pares como líder de esquemas de corrupção, notícias largamente cobertas pela mídia. Com sua saída, assumiu Itamar Franco em um governo de estabilização e transição, marcado pela implantação do plano Real que trouxe muitos impactos positivos à economia<sup>16</sup>. Em seguida, o governo de Fernando Henrique Cardoso em dois mandatos continuou com a tentativa de estabilização econômica, mas o país ainda enfrentava desafios de infraestrutura e distribuição de renda. Com os governos de Luiz Inácio Lula da Silva entre 2003 e 2011, o Brasil viveu avanços na educação, moradia e distribuição de renda<sup>17</sup>.

A eleição que se seguiu trouxe a primeira mulher presidenta, Dilma Rousseff, que mantinha imagem muito próxima a de Lula e contou com seu apoio. Ela procurou seguir o plano de governo em continuidade aos anteriores, ainda assim, conviveu com o enfraquecimento da economia abalada pela crise internacional.

Em junho de 2013, o Brasil lidou com manifestações populares, movimentos de caráter difuso e com imensa diversidade de pautas de reivindicação nas instâncias municipais, estaduais e federais, marcadas pela articulação em redes sociais (Silva & Ziviani, 2014). Tais manifestações começaram a dar um tom de insatisfação popular, retomado por alguns candidatos nas eleições de 2014, como na campanha de Aécio Neves, pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Ainda assim, Dilma saiu vitoriosa do pleito, com margem muito estreita na votação e o país saiu polarizado do processo. A instabilidade política traduzia-se na dificuldade da presidenta em conseguir apoio do Congresso para aprovar medidas, e a crise econômica agravava-se. Tal cenário culmina em um processo de *impeachment* contra a presidenta. Com a queda da presidenta em 2016, seu vice assumiu o poder. Michel Temer

---

<sup>16</sup> <https://www.infoescola.com/economia/plano-real/>

<sup>17</sup> [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160505\\_legado\\_pt\\_ru](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160505_legado_pt_ru)

passou a conduzir um programa de governo com pontos contrários àquele defendidos por Dilma, ampliava-se a insatisfação popular em alguns setores da sociedade. Lula que ao longo do governo Dilma mantinha-se como figura política influente, enfrentava desde 2016 acusações de crimes como corrupção e obstrução de justiça, que culminaram em sua prisão em 2018<sup>18</sup>, impedindo sua candidatura no novo pleito eleitoral. Isso levou a candidatura de Fernando Haddad, que acabou vencido pelo ex-deputado Jair Messias Bolsonaro.

Em meio a esse cenário notamos, assim como Jovchelovitch (2000), o reordenamento de discursos e medos disseminados na esfera pública, responsáveis pelo resgate de ideias relacionadas ao período do regime militar, tais como o golpe, a perseguição política, a prisão política, a intervenção militar e o autoritarismo como solução política. A efervescência das discussões no senso comum, fortemente impactadas pelas novas tecnologias de comunicação e informação, tornando o ciberespaço uma esfera inusitada para o estudo psicossocial da memória social.

De modo amplo, podemos dizer que o recontar da história da ditadura brasileira (1964-1985) não ocorre de forma unificada, tratando-se de versões historiográficas e de memória que se embasam em diferentes relatos e/ou documentações. Nossa pesquisa propõe uma análise documental, sendo importante compreender que esses materiais são marcados pelo momento histórico em que são concebidos e pelas dinâmicas sociais que organizam a sociedade em questão (Souza e Menandro, 2007). Nesse sentido, o cenário político e social, não apenas de criação dos vídeos, mas também de mobilização desses documentos, foi privilegiado para a análise psicossocial da memória. Ao longo da pesquisa o cenário de instabilidade política descrito assumiu verdadeiro protagonismo uma vez que as construções sociais sobre a ditadura foram reavivadas, tornando evidente o constante diálogo entre passado e presente.

---

<sup>18</sup> Em novembro de 2018, o ex-presidente Lula passou a responder a oitava ação penal, sendo que já cumpre “12 anos e 1 mês de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso do triplex do Guarujá, sentença que o levou à prisão em abril de 2018”. (<https://veja.abril.com.br/politica/juiz-torna-reus-lula-dilma-palocci-e-mantega-por-quadrilhao-do-pt/>). Nesta oitava ação, a presidenta Dilma Rousseff também é acusada do crime de organização criminosa, junto a Lula e a ex-ministros. Ao longo das acusações e do processo judicial desde 2016 e mesmo preso, Lula manteve a declaração de inocência, sendo visto por apoiadores e intelectuais como preso político (<https://www.brasil247.com/pt/247/-poder/370802/Chomsky-Lula-%C3%A9-o-mais-importante-presos-pol%C3%ADtico-da-Atualidade.htm>). A operação Lava-Jato agiu de forma urgente no caso envolvendo Lula e esse ritmo foi questionado em relação aos processos de outros políticos. A sentença proferida em primeira instância pelo então Juiz Sergio Moro, a cumprimento de 9 anos e 8 meses de prisão, foi confirmada e ampliada pela oitava turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (2ª instância) (<https://g1.globo.com/politica/noticia/julgamento-recurso-de-lula-no-trf-4-decisao-desembargadores-da-8-turma.ghtml>). Essas decisões receberam críticas entre juristas por apresentarem celeridade diferenciada e pouca sustentação (<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43663772>). A questão da prisão em segunda instância, ou seja, sem o chamado trânsito em julgado, autorizada desde 2016, será retomada em debate no Supremo Tribunal Federal em abril de 2019 (<https://g1.globo.com/politica/blog/andrea-sadi/post/2019/01/04/ministros-avaliam-ser-dificil-stf-reverter-em-abril-decisao-sobre-prisao-apos-2a-instancia.ghtml>).

Inicialmente, cabe destacar que a própria nomeação do período histórico é ponto debatido no âmbito da historiografia brasileira, sendo diversas as nomenclaturas adotadas, como amplamente discutidas por Fico (2017). O historiador retoma as inúmeras denominações dadas aos eventos do golpe e do regime no próprio período, dentre estas denominações encontra: “ditadura militar”, “ditadura de Castelo Branco”, “ditadura de fato”, “regime forte”, “apenas ditadura ou regime”, “golpe de Estado de 1964”, dentre outros (Fico, 2017, p. 51-52). O autor ainda retoma o universo de denominações comuns nos trabalhos acadêmicos:

Há relativa variedade de usos: Eliézer Rizzo de Oliveira falou em “movimento político-militar” em seu livro de 1976; Marcelo Ridenti, em 1993, já usava a expressão “golpe civil-militar”, antes do posicionamento mais insistente de Daniel, e adotou “regime civil-militar” em publicação de 2003; João Roberto Martins Filho preferiu “golpe político-militar” no livro clássico de 1987; a historiadora marxista Virgínia Fontes reforça a opção de Dreifuss com a expressão “ditadura empresarial-militar” e alguns autores preferem deixar como está, chamando a ditadura de militar (Fico, 2017, p. 52-53).

Por sua vez, Fico (2017) defende que a denominação ditadura militar se sustenta no período entre 1964 e 1985, pois as estruturas institucionais do Estado de exceção mantiveram-se presentes. Nesse sentido, os militares oscilaram entre momentos revolucionários e de tentativa de institucionalização, mas detinham o poder e centralizavam o controle de armas.

Não podemos deixar de mencionar a defesa do termo ditadura civil-militar por Reis Filho (2014a, dentre outros trabalhos), juntamente com a periodização definida entre 1964 a 1979, quando os atos institucionais foram extintos. O autor sustenta essa abordagem reafirmando que é necessário demarcar a participação civil no apoio ao golpe e o regime que ficam invisibilizadas em outras denominações.

Desse modo, tal qual a denominação do período, a própria definição temporal compreendida enquanto ditadura e/ou regime militar é questão polêmica entre historiadores, sendo defendidas diferentes teses sobre os anos de sua duração e término. Para Reis Filho (2014a), por exemplo, o término do período passaria pela revogação dos atos institucionais em 1979; já segundo Joffily (2014) o período seria dividido em três partes: de 1964 com o golpe até 1968 (com a promulgação do Ato Institucional n. 5 - AI-5); de 1968 a 1974 com o aprofundamento do aparato repressivo, e depois com os dois últimos governos militares entre 1974 e 1985, dando início à abertura política que colocaria fim aos 21 anos de governantes militares. Essas discussões devem-se aos diferentes critérios adotados para a definição do período, tais como: a incidência dos atos institucionais; a suspensão de direitos; a condução do governo por presidente militar; e o processo de reabertura democrática.



Assim, compreendemos que cada nomenclatura e periodização enfatizam aspectos estruturais ou ideológicos do período, como a contribuição civil para com os militares; ou os anos de acirramento da repressão do Estado, denominados por alguns como “anos de chumbo” (Napolitano, 2014, p. 72). Neste sentido, acreditamos que devemos ir além da defesa de determinada denominação e assumimos postura semelhante ao historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2014a), que não se prende ao uso restrito das nomeações. O autor destaca assim os paradoxos comuns ao período, sendo um fenômeno multifacetado e complexo, aproximando repressão e modernização. Ainda que a presença do anticomunismo seja notada, o Estado debateu-se, entre a ditadura e os princípios liberais. O apoio e participação civil de empresários e cidadãos comuns aliaram-se ao autoritarismo; e o desenvolvimento econômico foi propagandeado, enquanto a tortura ocorria nos porões; o conservadorismo era contrário às reformas, mas as realizou em alguns âmbitos, como o universitário (Motta, 2014a).

Neste trabalho, portanto, não usamos os termos ou nomeações de forma restrita, podendo ser empregados conforme as referências citadas ou para enfatizar algum aspecto do quadro descrito. Ainda assim, adotamos o termo “regime militar” para referir ao objeto de representação que se pretendeu investigar, no contato com os internautas, devido ao uso anterior em pesquisas do campo da Psicologia Social. Acreditamos que o termo possibilite o acesso a diferentes versões de memória do período, argumento derivado de pesquisas anteriores no campo da Psicologia Social (Sá *et al.*, 2008a; 2009a; 2009b). Nas investigações mencionadas os pesquisadores utilizaram o termo “regime militar” em tarefas de evocação livre de palavras, sendo este adequado à investigação da memória histórica do período ao proporcionar a associação com palavras como “ditadura”, que por sua vez, já estaria vinculada à memória de determinados grupos sociais.

Enquanto *locus* dos processos de construção de memória, o senso comum revela elementos contrastantes em relação à ditadura militar no Brasil, em uma verdadeira batalha de versões, em busca de visibilidade e legitimidade (Sá *et al.*, 2008a, 2009a, 2009b). Utilizando dos pressupostos introduzidos por Pollak (1989) podemos, portanto, situar o campo da memória como marcado por batalhas “entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável” (p. 8), e os cenários virtuais não parecem ser necessariamente menos conflituosos.

Como salientado por Jodelet (2012) os campos da memória e da história estiveram por muitos anos em oposição, a memória sendo compreendida como campo popular e flexível dos saberes sobre o passado, composta por esquecimentos e silêncios; e a história como investigação científica dos eventos que detém compromisso com a verdade histórica. Tal cenário modificou-se ao longo dos anos, com os avanços nos campos da história oral e também

pelo esforço de autores como Halbwachs, que modificaram a visão dos historiadores, que passaram a dar maior atenção ao campo da memória e a buscar compreender as relações dessas com o trabalho do historiador.

Ainda assim, retomar a história de um período como o regime militar brasileiro representa uma tarefa complexa em vários sentidos. O próprio acesso aos acervos e documentos oficiais do período está dando-se de maneira gradativa, o que atrasa o avanço dos estudos historiográficos. Ainda que o direito à informação seja constitucional, apenas recentemente a Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527/2011, passou a regular a questão no país, mas seus efeitos dependem da execução do Estado ou instituições que detém as informações. Iniciativas como a Comissão Nacional da Verdade, que atuou entre 2012 e 2014, enfrentam ainda dificuldades na execução da LAI, muitas vezes com os próprios órgãos públicos negando a existência de registros e documentos do período.

Mais de três décadas após o término do último governo militar, o país ainda apresenta marcas – evidentes ou invisibilizadas – deixadas pelo período, nas mais diversas instâncias seja no âmbito político, social ou econômico. Estruturas institucionais ainda em funcionamento no Estado, em diversas frentes de sua atuação, nasceram durante a ditadura, ou foram ampliadas ao longo do período. Desse modo, ao propor a retomada do período, corremos o risco de promover uma narrativa enviesada ou incompleta para os eventos dessa etapa. Por isso não temos aqui a pretensão de um olhar revisionista, mas apenas de fazer uma aproximação com alguns elementos que consideramos pontos cruciais para a compreensão do fenômeno-objeto de representação investigado aqui.

A dinâmica social vivenciada no Brasil, no início da década de 1960, indicava uma ampla renovação cultural e nos costumes. Diferentes setores da sociedade ainda absorviam reflexos de uma conjuntura global marcada por revoluções (como a cubana em 1959) e pelas repercussões advindas da nova ordem mundial instaurada ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A derrota da Alemanha nazista levou ao fortalecimento de dois eixos, os blocos capitalista e socialista passariam a disputar influências sobre outras partes do globo, estabelecendo um conflito velado, a Guerra Fria. O Brasil era um território alinhado ao bloco capitalista, liderado pelos EUA, mas a revolução Cubana estabeleceu um ponto de influência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) nas Américas, acendendo o alerta ao perigo do comunismo.

Após a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, o vice-presidente João Goulart, popularmente conhecido como Jango, encontrou dificuldades em assumir o poder enfrentando a resistência de setores da sociedade e de militares, e assumindo a presidência ao preço de

pressões e descontentamentos (Reis filho, 2014b). Tal período seria marcado por movimentos populares em prol das reformas de base (reformas no âmbito agrário, educacional, político e fiscal), que foram encabeçados por estudantes e trabalhadores, propostas que promoveriam mudanças na questão agrária, urbana, bancária, eleitoral e universitária (Reis Filho, 2014b). No início de 1964, Jango decide pela promoção de comícios em apoio às reformas. Concomitantemente, em março de 1964, ocorre a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, demonstrando que as “direitas” também se articulavam em protesto. Setores da Igreja Católica, do empresariado e da imprensa articulavam-se em apoio a ação militar. Tais comícios foram decisivos para que determinados setores civis e militares identificassem a chegada ao Brasil de ideias comunistas (Arquidiocese de São Paulo, 1985; Reis Filho, 2014b).

Jango foi deposto entre 31 de março e 1º de abril de 1964. Com o movimento de tropas do estado de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, o presidente buscou apoio no sul do país. É nesse cenário que em 1º de abril de 1964 o Brasil amanhece com novo regime estabelecido. Negando que Jango permanecia no país, o Congresso declarou vaga a presidência em 2 de abril (Almeida & Weis, 1997). Os militares tomaram o país em um golpe, promovido em nome da manutenção da ordem pública e da proteção da nação e das famílias de bem frente à ameaça comunista. O Brasil sob influência norte-americana – que centralizava o combate a ideologia comunista (Motta, 2002), deveria banir toda e qualquer tentativa de revolução ou ação que propagasse o perigo vermelho comunista, tarefa que fora autoatribuída pelos militares e apoiada por amplos setores da sociedade (Reis Filho, 2014b, Motta, 2000).

A princípio, o governo foi assumido pelo presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli; tendo seu primeiro presidente militar empossado em 15 de abril, o general Humberto de Alencar Castelo Branco. Ainda que Castelo Branco tenha assumido o poder com o discurso de promoção de um governo de estabilização e temporário, o período ainda teria outros quatro presidentes militares eleitos indiretamente, num total de 21 anos: Artur da Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969–1974), Ernesto Geisel (1974–1979), João Figueiredo (1979–1985).

Com o golpe começa a imperar no Brasil uma conjuntura social cindida em três estratos: opositores, agentes do Estado e pessoas de bem (Hessmann, 2011). Esta cisão da sociedade colocaria grande parte da população sob suspeita ou acusação, principalmente aqueles que defendiam ideias contrárias à ordem então estabelecida. Nesse sentido, destaca-se a participação estudantil em todo o período, como atores que protestaram contra o regime, sofrendo consequências cada vez mais severas da repressão.

Como apresentado por Almeida e Weis (1997), os militantes contrários ao regime, em sua maioria, eram estudantes do sexo masculino, de classe média, com boas condições socioeconômicas e nível sociocultural, o que os colocava em sintonia com as ações da juventude pelo mundo, em uma década de contestação política e social. Essa juventude intelectualizada apresentava ideias bastante articuladas em torno da necessidade de reformar as instituições e organização social nacional, inspirados por revoluções que eclodiam ao redor do globo. Detentores de um estilo peculiar de vida, os estudantes passaram a representar um perigo para a ordem social estabelecida, tendo em vista o alinhamento com pensamentos de esquerda, vistos por grupos conservadores como ameaças aos bons costumes e à estabilidade social e econômica do país.

Apesar das ações repressivas do Estado terem iniciado o combate à ‘subversão’ com o golpe, entre os anos de 1964 e 1968, estudantes, trabalhadores e artistas ainda gozavam de alguma liberdade de protesto e manifestação, sinalizando que ainda eram pouco rígidas as fronteiras entre o que era permitido ou proibido (Almeida & Weis, 1997). A partir de 1968, após a promulgação do Ato Institucional n. 5 de 13 de dezembro de 1968 (Almeida & Weis, 1997), que mergulharia o país nos chamados “Anos de Chumbo” (Napolitano, 2014, p. 72), a censura aos veículos de comunicação e as manifestações culturais acirraram-se; vários cidadãos tiveram direitos políticos caçados; e a perseguição aos estudantes ampliou-se, reprimindo reuniões e ações de protesto.

Segundo Almeida e Weis (1997), a imposição do regime de exceção brasileiro caracterizou-se por uma gradativa e intensa perseguição aqueles que eram contrários ao governo; pela suspensão de direitos civis de cidadãos; e pela censura dos órgãos de imprensa; medidas que causaram um profundo silêncio acerca do período nos âmbitos públicos e privados. Não somente os meios de comunicação foram controlados, mas gerações de famílias brasileiras sofreram com a ausência de liberdade para tratar de suas experiências.

Em março de 1968, com a morte do estudante Edson Luís pela polícia, durante manifestação contra o regime, começa uma série de passeatas e conflitos. Nas organizações estudantis coexistiam diversas orientações ideológicas e o acirramento do conflito fazia engrossar a defesa da luta armada por alguns grupos. As representações estudantis passaram a ser os principais alvos da repressão do Estado, em ações de perseguição, e, posteriormente prisão, tortura ou desaparecimento. Desse modo, delimitaram-se grupos sociais que seriam focalizados pelas ações da repressão, os “subversivos” ou “terroristas” em sua maioria jovens estudantes. “Nascia entre nós, uma versão da ‘teoria dos dois demônios’ que, na ótica liberal, levaria a sociedade à violência desenfreada” (Napolitano, 2014, p. 91). Se as ideologias externas

representavam ameaças iminentes, a juventude era vista como peça de manobra a ser manipulada. Assim, militares reconheciam que “O inimigo era interno, a guerra, não convencional, as estratégias, difusas e disseminadas no seio da população civil” (Joffily, 2014, p. 161), um inimigo a ser controlado e neutralizado. Os militares viam “nas transformações comportamentais típicas dos anos 1960/1970 – referidas à sexualidade e às drogas, por exemplo – a confirmação do que supunha ser a intenção deliberada de degeneração de supostos valores morais, facilitadora da subversão” (Fico, 2001, p. 187).

Em fevereiro de 1969 a situação estudantil ainda se agravaria com o decreto 477, elaborado com o objetivo de desmobilizar e desagregar o movimento estudantil. Os militares afirmavam que o contexto universitário federal seria o principal *locus* dos agitadores, muitas vezes com a anuência de professores e reitores (Motta, 2014b) e, por isso, deveria ser vigiado e controlado. As infrações previstas no decreto eram amplas, remetendo principalmente a atividades da militância estudantil, mas podiam também atingir professores, funcionários e reitores omissos ou mal-intencionados. “Além de desligados das faculdades, os estudantes punidos ficavam três anos proibidos de se matricular em outra instituição de ensino superior” (Motta, 2014b, p. 156), podendo ser excluídos de forma definitiva. Aos professores e funcionários caberia o afastamento, aposentadoria compulsória, dentre outras ações. Esses movimentos ocorriam em nome de uma limpeza (Motta, 2014b; Napolitano, 2014) promovida pelos governantes, a fim de eliminar todos os elementos vistos como “subversivos” ou “terroristas” representantes da oposição à ditadura. A construção desse inimigo interno, comunista e perigoso, que ameaçava a família, os princípios religiosos e os modos de vida em sociedade (Motta, 2000), foi um dos elementos que faria o regime amplo e duradouro.

Segundo Napolitano (2014), o conceito que sustenta o tripé da máquina repressiva (o uso de recursos militares, políticos e de informação) é a ideia de guerra interna ou revolucionária, contra um inimigo diluído na população, o subversivo, que viveria “entre a população *como se fosse* um cidadão comum” (p. 128, grifo nosso). Para controlar esse inimigo invisível, as ações tiveram que se estruturar criando uma verdadeira rede de informação que abastecia e orientava as ações dos agentes da repressão e estava diretamente ligada ao presidente da república.

A construção ideológica desse inimigo interno fez-se com base na Doutrina de Segurança Nacional gestada na Escola Superior de Guerra (criada durante a Segunda Grande Guerra), um ideário alinhado com o pensamento norte-americano que via nesses elementos da sociedade, os representantes do comunismo internacional. Sendo assim, enquanto país que se

alinhas ao eixo capitalista, qualquer ideia associada à União Soviética, ou ao eixo econômico socialista, deveria ser eliminada (Coimbra, 2000).

O controle das forças subversivas estruturou-se em um sistema de comunicação que tinha como eixo o Serviço Nacional de Informações (SNI) e se ramificava por órgãos da administração pública. Como órgãos informativos e operativos de inteligência militar encontravam-se as delegacias e as polícias estaduais (Dops) e o sistema DOI-CODI (Destacamento de Operações e Informações-Centro de Operações de Defesa Interna) vinculado diretamente a cada um dos ministros militares (Napolitano, 2014, p. 132-133).

Conforme Almeida e Weis (1997), esses órgãos atuavam na perseguição, prisão e tortura, morte e desaparecimento de opositores de modo mais intenso após a promulgação do AI-5. O AI-5 abriu portas para a “prática generalizada” da tortura (p. 339) e para dificuldades cada vez maiores na localização de presos e atuação de advogados. Muitas vezes as confissões dos militantes eram obtidas sob tortura e as circunstâncias de mortes não eram esclarecidas ou modificadas. A censura espalhou-se nos âmbitos jornalísticos, nas artes e nos ambientes culturais e educacionais, sendo ampla a produção acerca da resistência e da perseguição sofrida por artistas e intelectuais. Nesse cenário, muitos seguiram para o exílio ou foram empurrados para a clandestinidade. Tais situações impuseram mudanças dramáticas na vida de muitos, não apenas aqueles que militavam ou atuavam claramente contra o regime, mas a seus familiares e pessoas próximas. A clandestinidade implica necessariamente na vivência da “instabilidade” (p. 381), do “rompimento de relações” e do “isolamento social” (p. 377).

Em relação ao exílio Rollemberg (2004, p. 285) destaca que não se trata de uma “experiência homogênea”, tampouco representou no Brasil “um fenômeno de *massas*” (grifo da autora). Sua vivência é marcada por elementos subjetivos e sociais, sendo encarada de formas múltiplas. Além disso, a autora destaca a existência de mais de um “tipo de exilado”

Houve os atingidos pelo banimento; houve quem decidiu partir, às vezes até com documentação legal, não era alvo da polícia política, mas se exilou ao acompanhar o cônjuge ou os pais; houve os diretamente perseguidos, envolvidos, uns mais, outros menos, no confronto com o regime militar; houve quem foi morar no exterior por outras razões que não políticas e, através do contato com os exilados, integrou-se às campanhas de denúncia da ditadura e já não podiam voltar com tanta facilidade. Os casos são inúmeros. Neste universo tão diverso, são todos exilados (Rollemberg, 2004, p. 285).

Ainda que o exílio representasse o distanciamento do país e da língua materna, com fortes impactos na identidade, para muitos também representou continuidade na luta e resistência política (Rollemberg, 2004). Braggio e Fiuza (2014) destacam que apesar do número de exilados apontados pela imprensa e pelos relatos da época ser maior, o governo brasileiro

chegou a reconhecer em nota apenas o número de 128 banidos, estando os demais teoricamente autorizados a retornar. No entanto, a própria documentação de órgãos oficiais contradiz esse cenário,

Nas informações repassadas do Centro de Informações da Secretaria do Estado de Segurança Pública (CI/SESP) à DOPS/PR, sob o título Normas de Ação, os passaportes deveriam ser concedidos ou revalidados de forma restrita e em alguns casos negados, obrigando o interessado a recorrer na Justiça. E, quando recebidos pelas autoridades policiais no regresso deveriam ser detidos por dez dias para averiguação de suas atividades no exterior (Braggio e Fiuza, 2014, p. 13).

Além disso, a memória da repressão e da perseguição era recente na memória dos perseguidos mantendo-se o estado de insegurança vivido no exílio (Rollemberg, 2004). Apenas com o fim dos atos de banimento e com a Lei nº 6.683 de 1979 (a chamada Lei da Anistia) que os exilados puderam retornar ao país, muitos contando com o apoio da Organização das Nações Unidas (Braggio e Fiuza, 2014). Segundo Rosito e Damo (2014), foram as pressões e movimentos populares que levaram as primeiras mudanças no cenário político e que possibilitaram o retorno de exilados políticos ao país, após longas negociações que culminaram na promulgação da Lei da Anistia.

Após a Lei da Anistia, o retorno à democracia ainda enfrentaria o processo lento e gradativo imposto pelo regime em um movimento de abertura (Motta, 2014a), iniciado no governo Geisel e endossado pelo discurso de posse de João Figueiredo, em 15 de março de 1979.

As dinâmicas de repressão aos opositores do regime ainda contavam com as artimanhas da censura, que pelo controle da mídia impediam a divulgação das ações de perseguição e contribuíam para a propaganda governamental, focada no nacionalismo e no desenvolvimento econômico. Nesse sentido, Motta (2014a) descreve o regime militar brasileiro como “modernização autoritário-conservadora” (p. 48), um contexto que implica fortes paradoxos. “O regime militar tinha três fontes ideológicas principais: nacionalismo autoritário, liberalismo e conservadorismo (e mais a tradição anticomunista, servindo de elo entre elas)” (p. 52). Assim, conciliava impulsos modernizadores e conservadores autoritários, sendo seu lema o “Desenvolvimento com segurança” (p. 53), mas esquecia-se do campo cultural, onde apesar da censura, mantinha-se forte presença das esquerdas. Muitas vezes, espaços como o universitário serviram para “jogos de acomodação que transbordam a tipologia binária ‘resistência x colaboração’” (p. 55). Alas conservadoras da sociedade (políticos e empresários, que anteriormente haviam apoiado e/ou financiado ações do regime) buscavam a permanência do

controle, da ordem social e dos valores tradicionais; mas a implantação de reformas como a universitária, a modernização e desenvolvimento econômico, a expansão industrial e agrícola, levava a “potenciais tensões e instabilidade nas relações sociais” (p. 51), indicando possibilidades de mobilidade e mudanças econômicas que poderiam abalar o *status quo*. Assim, o aspecto modernizador teve de ser muitas vezes freado.

Segundo Luna e Klein (2014a), o governo militar investiu na base industrial, fato que juntamente com o controle salarial e de movimentos de trabalhadores leva a grande concentração e acumulação de renda, mas de certa forma levou a ampliação de mecanismos de mobilidade social pela renda. Ocorreram investimentos na educação básica e secundária, além de ampliação das universidades federais, o que se refletiu em aumento da escolaridade da população em geral. Ocorreu maior concentração populacional nas grandes cidades o que permitiu o acesso a serviços públicos mais estruturados.

No meio rural ampliou-se o investimento no agronegócio com uma modernização que mantém o sistema latifundiário (Luna e Klein, 2014b). De modo amplo, o governo sustentava a ideia de um “milagre econômico” (Luna e Klein, 2014b, p. 99), a partir de crescimento expressivo (10% ao ano) do produto interno bruto entre os anos de 1967 e 1973, (...) “o governo colocou em prática um programa de estabilização e reformas que se beneficiava do regime autoritário em vigor” (Luna e Klein, 2014b, p. 93). Desse modo, apesar de conviver com o aumento da dívida externa e com a inflação elevada a estabilidade do milagre parece sobreviver até o início da década de 1980.

No âmbito da segurança pública, Melo Jorge (1980) apresenta o aumento de mortes violentas (homicídios e acidentes) ao longo do período ditatorial, a partir dos registros de mortes feitos pelo Instituto Médico Legal da Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo. Apenas na cidade de São Paulo, o número de mortes violentas cresce de 2.668 em 1965 para 4.525 em 1975, sendo que a partir de 1970 a número total foi sempre superior a quatro mil na apuração anual. Ainda que a criminalidade ocorresse à sensação de “segurança” difundida pelo Governo Militar e propagado pela mídia e no senso comum, ainda parece ser aspecto da memória do período.

O universo dos atingidos pela prisão, morte e desaparecimento ao longo da ditadura foi objeto da investigação imediata da Arquidiocese de São Paulo (1985), uma obra que denunciava as condições vividas pelos perseguidos políticos, e assim, com a publicação de “Brasil Nunca Mais” iniciava um conjunto de produções memorialísticas e historiográficas. O sentimento de insatisfação que permaneceu entre militantes e familiares de mortos e desaparecidos políticos levou a promulgação da Lei nº 9.140 de 1995 que reconheceu a morte de militantes e criou a



Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos, mas apenas com a Lei nº 10.559 de 2002 regulou-se a concessão de indenizações financeiras aos atingidos pelo regime.

Até 2007 a reparação financeira pareceu ser o foco das ações reparatórias do Governo Federal, que, a partir de então, passaram a promover iniciativas de reconhecimento social de cunho educativo, tais como as Caravanas da Anistia (Rosito e Damo, 2014). Os movimentos de transição e reparação frente à ditadura não ocorrem sem repercussões na sociedade, dado que, ainda hoje, versões de memória permanecem sendo disputas pelos grupos sociais (Pollak, 1992). Recentemente, os esforços da Comissão Nacional da Verdade e a divulgação de seu relatório final em 2014, lançaram nova luz sobre o cenário, indicando ações de reparação e responsabilizando agentes do Estado por situações de tortura, prisão e morte.

Os elementos históricos apontados nessa sessão permanecem sendo negociados pelos grupos sociais, no âmbito das conversações e práticas sociais, seja por meio da comunicação direta entre os interlocutores ou a partir da mediação de recursos tecnológicos (publicações em redes sociais, aplicativos de troca de mensagens, comentários em plataformas etc.). Sendo assim, consideramos o senso comum uma esfera privilegiada para o estudo psicossocial da memória social, tendo em vista que nosso interesse repousa sobre os elementos das práticas e representações presentes nas dinâmicas intergrupais, que surgem como suporte para esse diálogo entre passado e presente, cenário que tem sofrido impactos constantes das novas tecnologias de comunicação e informação.

### **2.3 Cibercultura: tempo e espaço de conexão**

A tecnologia é marca do processo evolutivo humano ao longo dos séculos. Desde os primeiros artefatos utilizados por hominídeos até os últimos avanços da nanotecnologia, há um rastro que conecta e medeia o contato homem-mundo. Seja a fim de proteger-se, garantir sua sobrevivência ou dominar a natureza, ao longo da evolução humana, as técnicas e os recursos tecnológicos foram mecanismos propulsores que retroalimentaram a experiência e cultura. Nesse sentido, para autores como Lévy (1999) e Lemos (2015), seria artificial a divisão entre homem, técnica e cultura.

Situar o uso da técnica ao longo da evolução humana permite uma reflexão mais atenta sobre as características psicossociais da sociedade ocidental contemporânea na “Era da informação” (Castells, 2007, p. 15). Ainda que este trabalho não objetive uma revisão sistemática dos estudos sobre técnica e tecnologia, partimos desse aspecto para trilhar o caminho pelo qual esses recursos tornaram-se marca de uma nova sociedade e de um novo

tempo. Reconhecemos que diferentes áreas do conhecimento – como a filosofia (Lévy, 1999), as ciências sociais (Castells, 2007) e a comunicação social (Lemos, 2015) – têm problematizado de formas peculiares às relações entre tecnologia e cultura, e, nesse sentido, este trabalho não terá foco nas diferenças e disputas entre esses campos. Interessa-nos contribuir para a discussão sobre a construção de memória e representações sociais na cibercultura, sendo necessário, portanto, conhecer do que se trata esta última, em uma discussão que não se pretende esgotar.

Na perspectiva culturalista de Lemos (2015), o nascimento do homem enquanto ser cultural seria indissociável do surgimento da técnica. O autor descreve que, inicialmente, a técnica auxiliou na evolução do córtex cerebral do *homo sapiens*, por meio do esforço na construção de instrumentos, mas, em seguida, trilhou um caminho independente, descolando-se desse fim evolutivo. Assim, cada artefato passou a evoluir numa cadeia de lógica interna, em torno da “naturalização dos objetos e de objetivação da natureza (na construção de uma segunda natureza artificial, a tecnosfera)” (Lemos, 2015, p. 31). A tecnosfera criada pelo homem é a cultura ou “ecossistema cultural” (Lemos, 2015, p. 31), que desnatura o homem artificializando homem e natureza.

O surgimento da técnica deveu-se a necessidade de lidar com problemas práticos das sociedades primitivas, mas aos poucos esses grupos foram encontrando outras formas de resolução. A técnica surge dessacralizando a natureza, esta última encarada primitivamente como domínio dos deuses. Tal função expandiu-se quando a técnica se ligou a ciência moderna, no século XVII, originando o que chamamos hoje de tecnologia (Lemos, 2015). As esferas técnicas e sociais encontram-se em relação, assim:

A própria separação destes domínios já é problemática, já que todo sistema técnico só faz sentido em meio a um determinado corpo social. Sabemos que cada sistema técnico é expressão de relações específicas entre a ciência, a filosofia, a sociologia, a economia e a política. (...) Ligado à complexidade das culturas, todo sistema técnico é marcado por incoerências, bloqueios, paradoxos e conflitos, da Antiguidade aos nossos dias (Lemos, 2015, p. 39).

Nesse sentido, Lévy (1999) adverte sobre o uso da palavra “técnica” no singular. Para o autor, mais adequado seria adotar o termo “técnicas”, dada a sua pluralidade conectada as diferentes sociedades. Do mesmo modo, Lévy (1996, p. 22, grifo do autor) afirma que “*Cada forma de vida inventa seu mundo (...)* e, com esse mundo, um espaço e um tempo específicos. (...) diversos sistemas de registro e de transmissão (tradição oral, escrita, registro audiovisual, redes digitais) constroem ritmos, velocidades ou qualidades de história diferentes”. Assim, o autor nos convida a pensar como ao longo da história humana buscaram-se formas de prolongar

a existência e dar continuidade à vida, estendendo-a para além da experiência pessoal. Desse modo, a técnica também se refere aos recursos sociais e simbólicos que se desenvolveram nas civilizações ao longo dos séculos (Lemos, 2015).

Como apresentado por Silva (2001), Lévy (1993), Monteiro e Carelli (2007), Lemos (2007) e Le Goff (1996), a escrita é um dos primeiros suportes do imaginário humano, que garante sua continuidade no tempo e o faz avançar diante das amarras do espaço. Ainda assim, a oralidade e as primeiras gravuras pré-históricas já poderiam ser apontadas como suportes de comunicação e memória, que foram ampliadas com a escrita moderna (Le Goff, 1996). Ambos os suportes encarados por Lévy (1999) como formas de virtualidade.

Segundo Lévy (1996), o virtual constitui uma entidade, o nó de tensões, de coerções e de projetos que o animam, sendo assim, ele se atualiza sem ter sido. A virtualidade surge como potencialidade, vir a ser. Assim, o virtual surge em potência e não em ato, real e virtual não se encontram em oposição, mas são modos de realidade. O autor propõe que não há divisão entre real e virtual, e sim, entre virtual e atual. “O virtual existe sem estar presente (...) é uma fonte indefinida de atualizações” (Lévy, 1999, p. 48). O virtual como entidade desterritorializada gera manifestações sem estar preso em tempo e espaço, permite, portanto, a evocação de conteúdos que podem ser materializados e ressignificados no tempo presente, a partir da atualização.

Se a escrita traz em si a virtualidade, ela é potencializada diante das novas redes, de uma “sociedade de rede” (Castells, 2007, p. 16), principalmente com o advento da internet<sup>19</sup>. Como demonstra Santaella (2005), cada etapa da comunicação humana baseou-se em um tipo de registro, partindo da oralidade, passando pela escrita, impressão, comunicação de massa, midiática e, finalmente, digital. Os meios de comunicação são, na visão da autora, fortemente integrados ao modo de produção e aos aspectos econômicos e políticos de um tempo e de sociedade. Nesse sentido, cada avanço marca mudanças nas formas de interação social. Estamos lidando, portanto, com um modo de comunicação multimodal, híbrido, fluído, fruto da “convergência das mídias” (Santaella, 2005, p. 48).

Os recursos de acesso à informação que são permitidos pelas novas redes telemáticas ultrapassam a estabilidade, característica já presente nos livros, ampliando as possibilidades de evocação de seus conteúdos (Le Goff, 1996). A informática funciona como “uma orquestra semiótica mais vasta que engloba imagem, som, movimento, simulação, etc. permitindo gerar ambientes infocomunicacionais alternativos que estão a serviço da virtualização” (Silva, 2001,

---

<sup>19</sup> Ao longo do trabalho optamos pela grafia com “i” minúsculo, por concordar com autores como Fragoso, Recuero e Amaral (2011), que a entendem como substantivo comum e não próprio. No caso de citações diretas, para preservar a forma expressa pelos autores, a grafia original foi mantida.

p. 156). Ainda assim, a característica de estabilidade atribuída ao ciberespaço, merece atenção, pois pode dar a entender permanência definitiva, e os dados digitalizados encontram-se em constante atualização, podendo vir a ser descartados no futuro incerto.

A internet pode ser vista como uma nova mídia, que eleva a capacidade das formas anteriores de comunicação, no sentido de promover o prolongamento da existência, uma vez que integra vários suportes: a escrita, a imagem e o som (Lévy, 1999; Silva, 2001; Castells, 2007). Assim, em uma perspectiva histórica, as sociedades marcadas pela escrita construíram memórias duráveis, registros de longo prazo em seus acervos e bibliotecas (Monteiro, Carelli e Pickler, 2008). No ambiente informatizado o dado é virtualizado, ausente e presentificado em *hiperlinks*, não se trata mais de um signo fixo, mas móvel e instável.

Além de permitir a mistura de todas as linguagens, textos, imagens, sons, ruídos e vozes em ambientes multimidiáticos, a digitalização também permite a organização reticular dos fluxos informacionais em arquiteturas hipertextuais. Por isso mesmo, o segundo traço de linguagem hipermídia está na sua capacidade de armazenar informação e, por meio da interação do receptor, transmutar-se em incontáveis versões virtuais que vão brotando na medida mesma em que o receptor se coloca em posição de co-autor (Santaella, 2005, pp. 48-49).

A infraestrutura que possibilitou o surgimento da internet e sua consolidação como parte do cotidiano, desenvolveu-se ao longo do século XX – processo demonstrado por variados pesquisadores Lévy (1999), Lemos (2015), Castells (2007) e Rüdiger (2013) – não cabendo a este trabalho uma revisão completa ou mapeamento dessas descrições, faremos, portanto, uma pequena compilação desse cenário histórico e social, a fim de compreendermos o momento atual vivido pela sociedade.

É na segunda metade do século XX que as inovações em infraestrutura tecnológica e de desenvolvimento de *software*, segundo Castells (2007) e Lemos (2015), fomentam o surgimento de uma nova sociedade, onde o computador é um instrumento técnico central. Esse instrumento, que migra dos ambientes científicos e militares para o universo cotidiano, sofre uma verdadeira transformação, indo de equipamentos que ocupavam uma sala à *nanochips*. O uso militar desse equipamento data de 1945 (Lévy, 1999), já o uso civil começaria apenas na década de 1960 (Lévy, 1999; Rüdiger, 2013).

O incremento de recursos de informática durante a década de 1960 é descrito de formas diversas pelos estudiosos do tema, sendo consenso a importância da atuação de jovens e estudantes no sentido de liberar os computadores para uso pessoal<sup>20</sup>. Tal atuação situa-se em

---

<sup>20</sup> Segundo Lévy (1999), o período foi marcado pela atuação de movimentos sociais como o *Computers for the People*, que teve efeitos no mercado a partir da década de 1970, deixando os preços mais acessíveis. Já segundo

um contexto de investimento governamental e político norte-americano, que aos poucos passa a ter interesse na exploração da cibercultura como necessidade de consumo de massa (Rüdiger, 2013). É durante a década de 1970 que os computadores começam a popularizar-se, sendo que antes de chegar às casas, enfrentou uma série de adaptações com a criação do *mouse* (Lévy, 1999). Na década de 1980, o desenvolvimento tecnológico se amplia em áreas como jogos, gravação de músicas, e as primeiras plataformas interativas. As redes de computadores começam a ser desenvolvidas no final dos anos 1980 e início dos 1990.

Sobre o surgimento da internet, Castells (2007, 2012) destaca seu nascimento no âmbito do Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América, em 1969, sendo chamada a princípio de Arpanet, rede de computadores da *Advanced Research Projects Agency* (ARPA). Seu desenvolvimento ocorre de forma razoavelmente autônoma, condição que leva ao interesse de centros de pesquisa universitários e estudantes em esquema colaborativo. O desenvolvimento técnico e a padronização de códigos que se seguiu é que permitiu a comunicação em rede, ampliando redes no âmbito militar. Em 1983, dividiu-se a rede de uso militar MILNET e a ARPA-INTERNET para fins de pesquisa. Em 1990, a Arpanet saiu de operação, iniciando-se a privatização da internet e seu uso no domínio público. A descentralização e “o carácter aberto da arquitectura da Internet” (Castells, 2007, p. 45), foram os aspectos que permitiram a integração da internet como conhecemos (Castells, 2007).

Os computadores pessoais e a capacidade de trocas on-line ganharam maior visibilidade em meados da década de 1990 (Henriques, 2014). A mutabilidade dos espaços virtuais (Lévy, 1999) parece reafirmar-se em constantes revoluções, passando da “criação da World Wide Web (teia de alcance mundial), por Tim Berners Lee, no começo da década de 90, acompanhada pelo hipertexto 7 operacional” (Monteiro, 2007, p. 11) até a criação da *web 2.0*, que ampliou a capacidade de interação dos usuários. Conforme apresentado por Henriques (2014):

A ideia por trás do conceito da *web 2.0* é justamente a possibilidade de interação do público com a *internet*, através de *wikis*, postando vídeos no *YouTube* ou comentando assuntos em *sites* de notícias. A criação de espaços de autoria na rede mundial de computadores incentivou o registro e a disponibilização das memórias, sejam elas em forma de texto ou de imagens. As redes sociais substituíram, em larga escala, a experiência das pessoas com os *blogs* e os comunicadores instantâneos (tais como *MSN*, *ICQ*), que eram os grandes atrativos da comunicação mediada pelos computadores na internet 1.0 (p. 82, grifos da autora).

---

Castells (2007), os jovens universitários que contribuíram para o desenvolvimento tecnológico dessa época, estariam mais interessados em seus computadores do que em questões mais amplas, ainda que a ideia de liberdade de expressão e comunicação estivesse alinhada com o espírito contracultural de seu tempo, estes não podem ser tidos como representantes desse movimento.

Nessa nova fase os usuários da rede *web 2.0* estão em busca de velocidade e da possibilidade de não apenas buscar conteúdos, mas criá-los e alterá-los gratuitamente em interfaces de comunicação e *softwares* cada vez mais participativos, ou como se convencionou dizer, mais interativos. Uma característica da *web 2.0* é o uso de *softwares* livres, ou seja, programas on-line de acesso gratuito que permitem a manipulação de conteúdo sem a necessidade de plataformas ou códigos específicos (Cabral Filho & Coutinho, 2009; Lemos, 2004).

O avanço da internet atinge todas as partes do globo (NIC.br<sup>21</sup>, 2017, p. 131), mas seu uso permanece limitado e relacionado a recursos financeiros, marcado por diferenças regionais e sociais. Na primeira década do século XXI, o crescimento de usuários na América Latina foi intenso, concentrando-se nas regiões com maior renda, situação que se aplica ao Brasil (Fragoso & Maldonado, 2009). Há também expansão dos telecentros e da estrutura de oferta de serviços banda larga. Ainda assim, algumas regiões têm difícil acesso à internet, apresentando uma distribuição desigual aos usuários da região.

No Brasil, a proporção de residências com computador passou de 25% para 50% entre 2008 e 2015, atingindo metade da população (Nic.br, 2016, p. 128). Já em 2016, houve redução para 46%, revelando a perda de centralidade do uso do equipamento que é suplantado por outras interfaces (Nic.br, 2017). Os domicílios com acesso à internet praticamente triplicaram, indo de 18% para 51% na série histórica entre 2008 e 2015, ampliando-se, ainda, o acesso à internet por meio da telefonia móvel, que passou a ser analisada em 2014 (Nic.br, 2016, p. 133). Em 2016, esse percentual atingiu 54%, mantendo padrões de desigualdade da série histórica, com apenas 23% de acesso entre as classes D/E e 26% das áreas rurais (NIC.br, 2017, p. 121). As regiões do Brasil apresentam disparidades de acesso e a idade é fator que modifica as formas de uso e acesso (NIC.br, 2017). Ainda assim, o cenário leva a crer que a conectividade começa a tornar-se parte indissociável da vida contemporânea.

Nesse ponto, é possível afirmar a existência de um modo de vida peculiar fruto da decadência do capitalismo industrial e do avanço da globalização, marcas da segunda metade do século XX, a cibercultura (Lemos, 2015). Segundo Lemos (2015, p. 18) atualmente “o termo ‘ciber’ está em todos os lugares”, trata-se de um cenário que não orbita apenas o computador, distribuindo-se em *smartphones*, *tablets* e outros equipamentos de comunicação e informação, mas também nos sistemas de segurança, nas transações financeiras cotidianas, alterando rotinas

---

<sup>21</sup> O Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) foi criado para implementar as decisões e os projetos do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), que é o responsável por coordenar e integrar as iniciativas e serviços da internet no país. Mais informações em: <https://www.nic.br/sobre/#composicao>.

e práticas sociais complexas (Mazzotti & Campos, 2011; Lemos, 2015). Tal cenário não é homogêneo, ele gesta novos excluídos (Castells, 2007) – como demonstrado nos dados de acesso apresentados (NIC.br, 2017; Fragoso & Madonado, 2009) – ou, simplesmente, correspondem às concentrações de riqueza e poder (Santaella, 2003).

### 2.3.1 *Complexificando o real: novos cenários de interação da cibercultura*

Como sinaliza Santaella (2003) há variadas definições para cultura, sendo a imprecisão do termo aceita por muitos autores. Ainda assim, a autora destaca que há certo consenso sobre o aspecto adaptativo e variável assumido pela cultura, na medida em que ela reflete “a parte do ambiente que é feita pelo homem” (p. 31). Pensar em cibercultura implica como apontado, tratar de aspectos que vão além dos avanços e instrumentos tecnológicos concretos que povoam a realidade, trata-se, de um modo vida e de estruturas simbólicas características de uma nova sociedade em um tempo específico.

O conceito de cultura como apresentado por Clifford Geertz (2008) em *A interpretação das culturas*, parece-nos bastante adequado para situar as dinâmicas correntes no mundo ocidental contemporâneo. Para o autor “cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível — isto é, descritos com densidade” (Geertz, 2008, p. 10). Desse modo, falar de uma cultura é tratar dos discursos sociais ou “teias de significado” (Geertz, 2008, p. 4), que permitem a interpretação de um comportamento ou relação dentro do contexto em que se apresenta, rompendo com uma descrição que implique apenas os aspectos superficiais de um fenômeno.

Por sua vez, a definição de cibercultura é complexa, por abrigar múltiplos sentidos (Lemos, 2003). Rüdiger (2013) situa a origem do termo cibercultura na década de 1960, como formulação da engenheira, informata e empresária norte-americana Alice Hilton que fundou um instituto de estudo do tema. Para o autor a cibercultura é uma “formação histórica de cunho prático e cotidiano” (p. 7), baseada em redes de comunicação e tecnologias que estão criando um mundo próprio, que transforma “novos aparatos de informação em recurso ordinário por parte de pessoas e instituições” (p. 7).

Segundo Lévy (1999), em seu livro intitulado *Cibercultura*, trata-se do “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (p. 17). Lemos (2003) a descreve como “forma sociocultural que emerge da relação simbiótica entre a sociedade, a

cultura e as novas tecnologias de base micro-eletrônica que surgiram com a convergência das telecomunicações com a informática na década de 70” (p. 11). A cibercultura é uma característica da pós-modernidade<sup>22</sup>, da radicalização da lógica capitalista pós-industrial, onde os usos de novas tecnologias digitais da informação ampliam o mercado do capital; e a globalização, agora mais que as esferas políticas e econômicas, atinge as vivências sociais (Lemos, 2015).

Se num primeiro momento, as tecnologias da informação foram vistas como risco ou impacto na cultura e na sociedade (Lévy, 1999), a contemporaneidade revela modos de interação peculiares, e cada vez mais, naturalizados pelas novas gerações que delas dispõem (Rüdiger, 2013). As formas de comunicação, que já haviam sido revolucionadas pelos meios de comunicação de massa e pela indústria cultural (Adorno & Horkheimer, 1985), sofrem uma nova revolução.

Acreditamos, como Lemos (2004, p. 5), que a cibercultura não trata de uma mídia nos termos das *mass media* (jornais, rádio, televisão, cinema), características do século XX, e que compunham a indústria cultural. Trata-se de “um ambiente midiático, como uma incubadora midiática, onde formas comunicativas surgem a cada dia (*chats*, *ICQ*, *fóruns*, *e-mail*, *blogs*, *web*, etc.) . . . ao mesmo tempo, forma e conteúdo cultural, modulador de novas identidades e formas culturais” (Lemos, 2004, p. 5).

Para Santaella (2003), a cibercultura é herdeira da cultura das mídias (caracterizada por produções como a fotografia, a impressão, a filmagem etc.), que por sua vez dá sequência à cultura das massas (própria da comunicação em grande escala, de jornais ao rádio e à televisão). Ainda assim, nenhuma destas formações socioculturais substitui a anterior, elas convivem com elementos dos cenários anteriores, que vão se associando.

Um aspecto que diferencia a cibercultura é que as formas de comunicação digitais permitem a liberação do polo da emissão (Lemos, 2004, 2006), ou, como sinaliza Lévy (1999), permitem a modificação dos dispositivos comunicacionais em termos de emissão-recepção da mensagem. Lévy (1999) descreve que as formas de emissão vão do cenário um-um (correio); um-todos (televisão e rádio); todos-todos (construções coletivas, videoconferências,

---

<sup>22</sup> Para Lemos (2015, p. 63) “A ideia de pós-modernidade aparece na segunda metade do século XX com o advento da sociedade de consumo e dos *mass media*, associados à queda das grandes ideologias modernas e das ideias centrais, como história, razão, progresso”. Este trabalho não problematiza as formas “pós-modernistas” de Psicologia Social (Duveen, 2009, p. 18) na medida em que tratamos do fenômeno das representações sociais, a partir da obra de Serge Moscovici, um conhecimento característico da modernidade. Nesse sentido, Duveen (2009) destaca que as representações sociais são construções coletivas próprias de uma época de valorização da ciência, e marcadas pela influência dos meios de comunicação de massa, sendo que outras “condições de vida social” podem levar a outras formas de conhecimento. Assim, o pano de fundo desta pesquisa é, portanto, a problematização sobre os impactos da cibercultura na construção das representações sociais.



ciberespaço). Assim, as informações em circulação não são mais monopolizadas por grandes corporações, ‘todos’<sup>23</sup> teriam ao menos teoricamente possibilidades de produção e acesso ao conteúdo interativo.

A interatividade caracteriza os meios de comunicação em diferentes níveis, indo das mídias tradicionais às digitais (Mielniczuh, 2001; Lévy, 1999). “O termo ‘interatividade’ em geral ressalta a participação ativa do beneficiário de uma transação de informação” (Lévy, 1999, p. 79). Lévy (1999) postula que as mídias apresentam diferentes níveis de interatividade: a televisão é interativa na medida em que suas emissões modificam o espectador; o telefone que permite a comunicação em “mão-dupla; os mundos digitais são mais interativos que os meios de comunicação anteriores, pois implicam na virtualização da presença da pessoa ou de uma situação que pode ser modificada (Lévy, 1999), possibilitando, por exemplo, a construção coletiva de conteúdo.

Além disso, as interações virtuais tornam-se suportes de trocas e afetos, compartilhamento e memória (Henriques, 2014), relações de solidariedade, mas também de exclusão, afetividade, intimidade e sociabilidade (Silva, 2001, Lévy, 1999). O aspecto interativo da cibercultura desafia a dimensão de grupo social (Mazzotti & Campos, 2011), na medida em que pulveriza relações sociais que muitas vezes não possuem suportes presenciais. “A *Internet* é um espaço de espaços onde o público e o privado, o local e o global, o material e o virtual coabitam, o que conduz à geração de novas sociabilidades e reorganização das sociabilidades tradicionais” (Silva, 2001, p. 159, grifo do autor). Globalizando e difundindo conteúdos, mas ao mesmo tempo possibilitando o funcionamento de grupos como tribos, desterritorializando e reterritorializando (Lemos, 2007)

A dimensão espacial na cibercultura é teorizada a partir do conceito de ciberespaço. A origem do termo ciberespaço é discutida por Monteiro (2007), a autora revela que apesar de várias referências acadêmicas referirem seu surgimento no livro de William Gibson, *Neuromancer* de 1984 – como vemos em Lévy (1999) e Rüdiger (2013) – o próprio escritor norte-americano já teria citado o termo em obra anterior do ano de 1982. Em Gibson (1984/2003), o ciberespaço funciona como uma alucinação consensual, um mundo em rede com o qual nos conectamos diretamente pela via cerebral, cenário que se materializa como plataforma digital urbana, com prédios e ruas, onde ocorrem negócios econômicos e culturais.

---

<sup>23</sup> Nesse caso, como vimos, ‘todos’ refere-se aqueles que dispõem de acesso e recursos tecnológicos e educacionais que possibilitem a produção e publicação de conteúdo, cenário sujeito a diversas determinações (social, econômica, geracional etc.). Além disso, muitos conteúdos são marginalizados ou não chegam a ser emitidos, devido às dinâmicas intra e intergrupais, que permitem ou não certas emissões por parte de seus membros.

Lévy (1999), um dos precursores nos estudos da cibercultura, define o ciberespaço como “novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores (...) não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (Lévy, 1999, p.17).

Segundo Monteiro (2007), as concepções sobre o ciberespaço vão desde visões mais abrangentes, como a de Lévy (1999), incluindo pessoas, informações e infraestrutura, até visões mais reducionistas que destacam apenas o fluxo de informações, ou a infraestrutura/tecnologia que sustentam este cenário. Assim, reunindo os argumentos de sua revisão, a autora propõe compreendermos o ciberespaço como “universo virtual” (Monteiro, 2007, p. 5) resultante da internet, “um novo mundo, um novo espaço de significações, um novo meio de interação, comunicação e de vida em sociedade. Esse universo não é irreal ou imaginário, existe de fato, e o faz em um plano essencialmente diferente dos espaços conhecidos” (Monteiro, 2007, p.5).

Corroborando o argumento de Monteiro (2007), para Lemos (1996, p. 2) “Mesmo sem ser uma entidade física concreta, pois ele é um espaço imaginário (...). Ele não é desconectado da realidade, mas, ao contrário, parte fundamental da cultura contemporânea. O cyberespaço (sic) é assim um complexificador do real”. Tal argumento de Lemos revela que a realidade virtual não remete apenas às dinâmicas presenciais externas, o virtual não copia o real, mas ela própria se torna uma promotora de novas interações e dinâmicas. Interações sociais ganham novas características como a velocidade, a ampliação da comunicação entre pessoas de diferentes culturas em tempo real, a construção compartilhada de valores e projetos, dentre outros (Monteiro, 2007).

Lévy (1999) aponta que a digitalização é a base técnica da virtualização, tendo em vista que quando se digitaliza a informação, ela está fisicamente em algum lugar, um espaço menor que o objeto concreto, e nos vários pontos da rede telemática. Assim, “A informática possui técnicas que permitem digitalizar, transportar, armazenar e colocar a disposição” (Lévy, 1999, p. 32) uma nova gama de conteúdos, que, ao menos em seu nascimento, são apenas virtuais.

Se, como vimos, as formas de virtualidade acompanham a evolução humana (na comunicação oral, escrita e nas novas tecnologias de comunicação), ao manejar os limites de tempo e espaço, na cibercultura os modos de vida são modificados, definindo novas práticas sociais e permitindo o prolongamento da experiência humana de forma peculiar. Como vemos na análise de Rüdiger (2013), o advento da cibercultura suscita otimismo e pessimismo entre os autores de diferentes áreas (comunicação, filosofia, ciências sociais etc.), desde tendências tecnófilas (elogios à técnica, como bem feitora ou salvação da humanidade) à tecnófobas

(técnica e máquina como ameaças a vida). Acreditamos que esse fenômeno deva ser analisado com crítica e prudência, tendo em vista que são os grupos sociais que definem os usos e sentidos da tecnologia, que podem tanto estar a serviço de ideais autoritários ou democráticos, igualitários ou hierarquizantes (Rüdiger, 2013, Castells, 2007).

Nesse sentido, os espaços virtuais têm mostrado cada vez mais povoados por grupos e indivíduos que, além de produzirem conteúdo, promovem interação e fortalecem vínculos de pertencimento que rompem com as dinâmicas de espaço e tempo tradicionais, fomentando a construção/fortalecimento de identidades e representações partilhadas (Ribeiro, 2001).

### *2.3.2 Redes e relações sociais na cibercultura*

A “sociedade em rede” (Castells, 2007, p. 15), a “Era da Informação” (Castells, 2007, p. 16) ou a “Galáxia Internet” (Castells, 2007, p. 16) são nomeações que buscam sintetizar a abrangência e o funcionamento da cibercultura. Elas refletem sua capilaridade nos âmbitos político, econômico e social, reafirmando-a como realidade social contemporânea onde, ainda que o indivíduo não se perceba interagindo com “as redes, as redes vão relacionar-se consigo” (Castells, 2007, p.325). O funcionamento em rede passa a balizar as dinâmicas micro e macrosociais, de maneira que bordeja as trocas sociais, de trabalho e econômicas em escala global.

Castells (2007) promove uma leitura crítica dessa nova sociedade, destacando que a tecnologia e sua infraestrutura apresentam desigualdades de distribuição e qualidade de acesso, que são relacionadas aos aspectos regionais, de faixa etária, gênero e etnia. Ainda que a internet não possa ser negada como suporte e mediador das relações sociais, sua distribuição e funcionamento revelam o surgimento do fenômeno da “info-exclusão” (Castells, 2007, p. 288), e, portanto, não refletem uma dimensão homogênea e igualitária, e sim um modo de ação engendrado no capitalismo e em suas desigualdades.

Essa dinâmica baseada em redes não é uma invenção pós-moderna, a novidade reside na nova estrutura material e digital que subsidia seu funcionamento. A visão de Castells (2007, p. 15) esclarece que as redes enquanto “conjunto de nós interligados. . . são formas muito antigas da atividade humana, mas actualmente (sic) essas redes ganharam uma nova vida, ao converterem-se em redes de informação, impulsionadas pela internet”. Não se trata de uma invenção recente, mas de um funcionamento e estrutura que sofreram profundas modificações, rompendo hierarquias e centralizações, em nome da flexibilização e complexidade; ultrapassando a lógica moderna, a partir da urgência em globalizar (Castells, 2007).

Reverendo o conceito de rede, Musso (2013) retoma suas origens na mitologia e na antiguidade como uma ideia vinculada a tecelagem, passando pela medicina e sua associação com o corpo, até sua externalização, artificialização e simbolização. De modo amplo, sua reflexão revela que as redes refletem fluxos, sistemas e conexões de elementos de um conjunto, seja no organismo ou fora dele, com a construção de redes.

O estudo das redes é apontado por Recuero (2009) como marco paradigmático da ciência do século XX, que buscou romper com o olhar cartesiano que seccionava as partes do fenômeno para compreendê-lo, passando ao interesse pela complexidade das relações entre as partes. Esta perspectiva tem sido absorvida por diversas áreas de conhecimento, a fim de compreender o funcionamento e as dinâmicas atuais da sociedade.

Santaella (2010) destaca que as redes sociais são apenas um tipo de rede, mas as redes não se resumem a elas. Sendo assim, um conceito bem mais amplo, redes são estudadas nos mais diversos campos de saber, indo da matemática às humanidades (Santaella, 2010; Musso, 2013). “As redes estão em todos os lugares” (Recuero, 2015, p. 9), as redes sociais dizem respeito à estrutura e relações sociais nos agrupamentos sociais.

Uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: *atores* (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas *conexões* (interações ou laços sociais). . Uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores (Recuero, 2009. p. 24).

As redes sociais não se resumem, portanto, aos *websites* de redes sociais, apesar de diversas redes encontrarem nos *websites* uma forma suporte (Recuero, 2015). Importante situar que as redes sociais não devem ser confundidas com os sites desenvolvidos para esse fim, tampouco com os diretórios que são apropriados pelos usuários e transformados em redes sociais. As redes sociais digitais são construídas a partir de laços sociais entre atores que se fazem representar e interagem no ambiente virtual. “Redes são metáforas estruturais” (Recuero, 2009, p. 56) que contribuem na compreensão dos agrupamentos humanos na medida em que possuem topologia e propriedades específicas, que no caso das redes digitais podem ser medidos e analisados tendo em vista os rastros digitais dos indivíduos.

As redes sociais existem, como sinalizamos, tanto no ambiente virtual, como fora dele. No caso das redes sociais digitais, estas estabelecem-se na interação dos usuários, podendo surgir, por exemplo, em uma sessão de comentários em um *blog*. Portanto, falar em redes sociais virtuais não se refere necessariamente a *websites* de redes sociais, como Facebook, Orkut, ou seja, criados para priorizar e promover a interação entre os usuários (Recuero, 2009).

Estas redes não reproduzem apenas estruturas de redes sociais *off-line* como complexificam relações sociais que ultrapassam o ambiente virtual.

Como demonstrado por Castells (2007, p. 15), a internet desponta como ícone da sociedade em rede, “constitui actualmente a base tecnológica da forma organizacional que caracteriza a Era da Informação: a rede”. As redes que aos poucos foram integradas, somando-se aos nós de informação, passaram a conectar indivíduos e grupos que agora escolhem suas comunidades virtuais por afinidades de interesses.

A internet como meio de comunicação tem hoje a mesma importância da eletricidade da fase industrial do capitalismo (Castells, 2007). Para exemplificar a potencialidade da internet como ferramenta para os movimentos sociais, o autor propõe uma analogia histórica:

podemos dizer que a constituição do movimento operário na era industrial não pode separar-se da fábrica industrial como sede organizativa (embora alguns historiadores insistam no papel igualmente importante dos bares e tabernas). Sabemos, pelos capítulos precedentes, que a Internet não é apenas uma tecnologia: é um meio de comunicação (como o eram as tabernas) e constitui a infraestrutura material de uma forma organizativa concreta: a rede (como antes o foi a fábrica). (Castells, 2007, p. 169).

Como universo de atuação política a internet inaugura uma lógica “glocal” (Castells, 2007, p. 226) onde os movimentos devem articular-se a partir de causas locais, mas atuando em conexão com a esfera global. Assim, as vinculações e pertencimento favorecido pela rede potencializam a luta por seus objetivos. Por meio das pontes de comunicação da internet os movimentos ampliam seu alcance e agregam indivíduos, seja em relações duradouras ou débeis (temporárias).

A cibercultura redimensiona as esferas de tempo e espaço, o que não significa dizer que as comunidades<sup>24</sup> e redes baseadas no território não existam mais, e sim que a nossa sociedade fomenta espaços onde se desenvolve “um híbrido de comunicação no qual se juntam o lugar físico e o *ciberlugar* . . . actuando como suporte para o individualismo em rede”. (Castells, 2007, p. 161). Essa esfera do individualismo é tratada por Castells (2007) a partir de Wellman, para designar a centralidade do eu na construção das redes voltadas a interesses, afinidades e valores pessoais. Esse modelo de sociabilidade baseado no individualismo pode remeter a um ideário de baixa mobilização dos indivíduos e grupos, mas pelo contrário, a conectividade

---

<sup>24</sup> As comunidades virtuais apresentam estrutura semelhante a “de um *cluster*, ou seja, de um aglomerado de nós com maior densidade de conexões” (Recuero, 2009, p. 135). Elas representam pontos mais populosos da rede, reuniões de pessoas em busca de interação e afinidades.

possibilitada pela internet tem favorecido a articulação de movimentos sociais, manifestações e protestos desde a década de 1990, isto é, com o início da privatização e comercialização da internet (Castells, 2007).

A questão fundamental é que esse novo espaço público, o espaço em rede, situado entre os espaços digital e urbano, é um espaço de comunicação autônoma. A autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais, ao permitir que o movimento se forme e possibilitar que ele se relacione com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder sobre o poder da comunicação (Castells, 2013, p. 20).

Castells (2007, 2013) compreende a sociedade em rede como marcada por relações de poder, e, nesse sentido, a informação é poder e a internet é o veículo de distribuição da informação, daí sua importância nas escalas micro e macrosociais, podendo vir a ser democrática. Concordando com o argumento do autor, Santaella (2010) afirma que, ainda que as redes virtuais reflitam as desigualdades e problemáticas do capitalismo, sendo povoada por ações governamentais e comerciais, não se pode perder de vista seu potencial revolucionário, na medida em que permite que instituições e indivíduos antes silenciados, comuniquem-se.

Para além do funcionamento em rede, como característica geral da comunicação contemporânea, convém destacar o crescimento das redes sociais digitais, não somente para a sociabilidade em nível interpessoal, mas também seu papel na articulação de ações de movimentos sociais. Segundo Castells (2013), os movimentos sociais sempre dependeram de mecanismos de comunicação, tais como: boatos ou conversas entre as pessoas, sermões e imprensa. As redes sociais digitais atuais inauguram um modo de comunicação multimodal, interativo e amplificado, promovendo a quebra de hierarquias e novos modelos de participação.

Para Castells (2007) o poder das redes sociais digitais como articuladoras de movimentos e grupos sociais, se anuncia desde a década de 1990, pois “O ciberespaço converteu-se numa ágora eletrônica global onde a diversidade do descontentamento humano explode numa cacofonia de pronúncias” (p. 168). As mobilizações incluem desde a assinatura de petições on-line, promoção da articulação de grupos e reunião presencial de pessoas em protestos, ou em ataques virtuais a *websites*. Muitos dos movimentos reunidos por meio de redes digitais conseguem reunir pessoas com vasta gama de interesses, muitas vezes valores diferentes que são deixados momentaneamente de lado em torno de uma ideia em comum, dessa forma, muitos protestos conseguem escala global.

Castells (2007) menciona os primeiros movimentos sociais que encontraram nas redes digitais um suporte de atuação, citando “o movimento zapatista em Chiapas, no México . . . [e

o] “Falun Gong, o movimento político/espiritual chinês” (p. 168), que marcaram meados da década de 1990. Menciona ainda os protestos on-line com a sabotagem de *websites* militares e de agências financeiras por “*hacker*<sup>25</sup>-*activistas*”(p. 169). A articulação em torno de protestos como os antiglobalização, contra a organização Mundial do Comércio, em Seattle (EUA), em 1999, ilustram a característica temporária e fluída das articulações em rede, que não apresentam sedes e estruturas físicas, mas permitem a adesão de um grande contingente de pessoas que após a mobilização retomam suas rotinas.

Com diferentes ênfases, ao longo das últimas décadas vários autores têm se dedicado a compreensão da mobilização social na internet (Castells, 2007, 2013; Maia, Gomes & Marques, 2011; Antoun & Malini, 2013). Os movimentos sociais que se articularam desde os anos 2000 apresentavam pautas (feminismo, antiglobalização, ecologia, direitos civis, economia etc.) as mais diversas, não sendo possível aqui explicar sobre suas características e contextos específicos, chamando atenção de forma geral, como as redes sociais digitais serviram para impulsionar, difundir e mobilizar pessoas que não possuíam engajamento em ações anteriores e que encontraram nas redes um suporte para atuação.

A obra de Castells (2013) dá um bom panorama dos movimentos entre 2010 e 2012 que se alastraram em países europeus, árabes e nos Estados Unidos, denunciando regimes e reivindicando direitos, com apoio de grande contingente de pessoas. A análise do autor termina indicando em seu posfácio a chegada dessa onda de mobilização ao Brasil, com protestos que se iniciaram em torno da pauta de redução da tarifa do transporte e se ampliaram para reivindicações nas áreas de saúde, educação etc.

Sobre o cenário das manifestações no Brasil em junho de 2013, Silva e Ziviani (2014) organizam um conjunto de textos em que se apresentam diferentes contextos das chamadas *Jornadas de Junho*, com ênfase na apresentação da mobilização entre ruas e redes, que povoou o cenário urbano de forma diferenciada. Entre 2013 e 2018 ocorreram muitas análises sobre as características dessas manifestações, sua semelhança com movimentos anteriores, sobre a construção e apropriação de suas narrativas por partidos, organizações e pela mídia de massa; muitas questões permanecem em aberto e novos movimentos e protestos se seguiram. A esfera pública no Brasil foi enriquecida por discussões entre atores que antes não tinham repercussão, e hoje, se fazem presentes em redes sociais digitais de grande difusão.

---

<sup>25</sup> A cultura *hacker*, ciberativismo, o jornalismo participativo ou mídia livre não são foco deste trabalho. Para a compreensão da trajetória histórica desses movimentos e práticas, que se ensaiam junto com a própria construção das redes digitais e da internet, nas décadas de 1980 e 1990, indicamos a leitura de *Internet e a Rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*, de Antoun e Malini (2013).

O conflito social e as demandas da população encontram eco nas redes sociais digitais, que, além de informar, conectam e denunciam. Além disso, a mídia de massa continua tendo grande impacto em nossa realidade, e não se pode negar que ainda há um grande contingente populacional sem acesso à internet. Estes dois universos on-line e off-line estão em constante alimentação, em trocas que fomentam a construção de saberes sobre o mundo.

Ainda que haja um potencial democrático nas redes, como sinaliza Castells (2007) e Santaella (2010), elas também podem dar voz a manifestações autoritárias e discriminatórias. Elas são controladas por empresas e atendem a interesses comerciais e capitalistas. Hoje lidamos com o perigo das *fake news* (notícias falsas) lançadas por indivíduos e grupos – inclusive no âmbito político –, com a guerra cibernética por dados e informações pessoais, com o poder financeiro de corporações e o avanço das tecnologias de inteligência artificial. Esses elementos possibilitam a manipulação do conteúdo e da difusão das informações, uma forma de poder exercida por aqueles em posições de comando na sociedade. Lidamos com o perigo da perda de informações pessoais, riscos de segurança cibernética, problemas que há pouco não eram foco de nossa atenção.

Lidar com materiais em circulação nessa rede é acessar um conhecimento social instável e em constante atualização. Tais representações encontram no ambiente virtual um espaço de profusão, alimentadas por discussões entre pares que antes não encontram via de comunicação. Os saberes construídos em rede representam, cada vez mais, formas de conexão dos indivíduos e grupos.

A nomeação “sociedade em rede” de Castells (2007, p. 16) ganha cada vez mais potencial descritivo na medida em que expõe as ligações e furos próprios da estrutura de conexões em que a dinâmica social se estabelece. Tal cenário de complexidades gera, portanto, novas questões para a teoria e pesquisa em Psicologia Social que buscaremos problematizar.

#### **2.4 Aspectos teórico-metodológicos das pesquisas sobre a cibercultura no campo da Psicologia Social**

A cibercultura implica dinâmicas sociais que modificam as dimensões de tempo e espaço e as relações de pertencimento e interação, elementos basilares nos estudos em Psicologia Social. A comunicação sofre impactos constantes e práticas sociais são criadas e substituídas com velocidade surpreendente. Tal fenômeno encontra o capitalismo pós-industrial como cenário econômico, impactando a distribuição de recursos e informação, esta última agora convertida em poder (Castells, 2007).



Acreditamos que a Psicologia Social pode contribuir para a construção de uma leitura crítica dos fenômenos da cibercultura, compreendendo os elementos políticos, mercadológicos, midiáticos e publicitários, presentes nas redes. Ainda que a internet reproduza, muitas vezes, o conteúdo da cultura de massa ou mesmo um cenário mercantilizado, rico em publicidade, acreditamos, como Rüdiger (2013), que o estudo da cibercultura tomada de forma crítica e situada historicamente pode nos ajudar na compreensão de nosso tempo.

Além disso, o meio apresenta muitos desafios metodológicos, em um campo constantemente bombardeado por informações e em constante mudança. Tal fluidez comprometerá a coleta de dados, sua análise e a inferência a partir dos dados? Algumas das respostas a essa pergunta, ainda se encontram em construção, pois como apontado por Fragoso, Recuero e Amaral (2011), os métodos de pesquisa da internet são um campo em movimento.

Ao analisarem o campo das ciências sociais, Fragoso, Recuero e Amaral (2011) tratam da pesquisa sobre a internet, problematizando-a como local, instrumento ou objeto de pesquisa. A internet é difícil de ser analisada isoladamente por uma área de conhecimento, assim, aos poucos sua investigação vem ganhando centralidade em vários campos. Assim, as autoras revelam as diferentes formas de tratamento do tema, seja enquanto cultura, artefato cultural ou mídia; por meio do uso de recursos etnográficos, questionários, entrevistas dentre outros.

Em termos históricos, Fragoso, Recuero e Amaral (2011) retomam revisões de produção como *The three ages of internet studies: ten, five and zero years ago*, de Barry Wellman e *Internet ethnography – notes for a presentation*, de John Postill. As revisões demonstram como os estudos sobre a internet foram se complexificando em termos metodológicos e teóricos, sendo identificados três momentos: iniciando na década de 1990, com estudos sobre surgimento da internet e a polarização real-virtual; progredindo para o interesse pelo uso da internet e o tempo gasto; passando nos anos 2000 para investigação de dinâmicas e lógicas próprias no universo da internet. As autoras destacam, ainda, que tais revisões precisam ser relativizadas, pois se referem em grande parte ao contexto anglo-saxônico, sendo que as pesquisas no Brasil ganham corpo apenas durante os anos 2000.

Nesse sentido, referindo-se a pesquisa no campo da comunicação entre os anos de 2000 e 2010, Amaral e Montardo (2010) propõem um estudo comparativo entre as produções de Brasil e Estados Unidos, destacando entre as temáticas das produções dos países: Linguagem; Crítica da técnica do imaginário tecnológico; Subjetividade; Apropriação Tecnológica; Economia Política da Comunicação mediada por computador; Ciberativismo; Epistemologia; Imaginário tecnológico; Inclusão digital; Práticas de Consumo Mercadológico; Socialização on-line. Tal levantamento foi ampliado pelas autoras (Amaral e Montardo, 2011), tendo sido

consolidadas as temáticas do Jornalismo digital e do Entretenimento Digital, anteriormente incluídas nas categorias: Apropriação Tecnológica, Sociabilidade (socialização on-line) e Linguagem.

Em relação à pesquisa em Psicologia Social sobre a internet ou a cibercultura, não existem revisões de literatura amplamente difundidas ou consolidadas. Desse modo, podemos dizer que os modos de fazer pesquisa em psicologia no contexto da cibercultura ainda não foram descritos de forma sistemática.

Diante desse contexto, realizamos um primeiro esforço (cenário 1) de compreender as características teórico-metodológicas da produção em psicologia no que se refere à internet, ao ciberespaço e/ou a cibercultura. A análise exploratória<sup>26</sup> de 134 resumos das produções disponíveis no Portal de Periódicos CAPES, datadas entre 2011 e 2016, deu-se a partir da busca por assunto com os descritores “social psychology” and internet’. Pudemos observar que muitas das temáticas apresentadas, tais quais as revisões de outras áreas mencionadas aqui, corroboram as esferas da interação social, comunicação, participação política e das práticas de consumo, dentre outras. Assim, o estudo demonstrou certo alinhamento dos interesses de diferentes áreas sobre o universo virtual. Em relação ao aspecto teórico, vimos que os resumos analisados relativos à psicologia careciam de maior precisão na menção do embasamento teórico; e em termos metodológicos apontavam de forma literal o emprego de técnicas tradicionais de investigação científica, tais como *surveys* e experimentos, mas a observação dos métodos teve pouca profundidade devido à ausência de descrições (Oliveira, Cruz, Gianordoli-Nascimento, Naiff & Avila, 2017).

Em um segundo momento (cenário 2), buscamos ampliar o *corpus*<sup>27</sup> de produções para outras plataformas de indexação e refinar os dados relativos à língua portuguesa, pois no primeiro levantamento a maioria dos trabalhos era em língua inglesa. Realizamos buscas<sup>28</sup> entre os meses de dezembro de 2017 e janeiro de 2018 em quatro portais de pesquisa científica: Periódicos CAPES, Bireme, PePSic, Scielo. As buscas com o uso do operador booleano AND, partiram do descritor “psicologia social” em associação com os termos “internet”; “cibercultura”, “ciberespaço”, “cultura digital” e “cultura virtual”. Foram salvos os resumos

---

<sup>26</sup> O ensaio encontra-se publicado on-line: Oliveira, F. C., Cruz, J. P., Gianordoli-Nascimento, I. F., Naiff, L. A. M., Ávila, R. F. (2017). Novas páginas de pesquisa em Psicologia Social: o fazer pesquisa na/da internet. *Psicologia e Saber Social*, 6(2), 186-204. Recuperado em 15 de setembro de 2018 de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/33558>.

<sup>27</sup> Termo que vem do latim “corpo”. Nas pesquisas históricas ou sociais refere-se a coleção homogênea de registros (textos, falas etc.) sobre determinado tema, utilizada quando o assunto investigado possui grande variabilidade e inviabiliza os critérios de amostragem representativa (Bauer & Aarts, 2002, p. 44). Para referir-se ao plural de *corpus* é empregado o termo *corpora*.

<sup>28</sup> As tabelas relativas a essas buscas encontram-se no Apêndice A deste trabalho.

dos trabalhos em português e eliminadas as repetições e os trabalhos que não se referiam ao tema investigado, chegando-se ao total de 100 produções.

Esse segundo levantamento revelou algumas características diferentes do estudo de Oliveira *et al.* (2017). Os resumos do conjunto em português concentraram-se entre os anos 2001 e 2017, diferentemente do levantamento anterior, que apresentava trabalhos desde 1993 no panorama inicial. A maioria das produções é de cunho empírico, apresentando mais clareza quanto aos procedimentos de coleta, análise e a teoria utilizada, apenas onze trabalhos não apresentaram aspectos metodológicos. Destacaram-se: a pesquisa documental em bases de dados com 25% dos itens; o uso de depoimentos/discurso/comentários de internautas em 6%; uso de entrevistas em 7%; 6% de questionários (que em sua maioria eram virtuais ou enviados digitalmente); e 7% com *surveys*. Desse modo, não observamos a prevalência de experimentos ou mesmo o uso de jogos digitais, como citado por Oliveira *et al.*, (2017). Em relação aos procedimentos de análise, a maioria dos trabalhos menciona recursos estatísticos (19%) e análise de fatores (5%). Entre as teorias de base utilizadas, 11% apresentam variações de Psicologia Social e 10% mencionam diretamente a Teoria das Representações Sociais. Alguns temas repetiram-se entre os levantamentos: Cyberbullying, Comportamento dos usuários, Redes sociais e Comunicação. Não se apresentou a dicotomia entre benefícios e malefícios do uso da internet, surgindo novos temas associados à tecnologia, tais como: Educação, Saúde, Subjetividade e Trabalho.

Diante do número de trabalhos que mencionaram o uso da TRS, realizamos uma busca complementar<sup>29</sup> (cenário 3), repetindo a busca anterior, mas substituindo o termo “psicologia social” por “memória social” e por “representação(ões) social(is)”. O total de trabalhos encontrados após a limpeza de repetições e de trabalhos que não se referiam as teorias foi de 76 produções. Novamente, a maioria encontrada era de trabalhos empíricos, 27% de pesquisas documentais, com aumento expressivo em relação ao uso de entrevistas (17%); questionários (11%) e no uso de depoimentos/discursos/comentários de internautas como fonte de dados (14%). Estatísticas e uso de *softwares* são apresentados na análise de vários artigos. O levantamento revelou a utilização da TRS em associação com outros aportes teóricos e autores, como teorias feministas, Foucault e Lévy. O levantamento demonstrou que a maior parte das produções envolvia a temática da educação e tecnologia; e da comunicação e sociabilidade. Em menor número, foram encontrados trabalhos relacionados à memória e suporte digital.

---

<sup>29</sup> As tabelas relativas a essas buscas encontram-se no Apêndice B deste trabalho.

Especificamente, a pesquisa da memória no ciberespaço pode apontar novas contribuições para a compreensão dos processos psicossociais no espaço virtual, um ambiente que sofre constante negociação e atualização. Uma vez que as memórias se baseiam naquilo que as pessoas lembram e sabem sobre os fatos vivenciados, aquilo que aprendemos formal e informalmente acerca de um determinado objeto e é constantemente incorporado (Sá, 2005, 2007). Assim, as negociações cotidianas, a partir dos conteúdos das conversações, da mídia, do cinema e da internet, bombardeiam as versões sobre aquilo que sabemos e recordamos e que compõem o campo da memória social. Esse novo espaço social faz exacerbar preocupações presentes no campo de estudos da memória, quais sejam a preservação do passado, a possibilidade de arquivamento e a construção de barreiras frente ao esquecimento (Dodebei & Gouveia, 2008).

A realização dos levantamentos ilustrados acima mostrou a prevalência de aspectos metodológicos semelhantes ao já consolidado na literatura. Corroborando o apresentado por Fragoso, Recuero e Amaral (2011), os estudos sobre a cibercultura relativos ao campo da Psicologia Social apresentam características comuns com levantamentos de outros campos, onde, após o primeiro contato com a cibercultura, passou-se a explorá-la com o emprego de técnicas tradicionais de pesquisa em ciências humanas e sociais (questionários, entrevistas, estudos de caso, *survey* etc.). Além disso, o interesse teórico e de estudos sobre a cibercultura como objeto de estudo, lembram a terceira fase histórica proposta por Postill, na qual a internet passa a proporcionar dinâmicas e lógicas próprias que são investigadas.

Essas diferentes possibilidades de tratamento dos fenômenos da internet e da cibercultura foram sintetizados na construção das categorias “Da, Na e Mista” apresentadas por Oliveira *et al.* (2017). O Quadro 1 (abaixo) retoma as características dessas duas tendências no âmbito de investigações em Psicologia Social relativas à internet (Quadro 1):

**Quadro 1** - Quadro organizador das características das categorias de estudos “na” e “da” internet/cibercultura.

<b>Pesquisa “na” internet</b>	<b>Pesquisa “da” internet</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ciberespaço: pano de fundo (local de coleta de dados).</li> <li>- Uso do cenário como facilitador metodológico e de recursos.</li> <li>- Temas diversos, sem relação direta com as discussões sobre cibercultura.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Processos psicossociais no ciberespaço como objeto de estudo.</li> <li>- Espaço para novas perguntas e reconhecimento de novas dinâmicas advindas desse contexto.</li> <li>- Resultados são marcados pelo contexto de construção.</li> <li>- Reconhecer novos documentos como fontes (imagens, vídeos etc.)</li> </ul>

Fonte: Recuperado de “Novas páginas de pesquisa em Psicologia Social: o fazer pesquisa na/da internet”, de Oliveira *et al.*, 2017, *Psicologia e Saber Social*, 6(2), p. 201.

A proposta revelou diferentes formas de apropriação do ambiente virtual nas pesquisas em Psicologia Social, apresentados em quatro perfis: investigações “na” internet (pesquisas sobre temas diversos com o uso da internet como local de coleta); investigações “da” internet (estudos de objetos da cibercultura); pesquisas mistas (interesse pela internet como campo e objeto de investigação, muitas vezes com comparações entre os meios on-line e off-line ou buscando compreender como determinado fenômeno se comporta na internet); e pesquisas em que não foi possível classificar o trabalho a partir dos elementos do resumo (perfil não identificado). A tabela 1 abaixo compara os perfis das produções nos diferentes levantamentos:

Tabela 1  
Distribuição relativa aos aspectos teórico-metodológicos das produções sobre internet/cibercultura

Categoria	psicologia social e internet Cenário 1*		psicologia social/cibercultura e internet Cenário 2**		RS e Memória/cibercultura e internet Cenário 3**	
	N.	%	N.	%	N.	%
	Pesquisas “na” internet	28	20,90	33	33,00	<b>31</b>
Pesquisa “da” internet	<b>56</b>	<b>41,79</b>	38	38,00	24	31,60
Pesquisas mistas	26	19,40	29	29,00	21	27,60
Não identificado	24	17,91	-	-	-	-
<b>Total</b>	134	100	100	100	76	100

Fonte: Elaborado a partir de Oliveira *et al.* (2017, p. 201) e de dados levantados pela autora.

\* Extraído de Oliveira *et al.* (2017), busca realizada no portal de Periódicos CAPES.

\*\* Buscas realizadas nos portais de Periódicos CAPES, Bireme, PePSic e Scielo.

Observamos que os estudos do cenário 3 apresentam o maior percentual de estudos **na** internet, ou seja, que exploram o ambiente de pesquisa ou os recursos de pesquisa, mas não destacam a própria cibercultura. Uma das características dos trabalhos é o uso do ambiente virtual como instrumento ou ambiente de pesquisa, mas problematizando outros temas que não são específicos da cibercultura. Já os estudos **da** internet destacam-se no cenário 1, um conjunto de produções com perfil bem específico, datadas entre 2011 e 2016 e em sua maioria de língua inglesa. Desse modo, os dados indicam que a produção internacional tem buscado trabalhar de forma mais expressiva com o objeto Cibercultura, enquanto as pesquisas de língua portuguesa têm-se realizado tais investigações de forma menos expressiva.

Como salientado por Oliveira *et al.* (2017), a divisão proposta apresenta algumas limitações como princípio organizador, que são decorrentes da dificuldade de classificação dos estudos. Nas pesquisas mistas, aquelas de caráter intermediário ou misto, analisam processos psicossociais nascidos no cenário tradicional, identificando-os no espaço virtual, mas sem

aprofundar a análise desse aspecto e/ou elucidar em seus resultados como o ciberespaço teve impacto nas dinâmicas analisadas. Notamos que tal perspectiva é mais presente nos cenários 2 e 3 da investigação, ou seja, no levantamento de produções de língua portuguesa, o que pode indicar um crescimento do interesse e de tentativas de explorar as especificidades da cibercultura, ultrapassando a utilização do ambiente on-line apenas para coletas de dados.

Por fim, a proposta de organização apresentada inicialmente em Oliveira *et al.* (2017) e retomada neste texto, situa a proposta de organização do Quadro 1 como um *continuum* entre as pesquisas que tomam a internet como instrumento, local ou objeto de pesquisa (Fragoso, Recuero, & Amaral, 2011). Não busca, portanto, uma hierarquização entre os estudos "da" e "na" internet, ainda que o número de produções que problematizem as implicações do virtual nos processos psicossociais indique um campo aberto de possibilidades.

Em relação direta com os elementos de nossa proposta de investigação, nos levantamentos realizados, foram encontradas apenas duas produções relativas ao YouTube ou que usam o material disponível na plataforma como fonte. Um dos artigos resultantes da busca do cenário 2 é intitulado “*Las tensiones y contradicciones en los discursos políticos relacionados a la lucha contra la homofobia en el contexto de la escuela brasilina*” (2016), de Cleide Ester de Oliveira, Maria de Fatima Pereira Alberto e Nadir de Fátima Borges Bittencourt. O interesse do trabalho era análise do discurso de políticos ultraconservadores da bancada evangélica no Congresso brasileiro, sobre iniciativas de combate a homofobia nas escolas. O *website* YouTube é utilizado como fonte para os discursos e pronunciamentos analisados.

O outro trabalho advindo do cenário 3, “*Youtube como espaço de construção da memória em rede: Possibilidades e desafios*” (2012), de Paula Regina Puhl e Willian Fernandes Araújo, investiga o YouTube como suporte para a construção de memórias coletivas, e, por isso, encontra-se diretamente relacionado aos objetivos desta pesquisa. Os autores classificam as funcionalidades da plataforma em cinco grandes grupos: o armazenamento; a categorização (que fornece elementos dos quadros sociais da memória); as ferramentas de compartilhamento e interação dos usuários (não somente com reações e comentários, mas que permite a transcendência do *website* e a interação em outros pontos da rede); e as ferramentas de sugestão do sistema que somadas às categorizações indicadas pelo usuário permitem uma interligação das informações. Apesar de algumas diferenças nos aspectos teóricos que embasam o trabalho, ele contribuiu indiretamente para nossa investigação por pensar a plataforma como suporte da memória social.

O número baixo de trabalhos relativos ao YouTube reforçou a necessidade de ampliarmos as pesquisas para este cenário, que tem ganhado cada vez mais espaço nas práticas

cotidianas. Os conteúdos divulgados, compartilhados, visualizados e comentados, os arquivos videográficos dispostos no YouTube podem representar registros que contribuem para a composição da memória social do regime militar, hipótese que buscaremos examinar. Assim, conhecer seus conteúdos, sua difusão e seu impacto entre os usuários (formando atitudes e alimentando conversações) pode favorecer a compreensão da memória histórica no ciberespaço.

No YouTube os vídeos deixaram de ser apenas formas de registro ou produção artístico-jornalística, os vídeos tornaram-se formas de comunicação que rompem com as características do jornalismo clássico ou da *mass media* que distanciavam o emissor da mensagem e seu espectador (Silva & Mundim, 2015), sendo a plataforma um dos maiores símbolos dessa mudança. Assim, os usuários, que compartilham ou visualizam os materiais enviados, promovem a circulação de ideias que não são mais submetidas à edição de grandes agências de comunicação que controlam o que é noticiado.

A apreensão do YouTube enquanto objeto de pesquisa, empreitada desenvolvida por Burgess e Green (2009), demonstra sua complexidade, principalmente em relação aos aspectos metodológicos, uma vez que além de depositário de uma quantidade cada vez maior de materiais, torna-se em si um sistema cultural. Ainda que esta fonte de documentos seja promissora, a pesquisa da abordagem psicossocial da memória histórica na cibercultura ainda parece estar em seu estágio inicial, reservando desafios teórico-metodológicos a serem enfrentados.

#### *2.4.1 Representações e Memória Social na cibercultura*

A compreensão do fenômeno das representações sociais, tal qual definido por Moscovici (1961/2012) – como conhecimentos socialmente produzidos e partilhados por um grupo ou saberes do senso comum definidores de práticas cotidianas, impulsionados e impulsionadores das investigações científicas – impõe para o interessado no tema da cibercultura alguns desafios. As mudanças impostas por essa dinâmica vão desde a apreensão das dimensões de tempo e espaço, das práticas sociais, do fenômeno comunicativo, mas principalmente na dimensão grupal.

A cibercultura não se restringe as novas tecnologias, ela modifica modos de vida (Lemos, 2015), evoca conteúdos de forma maciça, mobiliza identificações diversas e estabelece novos ambientes de interação e troca, que não substituem os anteriores, mas criam novas dinâmicas que transformam nosso tempo (Mazzotti & Campos, 2011). A “Era da informação”

(Castells, 2007, p. 15) atinge a todos, ainda que nem todos gozem de acesso semelhante aos bens materiais, culturais e simbólicos em negociação.

Como salienta Alba (2011), a teoria das representações sociais e os estudos de memória social/coletiva foram gestados no contexto da modernidade, do capitalismo industrial, característicos da primeira metade do século XX, quando a cibercultura apenas iniciava suas transformações. Estaríamos, portanto, diante da necessidade de uma nova teoria? Estariam os estudiosos das representações sociais e da memória social impossibilitados de operar suas análises?

Duveen (2009) salienta que as características das representações sociais são próprias da modernidade, ou seja, de um momento em que o conhecimento é marcado pela regulação científica e impactado com o poder da imprensa de massa. Salienta, ainda, que a proposta de Moscovici abre margem para que pensemos que outras formas de sociedade podem levar a elaboração de outras formas de conhecimento.

Serge Moscovici, em entrevista a Casalegno (2006) posicionou-se a esse respeito defendendo que, para lidar com a cibercultura, é necessário um novo conceito, a ciber-representação. Ele indica que esse fenômeno é uma novidade, no sentido em que sua concepção se dá em grupos que não possuem outra forma de comunicação e pertencimento, a não ser a própria representação compartilhada. Para Moscovici, o grupo passa a operar segundo novos parâmetros de interação próprios do ciberespaço, sendo a ciber-representação “condição de existência e de participação em uma comunidade virtual” (Moscovici, citado por Casalegno, 2006, p. 78).

Esse novo conceito diz respeito, portanto, à ciber-representação que define o espaço público e o “lugar” (ou ciberespaço) compartilhado por um grupo. As representações de uma sociedade desempenham um papel capital em toda a parte em que os homens se associam e formam grupos relativamente estáveis. O “ciber” é em si a raiz de uma nova representação social que se difunde no fluxo da vida e, talvez, de uma outra maneira de se representar, ou de uma “espécie” de representação, que pode atingir as profundezas da realidade comum (Moscovici, citado por Casalegno, 2006, p. 79).

Esse novo conceito não rompe com a teoria proposta por Moscovici (1961/2012), mas afirma-se como nova representação social, que independe de coordenadas precisas de tempo e espaço, e permanece vinculada ao grupo social. Os grupos sociais, por sua vez, encontram na ciber-representação uma forma de existirem, na medida em que “eu posso me representar e que posso dividir com os outros uma representação” (Moscovici citado por Calagno, 2006, p. 78). Para De Rosa (2011) e Mazzotti e Campos (2011), que seguem a proposta moscovicianiana, a teoria das representações sociais permite a análise de fenômenos da cibercultura, ainda que



possa avançar em suas discussões, sendo este campo teórico dotado do dinamismo necessário a esses avanços. Nesse sentido, tem sido desenvolvidos esforços para compreender as novas facetas da mídia e da comunicação, sistematizando novos métodos e projetos atentos a cibercultura no âmbito das representações sociais (De Rosa, 2011).

Como apontado por Lévy (1999), Sá (2005), De Rosa (2005) e Moscovici (citado por Casalegno, 2006), em nossa sociedade as comunicações virtuais têm impactado a construção das subjetividades, levando à novas formas de comunicação e sociabilidades, marcadas em especial pelo registro visual/imagético. Diante dessas considerações, indagamos sobre as diferenças relativas à construção de memórias coletivas no ciberespaço. Nesse ambiente, a virtualização das comunicações promove uma independência quase completa dos sujeitos e grupos em relação aos territórios, na medida em que os recursos interativos permitem que os grupos humanos construam, alimentem e atualizem uma memória comum que poderá ser consultada a qualquer tempo (Lévy, 1999).

No ciberespaço os usuários se desprendem das amarras de continuidade (Lévy, 1999). Desse modo, “O arquivo digital tende a barrar a possibilidade de uma narrativa linear: sua lógica é descontínua; ela opera por saltos espaciais e temporais” (Monteiro & Carelli, 2007, p. 10). Nesse sentido, cabe-nos indagar, quais memórias são gestadas em um ambiente com essas características?

Nesse ponto, a leitura do livro *O futuro da memória: como essa transformação mudará tudo o que conhecemos*, de Gordon Bell e Jim Gemmel (2010)<sup>30</sup>, faz crer que não está longe o futuro em que a existência humana seja prolongada a partir dos registros de uma memória totalizante e digitalizada, que se anuncia como inevitável consequência da cada vez mais ampla integração dos recursos tecnológicos em nossas vidas. Uma memória virtual e integral que impossibilitaria o esquecimento. Estaríamos, portanto, instrumentalizando formas de lidar com o inevitável do esquecer<sup>31</sup> e que nos garantam o controle sobre o que lembramos? Será essa uma das intenções da cibercultura ou apenas um de seus efeitos? Será que se pode tratar de memória social na cibercultura ou o conjunto exponencial de informações do ciberespaço não compõem representações sociais do passado?

---

<sup>30</sup> Os autores pesquisadores da *Microsoft* narram a experiência de um deles, Gordon Bell, com o uso experimental de um projeto de documentação e digitalização total de seus eventos pessoais e profissionais, a partir do desenvolvimento do *software* de armazenamento e busca *MyLifeBits*. A digitação eliminou todos seus arquivos em papel e ele começou a armazenar registros em vídeo e chamadas telefônicas. Para mais informações: <https://www.microsoft.com/en-us/research/project/mylifebits/>

<sup>31</sup> Le Goff (1996) situa que a memória coletiva em meio aos avanços do século XX exprime uma “Conversão partilhada pelo grande público, obcecado pelo medo de uma perda de memória, de uma amnésia coletiva” (p. 472).

Ainda que as respostas a essas questões sejam apenas temporárias, o interesse renovado pelos estudos de memória vistos no final do século XX (Bosi, 1993) sinaliza a necessidade de se compreender quais as peculiaridades de nosso tempo e (ciber)cultura implicadas na análise psicossocial da memória. Segundo Bosi (1993, p. 277), “O despertar do interesse das ciências humanas pelas formas de memória social datam da década de 1970”, tendo crescido, desde então, as contribuições vindas dos campos da Sociologia, História e Psicologia Social. Uma sociedade rica em formas de interação mediadas pelas novas tecnologias e por meio do acesso a rede mundial de computadores, em que a efervescência e mutabilidade características da cibercultura parecem abrigar o jogo da memória, entre a manutenção e a volubilidade, entre a permanência e o esquecimento.

Segundo Monteiro e Carelli (2007), Monteiro, Carelli e Pickler (2008) – autoras do campo da ciência da informação – a preocupação no estudo da memória é a preservação da informação, em outras palavras, o campo se dedica a preservação da memória da humanidade, e, por isso, não enfatiza o esquecimento. Assim, memória surge como equivalente de preservação, e, por isso, a área se dedica ao estudo dos suportes da memória, potencialmente museus, arquivos, bibliotecas, dentre outros, pois, “Em qualquer tempo, a memória é evocação do passado, o tempo que ficou perdido e não voltará mais” (Monteiro & Carelli, 2007, p. 2). As autoras apontam, ainda, que lidar com as novas tecnologias da informação requer novas formas de trabalho com a preservação dos dados, tendo em vista que as práticas dedicadas ao controle de acervos físicos não se adaptam à realidade virtual.

As mudanças comportamentais na virada do século XX para o século XXI nos deixam, às vezes, sem fôlego para compreender de que maneira poderemos controlar, acessar e preservar as ações sociais representativas das culturas existentes, diante da dualidade do tradicional, materialmente palpável, e do virtual, concretamente imaterial (Dodebei, 2011a, p.4).

Em nome da preservação, as autoras apontam que as nuances do esquecimento têm sido pouco estudadas e, assim, defendem o esquecimento como parte integrante do processo de memorizar, não devendo ser encarado como problema, pois é preciso esquecer, para poder resgatar e lembrar, para manter o funcionamento e impedir a sobrecarga da memória. De modo semelhante, segundo Lowenthal (1998, p.95) “As lembranças precisam ser continuamente descartadas e combinadas; somente o esquecimento nos possibilita classificar e estabelecer a ordem no caos”. Neste sentido, a capacidade de uma memória digital total parece inibir o esquecimento, pois, na medida em que os conteúdos não são apagados, permanecem potencialmente acessíveis. Dodebei e Gouveia (2008) e Dodebei (2000) afirmam que na

sociedade digital contemporânea os conteúdos e as condições de criação das produções virtuais são como tentativas de enfrentar o esquecimento em um esforço quase totalizador.

O ciberespaço é um ambiente inconstante e virtual, no qual os dados se encontram em interminável movimento e se sucedem, se modificam, se interagem e se excluem. No ciberespaço a questão da preservação da informação e do conhecimento é questionada, pois, estando no ambiente virtual, não há garantias de que uma informação esteja disponível após certo tempo. O ciberespaço, devido as suas características intrínsecas, torna evidente o esquecimento, isso porque a preservação, nesse meio e neste momento, não é um fator essencial (Monteiro, Carelli e Pickler, 2008, p. 2).

Apesar de não objetivar a preservação, alguns autores como Dodebei e Gouveia (2008), apontam que nossa sociedade tem feito uso do espaço virtual como forma de arquivar eventos, buscando, assim, ser capaz de evitar a ameaça do esquecimento. Tal operação revela um aspecto ideológico que visa promover um “elemento compensatório da perda de memória individual e social” (p. 2), principalmente diante de atrocidades que não podem ser esquecidas, tais como o holocausto e as ditaduras na América Latina.

Santos (2003, p 21) também trata do “pesadelo da amnésia coletiva” apresentando reflexões advindas de diferentes áreas de conhecimento, filosofia, ciências sociais e arte. Assim, ilustra-se o medo do homem moderno da perda da memória que é incitada pelas características de seu tempo, que não alimenta o exercício de lembrar, ou seja, de conectar passado e presente, pois sua própria experiência social é alienante e enfraquecedora dos laços de pertencimento.

Segundo Huyssen (2000), durante as primeiras décadas do século XX as previsões apocalípticas e a primazia do futuro, imposta pela cultura moderna, induziram a um desprezo pelo passado. A partir dos anos de 1980, há uma retomada do interesse pelo passado, observando-se, por exemplo, o surgimento de uma memória comum sobre o holocausto. A memória é um fenômeno dependente das dimensões de espaço e tempo, e como tal, o impacto das dinâmicas sociais modernas modificam sua composição.

A disseminação geográfica da cultura da memória é tão ampla quanto é variado o uso político da memória, indo desde a mobilização de passados míticos para apoiar explicitamente políticas (...) até as tentativas que estão sendo realizadas, na Argentina e no Chile, para criar esferas públicas de memória “real” contra as políticas do esquecimento, promovidas pelos regimes pós-ditatoriais (...) a memória se tornou uma obsessão cultural de proporções monumentais em todos os pontos do planeta (Huyssen, 2000, p.17).

Esse recurso compensatório da cultura da memória reflete-se também nos fenômenos de musealização (Huyssen, 2000) e que também podemos relacionar com o conceito de

memória arquivo de Nora (1993). Ambos retomam a urgência de nossa sociedade de produzir recursos materiais para lembrá-la de sua memória, que se encontra em vias de esvaziar-se, deixando espaço apenas para História.

Essa urgência moderna em materializar os recursos para a memória remete ao funcionamento de uma sociedade que não vive sua memória, e, portanto, constrói elementos artificiais que possam substituir a espontaneidade das experiências (Nora, 1993). Tal característica parece ainda estar presente nos fenômenos de memória no ciberespaço. Ainda que esses últimos representem o máximo da ausência de materialidade, *locus* baseado na virtualidade, sendo essa sua condição inerente de permanência (Dodebei & Gouveia, 2008). Nesse sentido, consideramos:

A virtualidade do ciberespaço é sua condição de permanência. Se pudéssemos unir os conceitos de memória virtual em *Bérgson* e memória coletiva em *Halbwachs*, diríamos que a memória social no ciberespaço é apresentada como uma massa processual atual, em permanente construção. A ela são inseridos e descartados (*lembranças e esquecimentos*) objetos digitais, representados já como unidades de conhecimento, conforme as elaborações e reelaborações produzidas (Dodebei & Gouveia, 2008, p. 6).

Ainda que a cibercultura implique mudanças nos marcos sociais de tempo e espaço (Halbwachs, 1950/1990), concordamos com Mazzotti e Campos (2011), no sentido de que a cibercultura relativiza as dimensões de espaço e tempo, mas ainda não é possível falar em quebra dessas dimensões. Para pensar a dimensão temporal, Lowenthal (1998, p. 150) situa que “Grande parte do passado ainda está por se tornar visível. Mas o que é potencialmente visível é onipresente”. Essa descrição parece adequada às dinâmicas de virtualidade do ciberespaço, na medida em que, apesar de sua capacidade de armazenamento, não são todos os seus conteúdos que são mobilizados. O tempo como organizador da experiência humana permite a sensação de controle e continuidade diante da realidade, é ele que fornece e situa os códigos dessa interpretação (Valencia, 2005), admitindo o esquecimento.

Lévy (1993), Monteiro e Carelli (2007) retomam que o esquecimento era uma constante nas sociedades orais, tendo sido as sociedades modernas, baseadas no registro escrito, que se esqueceram do papel do esquecimento. Acabam concluindo, em relação à sociedade contemporânea, que “A memória digital está mais próxima à memória da oralidade que à escrita, uma vez que a transmissão de conhecimentos entre os indivíduos de um grupo ocorre de maneira semelhante: em tempo real” (Monteiro e Carelli, 2008, p. 12). Lévy (1993, p. 115) salienta que na oralidade “o devir fluía de uma fonte imemorial, o segundo [a cibercultura] parece engendrar a si mesmo instantaneamente, brotando das simulações, dos programas e do

fluxo inesgotável dos dados digitais. (...) Ele é a velocidade.” O tempo no ciberespaço opera com simultaneidade (tempo real), mas também com linguagem de hipertexto (expressão em *links* que ligações entre documentos de diferentes formatos) (Rüdiger, 2013; Lévy, 1996), possibilitando o registro da informação de modo “permanente” (dando a impressão de um registro estável e estático).

A separação didática entre os quadros sociais de tempo e espaço (Halbwachs, 1950/1990) parece se esvanecer de forma rápida na cibercultura. Anteriormente, era a linearidade do tempo que ajudava a esculpir o espaço, dando a perspectiva de progresso (Lemos, 2015). No ciberespaço, a linguagem empregada parece colocar uma instância contra a outra:

o sentimento é de compressão do espaço tempo, onde o tempo real (imediato) e as redes telemáticas desterritorializam (desespacializam) a cultura, tendo um forte impacto nas estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais. O tempo é, assim, um modo de aniquilar o espaço (Lemos, 2015, p. 68).

Essas mudanças culturais, com a desterritorialização e mundialização das redes virtuais, tensionam as amarras que prendem o ser humano nos limites da territorialidade e continuidade, assim, as relações sociais sofrem profundas modificações. “O ciberespaço é uma máquina abstrata, onde se dá o pico de desterritorialização dos agenciamentos dos signos, a partir do virtual ou da virtualização e das conexões” (Monteiro, 2007, p. 7). Mas ainda que as dinâmicas de desterritorialização sejam mais amplas, no ciberespaço também há dinâmicas de territorialização e reterritorialização, como salientado por Lemos (2007). São as definições de tempo e espaço que precisam ser relativizadas nos estudos de cibercultura, pois a simples supressão ou quebra desses princípios ainda parece pouco adequada (Lemos, 2007). Nesse sentido, Lemos (2007, p. 280) defende o conceito de território para além da delimitação física, mas como espaço investido e controlado por meio de fronteiras “físicas, sociais, simbólicas, culturais, subjetivas”. O conceito proposto por Lemos (2007) introduz a temática da identidade e dos processos psicossociais, que como expresso por Tajfel (1983), não se restringem a interações face-a-face, podendo dar-se por meio de relações de pertencimento psicológico. Do mesmo modo, para Silva (2001, p. 157-158)

o território como ponto de ancoragem da identidade só existe através de um sistema de representações que serve para desenhar as fronteiras desse território, mas, sobretudo, povoa esse espaço de símbolos e de significações (sentido) que lhe dão a sua individualidade e especificidade em relação aos espaços vizinhos. O território é, pois, fruto da construção de sistemas de representação. (...) Essa ideia permite pensar a existência de territórios na *Internet* enquanto espaços ou territórios de fluxos de informação e comunicação que geram representações partilhadas.

Tais territórios partilhados virtualmente permitem o fortalecimento de movimentos sociais, a partir das redes de contato que aproximam indivíduos e grupos afetivamente, permitem o engajamento e filiação, ampliando a noção de pertencimento grupal (Breugelmans *et al.*, 2019). O estudo das dinâmicas identitárias e da construção de memória no espaço de *blogs* por grupos sociais marcados pelos períodos autoritários na América Latina, vinha há alguns anos sendo o foco de investigações do grupo de pesquisa integrado pela autora deste trabalho, e neste sentido, o estudo do espaço de interação investigado, a Plataforma Youtube, serviu para aprofundar tais reflexões.

Assim, a efervescência e mutabilidade presentes no ciberespaço não parecem em si mesmas entraves à pesquisa da memória social, sendo importante conhecer suas características como possíveis “lugares de memória” (Nora, 1993, p. 21). Nesse sentido, o uso e disponibilização dos documentos no ambiente virtual pode favorecer a manutenção da vontade de memória (Dodebei & Gouveia, 2008). Ainda assim, como apontado por Sá (2012a), apenas essa disponibilidade não é suficiente para a construção de memória, é preciso que os documentos sejam mobilizados.

Conforme Dodebei (2011b), as memórias virtuais<sup>32</sup> parecem promover “novas configurações entre o público e o privado, entre velocidades de interações e produção de informações, entre apropriação e uso de narrativas e, neste caso, podemos supor que o espaço virtual pode ser um ‘lugar’ de memória” (p. 40). Notamos uma problematização semelhante nos trabalhos de Henriques e Dodebei (2013) e Henriques (2014) sobre o uso da rede social Facebook. Essa rede foi investigada como promotora da interação entre jovens, sendo seus perfis pessoais reconhecidos como *locus* de memórias pessoais, com função semelhante a um diário da vida cotidiana que fornece elementos para uma memória-presente, ou seja, uma construção virtual de memória atenta ao aqui e agora.

No âmbito da Psicologia Social e como já mencionamos, as memórias pessoais e comuns, como instâncias da memória social (Sá, 2007), foram investigadas no que refere a atuação do grupo Hijos (*Hijos por la identidad y la justicia contra el olvido e el silencio*), a partir de *blogs* relacionados ao grupo, como visto nos trabalhos de Gianordoli-Nascimento, Santos, Freitas, Oliveira, Cruz, Santos e Mendes (2016); Breugelmans (2017); Breugelmans, Gianordoli-Nascimento, Oliveira e Rocha (2019); Breugelmans, Oliveira, Rocha e Gianordoli-Nascimento (2019). Estes estudos avançaram teórico-metodologicamente e expandiram os espaços de investigação da memória social, ampliando a construção de análises psicossociais.

---

<sup>32</sup> Partindo das proposições de Sá (2005) acreditamos que as memórias virtuais sejam uma instância da memória social, a ser integrada ao conjunto de análises desenvolvidas no campo de estudo psicossocial da memória.

Nesse sentido, sobre o estudo da memória na cibercultura, Dodebei (2011a) contribui com a ampliação da noção de documento, o que nesse trabalho é tomado de modo complementar a proposta de autores como Sá (2012a). A autora compreende que a cibercultura revela a possibilidade de novos documentos que acreditamos poderem ser integrados aos estudos de memória: sejam rastros espontâneos das interações sociais nas redes; sejam documentos produzidos para esse ambiente; ou materiais tradicionais tornados em registros digitais.

Destacando a dimensão da mobilização e do significado atribuído aos documentos pelos grupos, Dodebei (2011a) aponta a necessidade de se desconstruir a ideia tradicional de documento como um “suporte físico da informação” (p. 2). Conforme Dodebei (2000), o conceito de documento que vigora em áreas como a Arqueologia, Biblioteconomia, Museologia e Arquivologia, têm como atributos o suporte físico (forma) e o conteúdo, características que o aproximam dos objetos em geral. Desse modo, a autora propõe que os documentos sejam vistos como construtos que a sociedade escolhe, dotando-os de unicidade, virtualidade e significação.

Se a soma total dos atributos verdadeiros de um objeto gera o seu conceito, temos que documento é uma representação, um signo, isto é, uma abstração temporária e circunstancial do objeto natural ou acidental, constituído de essência (forma ou forma/contéudo intelectual), selecionado do universo social para testemunhar uma ação cultural (Dodebei, 2000, p. 66).

As considerações da autora demonstram que um objeto se torna um documento de memória a partir dos valores e do uso atribuídos pelos sujeitos num determinado tempo e espaço. Nesse sentido, afirma que tudo que está na internet poderia, a princípio, compor a memória (Dodebei, 2011a).

As “nuvens” de memórias virtuais e suas linguagens são, pela própria constituição do conhecimento que emerge da grande rede social, coletivas, interativas e processuais. E nesse sentido, o significado que a ideia de documento possa ter para a memória digital é, certamente, representado pela circunstancialidade e temporalidade do valor de memória social atribuído a determinado objeto (Dodebei, 2011a, p. 10)

Esses elementos apresentados pela autora aproximam-nos do processo de mobilização funcional defendido por Sá (2012a), uma vez que é na interação presente nos meios digitais que surgem os significados e versões de memória. Nesse sentido, acreditamos que a investigação do espaço virtual pode contribuir para as reflexões atuais sobre a memória, não em seu sentido de preservação, mas como instância de negociação de valores e versões dos acontecimentos e das identidades sociais.

Por sua vez, os vídeos revelam valores e representações em circulação em uma sociedade, muitas vezes, desprezados como fonte das pesquisas sociais (Loizos, 2002). O autor menciona o estudo clássico do psicólogo social Siegfried Kracauer, que analisou o cinema alemão de 1918 a 1933, encontrando “profundas disposições psicológicas” (p. 138) acerca de ideias em circulação naquela sociedade, incluindo uma análise de propaganda nazista que passou a ser um referencial de análises posteriores. Além desse estudo, o autor também menciona a pesquisa de imagens de Philippe Àries, da década de 1960, sobre a infância na Europa pré-industrial, como o “primeiro emprego dos mais imaginativos e influentes da evidência visual na pesquisa da ciência social” (p. 139).

Partimos da premissa de que o cenário sociopolítico molda a configuração dos materiais documentais e, portanto, os conteúdos selecionados para compor esta investigação encontram-se carregados por estas marcas. A produção documental disponível no ciberespaço apresenta formas de pensar que são peculiares a um grupo social em um tempo e espaço cabendo ao pesquisador conhecer as condições de sua produção e divulgação. Acreditamos que a pesquisa documental é via privilegiada de conhecimento de acontecimentos históricos, atuando como uma verdadeira “máquina do tempo” (Souza & Menandro, 2007, p. 152).

Em relação ao estudo da memória, o uso ou análise de vídeos ou imagens encontra-se associado nos meios científicos, principalmente, ao estudo de memórias familiares, seja como recurso auxiliar em entrevistas ou depoimentos, auxiliando na cadeia associativa (Loizos, 2002), seja como forma de registro da memória familiar (Gutterres, 2009). De Rosa (2005) relata que os vídeos e fotografias são ignorados no contexto da pesquisa em psicologia, em especial, os estudos das memórias e representações sociais, onde, apesar da importância reconhecida dessas fontes, elas não parecem chamar atenção dos investigadores da construção social da realidade. Nesse sentido, como recurso para o estudo da memória histórica e coletiva de um grupo, os vídeos parecem representar um recurso diferenciado e inusitado. Assim, “os meios audiovisuais são um amálgama complexo de sentidos, imagens, técnicas, composição de cenas, sequência de cenas e muito mais” (Rose, 2002), que podem representar material rico na apreensão de representações e significados empregados pelos grupos sociais. Finalmente, quanto ao estudo da memória social da ditadura militar no Brasil na internet, encontramos poucas iniciativas de estudo, das quais destacamos dois artigos publicados por historiadores.

Oliveira e Marinho (2013) analisaram as memórias construídas a partir de dois *websites*: um de iniciativa governamental “Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): Memórias reveladas”, criado no âmbito do Programa Nacional de Direitos Humanos no governo Lula, em 2009; e o projeto “A verdade sufocada”, com formato de *blog*, inspirado no



livro homônimo do coronel do período militar Carlos Alberto Brilhante Ustra. Os autores relatam construções simbólicas marcadas por relações de poder, sendo as versões sobre o passado apresentadas em tom emocional, criminalizando a atuação do outro lado. A tortura, por exemplo, é encarada de diferentes modos: como violação, como necessária ou como um excesso de menor ocorrência. Desse modo, as disputas de significado e a pluralidade do debate são evidentes, indicando conhecimentos marcados pelo posicionamento de seus emissores, cabendo ao usuário da rede posicionar-se diante dessas disputas.

Pereira (2015), ao analisar disputas de significados no *website* Wikipédia, a partir de edições de usuários na construção do verbete Regime militar no Brasil, observa que no período de 2012 a 2014 há crescimento do revisionismo (reanálise que modifica a interpretação original de eventos), da negação e do negacionismo em relação ao regime militar, produzindo assim, distorções e/ou negações do passado como é conhecido.

Tais trabalhos fornecem panorama recente sobre as construções de memória na internet, ainda que não tenham tratado diretamente da plataforma YouTube, que é o foco de nossa investigação. A partir do campo da Psicologia Social, acreditamos que o resgate de representações sociais do passado (Jedlowski, 2001), bem como das ciber-representações (Moscovici, citado por Casalegno, 2006) presentes nos meios digitais, e que compõe a memória social, possam contribuir para a compreensão ampliada de práticas e relações sociais, que, ainda hoje, repercutem nas dinâmicas sociais.

### 3 QUADRO GERAL DE ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDOS

Esta investigação reúne dados oriundos de pesquisa documental interessada na memória histórica documental<sup>33</sup>. A partir da abordagem psicossocial da memória (Sá, 2007, 2012a) compreendemos que as fontes documentais não se restringem aos acervos históricos tradicionais. Os documentos que buscamos são aqueles mobilizados pelos grupos sociais, e neste sentido, podem advir dos meios educacionais, comunicacionais ou culturais, como afirmado por Sá (2012a) e, de modo aproximado, por Dodebei (2011a). Assim, partindo do universo da cibercultura, mais precisamente destacando as redes sociais virtuais, optamos pela investigação de uma plataforma pouco tratada em trabalhos científicos no campo psicossocial da memória, e que apresenta capilaridade e difusão entre os usuários brasileiros da internet, o YouTube Br.

O glossário disponibilizado na Pesquisa TIC Domicílios (Nic.br<sup>34</sup>, 2017, p. 401) nos fornece a seguinte definição para “YouTube – *Website* que permite aos usuários carregar, ver e compartilhar vídeos em formato digital na Internet, sem a necessidade de download do arquivo de vídeo para o computador”. Trata-se de *website* que possui visibilidade e popularidade mundial e nacional, sendo de fácil manipulação pelos usuários (Silva & Mundim, 2015). Segundo a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Brasil, 2014), o YouTube era apontado por 17% dos usuários de internet brasileiros como a rede social mais utilizada, sendo, por isso, a terceira mais usada – ficando atrás apenas de Facebook (83%) e Whatsapp (58%). De acordo com dados do Nic.br (2017), o uso de redes de mídia (YouTube e Instagram) prevalece de forma diversa nos estratos etários: 78% (15-24 anos); 76% (24-35 anos); 66% (35-49 anos); 47% (50 anos ou mais).

Segundo Silva e Mundim (2015, p. 235), a plataforma busca a facilidade de acesso e compartilhamento de conteúdo pelo usuário comum:

O YouTube nasceu em 2005 pelas mãos de Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim nos EUA, Califórnia. Em suas raízes históricas, o *website* almejava propiciar a expressão de conteúdo individual e coletivo de teor independente, driblando as barreiras e filtros característicos dos meios audiovisuais anteriores como a televisão ou cinema.

<sup>33</sup> Sá (2005, 2012a) diferencia as memórias históricas documentais das orais. Essas últimas deteriam poucos recursos documentais, sendo basicamente transmitidas e construídas no registro oral das comunicações sociais.

<sup>34</sup> “Com a missão de monitorar a adoção das tecnologias de informação e comunicação (TIC) – em particular, o acesso e uso de computador, Internet e dispositivos móveis – foi criado em 2005 o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) (...) um departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), que implementa as decisões e projetos do Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br)”. Mais informações em: <https://cetic.br/>

Tendo pouco mais de um ano de existência, a visibilidade dos conteúdos compartilhados ganhou destaque. Em 2006, a plataforma foi comprada pela empresa Google, por mais de 1,6 bilhão de dólares (Silva & Mundim, 2015; Burgess & Green, 2009). Segundo os desenvolvedores do YouTube<sup>35</sup>, seu objetivo é que “bilhões de pessoas possam descobrir, assistir e compartilhar os vídeos mais originais já criados . . . se conectarem, se informarem e inspirarem umas às outras por todo o mundo”. A missão da plataforma seria, portanto, “dar a todos uma voz e revelar o mundo<sup>36</sup>”.

Chama a atenção o uso da plataforma como buscador de informações, tendo como principal função o **pesquisar**. O YouTube é diferente de outras redes sociais, nas quais as interfaces iniciais possuem uma indagação ou disparador, como é o caso do Facebook com o questionamento “No que você está pensando?”. Além da função “buscar”, o YouTube reúne recursos de rede social (Recuero, 2015), permitindo ao usuário não apenas produzir conteúdo e compartilhá-lo, mas comentar e manifestar seu interesse por outros conteúdos, também funcionando como uma comunidade virtual<sup>37</sup>.

Uma vez que a plataforma possui documentos videográficos sobre os mais variados assuntos, comentários e interações assíncronas de usuários registradas publicamente, a mesma nos pareceu um campo com boas condições para a realização da pesquisa. O desenvolvimento do trabalho buscou corroborar o caminho metodológico proposto por Sá (2012a, p. 99) na investigação das memórias históricas documentais:

(1) sejam identificadas as fontes documentais de conhecimento histórico disponíveis; (2) seja avaliado o grau de “mobilização funcional” da população em relação tais documentos, incluindo a circunstância de que alguns deles se tenham constituído em “lugares de memória”; (3) e, como convém a qualquer pesquisa de natureza psicossocial, seja dada a palavra a membros individuais da população, para se inferir como aquele fato, processo ou período é socialmente representado – constituindo, assim, memórias coletivas – ou simplesmente aludido, como costuma ocorrer nas memórias pessoais e comuns.

Deste modo, para atender às etapas apontadas por Sá (2012a), foram realizados três estudos, conforme apresentado no Quadro 2, que resume as fontes e os procedimentos adotados.

---

<sup>35</sup> <https://www.youtube.com/yt/about/pt-BR/>

<sup>36</sup> <https://www.youtube.com/intl/pt-BR/yt/about/>

<sup>37</sup> A plataforma também dispõe de uma aba “comunidade”, que permite aos criadores de conteúdo (popularmente chamados no Brasil de YouTuber) a criação de enquetes, anúncios, informes e outras propostas de interação com os inscritos nos canais.

**Quadro 2** - Quadro geral de organização dos estudos

<b>PERGUNTA(S) NORTEADORA(S)</b>	<b>FONTE E PROCEDIMENTOS DE COLETA</b>	<b>PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE</b>
<b>Estudo 1</b> O que dizem e quais as características dos documentos presentes no YouTube Br sobre o regime militar? Tais documentos são mobilizados?	Construção de um <i>corpus</i> de vídeos sobre o regime, a partir de material presente na plataforma YouTube Br e exploração do conteúdo verbalizado, de dados sobre acessos e interação dos usuários.	Análise dos dados quantitativos presentes na plataforma; caracterização geral dos vídeos; análise lexical do conteúdo dos vídeos com auxílio do <i>software</i> IRAMUTEQ.
<b>Estudo 2</b> Como ocorre a mobilização social e as disputas de significado, a partir do acesso e dos conteúdos de materiais videográficos?	Construção de <i>corpora</i> de comentários relativos aos vídeos.	Análise lexical do conteúdo dos comentários com auxílio do <i>software</i> IRAMUTEQ; construção de esquema temático de apresentação dos resultados.
<b>Estudo 3</b> Como usuários da plataforma YouTube Br representam o regime militar brasileiro?	Aplicação de questionário on-line, composto de tarefa de evocação livre e questões memorialísticas relativas ao período.	Análise dos resultados da tarefa de evocação livre com auxílio do <i>software</i> IRAMUTEQ; análise de frequência simples e percentuais das questões objetivas; análise temática de conteúdo das questões discursivas do questionário.

Fonte: Elaborado pela autora.

A proposta de diferentes recursos metodológicos empregados em conjunto, buscou contemplar o argumento de Sá (2015, p. 269), que destaca o rigor da análise psicossocial como característica do estudo das memórias históricas no campo da Psicologia Social, diferenciando-as de outras perspectivas de estudo da memória. Enquanto estudo exploratório e quantitativamente restrito, preocupamo-nos com o envolvimento de diferentes estratos da população na investigação empírica, acessando grupos relacionados ao “objeto de memória”, ou seja, que viveram ou que não viveram o período, considerando a “heterogeneidade”, em termos de escolaridade, orientações políticas, idades (gerações).

Cada um dos estudos focalizou a apresentação dos procedimentos de coleta, resultados e discussão de dados obtidos a partir do acesso à plataforma YouTube Br e a seus usuários. A coleta de dados desta investigação integra um estudo comparativo denominado “Topografando lugares de memória: uma análise psicossocial da memória histórica do regime militar no Brasil (1964-1985)”, que foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (COEP – UFMG), CAAE – 89131418.2.0000.5149, conforme o Anexo A. Desse modo, os procedimentos adotados estão em conformidade com as diretrizes e exigências éticas da realização de pesquisas com seres humanos.

## 4 ESTUDOS

### 4.1 Estudo 1: Os conteúdos dos vídeos e a mobilização social dos documentos

Sobre a composição de memórias coletivas, isto é, aquelas formadas a partir da interação e compartilhamento de lembranças e conhecimentos, Sá (2007) afirma que “a interação face a face, comumente evocada quando se pensa numa elaboração coletiva ou propriamente grupal, está sendo rapidamente substituída pela interação via internet” (p. 293). Buscando compreender se os documentos presentes na plataforma Youtube Br são mobilizados socialmente e se esse espaço virtual pode ser visto como espaço de construção das memórias históricas (Sá, 2012a, 2012b) propomos essa investigação.

Ao investigar a construção de uma memória histórica sobre o regime militar no Brasil em ambiente virtual, partindo da publicação e mobilização de vídeos na plataforma YouTube Br, buscamos compreender esse cenário a partir de um olhar exploratório, tendo em vista que a pesquisa desse objeto no campo da psicologia ainda não produziu mapeamentos e produções capazes de subsidiar uma análise apoiada em parâmetros pré-estabelecidos. Este estudo concentra-se, portanto, no primeiro passo da investigação, ou seja, na identificação de fontes históricas documentais mobilizadas e na sua caracterização. Em relação ao conteúdo apresentamos um olhar inicial, a partir da análise lexical sobre o conteúdo verbalizado nos vídeos.

#### 4.1.1 Método

##### a) Procedimentos de coleta

Para a composição do *corpus* da pesquisa foram realizadas buscas *on-line* no YouTube Br, com o uso da ferramenta disponível no próprio *website*<sup>38</sup>. Tendo em vista que a plataforma tem pouco mais de dez anos de existência, optamos por incluir no *corpus* materiais que poderiam ter sido publicados desde o início do seu funcionamento. Assim, o período total investigado poderia conter produções enviadas entre maio de 2005 (mês de lançamento da plataforma, conforme os desenvolvedores) e março de 2017 (momento em que finalizamos a

---

<sup>38</sup> A ferramenta procura as palavras buscadas, essencialmente, nos campos de título, descrição do vídeo e nas *tags* (palavras-chaves cadastradas pelos autores dos vídeos no ato da publicação). Não estamos com isso desconsiderando a baixa confiabilidade apontada por Burgess e Green (2009) própria das descrições feitas por usuários da plataforma, mas compreendemos que esta é a forma mais próxima de acesso as informações sobre o tema utilizada pelo usuário comum.

construção do *corpus*). Tal escolha de período deveu-se à constatação de que conteúdos veiculados há mais tempo continuam a repercutir, gerando comentários recentes dos usuários.

A fim de aproximar-se dos modelos de busca efetuados por internautas interessados no tema, foram reunidas 14 palavras-chaves de uso corriqueiro, relacionadas ao período histórico destacado na pesquisa. A Tabela 2 trata de dados sobre as buscas realizadas e a dimensão do universo investigado. Como novos vídeos são enviados a todo instante, a própria plataforma indica apenas números aproximados.

Tabela 2

**Total bruto de vídeos, segundo frequência de visualização (sem limpeza temática, de formato ou repetições)**

Palavras-chave	Número Aproximado de vídeos	Número de visualizações					
		> 200 mil	100 a 200mil	50 a 100mil	10 a 50mil	Total >10mil	% >10mil
ditadura	332.000	50	20	52	80	202	0,06
ditadura militar	63.100	17	22	38	111	188	0,30
ditadura militar no Brasil	19.200	13	20	27	85	145	0,76
ditadura brasileira	35.900	13	16	28	88	145	0,40
ditadura no Brasil	29.000	13	13	19	69	114	0,39
golpe militar	184.000	11	10	16	42	79	0,04
regime militar	19.900	14	14	17	105	150	0,75
regime militar no Brasil	20.000	13	19	26	81	139	0,70
regime militar brasileiro	19.000	10	9	18	57	94	0,49
revolução de 1964	10.800	6	1	5	13	25	0,23
volta ditadura	22.400	2	3	7	9	21	0,09
ditadura civil-militar	63.600	14	16	26	86	142	0,22
ditadura civil-militar no Brasil	16.500	10	14	15	57	96	0,58
ditadura civil-militar brasileira	13.000	6	2	9	21	38	0,29
<b>Total</b>	<b>848.400</b>	<b>192</b>	<b>179</b>	<b>303</b>	<b>904</b>	<b>1.578</b>	<b>5,3</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota-se que apesar do grande número de vídeos encontrados, o que inviabilizaria a análise em sua totalidade, a maior parte do material possui poucas visualizações. O percentual de vídeos com mais de 10 mil visualizações não chega a 1% em nenhuma das buscas realizadas. Como o interesse desta pesquisa reside na mobilização de documentos do ciberespaço como um possível lugar de memória, principalmente no que tange às memórias históricas, o escalonamento dos vídeos em faixas serviu como guia da repercussão dos materiais, o que pode ser indicador da vontade de memória (Nora, 1993). Compreendendo o número de exibições de cada vídeo como importante aspecto para se problematizar a mobilização social dos

documentos, definimos que o **primeiro critério de inclusão** no *corpus* seria que a produção possuísse mais de 200 mil visualizações.

Ainda assim, como sinaliza Castells (2007) a informação tornou fonte de poder na cibercultura e o consumo de informação um imperativo. A busca pelos vídeos encontra-se submetida a variados determinantes, tais como: a influência do algoritmo da plataforma – trata-se de um *website* pertencente a uma empresa privada que organiza seu conteúdo dando visibilidade a publicidades e visando lucro ao divulgar os materiais; a intencionalidade dos produtores do conteúdo, que são pagos (monetizados) pelas exibições de seus vídeos, o que pode impulsionar o número de envios; a ampliação do acesso ao sistema superior de ensino vista nos últimos anos poderia ter ampliado a busca por esse tipo de conteúdo enquanto preparação para vestibulares e avaliações. Ou seja, o número de visualizações não poderia ser tomado como único elemento para definir os vídeos integrantes do *corpus*, tampouco como indicador exclusivo de vontade de memória, seria necessário mergulhar no universo de conversações fomentado pelo material, a fim de conhecer **se e como** esses espaços seriam simbolizados.

A inclusão apenas de vídeos muito difundidos (visualizados) poderia estar influenciada pelo emissor (canais do YouTube Br com muitos inscritos) ou poderia excluir vídeos polêmicos com menor circulação na internet, por serem muito recentes ou devido ao fato de tratarem tópicos muito específicos. Uma primeira medida para tentar tratar desses possíveis vieses no recorte do *corpus* que poderiam dificultar a análise da mobilização social foi pensar outro critério de inclusão.

A realização das buscas revelou que alguns vídeos que não atingiam 200 mil visualizações apareciam de forma recorrente entre os primeiros vídeos listados pelo YouTube. Esse aspecto levou ao **segundo critério de inclusão** no *corpus*, para os vídeos que apesar de não atingirem 200 mil visualizações estavam entre os 20 primeiros listados em buscas de usuários anônimos, a partir de mais de uma palavra-chave.

Ainda sobre a composição do *ranking* dos vídeos na plataforma, de acordo com Christos Goodrow, engenheiro do YouTube, o algoritmo de apresentação dos vídeos, isto é, a ordem em que as produções são disponibilizadas aos usuários, é mantido em segredo pelos desenvolvedores. Muitos conteúdos visam retorno financeiro com sua divulgação e o conhecimento da fórmula poderia levar a tentativas de burlar o sistema, por exemplo, a partir do uso de computadores para simular acessos aos vídeos<sup>39</sup>. O algoritmo é constantemente

---

<sup>39</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=BsCeNCVb-d8> (Entrevista concedida em abril de 2014).

reformulado e além de contagem de visualizações, leva em consideração outras formas de relevância dos vídeos, que incluem o tempo de exibição, as reações positivas e negativas (*like* e *dislike*), o número de comentários e as preferências dos usuários. Cabe salientar que as buscas para composição do *corpus* foram realizadas no módulo não identificado de acesso à plataforma, ou seja, sem que fosse feito *login* como usuário do *website*.

Foram descartados vídeos relativos a outras ditaduras ou regimes (“ditadura da beleza” etc.), propagandas, filmes, clipes de músicas e outros formatos muito discrepantes do conjunto. Convém mencionar que diferentes palavras-chaves levaram aos mesmos vídeos, desse modo, foram excluídas as repetições resultantes do procedimento de busca. A utilização em conjunto desses critérios levou à composição de um *corpus* composto por 35 vídeos.

#### *b) Procedimentos de análise*

Inicialmente, o conjunto de vídeos foi caracterizado sendo observados aspectos quantitativos e qualitativos, tais como: difusão (número de visualizações, data de publicação, número de reações e comentários); impacto da mobilização em torno do vídeo no conjunto de produções do canal; características do emissor e do conteúdo da mensagem; e observações sobre aspectos imagéticos. Tais características foram apresentadas e refletidas brevemente.

Outro recurso adotado nesta pesquisa foi a análise lexical, a fim de permitir a observação de características dos “mundos lexicais<sup>40</sup>” presentes no *corpus* textual obtido a partir da transcrição do conteúdo verbal dos vídeos. Esses mundos expressam certa “racionalidade e coerência” (Alba, 2004, p. 1.2) interna da comunicação, possibilitando a partir da observação da frequência e co-ocorrência de palavras a apresentação dos conteúdos mais frequentes e que expressam uma determinada visão sobre o objeto em questão. Tal opção facilitou a análise, em decorrência do volume de material (pouco mais de 100 mil palavras, aproximadamente 13 horas de material audiovisual). Diferentemente da análise de conteúdo, onde categorização e interpretação ocorrem num primeiro momento, seguidos de quantificação, na análise lexical primeiro ocorre a sistematização do vocabulário e depois sua interpretação (Justo & Camargo, 2014).

Justo e Camargo (2014) sinalizam que no Brasil, desde a década de 1990, é característica das áreas das ciências humanas e sociais a utilização de programas que facilitam a organização dos dados e a estatística textual. O ALCESTE, introduzido em 1998, consagrou-se no campo de investigação das representações sociais. Este *software* supera a palavra como unidade de

---

<sup>40</sup> Conceito criado por Max Reinert como base teórica que subsidia a metodologia ALCESTE (Oliveira, Gomes & Marques, 2005; Alba, 2004).



análise, passando a identificar contextos de aparição ou aquilo que Oliveira, Gomes e Marques (2005, p. 195) denominam de “núcleos de sentido”, entendidos como padrões de enunciação do vocabulário definidos pela forma de ocorrência e distribuição das palavras.

O *software* IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), criado em 2009 pelo pesquisador francês Pierre Ratinoud, possibilita o uso da ferramenta “Método de Reinert” – que se vale do mesmo algoritmo proposto pelo criador do programa ALCESTE. Seu uso no Brasil iniciou-se em 2013, no ano em que seu vocabulário foi aprimorado para o português<sup>41</sup> (Camargo & Justo, 2013). Por tratar-se de programa com licença de uso livre e fonte aberta, diferentemente do ALCESTE, a ampliação do uso do IRAMUTEQ tem se dado entre pesquisadores.

Neste trabalho, após a reunião dos vídeos (N=35) o material foi transcrito na íntegra e salvo em um arquivo de texto editável no programa *LibreOffice* para ser submetido à análise lexical. O princípio no qual a análise se embasa é o da “proximidade léxica e na ideia que palavras usadas em contexto similar estão associadas ao mesmo mundo léxico e são parte de mundos mentais específicos ou sistemas de representação” (Salviati, 2017). Desse modo, como argumentam Oliveira, Gomes e Marques (2005) as representações sociais diversas apresentam formas distintas de comunicação e, portanto, a análise lexical facilita a identificação de universos lexicais díspares. Durante a análise, as palavras são tipificadas como plenas (conteúdo) ou instrumento (com função). Conforme os parâmetros de lematização descritos por Camargo e Justo (2013), são priorizadas as primeiras, a saber: nomes ou substantivos, verbos principais e auxiliares e formas não reconhecidas.

Antes da realização das operações estatísticas, o *corpus* monotemático precisa sofrer algumas adaptações, como descrito no tutorial<sup>42</sup> para uso do *software* de Camargo e Justo (n.d.): remover marcas de formatação, padronizar o uso de siglas, fazer revisão ortográfica e de erros de digitação, conectar com “\_” (subtraço) palavras compostas e hifenizadas, usar os verbos na forma de próclise e retirar caracteres especiais do texto.

Os textos ou Unidades de Contexto Inicial (UCI) – na linguagem em uso referente ao ALCESTE (Salviati, 2017) –, originados da transcrição de cada vídeo, são separados por linhas de comando ou linhas estreladas, que possibilitam a apreensão de relações entre variáveis e

---

<sup>41</sup> Em 2013 o Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição da Universidade Federal de Santa Catarina, junto ao Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade – Educação, da Fundação Carlos Chagas e o grupo de pesquisa Valores, Educação e Formação de Professores da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho adaptaram o dicionário base do programa, originalmente em francês, para a língua portuguesa.

<sup>42</sup>[http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/Tutorial%20IRaMuTeQ%20em%20portugues\\_17.03.2016.pdf](http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/Tutorial%20IRaMuTeQ%20em%20portugues_17.03.2016.pdf)

textos. No nosso caso, as linhas de comando foram compostas por algumas variáveis apresentadas na caracterização inicial: a variável de identificação (ID), Data (variável ponderada relativa à data de publicação, variando entre primeiro semestre de 2008 e segundo semestre de 2016), Tipo (relativa aos quatro tipos de narrativas categorizados), Emissor (refere-se ao sexo do personagem que emite a mensagem do vídeo), Idade (estima faixas etárias para os emissores, já apresentadas no quadro 6). Além dessas, o número de visualizações foi categorizado em cinco camadas que compõem a variável Exib: 1= acima de 900 mil, 2= entre 500 e 900 mil, 3= entre 300 e 500 mil, 4= entre 200 e 300 mil, 5= abaixo de 200 mil.

Ao tratar o material textual, o IRAMUTEQ possibilita diversas formas de tratamento estatístico de matrizes e *corpora* textual, realizando suas operações estatísticas com base no *software* R. Tais análises vão da estatística textual simples até procedimentos como a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que será priorizada na apresentação dos resultados de nossa investigação.

Nas análises lexicais clássicas, o programa identifica e reformata as unidades de texto, transformando Unidades de Contexto Iniciais (UCI) em Unidades de Contexto Elementares (UCE); identifica a quantidade de palavras, frequência média e número de hapax (palavras com frequência um); pesquisa o vocabulário e reduz das palavras com base em suas raízes (lematização); cria dicionário de formas reduzidas, identifica formas ativas e suplementares (Camargo & Justo, 2013, p. 515).

Para chegar ao resultado da CHD, primeiro o programa identifica as linhas estreladas que separam os textos ou UCI (em nosso caso, cada vídeo) e define os Segmentos de Texto (ST) – também conhecidas como UCE, pelos usuários do ALCESTE – depois esses trechos são analisados a partir de seu vocabulário e frequência das palavras, os ST são cruzados com testes de qui-quadrado ( $x^2$ ) e aplica-se a CDH. Dentre as opções disponíveis no IRAMUTEQ para classificação, utilizamos a Classificação simples sobre o segmento do texto (ST). As classes reúnem as palavras plenas mais importantes do vocabulário (substantivos, verbos, adjetivos e advérbios), em detrimento das palavras com função (artigos, pronomes, preposições, conjunções e verbos auxiliares). Essa priorização das palavras plenas pode ser definida pelo pesquisador ao modificar as propriedades antes de rodar o Método Reinert. Na análise, as palavras são reduzidas aos seus radicais ou raízes (formas reduzidas) e são calculadas suas frequências. O qui-quadrado serve de medida para sucessivas divisões e comparações, a distribuição média de uma palavra é comparada com a distribuição na classe, a fim de identificar vocabulários diferenciados no discurso. Assim, reúnem-se os ST com características lexicais semelhantes em torno das classes, gerando um dendrograma.

O dendrograma de classes expressa os resultados da CHD, as palavras são organizadas de maneira a não se repetirem. A hierarquia de classes baseia-se no princípio da maior homogeneidade interna a classe e da maior diferenciação possível entre as classes. Cabe ao pesquisador a leitura dos resultados, a nomeação das classes e a interpretação das relações apontadas pelas análises estatísticas, mediante o conhecimento prévio do pesquisador sobre o campo empírico e teórico acerca do objeto (Souza & Menandro, 2007; Menandro, Trindade & Almeida, 2010).

#### 4.1.2 Resultados e discussão

##### a) Caracterização dos dados

O número de visualizações, comentários e reações positivas ou negativas apontaram a mobilização dos materiais de nosso *corpus*. Essas informações dos vídeos selecionados estão dispostas na própria plataforma e foram incluídas em um banco de dados composto de: ID (número de identificação), nome do vídeo (conforme descrição); *link*<sup>43</sup> do vídeo, número de exibições (na data de coleta); data do envio do arquivo (*upload*), número de comentários, data do último comentário, número de reações (*likes* e *dislikes*). Tais informações inicialmente ajudaram a compreender o fenômeno de mobilização social crucial para a análise dos processos relativos à memória histórica. Esses dados foram organizados no Quadro 3.

**Quadro 3** - *Corpus* de vídeos do YouTube Br sobre a temática do regime militar no Brasil.

(continua)

ID*	Título do vídeo	Canal do YouTube	Data de publicação	Visua- lizações	Número (N.) de <i>likes</i>	N. <i>dislikes</i>	N. comen- tários
1	Regime/Ditadura Militar / HISTÓRIA	Canal Nostalgia	25/05/2016	2.307.783	258.373	24.015	42.246
2	Resumo de História: DITADURA MILITAR (Débora Aladim)	Débora Aladim	07/09/2015	225.883	14.349	561	Desati- vado
3	DITADURA MILITAR: Jango e o Golpe	Se Liga Nessa História	06/07/2015	325.356	14.782	834	1.304
4	DITADURA	Cauê Moura	17/11/2014	972.257	96.585	8.366	9.347
5	História - Aula 05 - Ditadura Militar	Aulivre.net	14/11/2012	737.113	9.426	505	1.668
6	Canal Nostalgia e a DITADURA!!	Nando Moura	30/05/2016	684.220	51.058	17.196	579

<sup>43</sup>A lista dos endereços eletrônicos (URL) dos vídeos é apresentada no Apêndice C.

**Quadro 3 - Corpus** de vídeos do YouTube Br sobre a temática do regime militar no Brasil.

(continuação)

ID*	Título do vídeo	Canal do YouTube	Data de publicação	Visua- lizações	Número (N.) de likes	N. dislikes	N. comen- tários
7	Nunca houve "Ditadura Militar no Brasil" Mentiram pra você, jovem!	Guilherme Monteiro	12/08/2015	280.065	8.957	909	2.090
8	Saudades da Ditadura Militar.wmv	Alexandre Cardoso Leite	08/04/2010	242.906	3.672	596	1.764
9	Encontrada menina da foto que virou símbolo de oposição ao governo militar no Brasil	Buenopolis	28/10/2012	214.051	1.295	232	1.030
10	Dilma humilha, com a verdade, representante da ditadura e torturadores.flv	nos53lig	16/08/2010	354.006	3.600	1.118	5.537
11	Diz que é nerd, mas quer a ditadura de volta   OmeleTV #317.2	Omeleteve	17/03/2015	233.467	27.162	1.536	4.681
12	Ditadura Militar no Brasil, onde tudo começou Parte 1 de 3	Rogerturchetti	19/04/2008	335.135	542	141	1.393
13	Regime Militar. (História do Brasil por Boris Fausto)	Educar Portal	18/03/2010	144.002	918	60	251
15	As vítimas da ditadura - Depoimentos	teco Ipta	27/03/2014	215.441	2.537	731	3.308
16	Nando Moura, aceito o seu desafio, para debatermos com o Felipe Castanhari e seu prof. de História!	Professor Maro	31/05/2016	271.469	18.265	2.171	2.524
17	A outra versão do golpe de 1964 (completo)	Kero Verdade	22/05/2013	271.980	4.024	419	1.264
18	O Contragolpe 1964 - A Verdade Sufocada	Homer Jay Simpson	01/06/2013	626.561	10.711	832	3.730
19	Como estava o Brasil antes do golpe de 1964	Veja	23/09/2010	248.012	1.682	147	1.098
22	REDE GLOBO ASSUME TER APOIADO GOLPE MILITAR (DITADURA) DE 64.	alexandreanimal	02/09/2013	61.622	312	89	176
23	Jair Bolsonaro diz a verdade sobre a "Ditadura"	Cmft	14/03/2016	30.665	881	65	361
24	Os anos da Ditadura Militar no Brasil (Record News)	Mais Uma	10/07/2013	158.126	806	208	542
25	Censurado - Documentário Ditadura Militar	Documentário Censurado	01/07/2015	16.806	Não apresenta	Não apresenta	38
26	VERDADES NÃO CONTADAS PELA ESQUERDA DA " DITADURA MILITAR "	Universo	24/04/2016	79.378	3147	106	298
27	Documentário: Memórias da Ditadura Militar no BRASIL.	Observador do Brasil	06/09/2016	4.264	58	14	43
28	O OUTRO LADO DO REGIME MILITAR BRASILEIRO (Felipe Dideus)	Vamos falar de História	13/05/2015	73.098	5.888	172	1.064
29	Ditadura Militar no Brasil - Parte 1 (Antecedentes) - Mundo História – ENEM	MundoEdu	13/11/2013	145.316	2.870	71	175
30	Ditadura Militar no Brasil - 1964-1985 - Presidentes	Prof.Eloir – História	29/09/2016	7.931	224	19	24

**Quadro 3** - *Corpus* de vídeos do YouTube Br sobre a temática do regime militar no Brasil.

(conclusão)

ID*	Título do vídeo	Canal do YouTube	Data de publicação	Visua- lizações	Número (N.) de <i>likes</i>	N. <i>dislikes</i>	N. comen- tários
31	1964 - O GOLPE MILITAR (Felipe Dideus)	Vamos falar de História	28/12/2014	78.049	4.093	181	1.158
32	HISTÓRIA DO BRASIL: O GOLPE MILITAR DE 1964 = EDIÇÃO E NARRAÇÃO PROF. CESAR MOTA	CESAR MOTA	14/06/2013	157.791	1.213	120	551
33	Documentário: O Golpe Militar de 31 de Março de 1964.	Observador do Brasil	04/09/2016	4.857	52	8	27
34	DITADURA MILITAR BRASILEIRA (Felipe Dideus)	Vamos falar de História	16/01/2015	67.041	3.750	127	789
35	CASOS DE CORRUPÇÃO DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA	Notícias comentadas	29/08/2016	3.099	190	26	314
36	História do Brasil - Golpe de 1964	Aula De	09/03/2015	57.242	1.911	55	172
37	Houve uma ditadura militar no Brasil?	Éverton Shy	25/04/2013	19.089	305	12	104
38	A ditadura militar do canal Nostalgia	Paula Marisa	18/06/2016	149.242	13.305	3.586	1.254
<b>TOTAL</b>				<b>9.803.323</b>	<b>566.943</b>	<b>65.228</b>	<b>90.904</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota:\*Variável referente ao número de identificação do vídeo no conjunto estudado. No decorrer do texto este número servirá de referência para apresentação dos dados. A numeração não é totalmente sequencial, uma vez que foram retirados do conjunto os vídeos 14, 20 e 21, que apresentavam conteúdo de produção cinematográfico ou eram vídeos formados por partes que se repetiam em outros itens do *corpus*. Os links de acesso aos vídeos encontram-se relacionados no Apêndice C.

Foram encontrados dezessete vídeos com mais de 200 mil exibições, fato que chama a atenção por serem produções acerca de conteúdo histórico, pelo qual as pessoas poderiam não demonstrar interesse espontâneo. Ao longo do desenvolvimento da tese (2015 a 2019), pudemos observar que a mobilização em torno dos vídeos se alterou e cresceram os números de visualizações e comentários. As reações positivas e negativas modificaram-se, ampliando uma ou ambas as reações. Em um dos vídeos (ID1), os comentários foram desativados e praticamente dobrou o número de exibições entre fevereiro de 2017 e junho de 2018, chegando a 4.104.157 visualizações. Esse vídeo foi um disparador para a discussão em outros canais do YouTube Br, que produziram vídeos respostas ao primeiro, fazendo um contraponto à visão apresentada (ID6, ID16 e ID38). Foi observado também, já na etapa final de análise, que alguns vídeos foram retirados do YouTube Br (ID3, ID11, ID16 e ID36), entretanto, tais vídeos foram mantidos no conjunto dos dados deste trabalho.

Em nossa investigação, os dados de acesso e manifestações de usuários no YouTube Br serviram de parâmetros para observação da mobilização social corroborando as etapas defendidas por Sá (2012a) acerca da investigação da memória histórica. Identificadas as fontes

históricas, verificamos se os documentos são mobilizados pelos grupos sociais, nas conversações e nas negociações cotidianas. Em nenhum dos casos o número de reações negativas superou o de reações positivas, o que demonstra boa aceitação dos materiais junto ao público receptor da mensagem. As reações negativas em sua maioria (23 casos) não superaram 11% do total de reações ao vídeo, sendo que em 12 casos o percentual de *dislikes* vai de 12 a 25%. O número expressivo de visualizações e, acima de tudo, de reações e comentários, faz crer que tais materiais são importantes suportes para as batalhas por significados em torno do tema.

É importante situar que em relação aos vídeos selecionados, os comentários dos usuários da plataforma permanecem em atividade e na maioria dos casos manifestações permaneceram sendo realizadas até as últimas horas da coleta dos materiais, independentemente da data de publicação inicial do vídeo, que variou entre 2008 e 2016. Essa manutenção dos comentários reafirmou a mobilização em torno desses materiais que permanecem servindo de suporte para as discussões no presente.

Tabela 3  
**Distribuição das datas de publicação dos vídeos, por semestre.**

<b>Data ponderada</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
2008_1	1	2,86
2010_1	2	5,71
2010_2	2	5,71
2012_2	2	5,71
2013_1	2	5,71
2013_2	5	14,3
2014_1	1	2,86
2014_2	2	5,71
2015_1	4	11,4
2015_2	4	11,4
2016_1	5	14,3
2016_2	5	14,3
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Notamos que houve concentração de material postado no YouTube Br no segundo semestre de 2013 e posteriormente a partir de 2015. Esses recortes temporais coincidem com períodos na política brasileira, marcados pelos protestos conhecidos como “Jornadas de Junho de 2013” (Silva & Ziviani, 2015), manifestações que se iniciaram a favor da redução de tarifa do transporte público na cidade de São Paulo e acabaram reunindo várias pautas, em um movimento de questionamento e reivindicação por direitos (saúde, educação, segurança etc.) e contra a realização de obras para eventos internacionais (Copa do Mundo de Futebol e

Olimpíadas). Todas essas manifestações contribuíram para o desgaste da imagem da então presidenta Dilma Rousseff e da classe política brasileira como um todo.

Desde aquele período, a participação política no Brasil ganhou nova roupagem, impulsionada por uma polarização que se desenhou na campanha eleitoral de 2014 e se converteu em insatisfação de parte da população com o resultado do pleito. Tornara-se turbulento o início do segundo mandato de Dilma. Em 2015, intensificaram-se os protestos de rua contra o governo, cercado por denúncias de corrupção e cortes em investimentos. Pedidos por *impeachment* da presidenta foram protocolados sem sucesso por populares, até que em dezembro uma representação feita por juristas foi aceita pela presidência da Câmara dos Deputados. Ao longo de 2016, o processo tramitou e culminou no afastamento definitivo da presidenta Dilma, em 31 de agosto de 2016.

O debate político, sem dúvida, promoveu maior mobilização em torno do tema “ditadura/regime militar”. Um dos eventos que promoveu mobilização na mídia e redes sociais, como mencionado anteriormente, ocorreu durante a votação que definiu a admissibilidade do processo de *impeachment* de Dilma na Câmara dos Deputados, onde o então deputado federal Jair Bolsonaro, homenageou o coronel do exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército entre 1970 e 1974 (CNV, 2014).

Cabe ressaltar que a ex-presidenta Dilma e seu antecessor ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, foram figuras com trajetória militância política no período 1964-1985. A ex-presidenta Dilma Rousseff foi militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), organização de oposição ao regime militar. O ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva atuou como sindicalista no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista e liderou greves no ABC Paulista, chegando a ser preso por suas ações em 1980.

Tais fatos não podem ser ignorados neste trabalho, na medida em que compreendemos as construções de memória como fruto das conexões entre passado e presente, pois é diante dos enquadramentos atuais que as versões de memória podem eclodir (Pollak, 1989). Essa dinâmica é característica da maior parte do material analisado. Diversos vídeos situam, citam ou comparam situações atuais com o passado dos governos militares.

A fim de identificar algumas características dos emissores (Bardin, 2011, p. 165) das mensagens ou criadores de conteúdo, caracterizamos diretamente os canais de publicação dos vídeos. Relacionamos no Quadro 4 as datas de criação dos canais, seu número de usuários inscritos e as visualizações dos vídeos.

**Quadro 4** - Características dos canais criadores dos vídeos participantes do estudo (em outubro de 2018).

ID	Nome do canal	Data de criação	Número de inscritos	Número de visualizações total (T)	Reprodução de materiais de outras mídias (total ou parcialmente)?	Visualizações do vídeo (V)	Impacto do vídeo para o canal (V*100/T)
1	Canal Nostalgia	20/09/08	11.494.185	924.791.612	Indeterminada	5.023.320	0,54
2	Débora Aladim	9/03/13	1.666.653	67.391.909	Indeterminada	898.048	1,33
3	Se Liga Nessa História	3/11/14	826.705	31.261.971	Indeterminada	Indisponível	-
4	Cauê Moura	18/03/10	5.181.876	521.008.910	Indeterminada	1.005.768	0,19
5	Aulivre.net	9/09/11	1.011.406	73.256.903	Indeterminada	929.755	1,27
6	Nando Moura	11/09/11	2.757.124	563.384.812	Indeterminada	1.061.859	0,19
7	Guilherme Monteiro	10/10/13	9.615	5.379.729	Sim	644.004	12,00
8	Alexandre Cardoso Leite	21/09/06	422	290.715	Indeterminada	289.897	99,70
9	Buenopolis	8/04/08	41.033	37.801.795	Sim	332.609	0,88
10	nos53lig	12/10/09	624	726.902	Sim	384.327	52,90
11	Omeleteve	6/12/07	2.174.344	497.955.627	Indeterminada	Indisponível	-
12	rogeturchetti	21/11/06	36.043	4.665.942	Indeterminada	343.360	7,36
13	Educar Portal	24/01/07	26.839	4.160.171	Sim	194.502	4,68
15	teco Ipta	23/06/10	2.099	731.037	Sim	672.803	92,00
16	Professor Maro	Indisponível			Indeterminada	Indisponível	
17	Kero Verdade	16/05/13	3.371	650.560	Sim	336.254	51,70
18	Homer Jay Simpson	24/10/09	6.807	1.574.129	Sim	808.904	51,40
19	Veja	Indisponível			Sim	375.827	-
22	Alexandreani mal	22/11/2008	339	186.128	Sim	91.560	49,20
23	Cmft	27/10/2012	766	233.288	Sim	216.961	93,00
24	Mais Uma	3/03/2013	4.313	2.695.123	Sim	309.702	11,50
25	Documentário Censurado	27/05/2015	199	34.732	Indeterminada	34.483	99,30
26	Universo	12/02/2016	254.701	4.1287.458	Sim	281.405	0,68
27	Observador do Brasil	3/04/2014	5.279	1.048.031	Sim	120.601	11,50
33						97.922	9,34
28						126.259	0,52
31	Vamos falar de História	12/09/2013	399.504	24.402.122	Indeterminada	128.855	0,53
34						96.382	0,39
29	MundoEdu	7/10/2013	340.728	13.892.940	Indeterminada	184.185	1,33
30	Prof.Eloir – História	27/01/2012	21.216	3.056.711	Indeterminada	105.382	3,45
32	CESAR MOTA	2/04/2011	10.805	3.835.857	Indeterminada	202.071	5,27
35	Notícias comentadas	20/07/2015	95.644	20.060.526	Indeterminada	19.682	0,10
36	Aula De	19/08/2013	1.405.196	96.561.420	Indeterminada	Indisponível	-
37	Éverton Shy	3/11/2009	1.011	545.706	Sim	49.183	9,01
38	Paula Marisa	12/02/2010	123.794	10.777.158	Indeterminada	239.955	2,23

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota: Durante a coleta de dados não foi possível obter algumas informações relativas aos canais ou aos vídeos que foram retirados do ar, nesses casos foi registrado “Indisponível”. Quando a origem do material não era observável, os vídeos foram classificados como “Indeterminada”.



Os 35 vídeos que compõem o *corpus* de pesquisa derivam de 32 canais do YouTube Br, que exibem material público na rede mundial de computadores. As propriedades de produção dos materiais exibidos na plataforma têm grande variação, como salientam Silva e Mundim (2015), uma vez que apesar do *website* ter surgido com o intuito de democratizar a criação de conteúdo e popularizar o “faça você mesmo”, há número expressivo de reproduções de materiais da mídia de massa.

A organização das informações do Quadro 4, possibilitou um panorama dos materiais que compõem cada canal e o impacto de cada vídeo no conjunto do canal (cálculo da relação entre visualizações totais dos canais e visualizações do vídeo analisado). Apenas dois canais forneceram mais de um vídeo para a composição do *corpus* (“Observador do Brasil” e “Vamos falar de história”). A construção da variável de impacto do número de visualizações do vídeo frente ao total de visualizações do canal foi importante para perceber a existência de diferentes perfis de canais. Entre os que tiveram grande impacto (7 vídeos), o número de exibições representava mais de 50% das visualizações dos canais, sendo em sua maioria vídeos que reproduziam trechos de materiais produzidos por outras mídias, principalmente programas televisivos. Há quatro canais com menos de 1 mil inscritos e que atingiram entre 200 e 400 mil visualizações, a partir do vídeo analisado. Já entre os canais maiores (com mais de 1 milhão de exibições) o impacto do vídeo no conjunto de vídeos do canal é bem baixo, de até 1,3%.

Em alguns casos de vídeos que reproduziram materiais de outras procedências, principalmente da televisão, mas também de filmes e veículos jornalísticos. Esta origem foi percebida a partir de logotipos, marcas ou menções dos emissores a esses veículos. Essas informações encontram-se assinaladas no Quadro 5. Cabe destacar que aparentemente os canais não possuem vínculo institucional com esses veículos de comunicação, mas reproduzem trechos de materiais, que em alguns casos são comentados ou seguidos de outras produções pessoais. Nos casos em que não foi possível caracterizar uma reprodução, atribuímos a expressão “Indeterminada”.

**Quadro 5** – Fontes de materiais de outras mídias (televisiva, cinematográfica ou jornalística) reproduzidos, total ou parcialmente, no vídeo analisado.

<b>ID</b>	<b>Fonte identificada por logotipo ou menção</b>
ID7	Univesp TV
ID9	TV Globo
ID10	TV senado
ID13	TV Escola - Ministério da Educação do Brasil
ID15	SBT
ID17	Terra Nova Filmes
ID18	Gobar Filmes
ID19	Veja
ID22	TV Globo
ID23	Rede TV
ID24	Record News
ID26	TV Mais - Canal 22 NET
ID27	TV Brasil
ID33	TV Senado
ID37	Globo News

Fonte: Elaborado pela autora.

O uso de materiais produzidos por veículos de comunicação de massa sinaliza conforme Moscovici (2012), a presença da difusão como possível sistema de comunicação em circulação. Em seu trabalho de 1961, o autor demonstrou a partir da análise de conteúdo da mídia impressa a circulação de informações com intenção de neutralidade, muitas vezes utilizando discursos de especialistas. Assim, tal comunicação, muitas vezes, busca atingir um público amplo, sem diferenciações grupais. Ainda assim, este conjunto de materiais representa apenas 42,8% do total, e não se apresenta sempre de forma exclusiva. Como sinaliza Moscovici (2012) e Vala (2004), os mecanismos da propagação ou propaganda também se encontram na comunicação documental, seja para promover um processo de facilitação da informação, permitindo a entrada do novo objeto na rede de representações do grupo; ou para reforçar a pertença grupal, respectivamente.

O quadro organizador abaixo (Quadro 6) resume algumas das principais características dos materiais que serão destrinchadas na sequência. Foram observados aspectos relativos ao conteúdo dos vídeos, sua organização e cronologia; uso de imagens, vídeos, áudios de acervos históricos; tipo de narrativa, e características do emissor da mensagem.

**Quadro 6** - Características do *corpus* de vídeos e seus emissores.

Descrição do vídeo	ID																																						% <sup>1</sup>	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	15	16	17	18	19	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	Sim	Não			
Afirma a existência de “ditadura” ou de golpe (civil) militar, enfatizando elementos negativos do período?	x	x	x	x	x	-	-	-	x	x	x	x	x	x	-	x	-	x	x	-	x	x	-	x	-	x	x	x	x	x	x	x	x	x	-	-	71,4	29,6		
Fatos do presente são situados, citados ou comparados com o passado?	x	-	x	x	x	x	x	x	x	x	x	-	-	-	x	x	x	-	x	x	-	x	x	x	x	-	-	-	-	x	-	x	-	x	x	65,7	34,3			
Apresenta datas/divisão cronológica?	x	x	x	x	x	-	x	-	x	x	-	x	x	-	x	x	x	x	-	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	-	x	x	x	82,9	17,1			
Apresenta imagens/vídeos/áudios de acervo ou jornais?	x	-	-	x	x	-	-	-	x	-	x	x	x	x	-	x	x	-	-	-	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	-	-	x	65,7	34,3		
<b>Tipo de narrativa<sup>2</sup></b>	2	2	2	1	2	1	4	4	4	3	1	4	2	3	1	3	1	3	4	4	4	4	1	4	2	2	2	2	2	4	2	1	2	4	1	-	-			
<b>Emissor<sup>3</sup></b>	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	15	16	17	18	19	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	Sim	Não			
<b>Sexo</b> M - masculino; F - feminino; A - ambos.	M	F	M	M	M	M	M	M	A	F	M	M	M	A	M	M	M	M	M	M	M	M	M	A	M	M	M	M	M	A	M	M	M	M	F	-	-			
Idade estimada <sup>4</sup>	2	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1	3	2	2	4	3	2	2	2	2	2	5	1	2	4	1	4	5	1	4	2	5	2	-	-				
Figuras políticas atuais?	-	-	-	-	-	-	-	-	x	x	-	-	-	-	-	x	-	x	-	x	-	-	-	x	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	20,0	80,0		
Pessoas que viveram o período?	-	-	-	-	-	-	-	x	x	x	-	x	-	x	-	x	-	x	-	x	x	-	-	x	-	-	-	-	-	x	-	-	-	x	-	34,3	65,7			
YouTuber?	x	x	x	x	x	x	-	-	-	-	x	x	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x	x	x	x	x	-	x	x	x	-	x	51,4	48,6			
<b>Especialistas?</b> 1 - Historiadores; 2 – Cientista social; 3 – Jornalista; 4 - Psicólogo Social	-	-	1	-	1	-	1	3	-	-	-	-	1	-	1	1,2	-	-	-	-	-	-	4	-	1,2,3	-	1	1	-	1	1,3	-	-	1	-	-	40,0	60,0		

Fonte: Elaborado pela autora.

Notas: <sup>1</sup>A marcação das características foi feita apenas em termos de presença/ausência dos itens, para os quais foram calculados percentuais. <sup>2</sup>As características do emissor expressas nesse quadro referem-se apenas aos indivíduos que atuam nos vídeos. <sup>3</sup>Os tipos de narrativa são: 1 - Opinião; 2 - Didático-escolar; 3 - Testemunhal; 4 - Jornalístico.

<sup>4</sup>Faixas de idade: 1=jovem (18-24 anos); 2=adulto (25-59 anos); 3=idoso (60 anos ou mais); 4=impreciso; 5=adulto e idoso no mesmo vídeo.

A observação de características gerais de cada documento permitiu notar alguns perfis de material, possibilitando uma primeira divisão entre: 1) vídeos que consideram o período investigado como sendo no todo ou em parte uma *ditadura* ou postulam a existência de um golpe (civil) militar (71,4%); 2) vídeos que apontam características positivas do período e em alguns casos questionam o uso do termo ditadura (29,6%).

Segundo o *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, o verbete ‘ditadura’ significa “Forma de governo em que todos os poderes se enfeixem nas mãos dum indivíduo, dum grupo, duma assembleia, dum partido, ou duma classe” (Ferreira, 1986). Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), em seu *Dicionário de Política*, diferencia as ditaduras modernas de sua origem na Roma antiga, situando que como regime autoritário comumente descrito nas décadas de 1950 e 1960, sua duração não era transitória como sua antecessora, mas situa essa versão recente como aquela de duração indeterminada e, como salientado, marcada pela concentração do poder nas mãos de um indivíduo ou de um pequeno número de pessoas. É importante salientar que a menção ao termo ou a nomeação do período como ditadura não está necessariamente relacionada com características positivas ou negativas atribuídas ao período. Alguns vídeos, como por exemplo, ID6 e ID17, mencionam a nomenclatura “ditadura”, mas a compreendem como uma “ditabranda”, onde ocorreram mais elementos positivos do que negativos em termos de ação do Estado.

A compreensão da divisão entre os que concebem a existência de uma ditadura e aqueles que não a consideram, ocorre em associação com outros indicativos para além da nomeação do período, o que pode apontar a presença de versões diferentes de memória ou de embates por significados diversos. Tal hipótese se exemplifica na afirmação da existência de um golpe (civil) militar em contraposição à narrativa da deposição de Jango pelo congresso e de eleição indireta do general Castelo Branco. Essas tendências no conteúdo dos vídeos encontram ressonâncias no conjunto de usuários que travam verdadeiras batalhas nos comentários das produções (objeto do estudo 2).

A distribuição em relação ao sexo do emissor revela maioria de homens narrando ou apresentando os argumentos dos vídeos. Apenas cerca de 20% dos vídeos têm participação exclusiva de mulheres ou de homens e mulheres. A tendência pode indicar menor participação das mulheres nesses campos de discussão política, o que não podemos afirmar categoricamente com os resultados do presente estudo, mas surge como característica dos emissores com maior repercussão no momento de construção do *corpus* de pesquisa. Como sinalizamos, a presença de mulheres na narrativa da história e na construção de conhecimentos e memórias ocorre por

vias alternativas, para além do debate público, e costumam ter menor visibilidade do que as narrativas masculinas (Perrot, 1989).

De forma ampla, a idade estimada dos emissores se concentra na faixa adulta, entre 25 e 59 anos (60% dos casos). O encadeamento cronológico das informações que compõem as narrativas é visto em 82,9% dos casos. Outro marcador importante para a composição da memória é a relação estabelecida pelos emissores entre a realidade presente e passada, sendo possível detectar uma presença desse marcador em 66% das produções. Alguns vídeos não estabelecem essa conexão porque focam na expressão de uma atitude sobre o passado, destacando pontos positivos e/ou negativos da época, apoiando ou rejeitando o período, mas sem estabelecer relação direta com o presente.

A maioria dos vídeos adota uma atitude desfavorável ao período, visto como ditadura, e, portanto, período marcado pela repressão e pela tortura. Conceitualmente, a atitude é um construto hipotético, não observável, referente a processos psicológicos que se expressam por um “juízo avaliativo” (Lima & Correia, 2013, p. 202) e por predisposições a uma avaliação favorável ou não a determinado objeto. Para Moscovici (2012), a atitude é uma das três dimensões que compõem as representações sociais, juntamente com a informação e o campo/imagem. Compreender a presença dessas dimensões permite estudar a estruturação da representação. O questionário objeto do estudo 3 complementa esse cenário.

A descrição dos emissores das mensagens incluiu também os atores que aparecem nas produções videográficas analisadas, principalmente em se tratando de reproduções e não de conteúdos criados para o YouTube. Muitos canais dedicam-se à divulgação de videoaulas ou apresentações de cunho didático-educacional por professores, historiadores ou estudantes. Esse aspecto contribuiu para a apreensão de que existiam diferentes tipos de narrativa organizada, visando diferentes públicos, ou seja, diferentes receptores da mensagem (Bardin, 2011, p. 166).

No estudo de Silva e Mundim (2015), os autores identificaram nove tipos de narrativas presente no conjunto de vídeos do YouTube que analisaram. São elas: didática (argumento organizado de forma informativa); encenativa (com personagens); jornalística; mensagística (mensagens escritas); musical-clip; musical-slides; ocular (gravado no momento do ocorrido); paródica; testemunhal. Essa categorização serviu de inspiração para um primeiro olhar das características de publicação dos canais aqui investigados.

Em nosso conjunto de dados não incluímos materiais de cunho encenativo, produções cinematográficas ou paródicas, nem mensagens escritas ou musicais, bem como propagandas. A apreensão das características dos canais difusores dos conteúdos, somadas às características dos indivíduos que narram/apresentam as informações, possibilitou a categorização em quatro

tipos de narrativa, inspirada na classificação de Silva e Mundim (2015). Foram identificadas quatro categorias (apresentadas no Quadro 6): opinião (vídeo construído em torno do YouTuber, que comenta determinado assunto); didático-escolar (vídeos em sua maioria no formato videoaula e conteúdo com objetivo educacional); testemunhal (vídeos com depoimentos de pessoas que viveram o período do regime militar); jornalístico (em sua maioria, reproduções de material produzido para televisão com o objetivo de informar).

Esses materiais, tomados aqui como documentos históricos, apresentam diferentes pontos de partida para emissão da mensagem, bem como circulam entre receptores diversos, possibilitando a construção de versões de memória e a negociação de significados no presente. Em nossa classificação, foi importante diferenciar a categoria testemunhal e de opinião, uma vez que a primeira apresenta falas de quem viveu diretamente o período e a segunda apresenta impressões de pessoas que não viveram o período. Esses elementos são complementares. Em concordância com Sá (2012b), percebemos a necessidade de acessar discursos de diferentes gerações para o estudo da memória histórica. Essa tipologia foi importante no momento do tratamento do conteúdo dos vídeos.

Identificamos que a forma mais comum de narrativa no *corpus* é composta por vídeos educacionais (videoaulas, vídeos para estudantes, vídeo derivado de trabalho escolar etc.), com 34,3%. São produções focadas na preparação de estudantes para o vestibular, o que revela o potencial de educação informal presente na plataforma. Esse fato também pode influenciar o perfil dos usuários que buscam os materiais, principalmente em momentos próximos à aplicação de exames e como suporte para educação formal (Silva, 2016).

Tabela 4  
**Distribuição da presença de especialistas como suporte de diferentes tipos de narrativa**

	Sim	%	Não	%	% Total
Opinião	1	2,9	7	20,0	22,9
Didático-escolar	<b>7</b>	<b>20,0</b>	5	14,3	34,3
Testemunhal	1	2,9	3	8,6	11,4
Jornalístico	<b>5</b>	<b>14,3</b>	6	17,1	31,4
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>40,0</b>	21	60,0	100,00

Fonte: Elaborado pela autora.

A narrativa jornalística é o aspecto principal de 31,4% do *corpus*. Tanto os vídeos educacionais como os jornalísticos focam em detalhes dos eventos ocorridos no passado, que são encadeados cronologicamente. Em muitas ocasiões, isso leva a discursos que buscam descrições com caráter de neutralidade, que possam ser difundidas de forma ampla para o

público receptor, sem um público delimitado ou específico (Moscovici, 2009). Tal fato é corroborado pela presença de historiadores e outros especialistas como respaldo para as narrativas dos dois tipos (Tabela 4).

Além do apoio com falas de historiadores, observamos que 20% dos vídeos possuem depoimentos de figuras políticas, pessoas que ocupam ou ocuparam cargos políticos nos últimos anos, dentre eles: o ex-secretário Nacional de Direitos Humanos, Nilmário Miranda (ID9); a ex-presidenta Dilma Rousseff (ID10); o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (ID17); o fundador do Partido Verde, Fernando Gabeira (ID19); o deputado federal e candidato vitorioso à presidência da república em 2018 pelo Partido Social Liberal, Jair Bolsonaro (ID23); o candidato à presidência em 2018 pelo Partido Pátria Livre, João Goulart Filho (ID27) e o fundador do Partido Democrático Trabalhista, Leonel Brizola (ID27 e ID33). Além das produções que utilizam o aporte testemunhal de pessoas que viveram o período, dentre as classificadas como de tipo jornalístico, do total de 11 vídeos, 8 utilizam-se de depoimentos orais (65,7%). Assim, o que mais diferencia o tipo jornalístico do testemunhal é o formato dos depoimentos e os programas nos quais são exibidos, com intermédio de apresentadores ou entrevistadores, no tipo jornalístico.

Cabe situar, que enquanto um estudo de representações sociais, os especialistas e figuras públicas que se apresentam diretamente ou que são citados por youtubers e usuários da rede nos vídeos, não são compreendidos isoladamente nesse trabalho. A teoria da RS e a abordagem psicossocial da memória tratam do pensamento social dos grupos e por isso, estes indivíduos manifestam ideias compartilhadas por outros, e que repercutem em comentários e interações, sendo nessa troca que se constrói o conhecimento social.

#### *b) Aspecto imagético dos materiais*

Para tratarmos do aspecto imagético dos materiais analisados, algumas decisões metodológicas precisaram ser tomadas. Uma das consequências da organização dos tipos de narrativas predominantes nos vídeos foi a observação de que: predominantemente as produções traziam planos e enquadres únicos ou com poucos cortes; com seus emissores em primeiro plano. Desse modo, análise semiótica de imagens ou mesmo a análise de imagens em movimento pareceu pouco efetiva diante das características do material. Além disso, a duração dos vídeos também dificultaria esse tipo análise. Com essa definição, passamos a discutir os principais elementos iconográficos que se repetiram entre os vídeos, sendo apresentados aqui como exemplos das imagens reproduzidas nos materiais.

Annamaria Silvana de Rosa (2005) destaca o papel das imagens para a composição de memória, como elementos carregados de emoção e sentido que contribuem na materialização ou objetivação das representações sociais do passado. O uso de imagens, vídeos, áudios, fotos, jornais da época está presente em 65,7% dos casos. Nos demais casos, os vídeos focam a imagem do emissor, normalmente um criador de conteúdo para o YouTube, que apresenta sua visão sobre o tema. Nos vídeos que exploram o aspecto imagético, cinco imagens podem ser destacadas como ícones para o desenvolvimento das narrativas e para a construção de memória do período, sendo muito frequentes.

O fotógrafo Evandro Teixeira foi responsável por uma foto amplamente divulgada e reproduzida nos vídeos analisados, que se tornou base para efeitos gráficos e ilustrações. Trata-se de flagrante de um estudante de medicina perseguido por policiais na sexta-feira sangrenta, como ficaram conhecidos os eventos de 21 de junho de 1968, na Cinelândia, centro do Rio de Janeiro. Os protestos estudantis vinham se ampliando desde a morte do estudante Edson Luís, em um restaurante universitário. Ao protestarem na quarta-feira (19/06/1968) em frente ao ministério da educação, estudantes foram reprimidos e muitos presos, até que o conflito eclodiu com enfrentamento entre estudantes (apoiados pela população) e policiais militares.

**Figura 1** - “Um estudante de medicina cai na Cinelândia, ao ser perseguido por policiais | Evandro Teixeira”, em 21/06/1968.



Fonte: De “As imagens marcantes de Evandro Teixeira feitas em 1968”. Jornal O Globo de 2 de abril de 2017. Recuperado em 10 de setembro, 2018 de <https://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/as-imagens-marcantes-de-evandro-teixeira-feitas-em-1968-21143306>.

Na continuidade desses eventos, “em 26 de junho, aconteceu a famosa ‘Passeata dos Cem Mil’, que reuniu estudantes, artistas, intelectuais, religiosos e população em geral para



protestar contra as violências da ditadura” (Oliveira, 2018, s/p)<sup>44</sup>. Dois registros de Evandro Teixeira se tornaram emblemáticos do evento, sendo amplamente reproduzidos nos vídeos que compõem o *corpus*. No primeiro (Figura 2), em meio a inúmeras manifestações contra o regime, um estudante picha os dizeres “Abaixo a Ditadura” nos muros do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Nos meses e anos seguintes, o regime recrudesceria não apenas com a repressão nas ruas, mas também institucionalmente com ações que culminariam no AI-5.

**Figura 2** - Estudante picha “Abaixo a ditadura” em protesto da Passeata dos 100 mil, Foto de Evandro Teixeira, em 26/06/1968.



Fonte: De “PICHANÇA ‘ABAIXO A DITADURA’ (1968)”, de *website* Memórias Reveladas / Artes e Cultura / Artes Plásticas / Obras. Recuperado em 10 de setembro de 2018 de <http://memoriasdaditadura.org.br/obras/pichacao-abaixo-ditadura-1968/index.html>

A terceira imagem, de Evandro Teixeira, bastante reproduzida nos vídeos, também é da passeata dos 100 mil, momento de expressão de força do movimento estudantil.

---

<sup>44</sup> Reportagem “Maio de 1968 não foi um mês no Brasil, mas um ano inteiro” de André de Oliveira, 9/06/18, São Paulo. Recuperado de [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/05/cultura/1528224984\\_573224.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/05/cultura/1528224984_573224.html) em 10 de setembro de 2018.

**Figura 3** - “A passeata dos 100 mil, pela lente do fotógrafo | Evandro Teixeira”, em 26/06/1968.



Fonte: De “As imagens marcantes de Evandro Teixeira feitas em 1968”. Jornal O Globo de 2 de abril de 2017. Recuperado em 10 de setembro de 2018 de <https://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/as-imagens-marcantes-de-evandro-teixeira-feitas-em-1968-21143306>.

As passeadas do movimento estudantil praticamente se encerraram com a promulgação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968. O ato fotografado parece ter contribuído para o acirramento de perseguição, interrogatório, prisão e tortura de opositores ao regime, entre os quais se destacavam estudantes de classe média (movimento estudantil e a União Nacional de Estudantes – UNE), a classe artística e jornalística. Esse conjunto de ações empurrou a resistência para a clandestinidade. A atuação da oposição foi impactada por nova onda de cassações e ameaças a representantes eleitos, uma vez que a suspensão de direitos políticos poderia ser decretada a qualquer momento. Institucionalizou-se também a censura prévia de música, teatro, televisão, cinema e imprensa. As características desse período levaram militantes e historiadores a chamá-lo de “Anos de Chumbo” (Napolitano, 2014, p. 72).

As redações de jornais e revistas da época conviviam com a sensação de insegurança e com a censura de informações. À menor suspeita de subversão, os cidadãos eram chamados para prestarem esclarecimentos. Foi o que correu com o jornalista da TV Cultura, Vladimir Herzog, levado para depor no Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operação de Defesa Interna (DOI-CODI), em São Paulo, sobre possíveis ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), então clandestino. Acusações negadas por Herzog. Foi em 25 de outubro de 1968, que surgiu a foto (Figura 4) de autoria do fotógrafo Silvaldo Leung Vieira, que retratou o “suicídio” do jornalista. A imagem causou imensa repercussão, pois a situação

em que o corpo foi retratado era contrária à versão oficial da morte, tratada pelo regime como suicídio por enforcamento. No corpo havia marcas de tortura e estrangulamento, que eram incompatíveis com a versão de suicídio. As pernas dobradas do jornalista causavam ainda mais descrença na população, reforçando que seria impossível a ocorrência da morte como narrada pelas autoridades. As repercussões da morte e da situação que a teria ocasionado promoveram desgaste público do regime. Posteriormente, em 1978, a justiça condenou a União pela prisão, tortura e morte do jornalista, reconhecido em 1996 pela Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos como assassinado pelo regime. Apenas em 2013 a família conseguiu a retificação da causa *mortis* de Herzog no seu atestado de óbito<sup>45</sup>.

**Figura 4** - “O ‘suicídio’ do jornalista Vladimir Herzog”. Foto de Silvaldo Leung Vieira, em 25/10/1975.



Fonte: De “Homem que fotografou Vladimir Herzog enforcado confessa a farsa do ‘suicídio’”. Borges (2012). Pragmatismo Político. Recuperado em 10 de setembro de 2018, de <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2012/02/homem-que-fotografou-vladimir-herzog-enforcado-confessa-a-farsa-do-suicidio.html>

A última foto que destacamos é de autoria de Guinaldo Nicolaevsky. Trata-se da menina Rachel Clemens Coelho, que no momento registrado recusou-se a cumprimentar o presidente

<sup>45</sup> Mais informações em <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/vladimir-herzog/index.html>

João Figueiredo em visita a Belo Horizonte. Um dos vídeos analisados neste estudo trata exclusivamente da história da foto e do paradeiro atual de sua protagonista (ID09). A menina acompanhava seu pai, que se encontraria com o general. No vídeo, Rachel Clemens Coelho afirmou que não tinha dimensão do momento histórico que viveu, tampouco seu ato teve motivação política. Ela soube na véspera que iria conhecer o presidente e ficou ansiosa – seu pai havia anunciado que eles almoçariam juntos. Ela desejava conversar com o presidente e avisá-lo do almoço e, no momento, em que o encontrou, irritou-se com as recomendações de comportamento dos adultos ao redor, que pediam para que ela oferecesse a mão em cumprimento. Por isso, negou-se a obedecer, momento que ficou eternizado na foto. Desconhecendo as circunstâncias em que imagem foi registrada, muitos militantes utilizaram-na como símbolo da resistência frente aos militares e do enfraquecimento dos comandantes militares. Para os opositores, serviu de alento à época. No vídeo, algumas pessoas relatam que se sentiram reconfortados e motivados pela atitude da garota.

**Figura 5** - Menina recusa-se a cumprimentar o presidente Figueiredo, Foto de Guinaldo Nicolaevsky, em setembro de 1979.



Fonte: De “Mulher que, quando criança, negou-se a dar mão a Figueiredo morre em BH”. Freitas (2015). G1 MG. Recuperado em 10 de setembro de 2018, de <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/04/mulher-que-quando-crianca-negou-se-dar-mao-figueiredo-morre-em-bh.html>.

Conforme Sá (2012a) a memória histórica é formada não apenas por aquilo que lembramos, mas por aquilo que sabemos sobre o evento ou aquilo que aprendemos por

diferentes vias (educação formal, mídia, cinema etc.). A iconografia tem um papel importantíssimo, principalmente na cibercultura, onde o registro visual é priorizado. A imagem é uma das dimensões que compõe a representação social, sua presença ressalta a estrutura da representação e fomenta a materialização do cenário que permite uma familiaridade (Moscovici, 2012, Trindade *et al.*, 2011). As fotos aqui mencionadas, em conjunto, tecem uma linha do tempo do período e dão concretude a uma memória do passado marcada pelos movimentos de oposição e resistência, desde o momento dos maiores protestos de rua ao acirramento da repressão e ao enfraquecimento do regime.

Em estudo sobre o impacto das imagens na construção da memória sobre o ato terrorista de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, De Rosa (2005) destaca a função das imagens na comunicação de massa durante a partilha social das emoções. A memória eidética, a partir do impacto e da divulgação na imprensa, pode se desdobrar na chamada “*memória flash de massa*” (p. 122, grifos da autora), mecanismo que ajuda as pessoas a recordarem, mas que também as recoloca no momento passado, a partir de uma resposta emocional evidente. De Rosa (2005) retoma alguns autores para concluir que as memórias mais emocionais são as mais compartilhadas e constantemente as mais lembradas. Assim, a emoção não é apenas elemento que integra as representações, mas participam de sua gênese.

O registro iconográfico registrado pela imprensa durante o período, possibilitou a posterior circulação das imagens mencionadas, fixando cenas que viraram protótipos, quase como uma impressão dos eventos nas gerações que viveram sob o regime militar. A reprodução desses materiais em manuais escolares, na imprensa, em filmes e no próprio YouTube promove a continuidade da ativação emocional, que acaba sustentando a construção do passado.

Em seus estudos, De Rosa (2005) constata que as imagens de sofrimento das vítimas de acontecimentos trágicos são aquelas que mais impressionam emocionalmente. Entre as pessoas entrevistadas pela autora, muitas indicaram que gostariam de esquecer tais imagens. A empatia quanto à situação das vítimas é percebida de modo transcultural, o sofrimento é antecipado e, por isso, as pessoas desejam o esquecimento. As imagens que não apresentam vítimas, mas apenas os ataques dos aviões durante o ato terrorista de 11/09/01, tendem a ser mais replicadas com o distanciamento do tempo, por terem se tornado símbolos do evento, reproduzidas até em ocasiões oficiais de rememoração. Em nossas fontes, as imagens mais repetidas evocam cenas de perseguição, seja destacando vítimas da repressão, seja enfatizando momentos de protestos populares. Além disso, existem imagens variadas de ritos institucionais, como posses e discursos de presidentes militares. O que essas cenas ajudam a demonstrar é que as emoções são marcantes na forma como as memórias se organizam e se originam. Nessa gênese, os meios

de comunicação de massa têm importância fundamental ao espetacularizar determinadas coberturas de eventos históricos.

Com as novas tecnologias de comunicação e informação, as imagens de eventos importantes continuam a ser acionadas muitos anos depois de captadas<sup>46</sup>, modificando a dinâmica de associação dos elementos que compõem as representações, principalmente no que tange às novas gerações. Podemos dizer que, mais uma vez, o papel da mobilização social merece destaque, uma vez que potencialmente toda imagem pode ser retomada no ciberespaço. Entretanto, nem todas as imagens se tornam foco de atenção dos grupos sociais. As condições para estabelecimento do debate e os quadros atuais da memória são marcadas por relações de poder que terão impacto na construção de saberes acerca do passado e das imagens que serão acionadas. Ainda que o acervo virtual de imagens da cibercultura leve a crer na existência de registros capazes de “reproduzir a realidade”, o que percebemos é que esses registros permitem a composição de versões de memória. Mesmo fundamentados em mitos ou interpretações parciais da realidade – como é o caso da menina que por décadas foi considerada símbolo de resistência contra o regime militar – as constatações de diferenças não alteram a importância de algumas imagens para a memória de determinadas épocas.

*c) Análise lexical - Classificação Hierárquica Descendente (CHD)*

Para a composição do *corpus* de pesquisa reunimos as transcrições referentes ao conteúdo verbalizado nos vídeos num documento único e foram sinalizadas os textos ou UCI (partições indicadas pela pesquisadora que apontam início e fim de cada vídeo). Com o auxílio do software IRAMUTEQ foram indicadas as UCE ou segmentos de texto que apontam diferentes contextos de palavras, ou seja, um determinado contexto de significado com uma distribuição típica de palavras. As palavras do texto e os segmentos sofreram comparações sucessivas que resultam do dendrograma de classes. Os resultados do procedimento de CHD para o *corpus* de vídeos (N=35) são apresentados a seguir, partindo-se da representação do dendrograma de classes (Figura 6) Os valores expressos referem-se a medida de qui-quadrado ( $x^2$ ).

---

<sup>46</sup> Aspecto apresentado por De Rosa (2005), em referência ao trabalho do filósofo da linguagem Lorenzo Di Carli (1997), na obra *Internet: memória e oblio*. Torino: Boringhieri.

**Figura 6** - Dendrograma de Classes, *corpus* de vídeos (N=35) sobre regime militar/ditadura, presentes no YouTube Br

Classe 5		Classe 4		Classe 3		Classe 2		Classe 1	
Variáveis	$\chi^2$	Variáveis	$\chi^2$	Variáveis	$\chi^2$	Variáveis	$\chi^2$	Variáveis	$\chi^2$
*Idade_4	56.71	*Tipo_1	47.55	*Idade_2	89.61	*Idade_5	288.55	*Tipo_2	127.86
*ID_18	129.29	*Idade_2	44.66	*Tipo_3	53.62	*Tipo_4	175.1	*Idade_1	82.58
Fomas	$\chi^2$	Fomas	$\chi^2$	Fomas	$\chi^2$	Fomas	$\chi^2$	Fomas	$\chi^2$
preso	115.84	falar	162.9	ditadura	130.26	joão_goulart	340.12	eleição	327.17
guerrilheiro	111.51	video	125.41	achar	90.09	jango	206.1	castelo_branco	217.39
estudante	85.46	canal	76.83	bom	48.39	presidente	137.9	presidente	153.41
ação	81.7	pai	76.76	entender	46.97	deputado	125.5	arena	150.6
doi_codi	80.74	castanhari	75.58	período	40.59	força	125.15	mdb	143.92
revolucionário	77.85	saber	75.01	esquerdo	40.35	brizola	121.98	indireto	137.34
guerrilha	75.04	história	61.23	questão	38.9	março	107.57	partido	121.37
prisão	74.02	mãe	61.02	crime	34.56	tropa	105.27	ato_institucional	119.49
bomba	70.82	pegar	60.09	regime	30.71	amado	102.54	direto	114.96
organização	70.0	nostalgia	59.71	construir	30.05	brasilia	99.81	eleito	111.78
amada	68.83	irmão	57.38	gente	28.37	leonel	95.96	mandato	110.91
vladimir	68.34	tirar	55.59	corrupção	28.31	voz	91.27	voto	105.74
repressão	64.43	cara	54.42	só	27.16	golpe	84.58	candidato	97.82
militante	62.12	livro	48.54	democracia	26.51	congresso	76.12	lei	94.53
camponês	59.62	ficar	44.55	música	26.26	ptb	75.0	assumir	93.06
morto	56.84	dizer	44.44	importante	25.44	reunir	74.57	congresso	89.81
atentado	55.95	ouvir	40.2	maneira	24.92	andrade	74.01	josé_samey	86.47
morte	55.85	correr	39.76	coisa	24.18	comandante	70.32	joão_figueiredo	80.36
herzog	55.03	gente	35.76	liberdade	23.88	minas_gerais	70.32	médici	80.18
pedro	54.34	né	35.29	direito	23.14	república	66.62	eleger	80.06
assassinar	50.52	contar	31.53	mundo	22.95	udn	62.18	ai_2	79.79
polícia	49.54	esperar	29.48	ideia	22.1	goulart	62.18	estabelecer	78.09
Anti-perfis	$\chi^2$	Anti-perfis	$\chi^2$	Anti-perfis	$\chi^2$	Anti-perfis	$\chi^2$	Anti-perfis	$\chi^2$
presidente	-46.49	presidente	-33,9	presidente	-68.3	falar	-28.42	falar	-25.14
joão_goulart	-33.28	regime	-27.18	congresso	-37.17	ditadura	-26.24	gente	-15.5
<b>Guerrilha, prisão e repressão</b>		<b>Relatos, histórias e debates</b>		<b>Passado e presente em negociação</b>		<b>Golpe e articulação política</b>		<b>Das eleições indiretas às Diretas Já</b>	
		<b>Busca por informações e Mobilização Social</b>				<b>Estruturas e aspectos Institucionais do regime</b>			
<b>Batalhas virtuais pela memória</b>									

Fonte: Elaborado pela autora, com base no procedimento de CHD no *corpus* relativo ao conteúdo verbalizado nos vídeos.

Nota: Os anti-perfis referem-se a “formas significativamente ausentes da classe” (Salviati, 2017, p. 62).

Uma vez que os “mundos lexicais” (Alba, 2004, p. 1.2) revelados pelas classes de palavras tratam de formas específicas de comunicação que compõem a representação social do fenômeno investigado, notamos que o dendrograma de classes apresenta uma divisão principal que organiza por um lado aspectos institucionais (Classes 1 e 2) e por outros aspectos sociais (Classes 3, 4 e 5) da memória histórica sobre o regime militar no Brasil. Assim, os conjuntos de classes apresentam características diferentes e complementares do conteúdo. Cada um desses

conjuntos, bem como cada classe individualmente, recebe uma nomeação que é inferida do conteúdo em associação com o conhecimento teórico e empírico do pesquisador, como apresentamos a seguir.

As classes 1 e 2 que apresentaram o menor percentual de léxico, enfatizam elementos estruturais e aspectos institucionais do período entre 1964 e 1985, tendo sido nomeadas em conjunto como “Estruturas e aspectos Institucionais”. Tais estruturas ajudam a compor a narrativa da instauração do regime, sendo priorizados elementos que ajudam a compor o cenário institucional em questão e as práticas de seus personagens. Segundo Moscovici (2012) o processo de objetivação pretende dar materialidade a uma ideia abstrata, assim, em se tratando de vídeos, o uso de descrições permite a quem assiste ser transportado ao período, conhecer aqueles que o viveram e as suas práticas.

A classe 2, *Golpe e articulação política*, é voltada para a narrativa do **golpe**<sup>47</sup> e para os movimentos de **Jango** diante dos movimentos de tropas que buscavam sua deposição. Tal narrativa é característica do conjunto de vídeos de cunho jornalístico, cuja intenção é claramente descritiva, permitindo ao espectador obter informação histórica que o auxilia na formação de sua opinião sobre os eventos. Essas características são próprias do sistema de comunicação por difusão (Moscovici, 2012; Vala, 2004) no qual as informações são anunciadas sem estar direcionadas a um grupo específico e sem a intenção de promover a ação. Destacam-se palavras como **tropa, Brasília, congresso, Brizola, PTB**. Vemos o desenrolar dos acontecimentos no decorrer do mês e na noite do dia 31 de março de 1964, conforme destacado nos segmentos de texto reproduzidos abaixo:

**score**<sup>48</sup>: **1244.55**

**garantindo** uma **rápida intervenção** das **forças armadas** americanas caso os militares que **apoiavam** **joão\_goulart** resistissem ao **golpe declaro vaga presidência** da **república** essas palavras foram ditas por **auro de moura andrade** o então **presidente** do **congresso**

<sup>47</sup> As palavras destacadas em negrito nessa sessão são aquelas com maior qui-quadrado ( $x^2$ ) em relação às classes expostas no dendrograma.

<sup>48</sup> O *score* é calculado com base na soma dos valores absolutos de  $x^2$  das palavras ativas que o ST contém (Salviati, 2017). Ao longo deste trabalho procuramos discutir os mundos lexicais expressos nos ST de maior *score* das classes, em conjunto com as informações das palavras plenas de maior  $x^2$  presentes no dendrograma. Ao longo do texto, cada ST será apresentado antecedido pelo respectivo valor *score*, tachado em negrito. Os trechos mantêm a formatação realizada para o tratamento no *software* IRAMUTEQ.



**score: 1126.52**

o arquivo recorde hoje volta ao **dia** 31 de **março** de 64 **tropa saídas** de **minas\_gerais** avançam em **direção** ao **governo federal exigindo** a **renúncia** do **presidente joão\_goulart** para **evitar** uma guerra **jango abandona** o país

**score: 1015.32**

\_ foi daqui de **minas\_gerais** que as **tropas** dos **generais carlos luís guedes** e **olímpio mourão\_filho** **partiram** em **direção** ao **rio\_de\_janeiro** eles queriam **depor** o **presidente joão\_goulart** e como não houve **resistência** do **governador mineiro magalhães pinto minas\_gerais** foi **considerado** o primeiro estado **rebelde**

**score: 964.63**

por causa disso a **oposição** e o militares quiseram **impedir** a sua **posse** acusando **jango** de ser simpático ao comunismo porém **joão\_goulart** foi **apoiado** pelo então **governador** do **rio\_grande\_do\_sul** **leonel brizola** também do **ptb**

**score: 930.27**

\_ duas **semanas** depois **moura andrade** divulgaria um **manifesto** para romper com o **governo** e **pedir** a **intervenção** das **forças armadas** a **oposição** no **congresso** era ruidosa queria o **impeachment** de **joão\_goulart** \_ **deputado** herbert levy

Os trechos apontam a movimentação de forças políticas e militares para a deposição de Jango, dando um golpe na democracia, estando os políticos da época desejosos da **intervenção militar** e se articulando em apoio a esse movimento. Tais forças viriam se articulando desde a saída de Jânio Quadros do poder e da passagem rápida da democracia brasileira pelo regime parlamentarista. Delgado (2004) salienta que a historiografia brasileira pode ser tipificada a partir dos elementos destacados pelos estudiosos na composição e narrativa do momento histórico. Assim, as narrativas presentes na classe 2 apresentam aspectos ligados majoritariamente a um tipo de narrativa historiográfica que destaca “o caráter preventivo da intervenção civil e militar”, demonstrando os receios que se espalhavam em diversos setores da sociedade em relação a atuação “comunista” ou “socialista” de Jango. Temos também aspectos de uma “visão conspiratória” do episódio do golpe, onde a participação de forças militares americanas é enaltecida como vemos no primeiro ST relacionado acima.

Jango era visto com receio pelas elites que viam um histórico de indícios socialistas. Seu passado como ministro do governo de Getúlio Vargas, sua proximidade com movimentos sindicalistas, comunistas e seu interesse pelas reformas de base, eram vistos com suspeita e rejeição pelas elites, setores políticos e Igreja. Tal sentimento inclusive motivou a mudança temporária da democracia brasileira para o modelo parlamentar (Menandro, 2013). Em suma,

o conteúdo destaca a atuação de forças que intercederam para deposição de Jango declarando vaga a presidência e assumindo Ranieri Mazzilli, então presidente da câmara dos deputados, fato identificado como um **golpe**. Desse modo, a classe 2 foi nomeada como *Golpe e articulação política*.

Já a classe 1 ocupa-se da legitimidade do novo governo. A conteúdo enfatiza os mecanismos legais de **eleição indireta** da presidência que contribuíram para consolidar o arranjo político-institucional. Nesse sentido, a classe 1 destaca palavras como **eleição, mandato, voto**. Essa classe foi nomeada como *Das eleições indiretas às Diretas Já*. Essas informações são características dos vídeos de narrativa didático-escolar, detalhando cada evento do período cronologicamente. Vemos a promulgação gradativa dos atos institucionais, com destaque para Ato Institucional nº 2 que impõe funcionamento de eleições indiretas para presidente e vice-presidente – com voto nominal no Congresso – e o sistema (bi)partidário, aspectos cruciais para a manutenção dos militares no poder por 21 anos.

Mais uma vez, estão em questão elementos que materializam e personalizam as estruturas e atores importantes do período, como os **presidentes Castelo Branco e João Figueiredo**, o primeiro e o último presidente do período, respectivamente. A personalização é parte do processo de ancoragem, sendo importante para dar materialidade a realidade em questão (Vala, 2004). A memória está assentada em personagens, lugares e acontecimentos (Pollak, 1992), trata-se de restos (Nora, 1993) demonstrados nas narrativas apresentadas nos vídeos. O ST a seguir representa tais estruturas, trata-se de trechos entre os mais representativos da classe, ou seja, com maior qui-quadrado:

**score: 1502.44**

no **ano** seguinte em 27 de **outubro** de 1965 o **presidente castelo\_branco** promulgou o **ai\_2** que além de **extinguir** os **partidos políticos existentes** desde 1946 **decretou** o **recesso** do **congresso** e **instituiu eleições indiretas** para a **presidência** da **república**

**score: 1252.26**

onde cinco diferentes **presidentes** estiveram a frente do brasil **castelo\_branco costa\_e\_silva médisi geisel** e o **joão\_figueiredo** por **último** e existiu **eleições** só que eram **eleições indiretas** era o próprio **congresso** que **votava** para **presidente**

Os STs ajudam a compreender os mundos lexicais expressos nas classes, permitindo assim a ampliação do contexto em questão. O conteúdo da classe 1 descreve a consolidação do **golpe**, que é apresentado na classe 2, e que agora mais do que uma **intervenção militar**

“preventiva” (Delgado, 2004; Toledo, 2004), promove a manutenção dos militares no poder. A partir de 1965, com o Ato institucional nº 2, o funcionamento institucional favorece a sucessão entre os militares, com a realização de eleições indiretas. O sistema bipartidário enfraquece as forças de oposição e cria um **partido** de apoio ao governo, a Aliança Renovadora Nacional, o **Arena**, que segue mencionado em outro ST:

**score: 1361.33**

impõe a **candidatura** do **marechal arthur da costa\_e\_silva** do **partido arena** para as **eleições indiretas** no ano seguinte o **marechal arthur da costa\_e\_silva** participou ativamente do golpe\_militar de 1964 ele é **eleito presidente** em **outubro** de 1966 em **votação** no **congresso nacional**

Em análise da atuação do partido ao longo do período militar, Grinberg (2004) destaca que o que marcava a imagem do partido Arena eram a subordinação e o “adesismo” (p. 143) aos militares, com isso ficou conhecido como “partido do sim, senhor” (p. 141). Originalmente, seus filiados pertenceram a União Democrática Nacional<sup>49</sup> (UDN) e ao Partido Social Democrata (PSD), antigos rivais no período de Vargas. Ainda assim, majoritariamente a memória relativa ao PSD é ligada ao MDB – Movimento Democrático Brasileiro, partido de oposição à Arena no sistema bipartidário. Por sua vez, o MDB também era visto como submisso ao Governo sendo referido por historiadores como o “partido do sim” (Grinberg, 2004).

Apesar de ter estado entre os militares que planejam a tomada do poder, a figura de Castelo Branco é vista como moderada, “um militar civilista, um homem do diálogo, comprometido com os valores democráticos” (Reis Filho, 2014b, p. 65), além disso, sua atuação contra o comunismo e a radicalização do nacional-estatismo, ainda no governo de Jango, endossaram sua chegada ao poder no pós-1964. Ao assumir o mandato, a expectativa era que seu governo se estendesse até 1965, quando haveria eleições diretas. No próprio discurso de posse do general, reproduzido em alguns vídeos analisados, a intenção da intervenção era a brevidade. Tal expectativa é solapada pela instauração do AI-2 em 1965 e consequente continuidade do governo de Castelo Branco até 1967. Essa continuidade não era desejada por Castelo Branco, que a via como ilegalidade (Skidmore, 1988), fato que é corroborado em um dos trechos do *corpus*:

---

<sup>49</sup> A UDN nasce em 1945 com a missão de oposição ao governo de Vargas, ao getulismo e a ditadura estadonovista, coexistindo teses liberais e autoritárias, progressistas e conservadoras em suas frentes. informações em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-democratica-nacional-udn>

**score: 1274.26**

já vinha dos **ato\_institucional** das **eleições indiretas** em todos os **níveis** para **presidente** da **república** para **governador** dos estados **general castelo\_branco** cujo **mandato** foi até **prorrogado** contra a vontade dele ele não queria que houvesse essa prorrogação

A promulgação de atos institucionais e a cassação de mandatos parlamentares, inibidos inicialmente por Castelo Branco, são marcas do autoritarismo do período.

**score: 1321.30**

a **junta\_militar** de **castelo\_branco** iniciam a era dos **autoritários ato\_institucional** dentre as **medidas** mais **marcantes** dos quatro primeiros **atos** se **destacam** a **cassação** de **mandatos parlamentares** as **eleições indiretas** para **governadores** e para **presidente**

O convívio entre formas democráticas e autoritárias faz parte da cultura política brasileira (Motta, 2013), ora tendendo para um dos extremos. Como apontam historiadores, para muitos o **golpe** de 1964, e que instauraria a ditadura militar, “fora consumado em nome dos valores da democracia e da *civilização ocidental cristã*” (Reis Filho, 2014b, p. 52). A desaprovação da ditadura foi um processo cumulativo com o passar das décadas, tendo se consolidado a ideia de que a população suportou a ditadura ou resistiu ao regime, mas recentemente não vem sendo poucos os casos, inclusive de historiadores, que tem retomado o aspecto protetor e democrático da atuação dos militares (Reis Filho, 2014b).

O eixo a esquerda do dendrograma reúne as classes 3, 4 e 5, foi denominado “Batalhas virtuais pela memória”. O conteúdo desse eixo remete ao esforço de conciliação entre elementos históricos e questões atuais, apontando a possibilidade de um desejo de **falar**, de buscar informações e de **entender** o período e formular uma opinião. Na classe 5 aparece um elemento de difícil conciliação no conjunto, a **guerrilha armada**, ponto que recebe críticas no conjunto geral dos vídeos. O mundo lexical expresso na classe 5 – *Guerrilha, Prisão e Repressão*, possui relação de oposição e complementariedade com o conjunto das classes 4 – *Relatos, histórias e debates* – e 3 – *Passado e presente em negociação* – denominado “Busca por informações e Mobilização Social”.

A classe 3 revela elementos que sinalizam um desejo de compreensão do período, por meio dos verbos **achar**, **entender**, **construir** e **comparar**, os verbos de ação expressam um movimento de busca por informações, que salienta a pressão a inferência (Moscovici, 2012), ou seja, a tensão criada pela necessidade de saber sobre o período. Interessante observar que

**autoritarismo ( $x^2=20.99$ ), democracia ( $x^2=26.51$ ) e ditadura ( $x^2=130.26$ )** surgem na mesma classe como significados em disputa, sendo essa última palavra a mais representativa da classe.

Para Bobbio *et al.* (1998) o autoritarismo pode ocorrer em três contextos: “a estrutura dos sistemas políticos, as disposições psicológicas a respeito do poder e as ideologias políticas” (p. 94). No âmbito político representa a concentração de poder em uma única pessoa ou órgão, normalmente privilegiando a autoridade governamental, negando instituições e a participação popular. O autoritarismo é visto por Motta (2013) como fenômeno político com vasta história no Brasil e na América Latina. No Brasil, alguns traços podem ser destacados para a desvalorização dos princípios democráticos, entre eles: o patrimonialismo (a confusão entre a coisa pública e privada), o clientelismo (troca de favores entre cidadãos e políticos), o elitismo e a baixa confiança nos partidos políticos. Tais elementos sobrevivem como parte da cultura política do país, ou seja, no conjunto de valores, símbolos e representações políticas que inspiram comportamentos relativos ao passado e ao futuro. A cultura política no Brasil, como sinaliza Motta (2013), ganha diferentes arranjos ao longo da história, mas sempre prevalecem esquemas de acomodação política que impedem o embate entre estruturas democráticas e autoritárias, principalmente quando as elites estão em negociação.

A cultura política refere-se a uma categoria analítica desenvolvida por cientistas sociais norte-americanos entre as décadas de 1950 e 1960, e que é apropriada no contexto da historiografia atual, deixando para trás elementos funcionalistas ou etnocêntricos, em prol de uma leitura antropológica e culturalista, que entende que não é somente a razão que define os rumos políticos, mas a influência das emoções, identidades e valores dos grupos (Motta, 2013). Tal conceito é um importante elemento para compreendermos as formas de conciliação que estão na base das representações do passado, e que ao longo dos anos sustentam esse arranjo aparentemente paradoxal de princípios de atuação política. Tais arranjos conciliatórios parecem estar sendo bombardeados, em batalhas acaloradas, fomentadas por opiniões de pessoas comuns (os influenciadores digitais), e não a partir da visão de especialistas, como anteriormente a mídia de massa promovia. Assi, além do conhecimento científico na cibercultura, outras formas de conhecer ganham relevância social.

A possibilidade de múltiplos saberes circulando simultaneamente nos grupos e convivendo na experiência individual, lembra a hipótese moscoviciana sobre a polifasia cognitiva (Jovchelovitch, 2004, 2011; Arruda, 2015). A multiplicidade de formas de saberes que circulam na sociedade (ciência, senso comum, crenças, ideologias etc.) podem originar distintos conhecimentos do mundo que podem variar entre os indivíduos do grupo, e potencialmente, no próprio grupo, a partir de seu contexto. No caso da sociedade

contemporânea o que vemos é a ascensão do valor atribuído à opinião de personalidades da internet, que despontam como nova fonte de informações. Divulgando argumentos que não passam pelo crivo do método científico ou pelo critério editorial da imprensa tradicional, mas sim pela validação de pares, no caso por milhões de seguidores, de reações positivas ou simplesmente no poder de proliferação ou “viral” que alguns episódios propiciam, fazendo circular determinada informação para bilhões de pessoas de maneira quase simultânea.

Esse novo fenômeno de comunicação, encabeçado por novos personagens de destaque no senso comum, parecem impactar a forma como as representações sociais são produzidas na cibercultura. As ciber-representações são conhecimentos efervescentes que vinculam os indivíduos aos grupos sociais, mesmo que os vínculos comunitários sejam efêmeros, trata-se de uma nova “sociabilidade de representação” (Moscovici, citado por Casalegno, 2006, p. 80). Em meio a essa sociabilidade, a própria representação é o que vincula os sujeitos, que não tem outras informações de seus pares.

Nesse processo de representar, o que vemos na classe 3, ilustrado no ST a seguir, é uma busca de compreensão das estruturas apontadas no conteúdo das classes 1 e 2. Enquanto processo sociogênico, o que parece haver no discurso são categorizações ou classificações próprias a um movimento de ancoragem (Moscovici, 2012). Os emissores ao tentar caracterizar o regime, encontram um modo de referir-se a ele, de modo a facilitar a comunicação e as práticas a ele relacionadas. Se as classes 1 e 2 tentaram dar materialidade para as cenas e instituições do período, no que tange ao sentido e a compreensão sobre o fenômeno político **Ditadura**, parece haver ainda uma disputa:

**score: 341.62**

espera aí **ditadura** ou **regime militar** você provavelmente já caiu nessa **discussão** e antes de começar o vídeo é **importante entender** que os dois **termos** estão **corretos galera** eu **digo** isso porque primeiramente foi um **regime civil\_militar** as **pessoas esquecem** do civil

Nesse sentido, ao adjetivá-lo como regime “**civil-militar**” e não apenas **militar**, permite-se maior apreensão do apoio civil ao golpe e a atuação dos militares no poder. Tal apoio marcado, inicialmente, pela atuação da Igreja, de empresários e de estratos da população, seguiu ao menos parcialmente, durante o período de 1964 a 1985, onde as votações de candidatos filiados a ARENA, aliados do governo, eram expressivas e, muitas vezes, venciam para cargos legislativos com ampla margem (Grinberg, 2004). Em relação à Igreja Católica, aos poucos, religiosos voltados à teologia da libertação e incomodados com o recrudescimento do regime,

que perseguia e matava jovens, passaram a atuar denunciando arbitrariedades cometidas pelo Estado, e em alguns casos, atuando diretamente em ações de militância e resistência<sup>50</sup>.

O sentido de **democracia** em conexão com o sentido de **liberdade** é retomado nas citações, sendo estas vistas como um bem que foi conquistado e que precisa ser continuamente assegurado. A **ditadura** é vista como um mal, “que nós nunca **devemos** voltar a ter”. O trecho abaixo retoma a necessidade de defesa da memória (**resgate**) daqueles que lutaram no período.

**score: 289.28**

mal que nós nunca **devemos** voltar à ter e defender a **democracia** às **liberdades** eu **acho** que essa é a nossa grande tarefa e não deixar que o **resgate** daqueles que **lutaram** em defesa da **democracia** seja apropriado por aqueles derrotados que impulsionaram inclusive a **ditadura**

Ao longo da redemocratização, pesquisas no campo da historiografia tem buscado apresentar mapeamentos e debates sobre as estratégias de resistência ao regime seja no âmbito cultural (Napolitano, 2004), político-institucional (Ridenti, 2014) ou na luta armada (Ridenti, 2004).

A **censura** debatida pela historiografia em trabalhos sobre a resistência cultural, apresenta-se no âmbito teatral, cinematográfico e musical, mas também marcadamente no âmbito editorial e jornalístico (Kushnir, 2004). A censura impedia a livre expressão e circulação de ideias e é vista até os dias atuais como uma das grandes causas associada à ignorância e ao desconhecimento de grande parte da população sobre os acontecimentos do período. Não somente os jornais eram impedidos de noticiar, mas a própria formação educacional e cultural se via sujeita ao controle estatal, o que não pode ser negligenciado em seu impacto sobre as gerações que viveram e se seguiram ao regime. A classe 3 apresenta, majoritariamente, a **ditadura** em seus horrores, focalizando elementos como a **censura**:

**score: 309.92**

é uma **simples questão** de **humanidade** a **gente** não tá falando de uma medida econômica de um programa **social** estamos falando de assassinatos de **pessoas** que morreram que foram torturadas que **viveram horrores** e sim **ditaduras** podem ser tanto de **direita** quanto de **esquerda**

**score: 298.62**

\_ no **período** de 1964 a 1985 o **brasil** foi governado por **militares** que impuseram uma cruel **ditadura** para **evitar** os protestos da sociedade o **regime militar** cassou o **direito** de voto e calou as oposições por **meio** da

---

<sup>50</sup> Para mais informações sobre o papel paradoxal da Igreja Católica ao longo da ditadura, consulte: <http://memoriasdaditadura.org.br/igreja/index.html>.

**censura** ou pela violência da repressão policial

Nesse sentido, alguns trechos dos vídeos retomam o debate sobre a liberdade de expressão e a denúncia de desvios públicos, principalmente em casos de corrupção. Esse debate é destacado como possibilidade e conquista de tempos de **democracia**.

**score: 307.96**

quando os **militares** assumem o poder então tá num **regime** de **ditadura** eles matam os seus as **peessoas** que podem lhes entregar essa **coisa** de denunciar **corrupção** isso **só existe** em **democracia**

**score: 286.92**

então a **ditadura** só tem essa imagem de **período** de honestidade porque era proibida a fiscalização hoje a **gente** sabe que **claro** teve **corrupção** pra caramba a dívida **externa** do **brasil** aumentou muito ou seja muito empréstimo e dos **estados\_unidos**

A classe 3 encontra-se diretamente relacionada a classe 4 denominada *Relatos, histórias e debates*. Nessa classe vemos algumas referências ao **Canal Nostalgia** e a seu criador **Felipe Castanhari**. Esse canal do YouTube apresentava o **vídeo** mais visto sobre o tema da ditadura/regime militar durante a coleta dos dados (ID1). Tal vídeo gerou mobilizações em forma de vídeos-resposta (que também se incluem no *corpus* da pesquisa ID6, 16 e 38) e por isso no conjunto dos dados tal elemento ganha repercussão.

**score: 468.73**

olá meus queridos **amigos** eu sou **felipe castanhari** e está começando um dos **nostalgias** que eu considero dos mais importantes da **história** do **canal** eu **sei galera** que é o segundo **nostalgia** de **história** seguido e pode ser que não agrade algumas **peessoas** mas **espera** um pouquinho e **deixa** eu tentar explicar

**score: 702.08**

em primeiro lugar eu não **quero** ofender ninguém não **estou** aqui pra **brigar** eu **só quero** realmente que a **verdade** seja **contada** o **castanhari** fez um **vídeo** onde ele **fala** muitas **coisas** e não **cita fonte** nenhuma eu não **sei** da onde ele **tirou** aquelas **histórias**

**score: 464.67**

esse é um **vídeo** resposta ao **canal nostalgia** há pouco tempo atrás ele fez um **vídeo falando** sobre a tal ditadura militar àquela época **horrível** em que todo mundo era **torturado** e quando eu **falo** em doutrinação eu me refiro exatamente a isso



Se na classe 3, majoritariamente, os elementos em destaque são negativos em relação a ditadura, na classe 4 tais elementos são questionados em suas fontes, sendo tomados como ideológicos ou doutrinadores. Relacionados à classe 4 encontramos trechos, em sua maioria, de vídeos que não consideram o período militar uma ditadura, ou ainda questionam a versão da esquerda<sup>51</sup> sobre o regime.

Tais aspectos fazem lembrar os argumentos de Pereira (2015) sobre a análise de uma “guerra” de sentidos que se deu a partir de edições de usuários na construção do verbete “Regime Militar no Brasil” no *website* Wikipédia. O autor relata que no período de 2012 a 2014 o que pode ser observado foi o crescimento do revisionismo (revisão dos fatos criando uma história ou causalidade alternativa para eles); da negação (os fatos são contestados ou distorcidos) e do negacionismo (a radicalização da negação e da revisão por meio da falsificação) em relação ao tema regime militar. A partir desses três elementos, o autor indicava a presença de uma revisão do passado que leva a reinterpretações ou justificações diferentes para os eventos do período.

A classe 4 reúne elementos como **canal, livro, história** e referências a familiares (**pai, mãe, irmão**) que remetem aos relatos sobre o período que estão presentes em alguns vídeos, como nos trechos mencionados abaixo. Essas narrativas referem-se a situações de perseguição de opositores do regime:

**score: 420.40**

**falei** com o proprietário eles calados estavam calado **ficaram** com minha **filha** mais velha me abraça me beija e **diz** mainha a senhora vai presa mas não vai ter o direito de voltar e assim como **tiraram** a **vida** de meu **pai** vão **tirar** a sua

**score: 392.17**

**pegou** nele e **pegou** ele pelos **braços** levando ele pros policiais e ele **falando** pro meu **pai pai** não faz isso **pai** não faz isso **pai** aí os policiais **pegaram** o meu **irmão** colocaram dentro de um carro preto e **saíram** com ele

Ainda assim, o mundo lexical expresso na classe 4, é marcado pelo questionamento de uma visão negativa da ditadura (aquela que inclui tortura, repressão e censura), muitas vezes embasados em relatos de familiares de opositores ou de pessoas que viveram o período. Ao reunir esses elementos a natureza da fonte testemunhal é questionada em sua validade.

---

<sup>51</sup> Segundo Reis Filho (2000) na reconstrução da memória do período que predomina na sociedade “as esquerdas frequentemente aparecem como vítimas. Quando lutam, o fazem integradas em um processo de *resistência*. Essa é uma palavra-chave na memória das esquerdas submetidas pela ditadura” (p. 8).

Finalmente, os termos **canal** e **vídeos** também surgem em interações de YouTubers sobre seu próprio conteúdo que deve ser compartilhado, curtido e comentado; as principais formas de engajamento do público na plataforma; e que são por eles incentivadas.

**score: 436.10**

vamos **saber** isso **melhor** nos próximos **vídeos** e enquanto isso se **escreve** no **canal curte** a nossa **página comenta tira a dúvida** e **compartilha alastra** essa bagassa

Nas classes 3 e 4, respectivamente, os tipos de narrativa que se destacam são Testemunhal e de Opinião. Neste sentido, cada um dos quatro tipos de vídeos trazia a sua contribuição para a narrativa como um todo (Classe 2, predomina o tipo Jornalístico; Classe 1, os vídeos de Didático-educacionais; Classe 3, os vídeos testemunhais; e Classe 4, os vídeos de Opinião). Entre as demais variáveis que compuseram as linhas estreladas, apenas a idade teve maior relevância estatística sendo possível associar as categorias e as classes da CDH, a Classe 2, predominam emissores adultos e idosos; Classe 1, emissor com idade estimada até os 24 anos (jovens); Classe 3 e 4, emissores com idade estimada entre 25 e 60 anos (adultos).

As classes 3 e 4, encontram-se conectadas a classe 5, que apresenta basicamente elementos relativos a *Guerrilha, prisão e repressão*. Nesse sentido, retoma o contexto de resistência armada ao regime e as ações de repressão do Estado. É citado o caso **Vladimir Herzog**, jornalista morto no DOI-CODI de São Paulo, e a princípio teve a morte declarada como suicídio, o que veio a ser desmentido posteriormente.

**score: 529.04**

em **meio** aos **acontecimentos políticos** o planalto teve que debelar a **ação** na linha\_dura após a **morte** do **jornalista vladimir herzog** e do **operário manóel fiel filho** nas dependências da **doi\_codi** também **conhecido** como **dops** paulista entre **outubro** de 1975 e janeiro de 1976

No trecho vemos que a ditadura é pressionada a recuar diante das mortes ocorridas nos órgãos de repressão. A morte do jornalista acendeu a opinião pública contra os “excessos” cometidos pela repressão. Na década de 1970, as ações de combate ao regime já haviam sido empurradas para a clandestinidade (Almeida & Weis, 1997). O regime era alvo de críticas por ações de repressão e intensificava a caça aos “terroristas”, como eram nomeados aqueles envolvidos com guerrilha rural ou urbana. A população era impelida a denunciar os militantes políticos, e as ações de expropriação eram noticiadas pela mídia como assaltos e sequestros terroristas. A classe 5 retoma esse cenário. São mencionados **guerrilheiro, morte, políticos,**

**sequestro, embaixador, atentado, bomba**, dentre outros. Ou seja, há um encadeamento de atributos negativos relativos à **guerrilha armada**.

**score: 596.26**

após a **morte de lamarca** o **número de militantes presos** era bem **maior** que o **número de guerrilheiros em ação** no brasil os **guerrilheiros** percebendo que o **cercos** estava se **fechando passaram a sequestrar aviões comerciais** e obrigar o **piloto a desviar** para outro país

**score: 575.09**

foi nesse período que carlos **marighella** e carlos **lamarca** dois importantes líderes da oposição do regime foram **mortos** entre 1969 e o início da década de 70 as **organizações guerrilheiras** começaram a **realizar assaltos a bancos** e **sequestros de embaixadores** para serem trocados por **políticos** que estavam **presos**

**score: 509.95**

a situação estava ficando caótica no país os **guerrilheiros praticavam atentados a bomba** nas grandes **idades matando e ferindo** vários **inocentes aumentando** a insegurança e o medo da população que **passou a exigir ações** imediatas do governo brasileiro para acabar com a **violência praticada pela guerrilha**

**score: 480.04**

a **guerrilha** eram **movimentos** contrários de oposição **armada a revolução** que aconteciam principalmente no **campo** na **cidade** aconteciam também mas numa escala muito menor então o que acontecia os **guerrilheiros roubavam bancos** ou carros fortes para ter **dinheiro** para manter os seus **soldadinhos** e pra **financiar** suas **ações**

**score: 463.53**

esse pessoal da **luta armada** do brasil **marighella** eles **mataram cerca** de 130 pessoas cinco décadas após a **revolução cuba** ainda vive uma ditadura **comunista** se acumulam **dezenas** de milhares de **mortes desaparecimentos** e **prisões arbitrárias**

Dois personagens marcantes citados nos trechos são: Carlos **Lamarca** – ex-capitão do Exército Brasileiro, que desertou em 1969, passando a combater o regime liderando a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), organização da **guerrilha** armada que ganhou notoriedade em caso que possibilitou a troca de **70 presos políticos**<sup>52</sup>, quando do sequestro do

---

<sup>52</sup> Como descrevem Braggio e Fiuza (2014), esses 70 presos políticos saíram do país como banidos e não como exilados. A diferenciação entre essas condições é tratada por esses autores, sendo o principal elemento de diferenciação a questão legal. A diferença é que os banidos eram obrigados pelo Estado a deixarem o país, sendo proibidos de regressar. Apenas em 1978 os atos de banimento começaram a ser revogados, permitindo esse regresso. Para Rollemberg (2004) exilado é um termo amplo que pode designar aqueles que saíram legalmente do país ou que saíram em decorrência da perseguição política ou foram banidos. Apesar dos receios fundamentados daqueles que se exilaram, o governo brasileiro não reconhecia a condição de exilado, apenas a de banido, alegando inexistir o impedimento para aqueles que abandonaram o país por vontade própria de voltarem ao Brasil.

embaixador suíço Giovanni Bucher, no Rio de Janeiro, em 1970 – e, Carlos Marighella – autor do Mini-manual do guerrilheiro urbano, foi filiado ao PCB e depois expulso; guerrilheiro fundou a ALN (Aliança Libertadora Nacional), organização que inicia suas ações em 1968, defendendo a guerrilha e a luta armada para combater o regime. Marighella estava na vida pública desde a década de trinta onde conheceu sua primeira prisão por criticar políticas. Participou do sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, em 1969, ano em que foi morto por agentes do Dops.

A **guerrilha armada** apresenta-se como um ponto polêmico para a construção da memória do período, uma vez que a realização de atos como assaltos e sequestros – ainda que com a intenção de troca de **presos** políticos e de financiar ações da resistência – eram divulgadas na grande mídia como **atentados terroristas**, gerando a sensação de violência relatada em um dos trechos. Na própria historiografia brasileira há embates entre a validade do enquadramento da guerrilha armada como resistência democrática, como podemos observar em Reis Filho (2014b) e Ridenti (2014). Para Reis Filho (2004, 2014b) os jovens guerrilheiros são retratados como estudantes altruístas que lutaram pelas liberdades democráticas, mas esses teriam aspirações por uma revolução proletária. Já para Ridenti (2014) o sonho socialista não pode descreditar a atuação dos guerrilheiros como resistência democrática, pois ao fazer isso se daria elementos para a sua criminalização, sendo que na verdade se tratavam de jovens que não viam alternativas de luta frente ao regime autoritário.

Se entre os historiadores guerrilha e resistência são pontos polêmicos, nos vídeos muitas vezes os guerrilheiros são referidos como perigosos. A classe 5 encontram-se ligada as classes 4 e 3, classes que debatem a interpretação do período nos moldes de uma ditadura, apresentando tanto aspectos autoritários e depoimentos de atingidos (Classe 3) e questionamentos (Classe 4). Nesse sentido, a classe 5 parece demonstrar elementos polêmicos sobre a resistência. Aqui os atributos negativos relativos à guerrilha são majoritários, e as tentativas de justificação de suas ações são menos frequentes. Além disso, os guerrilheiros são mortos ou presos na maioria dos enredos narrados, não logrando êxito em suas ações.

O conteúdo que parece conectar as classes 3, 4 e 5 é justamente o contexto da repressão, isto é, o contexto de prisão, tortura e morte, bem como a perseguição e censura, que aparecem como pano de fundo das narrativas dos atingidos pelo regime, sejam militantes, familiares ou guerrilheiros. Essas narrativas se desenvolvem em meio a questionamentos, principalmente no que tange aos relatos de atingidos. Em conjunto essas classes foram nomeadas como “Batalhas virtuais pela memória”, por reunirem os principais elementos polêmicos do debate.

### 4.1.3 Conclusão

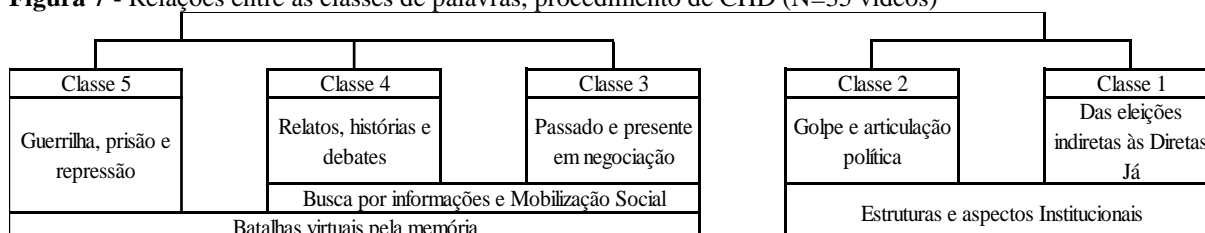
A etapa de caracterização dos vídeos foi essencial para compreendermos que tais materiais, circulam entre milhares de usuários que visualizam, reagem e comentam seus conteúdos, esse é importante elemento para afirmarmos que tais documentos são mobilizados por esse grupo social, que se reúne no ambiente virtual, muitas vezes encontrando no ato de representar o objeto, aquilo que os vincula e permite o pertencimento (Moscovici, citado por Casalegno, 2006). Os números totais de visualizações dos vídeos quando da coleta de dados aproximava-se dos 10 milhões, as reações estando em torno de 600 mil e os comentários 90 mil, números que como destacado aumentam a cada dia e continuam a ser mobilizados ainda que a publicação do vídeo não seja recente.

Essas observações contribuem para afirmar que diferentemente do imaginado popularmente, o ciberespaço não é um acervo total e definitivo de informações. Seus dados são frequentemente alterados e atualizados, promovendo novas interações. A observação desses dados reflete, portanto, um retrato provisório do que é negociado pelos grupos sociais em torno do tema. A observação dos rastros em território virtual nos ajuda a compreender os processos psicossociais em torno das construções de memória e das ciber-representações como proposto por Moscovici (citado por Casalegno, 2006), uma vez que a própria representação parece fortalecer os laços de pertencimento ao grupo. Os vídeos indicam formas de ver o mundo conectando representações (memória) e identidade, vislumbradas nas relações intergrupais, nos processos de comparação e diferenciação social, vistos nas formas de representar o passado.

A nomeação do período, aspecto também debatido por historiadores, revela aqui indicativos da possibilidade de representações diferentes relativas ao passado, ora destacando aspectos positivos, ora endossando aspectos negativos do período. A conexão proposta em 2/3 dos vídeos com eventos recentes, reforça o argumento da memória como uma construção que conecta passado e presente.

Em relação à CHD, o esquema abaixo apresenta as relações entre as classes que compõem o dendrograma:

**Figura 7 -** Relações entre as classes de palavras, procedimento de CHD (N=35 vídeos)



Fonte: Elaborado pela autora.

As classes 1 e 2 apresentam dinâmicas de materialização das estruturas institucionais e das práticas sociais para o funcionamento do Estado, aproximando-se, assim, do processo de objetivação descrito por Moscovici (2009, 2012). Através dessa operação, torna-se real um esquema conceitual, ligando-se a palavra à coisa material, leva a observação empírica do que era apenas inferência. Segundo Vala (2004) o objeto abstrato associa-se a uma imagem quase física vinculada a uma categoria preexistente de objetos, podendo associar-se a protótipos ou exemplares desta. Desse modo, envolve a construção seletiva, a esquematização e a naturalização. Nessa última, podemos observar o uso de personalidade para nomear ou dar forma ao objeto. Como vemos na classe 1 e 2 a nomeação de personagens políticos anteriores ao golpe **João Goulart** e **Leonel Brizola**; dos presidentes militares **Castelo Branco**, **Médici** e **João Figueiredo**; e do primeiro civil a assumir a presidência após o período de governantes militares, **José Sarney**, permite uma aproximação com o cenário vivido em termos personalizados, agora seus personagens possuem um rosto.

Já as classes 3, 4 e 5 lidam com os processos de ancoragem da representação, a partir de debates e categorizações; os elementos buscam tornar-se familiares aspectos novos ou polêmicos relativos ao fenômeno. Esses aspectos podem ser associados com facilidade à memória social, ou seja, categorias, valores e crenças construídos na interação social que são transmitidos entre as gerações e fornecem informações básicas sobre como devemos nos portar em sociedade. Nesse sentido, são debatidas categorias mais amplas como ditadura e regime; autoritarismo e democracia; censura e liberdade; repressão, tortura, morte e prisão. Assim, “A bagagem de conhecimentos em que a representação social se ‘ancora’ é a memória social: por meio do processo de ancoragem, o passado se faz presente” (Alba, 2011, p. 421).

Ainda que essa leitura dos processos de gênese das representações seja didática para a leitura e organização das classes, enfatizando aspectos de nossa discussão, é importante salientar que esses processos se dão de forma concomitante, e muitas vezes, indissociável. Nosso esforço de organização não desconsidera, portanto, o movimento das representações sociais, que são conhecimentos práticos e em mudança, frente ao cotidiano e as práticas sociais.

Podemos notar que a divisão principal do *corpus* revela a primazia de narrativas que se conectam a tempos diferentes. O eixo à direita “Estruturas e Aspectos institucionais” refere-se prioritariamente ao tempo passado, apresentando dados cronologicamente e valendo-se de uma comunicação que busca a neutralidade e não se direciona a um grupo específico. O conjunto “Batalhas virtuais pela memória”, a esquerda, promove a construção de uma memória histórica, a partir do presente e da democracia, destacando-se a mobilização, busca por informação e pela verdade, bem como questionamentos que fazem paralelos entre a realidade passada e presente.

De modo amplo, as classes representam o passado, sobre o regime militar, buscando explicá-lo em suas causas e funcionamento, e conectando-o com o tempo presente. É por meio daquilo que sabemos, aprendemos e imaginamos (Sá, 2007) sobre o objeto ditadura/regime, inclusive do contato com a mídia e produções culturais posteriores à época, que se constrói não apenas representações do passado, mas uma memória que influencia e é impactada pelas relações intergrupais e pelas práticas sociais cotidianas.

As representações sociais são teorias práticas (Jodelet, 2001), elas fornecem meta-informações sobre o comportamento de indivíduos e grupos, ao passo que, como sinaliza Halbwachs (1990, 2004), a memória coletiva conserva-se na manutenção de quadros sociais, ou seja, na permanência das condições de discussão e importância do tema para determinado grupo social. Mais de 50 anos passados desde o golpe civil-militar que instaurou a ditadura, e com as novas tecnologias que introduzem novos espaços de interação, as condições para a construção de uma memória do período parecem efervescentes. Os elementos do passado mantêm-se em negociação e a internet parece favorecer a reunião de indivíduos que mobilizam documentos (recentes ou do período). Nesse sentido, a retomada de materiais permitida pelo arquivamento de materiais no ciberespaço, ao invés de pulverizar informações, parece favorecer a construção de espaços de interação e comunicação que parecem aproximar-se do que entendemos como “lugares de memória”, lugares virtualizados, constantemente atualizados e em construção.

A análise textual demonstra, assim, a existência de negociações de narrativas que se alimentam de aspectos paradoxais ou polêmicos, seja no aspecto conflitante da figura do militante, ora como torturado e ora como guerrilheiro; seja pelo conflito entre as ideias de golpe e eleição indireta. Ainda assim, parece prevalecer uma memória construída com aspectos da repressão e da perseguição do Estado aos seus opositores. O caráter autoritário dos governos militares é demonstrado em suas estruturas e mecanismo de manutenção do poder.

A presença de pontos polêmicos – desde a forma de nomeação do período, passando pela percepção de mais coisas boas ou ruins, e pelo debate sobre a atuação da guerrilha e os relatos de tortura – demonstram que a memória do período permanece sendo negociada, não se tratando apenas de consensos. Tais aspectos podem indicar processos de mudança na representação social do período, bem como, a possibilidade de mais de uma versão de memória. Os dados sinalizam, portanto, amarrações complexas e disputas na construção das representações sociais do passado, aspectos que buscaremos compreender na investigação junto aos usuários da rede.

## 4.2 Estudo 2: Debates entre usuários nos comentários dos vídeos analisados

Após a identificação das fontes de conhecimento histórico e da apreensão de sua mobilização, Sá (2012a, 2015) orienta que convém escutar os integrantes da população investigada para que relatem/demonstrem as representações acerca do passado por eles construídas. Nesse sentido, pensaram-se duas vias de acesso a essas representações: a análise dos comentários públicos realizados na plataforma; e a aplicação de questionários a esses usuários que comentaram tais publicações.

Este estudo apresenta o processo de análise e os resultados obtidos a partir do acesso aos comentários públicos disponíveis em cada vídeo que compôs o estudo. Em um primeiro momento, já observamos que dos 35 vídeos que compunham o *corpus* de pesquisa, apenas 29 apresentavam comentários públicos disponíveis no momento de coleta de dados, ou seja, entre junho e julho de 2018, a saber: ID4, ID5, ID6, ID7, ID8, ID9, ID10, ID12, ID13, ID15, ID17, ID18, ID19, ID22, ID23, ID24, ID25, ID26, ID27, ID28, ID29, ID30, ID31, ID32, ID33, ID34, ID35, ID37, ID38<sup>53</sup>. O vídeo ID2 apresentava comentários desabilitados desde o início da pesquisa e o ID1 teve comentários desativados ao longo da pesquisa. Já os vídeos ID3, ID11, ID16 e ID36 foram retirados da plataforma ao longo da pesquisa.

Cabe salientar, que os comentários analisados foram, em alguns casos, escritos em momentos anteriores ao período de coleta, tendo sido reunidos a partir da ordem em que se encontram dispostos no YouTube Br, obedecendo o filtro de relevância da plataforma. Como salientado, a permanência on-line dos materiais não é definitiva e a possibilidade de desativação dos comentários é facultada ao criador do conteúdo.

### 4.2.1 Método

#### *a) Procedimentos de coleta*

A coleta dos comentários passou por algumas etapas. Inicialmente, nos propusemos a analisar todos os comentários públicos disponíveis nas páginas dos 29 vídeos. Tal procedimento se tornou inviável devido ao tamanho do material, sendo que em um único vídeo, por exemplo, ocorriam em torno de 41 mil comentários. Além disso, os comentários apresentavam tamanho variável (de frases curtas a textos longos), em alguns casos, apresentavam muitas respostas de

---

<sup>53</sup> As informações referentes aos vídeos (nomes, canais emissores, números de visualizações, comentários etc.) encontram-se descritos no Quadro 3 do Estudo 1, e por isso, não serão reapresentados aqui.



outros usuários ao comentário inicial, além de padrões diferentes de interação entre os usuários de cada canal etc.

Trabalhar em conjunto com comentários vindos de todos os vídeos, para a formação de um único *corpus*, trouxe um resultado pouco satisfatório, apresentando baixo aproveitamento estatístico do material no tratamento de CHD junto ao IRAMUTEQ. Acreditamos que a variabilidade temática dos conteúdos tenha sido fator determinante para essa dificuldade na utilização dos procedimentos de CHD. Assim, optamos pela construção de um *corpus* de texto individual para cada conjunto de comentários de cada um dos 29 vídeos.

A partir de informações consolidadas na literatura referente a análises estatísticas de texto, com auxílio de *softwares* como ALCESTE, observamos que as análises são consideradas consistentes com o mínimo de 10.000 palavras (Kronberguer & Wagner, 2008), 50.000 caracteres (Oliveira, Gomes & Marques, 2005) e 1.000 linhas ou 250 respostas curtas (Camargo, 2005). Foram realizados testes com diferentes tamanhos de texto e vimos que em torno de 10.000 palavras ou 200 interações (comentários e/ou respostas) já obtínhamos bom aproveitamento na análise lexical, tendo adotado este critério na composição dos 29 *corpora*.

Reunimos os comentários na sequência em que apareciam na sessão correspondente no *link* de cada vídeo. Os comentários repetitivos (SPAM), o nome dos usuários e a menção a outros usuários foram retirados. Nos casos de comentários respondidos, as interações com o comentário principal foram iniciadas com um travessão (“\_”), a fim de marcar o diálogo entre os usuários.

Algumas tentativas de exploração do material textual revelaram que a análise lexical ainda pode ser aprimorada como ferramenta analítica deste tipo de *corpus*. Neste trabalho, optamos por preservar ao máximo as características do texto original, mantendo a comunicação e interação entre os usuários da forma como é publicada na rede mundial de computadores. Foram seguidas, quando possível, às orientações metodológicas referentes a correção de ortografia e padronização de abreviações (Camargo & Justo, n.d.). Durante o trabalho com os dados outras formas de construção do *corpus* foram testadas (1. Mantendo o texto da forma exata como é publicado na internet, sem ajustes e correções; 2. Fazendo apenas a retirada de caracteres especiais) e estas também apresentaram bom aproveitamento do material, revelando classes com temas semelhantes ao tratamento final apresentado aqui.

#### *b) Procedimentos de análise*

O *software* IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), criado por Pierre Ratinoud é um software livre que possibilita o

uso da ferramenta “Método de Reinert” ou de Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Neste procedimento de estatística textual, a partir da observação de padrões de composição léxica dos Segmentos de Texto (ST) e da comparação destes padrões, identificam-se diferentes formas de comunicação relacionadas aos modos de representação dos objetos no mundo.

Em termos operacionais da CHD, a análise parte de Unidades de Contexto Inicial (UCI) ou textos, que são indicados pelo pesquisador. Em nosso estudo, em cada *corpus* referente aos comentários de um vídeo, cada comentário (somado a suas respostas, nos casos pertinentes) foi tomado como UCI.

Na sequência, o *software* compõe Unidades de Contexto Elementar (UCE) ou ST. As palavras e segmentos serão comparados e agrupados em classes. Estas últimas são organizadas em uma representação gráfica denominada dendrograma de classes. Cada corpus foi analisado separadamente com o auxílio do software IRAMUTEQ, e obtivemos 29 dendrogramas de classes, que se encontram no Apêndice D deste trabalho.

A leitura dos 29 dendrogramas obtidos, bem como dos ST característicos das classes, permitiu a observação de semelhanças. Cabe salientar que internamente cada classe de palavras apresentava em seus ST, embates de opiniões e atitudes entre usuários, sendo que a nomeação temporária recebida por cada classe repercutiu os aspectos mais salientes expressos no conjunto de ST e palavras plenas, bem como, da inferência e interpretação dos dados a partir da teoria de base, no caso, Memória e Representações Sociais. As nomeações temporárias das classes passou por um processo de comparação e categorização que culminou com a nomeação da temática que representava classes semelhantes, independente do(s) vídeo(s) relacionado(s). Tal procedimento inspirou-se na proposta de Nascimento (2004), que, após a comparação de resultados da análise de conteúdo e de análise lexical, construiu “redes de conteúdo” (p. 56), que expressaram as temáticas mais gerais presentes nos dados.

#### **4.2.2 Resultados**

O processo de comparação revelou a presença de 21 temáticas que apareciam em dois ou mais dendrogramas. O Quadro 7 apresenta as 21 temáticas, relacionando-as com os IDs dos vídeos aos quais os comentários se referem, alguns elementos lexicais presentes nas classes e um segmento de texto que exemplifica os comentários referentes a temática.

**Quadro 7** – Temáticas relacionadas as classes de palavras resultantes da CHD das 29 sessões de comentários analisadas

(continua)

Temáticas (a partir das classes da CHD)	IDs dos vídeos comentados e nº da classe original (Cl.)	Palavras plenas recorrentes	Segmento de texto característico**
Época boa	ID5 (Cl. 2) ID8 (Cl. 4) ID13 (Cl. 1) ID15 (Cl. 2) ID18 (Cl. 3) ID25 (Cl. 6) ID26 (Cl. 2) ID30 (Cl. 2) ID31 (Cl. 1) ID32 (Cl. 2) ID38 (Cl. 1)	Militares Período	<b>score: 110.07</b> _ se você fosse <b>nacionalista</b> estaria <b>apoiando</b> os <b>militares</b> pois o <b>período</b> que o brasil <b>maior</b> cresceu economicamente e militarmente foi no <b>governo militar</b> o brasil <b>saiu</b> da 49 <b>economia</b> para a 8 <b>maior economia</b>
Lado bom e ruim do período	ID4 (Cl. 1) ID5 (Cl. 6) ID7 (Cl. 2) ID22 (Cl. 2) ID23 (Cl. 3) ID26 (Cl. 4) ID28 (Cl. 2) ID33 (Cl. 1) ID34 (Cl. 1)	Inflação Economia Crescimento Segurança tortura	<b>score: 128.08</b> ou seja o <b>pib</b> não <b>adiantou porra</b> nenhuma e o que <b>adianta andar</b> na <b>rua</b> até tarde e ter <b>estrada</b> se existe uma concentração de renda na <b>mão</b> dos <b>ricos</b> e os <b>pobres ficam</b> mais miseráveis
Ditadura ou regime militar?	ID6 (Cl. 1) ID7 (Cl. 1) ID8 (Cl. 1) ID18 (Cl. 1) ID23 (Cl. 1) ID25 (Cl. 3) ID31 (Cl.4) ID35 (Cl. 1) ID37 (Cl. 2)	Regime Cuba governo	<b>score: 60.45</b> de sabe tanto cuida do seu <b>país</b> que nós cuidamos do brasil quando vir <b>estudar</b> aqui e <b>aprender</b> os conceitos daqui sobre <b>ditadura</b> e <b>regime</b> ai nós conversa seu <b>comunista</b> de araque que generaliza o povo <b>cristão</b> e utiliza palavras de baixo calão e <b>cheios</b> de gírias pra conseguir vantagem em suas discussões
Ameaça comunista	ID19 (Cl. 2) ID24 (Cl. 2) ID29 (Cl. 4) ID30 (Cl. 1) ID32 (Cl. 1)	Golpe Socialismo comunismo	<b>score: 105.62</b> _ o <b>brasil está</b> sofrendo isso e não <b>adianta</b> negar <b>estamos vivendo</b> um <b>comunismo</b> e você que é contra isso você pra mim é um <b>guerrilheiro</b> e <b>deve</b> ser combatido temos que pedir por intervenção <b>militar</b> e tirar esses governos safados que <b>estão</b> tentando <b>derrubar</b> o <b>país</b>
Jango comunista?	ID19 (Cl. 4) ID31 (Cl. 6)	Jango Político golpe	<b>score: 62.63</b> _ pra fala verdade no <b>golpe</b> de 1964 os generais foram financiados pela cia pra da o <b>golpe</b> porque jango tinha interesses <b>políticos</b> e <b>econômicos</b> com a china e a urss mas não havia nenhum comunista no seu <b>governo</b>
Comunistas, guerrilheiros, terroristas, bandidos!	ID4 (Cl. 4) ID9 (Cl. 5) ID15 (Cl. 3) ID19 (Cl. 1) ID25 (Cl. 4)	Forças armadas Comunistas	<b>score: 73.12</b> roubo de caminhões de carga recebiam <b>dinheiro</b> de cuba pra compra de armas pra atirarem nos militares porque eles queriam transforma o brasil num pais comunista e os militares revidaram atirando também e <b>mataram</b> esses <b>terroristas</b> com arma nas mãos e

(continuação)

Temáticas (a partir das classes da CHD)	IDs dos vídeos comentados e nº da classe original (Cl.)	Palavras plenas recorrentes	Segmento de texto característico**
Torturados guerrilheiros e comunistas, merecido!	ID24 (Cl. 4) ID27 (Cl. 1) ID28 (Cl. 4)	Terrorista Torturado matar	<b>score: 125.32</b> <b>direitos humanos</b> tá de sacanagem se naquela <b>época</b> um <b>guerrilheiro explodisse</b> seu <b>avô</b> ou sua <b>avó</b> você iria querer <b>direitos humanos</b> para eles quer dizer que você acha que os militares iriam conseguir extrair informação sem <b>bater</b> um pouco no <b>vagabundo</b> assassino
Militares salvadores (apoio americano)	ID12 (Cl. 3) ID19 (Cl. 5) ID24 (Cl. 1) ID25 (Cl. 1) ID27 (Cl. 2) ID33 (Cl. 2)	Militares Estados_unidos	<b>score: 91.72</b> _ o golpe dos comunistas na <b>época</b> já estava certo era só questão de <b>tempo</b> eram <b>guerrilheiros</b> vindo de todos os lugares queriam transformar o <b>brasil</b> em comunista mas <b>graças</b> aos <b>militares</b> isso não ocorreu
Liberalismo/ capitalismo versus socialismo/ comunismo	ID17 (Cl. 2) ID31 (Cl. 5) ID34 (Cl. 2)	Capitalismo Socialismo comunismo	<b>score: 130.41</b> _ <b>cite exemplos</b> de quando o <b>liberalismo matou</b> alguém <b>lembrando</b> que <b>capitalismo diferente estado</b> e que <b>estado</b> mais <b>capitalismo igual</b> corporativismo esse sim é <b>ruim</b> _ <b>liberalismo não existe</b> realmente seguindo todos os quesitos
Ditaduras comunistas	ID9 (Cl. 4) ID10 (Cl. 3) ID18 (Cl. 2) ID24 (Cl. 3) ID29 (Cl. 1) ID30 (Cl. 3) ID31 (Cl. 3) ID37 (Cl. 5)	Governo Comunista China Cuba	<b>score: 82.13</b> ainda bem que não conseguiram imagine o brasil num regime <b>comunista</b> você e nem eu estaríamos com a <b>mínima</b> liberdade veja como <b>cuba funciona</b> e veja também o seu <b>desenvolvimento</b> com <b>certeza</b> irá ficar decepcionado com esse regime <b>comunista</b>
Críticas às ditaduras	ID5 (Cl. 4) ID17 (Cl. 1) ID12 (Cl. 1) ID27 (Cl. 3)	Militar Nuclear justificar	<b>score: 84.62</b> há muitos <b>anos</b> que não <b>só</b> as <b>reportagens</b> internacionais mas também a <b>história</b> sempre mostraram que a paranóia dos <b>governos</b> tiranos sempre é <b>pegar</b> o <b>dinheiro</b> do povo e investir todinho <b>só</b> em <b>poderio militar nuclear</b> etc
Liberdade e Censura – ontem e hoje	ID5 (Cl. 1) ID17 (Cl. 3) ID35 (Cl. 5)	Caso Censura Corrupção	<b>score: 99.29</b> _ se hoje que temos a mídia divulgando tudo ainda temos <b>caso</b> de <b>corrupção</b> escancarados imagina na ditadura aonde <b>existia</b> a <b>censura</b> _ bastava um olheiro <b>ficar</b> sabendo que a pessoa falou mal pronto já era <b>chamado</b> a depor
Corrupção na política	ID12 (Cl. 2) ID35 (Cl. 2)	Corrupção Crime organizado	<b>score: 91.40</b> _ <b>bolsonaro</b> 2018 _ o pior cego é aquele que não <b>quer ver</b> _ <b>legal pega</b> as <b>corrupções</b> dos <b>militares</b> e <b>compara</b> com atualmente se eles ao menos <b>chegarem</b> a 2 3 provavelmente o <b>mundo</b> acabaria agora
Democracia melhor que ditadura?	ID23 (Cl. 2) ID32 (Cl. 1)	Preferir Democracia	<b>score: 108.39</b> _ nossa vou nem perder meu tempo mas não com motivo plausível fuga de realidade <b>veja só</b> as pessoas mais velhas <b>preferem</b> o <b>governo</b> os mais jovens <b>preferem</b> <b>democracia</b> e né _ aaahhh mais <b>nós lutávamos</b> pela <b>liberdade liberdade</b> eu
Golpe, passado e presente	ID10 (Cl. 1) ID22 (Cl. 3)	Golpe deixar	<b>score: 57.99</b> teremos que esperar 50 anos para a globo <b>reconhecer</b> esse <b>novo</b> erro do <b>golpe</b> de 16

(conclusão)			
Temáticas (a partir das classes da CHD)	IDs dos vídeos comentados e nº da classe original (Cl.)	Palavras plenas recorrentes	Segmento de texto característico** (conclusão)
Ditadura do PT? Temos democracia hoje?	ID4 (Cl. 3) ID15 (Cl. 1)	Ditadura democracia	<b>score: 75.31</b> esperneando direita _ apenas <b>idiotas</b> <b>acham</b> que <b>ditadura</b> só se faz com <b>tanque</b> na <b>rua</b> _ e <b>ficar</b> no poder 16 anos e ainda fraudar a legislação para que continue nele é a <b>maior</b> demonstração de <b>democracia</b>
Professores/ Escola/ universidade de esquerda	ID5 (Cl. 5) ID6 (Cl. 3) ID13 (Cl. 3) ID19 (Cl. 3) ID25 (Cl. 5) ID26 (Cl. 3) ID35 (Cl. 3) ID38 (Cl. 5)	Escola Professor Marxista Doutrinar	<b>score: 102.48</b> podem votar e não serem punidos por atos criminosos querem o fim do <b>dia</b> das mães <b>pais</b> <b>dizendo</b> ao seu <b>filho</b> que a <b>família</b> é o estado <b>escola</b> imunda <b>marxista</b> atual o <b>professor</b> revolucionário
Estude a história / procure outras fontes	ID17 (Cl. 4) ID18 (Cl. 5) ID29 (Cl. 5) ID35 (Cl. 6)	Professor História	<b>score: 72.46</b> amigo <b>acredite</b> no que eu te digo você foi enganado a vida inteira <b>estude</b> e descubra por si <b>próprio</b> tenho quase certeza de que você não vai <b>estudar</b>
Ofensas entre os usuários	ID9 (Cl. 1) ID23 (Cl. 5) ID33 (Cl. 3) ID37 (Cl. 4)	<i>Palavrões*</i>	<b>score: 176.01</b> _ vai <b>tomar</b> você babacão é um <b>ignorante</b> e vigarista <b>intelectual</b> da <b>pior</b> espécie é <b>só</b> <b>olhar</b> tua <b>cara</b> de retardado pra <b>perceber</b> que tu é um imbecil você se baseia em documentário do youtube para <b>afirmar</b> sua posição política
Interação com o YouTuber	ID6 (Cl. 2) ID30 (Cl. 4) ID32 (Cl. 4) ID38 (Cl. 4)	Vídeo Canal Responder	<b>score: 118.53</b> _ poxa <b>nando</b> você <b>postou</b> o outro <b>vídeo</b> agora e está dizendo que é privado _ por causa da globo news está no meu <b>facebook</b> _ me <b>respondeu</b> haha seu <b>canal</b> é um dos melhores do <b>youtube</b> _ não sou sua <b>amiga</b>
Reforço ao canal	ID6 (Cl. 4) ID29 (Cl. 2) ID38 (Cl.2)	Excelente Vídeo Parabéns	<b>score: 78.49</b> <b>aprendi</b> mais do <b>regime</b> militar em 1 hora do que em 3 anos de ensino médio <b>excelente vídeo</b> continue sempre com seu <b>maravilhoso</b> trabalho graças a <b>pessoas</b> como você eu <b>sinto</b> que ainda não está tudo perdido

Fonte: Elaborado pela autora.

Notas: \*Os palavrões e xingamentos se repetiram no léxico da classe. \*\*Além dos valores de *score* relativos ao qui-quadrado do ST, as palavras em destaque (negrito) são aquelas com maior qui-quadrado em relação a classe.

A análise permitiu a observação de 21 temáticas com duas ou mais ocorrências entre os gráficos da CDH. As principais classes ou de maior frequência entre os comentários foram “Época boa” com 11 ocorrências e “Lado bom e ruim do período” e “Ditadura ou regime militar?” com 9 ocorrências cada. “Professores/ escola/ universidade de esquerda” e “Ditaduras comunistas” – que se refere a regimes comunistas de outras países como Cuba, China e Venezuela – apresentaram 8 ocorrências cada. “Militares salvadores (apoio americano)” aparece com 6 ocorrências. Na sequência duas categorias relacionadas ao comunismo aparecem com 5 ocorrências: “Ameaça comunista” e “Comunistas, guerrilheiro, terroristas, bandidos!”. “Críticas as ditaduras” e “Estude a história / procure outras fontes” aparece com 4 ocorrências,

juntamente com temáticas relacionadas ao funcionamento do canal no YouTube “Ofensas entre usuários” e “Interação com o Youtuber”. Com três ocorrências destaca-se “Torturados guerrilheiros comunistas, merecido!”. As demais classes com duas ou três ocorrências relacionam-se a questões do tempo presente que se conectam ao passado: “Liberalismo/capitalismo versus socialismo/comunismo”; “Golpe, passado e presente”, “Ditadura do PT? Temos democracia hoje?”, “Democracia melhor que ditadura?”, “Liberdade e Censura – ontem e hoje”, “Corrupção na política”.

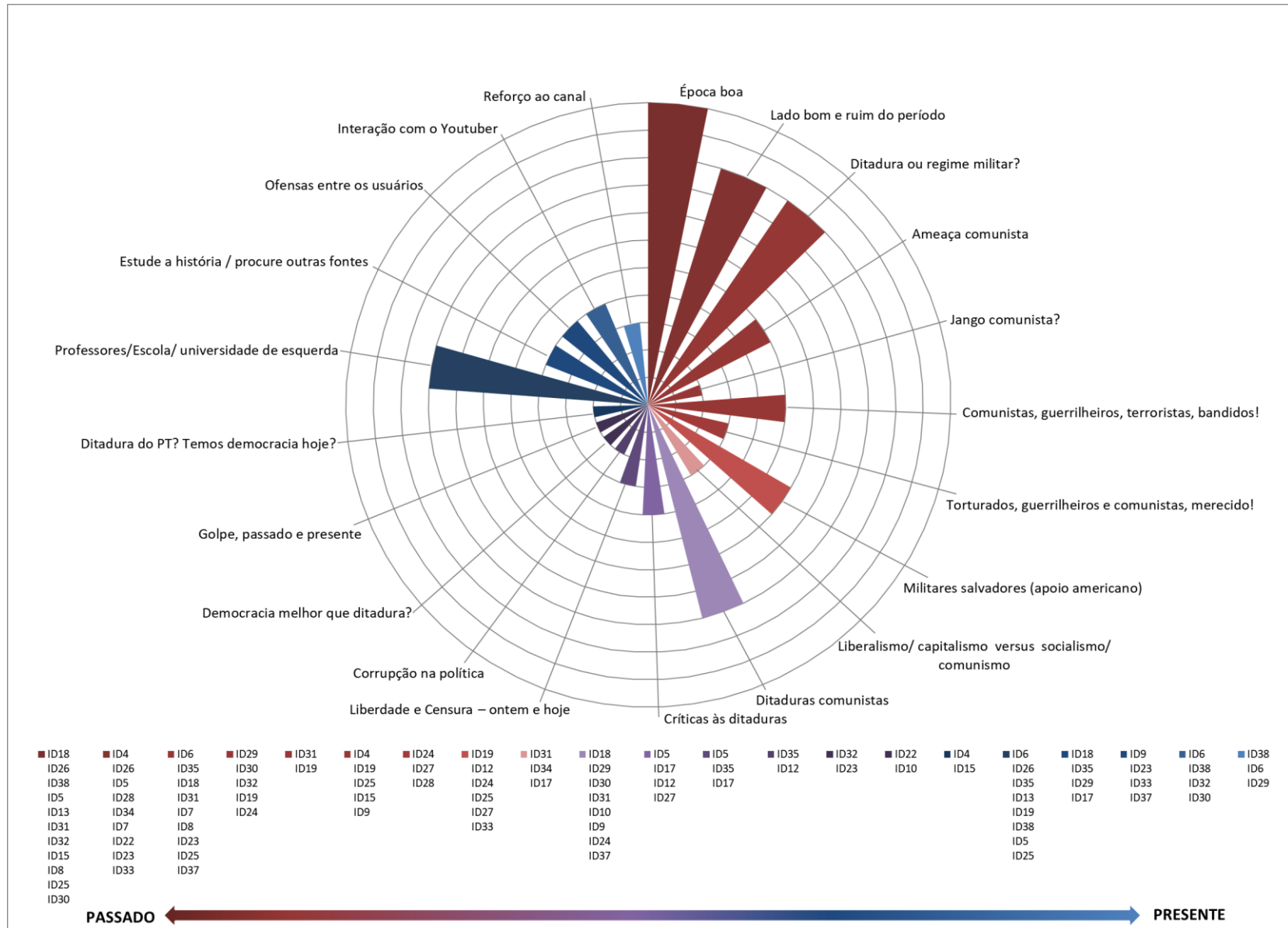
Além das 21 temáticas outras 30 classes apresentaram-se uma única vez entre os diferentes dendrogramas, revelando temas pulverizados, e muitas vezes, refletindo aspectos específicos dos vídeos originais, tais como: “República pós-escravidão serve as elites”, “Cuba, melhor saúde e educação”, “Revisionismo de Marco Antônio Villa”; ou mesmo aspectos históricos do período, como: a cassação de Jango; críticas a TV Globo; críticas e elogios ao presidente eleito Jair Bolsonaro, críticas à esquerda e ao Partido dos Trabalhadores. Muitos desses conteúdos ainda que não tenham se rerepresentado em outras classes de forma ampla, encontram-se em conexão com outras temáticas cujas classes foram mais recorrentes. A lista com informações completas dessas temáticas encontra-se no Quadro E-1 do Apêndice E, ao final deste trabalho. A fim de facilitar a organização dos dados e sua discussão optamos por não incluir essas classes de ocorrência única nas representações gráficas (Gráfico 1 e Figura 8) dos conjuntos temáticos que serão discutidos na próxima sessão do texto.

#### **4.2.3 Discussão**

A organização das temáticas para a apresentação do gráfico de área permitiu observarmos uma das tendências identificadas na análise lexical do conteúdo dos vídeos, a saber, um conjunto de conteúdos que materializa o tempo passado em personagens, como na personalização por meio de figuras como Jango, os militares, os guerrilheiros e os comunistas. Por outro lado, alguns temas conciliam elementos do passado e do presente, muitas vezes, indagando sobre os benefícios do passado em relação ao presente, ou percebendo as continuidades de práticas e estruturas sociais entre os períodos.

A distribuição e proporção das classes temáticas mais recorrentes é representada no Gráfico 1. Os tons avermelhados indicam questões do período entre 1964 e 1985, os tons azulados representam a emergência de questões atuais na construção da memória do passado.

**Gráfico 1 – Impacto das temáticas recorrentes nos comentários dos vídeos (N=29)**



Fonte: Elaborado pela autora.

Inicialmente, os dados relativos a visualizações, *likes* e *dislikes* e comentários de cada vídeo, foram encarados como um sinalizador da mobilização em torno do tema e dos documentos selecionados. Ainda assim, restava saber se estes espaços virtualizados eram tomados pela discussão em torno do tema. Era preciso conhecer o que as pessoas têm falado acerca dos documentos e como estes últimos são “lidos” e interpretados. A análise dos comentários faz crer que há “vontade de memória” (Nora, 1993, p. 22) dentre os usuários desse lugar virtualizado, uma vez que as pessoas conversam e mobilizam informações, para além daquilo que é apresentado diretamente pelos documentos, elas reúnem um quadro mais amplo de imagens e opiniões, relacionando seu universo de referências na composição das representações. Essa mobilização parece apontar para o desejo dos grupos sociais por lembrarem, discutirem e mobilizarem o objeto social em questão.

Quando as pessoas se posicionam em relação ao passado elas expressam suas identidades, e neste sentido, representam a alteridade (Jodelet, 2001, 1998) de maneira a protegerem seu grupo, afastando o perigo que o outro representa. Esse Outro, estrangeiro e/ou de fora, é sentido e pensado como um potencial ameaça ao grupo, sendo evitado, segregado ou mesmo excluído do convívio social. Algumas temáticas observadas nos resultados demonstram a presença de receios relativos à “ameaça comunista” e ao comunismo. Nesse sentido, ao atualizar essas dinâmicas, alguns usuários da rede classificam aqueles que se opõem ao regime militar como esquerdistas e/ou comunistas, e assim, se posicionam em favor dos militares, compreendendo que estes lutaram legitimamente contra um perigo que se anunciava e que ainda se anuncia.

Como sinalizado, alguns elementos perpassam muitas classes e o processo de categorização das temáticas precisou priorizar os aspectos mais salientes da narrativa. O comunismo e o anticomunismo bordejam sete temáticas de forma mais expressiva: “Ameaça comunista”; “Jango comunista?”; “Comunistas, guerrilheiros, terroristas, bandidos!”; “Torturados guerrilheiros e comunistas, merecido!”; “Militares salvadores (apoio americano)”;

“Liberalismo/ capitalismo versus socialismo/ comunismo”; “Ditaduras comunistas”. Alguma relação com o comunismo é expressa, portanto, em 1/3 das temáticas elencadas, podendo ser considerado um dos principais assuntos nas interações dos usuários. Cabe citar que nos documentos analisados (vídeos sobre o período) o comunismo era mencionado, seja no contexto de iminência do golpe ou enquanto foco de combate dos militares, mas não há uma ênfase no tema como vislumbramos nas conversações espontâneas expressas nos comentários.

Bobbio *et al.* (1998) retoma as raízes do comunismo ao longo da história, partindo de Platão, passando pelo cristianismo, pela idade média, pelas revoluções inglesa e francesa e



chegando aos alemães Karl Marx e Friedrich Engels, expressão moderna do comunismo que ainda influencia o universo político.

Na obra “Manifesto do Partido Comunista”, de 1848, Marx e Engels deixariam explícitos os princípios de um dos movimentos políticos de maior expressão ao longo da história, o marxismo. Como salienta Bobbio *et al.* (1998) ao contrário do que possa parecer os autores do manifesto não deslegitimavam a importância da burguesia, pois aceitavam sua relevância ao questionar o modo de produção feudal. Ainda assim, apontaram falhas em sua atuação: ao concentrarem os meios de produção levaram ao seu próprio fracasso e condenaram a maioria da população (o proletariado) às condições de vida miseráveis. A obra de Marx e Engels (1948) estabelece, portanto, a rivalidade (luta) entre as classes burguesa e proletária, ponderando que o proletariado deveria assumir o controle dos meios de produção, em uma revolução socialista, substituindo, inicialmente, a ditadura da burguesia, por uma ditadura proletária que reduziria as desigualdades.

O anticomunismo, por sua vez, assenta-se no receio capitalista de perda de riqueza e do desrespeito à propriedade privada, relacionados ao risco revolucionário. Motta (no prelo) destaca que os movimentos “anti” (contrários a algo) são mais viscerais, defendem a eliminação do outro em termos discursivos e, às vezes, dos próprios indivíduos opositores. Apesar de ter raízes mais antigas, da segunda metade do século XIX, no Brasil o anticomunismo parece mais evidente em relação ao comunismo bolchevique da revolução de 1917. O movimento inclui ainda um espectro mais amplo do socialismo, neste ponto, é possível observar aproximações entre o movimento e o antipetismo atual<sup>54</sup>.

Desse modo, segundo Motta (2000) há um estágio inicial de articulação do anticomunismo no Brasil indo da Revolução Russa de 1917 até 1935. Após a Revolução, a Rússia tornou-se uma nação comunista e sua influência sobre outros territórios origina a reunião de quinze nações, denominadas União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O crescimento dessa influência mobiliza os EUA a assumirem um papel cada vez mais central no combate a ideologia comunista e ao “perigo vermelho” (Mota, 2002, p. 189). Com os bolcheviques assumindo o poder, o comunismo, como previa Karl Marx, passaria a rondar o capitalismo, gerando reações polarizadas, visto por muitos como a promessa de distribuição e

---

<sup>54</sup> Nesse sentido, ao longo do processo eleitoral de 2018, casos de intolerância e violência foram divulgados pela mídia como tendo fundo ou motivação política, levando inclusive a iniciativa dos jornalistas Haroldo Ceravolo Sereza e Lucas Berti de criação de um mapa interativo para a denúncia desses casos. Mais informações sobre o mapa em <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/53622/relatos-de-violencia-com-motivacao-politica-se-espalham-pelo-pais-veja-mapa-e-informe-seu-caso-aqui>

acesso a bens econômicos e sociais e por outros como terror e destruição da sociedade (Motta, 2000).

Juntamente com a Revolução, o movimento da “Intentona Comunista” de 1935 fomentou a ampliação das bases da propaganda anticomunista (Motta, 2002). Getúlio Vargas havia chegado ao poder através da chamada Revolução de 1930, movimento armado, onde oligarquias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, se rebelaram contra a influência paulista. Os paulistas romperam com o acordo de sucessão presidencial ao indicar Júlio Prestes como candidato à sucessão e ganhador das eleições. Esse acordo de sucessão prevalecia no período e fazia com que o poder apenas oscilasse entre representantes das oligarquias. Durante a década de 1930, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) expandia-se. Em 1935, Júlio Prestes adere a Aliança Nacional Libertadora (ANL), em novembro do mesmo ano, os membros da ANL deflagraram movimento armado com a intenção da derrubada de Vargas. Tal movimento – a Intentona Comunista – deu materialidade ao “perigo” que os comunistas poderiam trazer, tendo grande impacto na opinião pública (Motta, 2002).

No período que sucedeu a Primeira Guerra Mundial (1914-1917) os países capitalistas do ocidente se empenharam na propaganda anticomunista, por temerem a influência russa. Ainda assim, a pauta não era prioritária para os EUA, os brasileiros agiam de forma relativamente autônoma, iniciando uma caçada ao PCB, fundado em 1922. No Brasil, o movimento embasava-se principalmente no fundo religioso e na moral cristã-familiar, elemento pouco mais evidente do que o liberalismo e nacionalismo que seriam base do anticomunismo americano (Motta, 2000). Com a tentativa de golpe frustrada durante o Governo Vargas em 1935, a “Intentona comunista” encabeçada por Luís Carlos Prestes, o medo em relação aos comunistas cresceu, principalmente em decorrência do vínculo direto com lideranças internacionais.

Passada a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), na transição do governo autoritário de Vargas e o início do governo Dutra, a constituição de 1946 passou a proibir os partidos de oposição, chamados na época de “antidemocráticos<sup>55</sup>”, nos quais se enquadravam o PCB e outras manifestações esquerdistas e sindicalistas. Some-se a esse cenário o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos e a ideologia anticomunista que espalhava-se entre as forças militares, elites e setores políticos (Menandro, 2013), estava pronta a base para o movimento anticomunista presente na sociedade brasileira na década de 1960. “Genericamente, pode-se

---

<sup>55</sup> A ascensão de Lênin durante a Revolução Russa instaurou uma ditadura no país. A associação do socialismo russo com os esquerdistas brasileiros servia como “justificava” para a proibição de partidos opositores do governo que seriam apoiadores de regimes ditatoriais (Menandro, 2013).

dizer que o sentimento anticomunista nasceu espontaneamente, gerado pelo medo e pela insegurança. No entanto, transformou-se em movimento organizado a partir da necessidade percebida por algumas lideranças conservadoras de conter a escalada revolucionária” (Motta, 2000, p. 5).

A busca por culpados para as crises econômicas e políticas fazem ressuscitar movimentos como o anticomunismo no cenário político atual. A ameaça e infiltração comunista associadas nos anos de 1950 e 1960 à figura de João Goulart agora são retomados e encontram novos depositários. Ao tratar das associações possíveis entre anticomunista e antipetismo/antiesquerdismo, Motta (no prelo) destaca: “A força dos discursos anticomunistas/antipetistas atuais serve de laboratório para ressaltar a relevância histórica do tema, bem como para mostrar, mais uma vez, a sua capacidade de incendiar a imaginação da direita” (p. 2). Os grupos sociais mobilizados em 1964 parecem ter um lastro com setores da sociedade que são agitados atualmente.

Na demonização dos comunistas destacava-se o elemento moral, fortemente justificado em valores opostos ao cristianismo (mais precisamente o catolicismo durante o século XX) e familiares, uma vez que a filosofia comunista propõe a luta de classes, um combate às desigualdades, que se coloca de maneira contrária aos ensinamentos da Igreja de caridade e respeito à ordem e hierarquia (Motta, no prelo). A base do antipetismo também se alimenta de uma moral cristã que outorga à esquerda, a depravação e a ameaça aos modelos familiares de forma reeditada, mas muito semelhante. A força do anticomunismo no Brasil é facilmente observada se considerarmos que este foi “justificativa para os golpes de 1937 e 1964, bem como para as ditaduras subsequentes, o Estado Novo comandado por Getúlio Vargas entre 1937-1945, e a ditadura liderada pelos militares (e seus aliados civis) entre 1964 e 1985” (Motta, no prelo, p. 7).

Os comunistas não seriam apenas imorais nos costumes, representariam ideologias estrangeiras (contrárias ao nacionalismo) que sufocariam a liberdade por se estabelecerem por meio de ditaduras. Tal afirmativa poderia servir tanto a descrição dos momentos passados, quanto ao cenário político contemporâneo, ambos assinalados com o anticomunismo – anteriormente associado a URSS e China e hoje associado a Cuba. Se o comunismo é visto como autoritário, a resposta dada a esse movimento, tanto em 1937, como em 1964, também culminou com a instauração de ditaduras, onde os militares seriam alçados como protetores diante do perigo vermelho (Motta, 2000).

Para combater essa ameaça ‘restava’ aos militares o uso da força em nome da ordem, o que legitima “excessos” (Pereira, 2015) e justifica a tortura como prática para retirada de

informações. Coimbra (2001) destaca o papel da tortura ao longo da história brasileira, sempre utilizada como recurso contra os diferentes, pobres, desviantes e perigosos, que devem ser controlados e punidos. Ainda que tenha se mostrado na época colonial e em fases autoritárias da história brasileira como no Estado Novo (1937-1945), foi na ditadura militar, e mais precisamente a partir do AI-5, que a tortura se acirrou como recurso inquisitório e vexatório aos opositores do regime (Coimbra, 2001).

Na memória que se constrói no âmbito dos comentários analisados, a tortura – reconhecida como crime tipificado na Lei nº. 9.455 de 7 de abril de 1997, como atos que constringem ou submetam alguém, com emprego de violência ou grave ameaça, ao sofrimento físico ou mental, ainda que sob intento de correção ou prevenção – é retomada como ação correta e, por vezes, necessária dos agentes do Estado no combate aos desviantes, subversivos, comunistas.

A análise do fenômeno da tortura, como proposto por Coimbra (2001), permite que ultrapassemos a abordagem de eventos passados, para observar as continuidades de práticas coercitivas nas estruturas públicas e sociais atuais, seja em nome da punição ou controle dos novos subversivos. Sobre a patologização da categoria subversivo durante a ditadura militar, em análise das práticas “psi” ao longo do século XX, Coimbra (1995) destaca que psicólogos – em sua maioria militares do Centro de Estudos de Pessoal do Exército, remanescentes do Curso de Classificação de pessoal – estiveram envolvidos em procedimentos militares de combate aos opositores do regime, principalmente no conhecimento do perfil psicológico de militantes e na orientação de militares, destacando-se a contribuição desses na pesquisa sobre o perfil psicológico do “terrorista” brasileiro (p. 197) encomendada pelo exército brasileiro.

Categorizar é um recurso pelo qual simplificamos e ordenamos a realidade, de modo a interpretá-la (Tajfel, 1983). “O conteúdo das categorias em que as pessoas são incluídas por virtude da sua identidade social é gerado numa cultura ao longo de muito tempo” (Tajfel, 1983, p. 151). Souza (2004) reafirma que as categorias sociais não são neutras, mas são dotadas de valor na dinâmica social, o que afeta os processos de comparação e diferenciação social podendo levar a relações de violência. Nesse sentido, analisando a história recente do Brasil, encontramos variadas situações nas quais diferentes grupos sociais (que por seus comportamentos, ideologia ou condição social), passaram a ser encarados como subversivos e, portanto, a ser perseguidos e discriminados (Souza, 2005), em alguns casos com a tutela do saber da Psicologia.

O problema aqui é o de como uma sociedade representa a si mesma e descobre em sua própria imagem uma fonte de ameaça, de contaminação e perigo. O problema então é de como a alteridade, na maior parte das vezes cuidadosamente mantida à distância, torna-se o centro das representações que uma sociedade desenvolve sobre si mesma (Jovchelovitch, 2000, p. 136).

A investigação de representações sociais lida com este medo diferentes estratos da população em relação a uma realidade “desconhecida” e ameaçadora, especialmente entre aqueles que ocupam posições de poder ou espaços dominantes na sociedade (Moscovici, 2012). Nesse sentido, no contexto da ditadura militar, o medo dos “subversivos”, “terroristas” ou “comunistas”, é, portanto, situação propícia para a construção de representações sociais, um recurso de compreensão da realidade na tentativa de evitar situações de ameaça ao grupo próprio.

Diante de uma realidade ameaçadora: “Para reduzir a tensão e o desequilíbrio, é preciso que o conteúdo estranho se desloque para o interior de um conteúdo corrente . . . é necessário . . . mudar o universo sem que ele deixe de ser o nosso universo” (Moscovici, 2012, p. 60). Quando ancoramos um conhecimento novo, no âmbito dos paradigmas de categorias sociais precedentes, estamos rotulando (classificando e nomeando) o fenômeno, e esta operação não é neutra, ocorre segundo as hierarquias e relações de poder vigentes na sociedade em questão. Ao encaixar um objeto estranho em categorias, instrumentalizamos o uso do objeto, passando a ser possível falar dele e por meio dele, dando sentido à realidade que antes se encontrava em risco.

A dinâmica social vista no período da ditadura militar no Brasil, e reeditada no presente, baseia-se em medos seculares de grupos perigosos, ideologicamente ou materialmente. Quando os usuários do YouTube Br comentam as produções sobre a ditadura eles também são impelidos a posicionarem-se enquanto grupo a que pertencem, valorizando o grupo próprio (endogrupo) em detrimento do grupo de fora (exogrupo) (Tajfel, 1983).

Quando a época passada é apresentada como “Época boa”, estão em questão não apenas aspectos econômicos e de infraestrutura, próprios da modernização autoritária (Motta, 2014, Luna & Klein, 2014b, Reis Filho, 2014), o que se debate são aspectos ideológicos desse olhar para o passado. As temáticas “Época boa” e “Lado bom e ruim do período” trazem elementos que dialogam com os aspectos estrutural e institucional do regime apresentadas da análise lexical do conteúdo dos vídeos. A descrição do período é carregada de referências positivas, sendo majoritariamente referido, como a “melhor época” vivida pelos usuários ou por conhecidos/parentes que viveram o período.

O “milagre econômico” vivido entre os anos de 1967 e 1973 e que trouxe crescimento de 10% do Produto Interno Bruto, convivendo com o período de maior repressão política e perseguição a opositores nos governos Costa e Silva e Médici (Luna & Klein, 2014b) é agora retomado como exemplo de sucesso do governo militar. O milagre ainda é evocado em uma memória saudosa do regime, que se soma a elementos como a segurança (do ir e vir sem ser assaltado) e os avanços de infraestrutura. As interações entre os usuários dão conta de que aqueles que eram perseguidos eram os “terroristas”, pessoas de bem não seriam perseguidas, podiam circular livremente, viajar, trabalhar e ter uma vida normal.

**score: 93.23**

\_ torturados eram só os opositores meus **pais** e **tios** estavam **bem** seguros em suas **casas** nunca fizeram nada de **errado** nunca sofreram torturas \_ e na verdade não tem nada de igual kim jong un **colocou** uma **ditadura comunista** lá

Ao propor um contraponto entre as estruturas autoritárias e democráticas, alguns países são mencionados para exemplificar o que de fato seriam os regimes autoritários, como: Cuba, China, URSS e Coreia do Norte. Em muitos casos as ditaduras são criticadas e o exemplo da Revolução Cubana – também associado ao medo da ameaça comunista nas Américas – é retomado, enaltecendo a atuação dos militares que teriam impedido o Brasil de se tornar uma ditadura comunista como a ilha cubana.

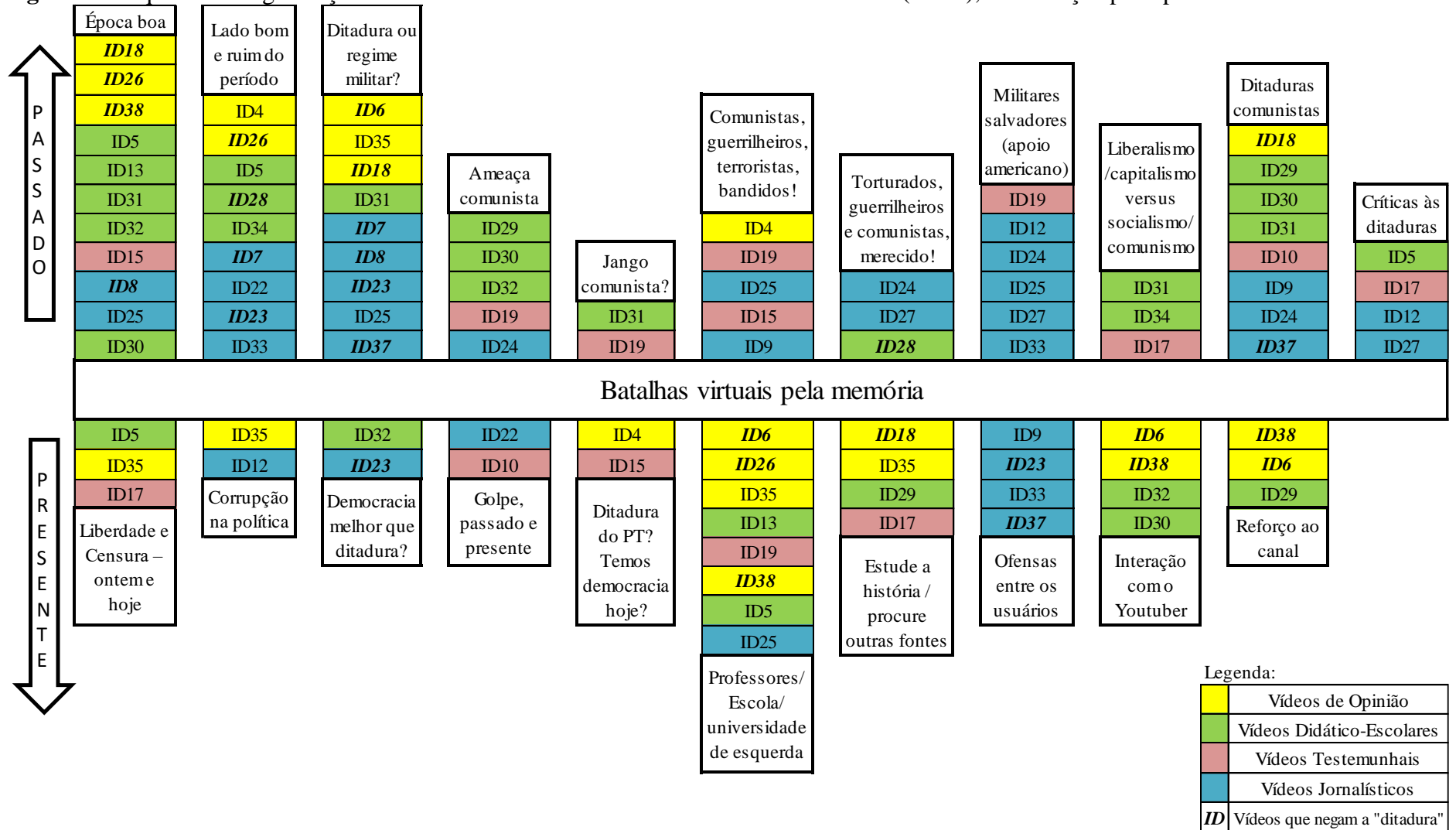
Outro aspecto que merece destaque nos dados, e que se faz evidente desde a análise inicial dos documentos, são as relações entre passado e presente na construção da memória histórica do regime. Tal aspecto repetiu-se na análise lexical do conteúdo dos vídeos, onde um eixo da CHD era voltado à articulação e debate dos eventos no tempo presente. A disposição das temáticas dos comentários permite notar o debate de várias questões que fazem contraponto entre passado e presente, entre elas: a liberdade, a censura; a corrupção; e o golpe.

A democracia é questionada em seus limites, os usuários indagam se há liberdade de expressão, se também estariam sujeitos a censura de suas opiniões. Como sinalizado, várias classes referem-se, direta ou indiretamente, à esquerda, em associação ao comunismo. Esta atmosfera de comentários parece convergir em torno da ideia de que “não houve ditadura” ou se houve não se sabe os dois lados da história, pois há uma “doutrinação” nas escolas pelos professores e livros, o que garantiria certa hegemonia cultural à esquerda que esconde a ‘verdade’. Tais elementos são diferenciados dos conteúdos dos vídeos em si, eles ampliam o campo de análise para o momento presente.

O tempo que o Partido dos Trabalhadores esteve no Governo Federal e suas inspirações filosóficas de esquerda são questionadas por indivíduos, como plano antidemocrático que visaria à instauração de uma ditadura (Motta, no prelo). Ao analisar o discurso de direitistas com grande influência nas últimas décadas no Brasil, Motta (no prelo) relata que a direita acredita que a esquerda teria um plano de doutrinação nas instituições de ensino (básico e superior) com disseminação de ideias que ameaçam a moral cristã e propagam o feminismo e o homossexualismo. Em relação à corrupção (uma das pautas) que conecta passado e presente, muitos se perguntam se haveria ou não corrupção no passado, e se a censura seria a responsável por acobertar os casos para não alardearem na imprensa da época.

A composição das temáticas deriva tanto de comentários relativos a vídeos que entendem o período como ditadura, quanto daqueles que negam essa condição. Os *corpora* de comentários não refletem isoladamente os tipos de narrativa que classificamos no estudo 1: Opinião; Didático-escolar; Testemunhal; e Jornalístico. Assim, as temáticas partem de comentários de vídeos com diferentes narrativas, que muitas vezes não reproduzem o conteúdo dos vídeos que comentam, contrariando ou questionando as informações apresentadas. A Figura 8 organiza as temáticas a partir dos tipos de narrativa, sinalizados por cores conforme a legenda. Os IDs destacados em negrito representam vídeos cujo conteúdo não entende ou questiona o período enquanto “ditadura”. A distribuição dispersa desses IDs frente às temáticas sinaliza grande diversidade no conteúdo dos comentários. Isso pode sinalizar que apesar da narrativa exposta nas produções videográficas indicar majoritariamente críticas ao período, o conjunto de usuários que acessa esses documentos, pode se posicionar contrariamente a essas questões, contrariando nos comentários os argumentos expostos nos vídeos.

**Figura 8** - Esquema de organização das temáticas recorrentes nos comentários dos vídeos (N=29), distribuição por tipo de narrativa.



Fonte: Elaborado pela autora.



#### 4.2.4 Conclusão

A construção de memória não se faz de forma homogênea e sem conflitos, os usuários da plataforma YouTube Br comentam vídeos sobre o regime militar, que muitas vezes, contrariam suas opiniões, ou seja, as interações virtuais acabam revelando verdadeiras batalhas por significados. Esse cenário endossa nossa hipótese de que o ciberespaço é um ambiente oportuno para a investigação da memória histórica, como construção fluída e constantemente atualizada.

Nesse sentido, acreditamos não haver uma diferenciação clara entre os sentidos difundidos por criadores de conteúdo e por usuários que comentam as publicações, ambos parecem lidar com pontos semelhantes de conflito. O que vemos são representações em disputa, versões não consensuais relativas ao passado, construções difíceis de descrever devido a sua ambivalência e fluidez. Assim, os conteúdos encontram pontos de convergência em alguns momentos e visões opostas em outros. O retorno ao anticomunismo, parece aglutinar uma rede de representações que justifica a ditadura como período necessário ou melhor que o atual. Esse fenômeno merece atenção, pois ilustra uma possível desvalorização de princípios democráticos e um crescimento de princípios autoritários entre alguns grupos sociais.

No estudo 3 buscaremos compreender a composição da ou das representações sociais em circulação no ciberespaço, a partir da aplicação de questionários virtuais. Até aqui é possível afirmar que a mobilização em torno dos documentos parece fomentar disputas intergrupais e, nesse sentido, fortalecem processos de diferenciação e afiliação a grupos sociais que, apesar da ausência do contato presencial tradicional se reúnem pela própria força da (ciber)representação (Moscovici, citado por Casalegno, 2006).

Nesse sentido, a comunidade do YouTube Br parece se fortalecer na interação entre criadores de conteúdo e usuários; e entre os próprios usuários. Muitos dos comentários dos vídeos não faziam menção ao seu conteúdo, mas apenas reforçavam a continuidade do trabalho, incentivando o Youtuber ou que reforçando o sentimento de pertencimento a um grupo – ainda que as divergências de opinião muitas vezes fossem expressas com hostilidade, como nos comentários da temática “Ofensas entre os usuários”. Os usuários parecem ainda promover reflexões sobre o ensino formal e o ambiente acadêmico: alguns alegam aprender mais ao assistir vídeos do que no ambiente formal; muitos incentivam o trabalho de professores presente na plataforma, reforçando a necessidade de questionar fontes e buscar o conhecimento de forma autônoma.

### **4.3 Estudo 3: Representações sociais sobre o regime militar para usuários do YouTube Br**

Como apontado por Sá (2012) os estudos de memória histórica devem contemplar não apenas a identificação de documentos relevantes, mas sua mobilização e como os indivíduos representam o fenômeno investigado. Nossa investigação contempla elementos não apenas relativos ao conteúdo das produções, mas também da mobilização dos documentos, dos grupos sociais que negociam nesse espaço, e sobre as relações destes com o passado na construção dos saberes no presente.

No segundo estudo a análise dos comentários focou-se nas temáticas em disputa e não contava com variáveis sociodemográficas para articular inferências. Propomos, aqui, a aplicação de questionários virtuais como instrumento de acesso às redes representacionais em circulação no ambiente virtual, a partir dos elementos associados pelos usuários da plataforma.

Esse estudo parte da teoria do núcleo central ou da abordagem estrutural das representações sociais, proposta por Abric (2000) e pelo grupo do Midi. Essa abordagem compreende as RS como “conjunto organizado de opiniões, de atitudes, de crenças e de informações referentes a um objeto ou uma situação” (Abric, 2001, p. 156) que recebe influências tanto dos indivíduos quanto do meio social. Como conhecimento organizado, a hipótese geral da teoria é que “Toda representação se organiza em torno de um núcleo central” (Abric, 2001, p. 162).

O núcleo central da RS apresenta os termos mais estáveis e coerentes, mais ligados à memória coletiva do que ao contexto momentâneo, esses elementos resistem às mudanças contextuais e garantem a continuidade da representação. O núcleo central organiza e dá sentido aos demais elementos da representação, esse sistema é determinado por condições histórico-sociais, estando conectado aos valores, normas e ideologias (Abric, 2000). Já o sistema periférico da representação revela os “elementos mais acessíveis, mais vivos e mais concretos” (Abric, 2000, p. 31), elementos que se conectam ao contexto e as experiências individuais, tolerando contradições e levando a evolução das RS.

A elaboração do questionário que embasa o estudo buscou, portanto, acessar tanto os elementos centrais como periféricos da representação, compreendendo assim as ideias mais rígidas relacionadas ao objeto, ou seja, aquelas que se ligam a história do grupo e ao passado, mas também aquelas relacionadas ao contexto e as apresentadas aos participantes, exploram as ideias espontâneas associadas ao período e que dão sentido a ele, bem como, a forma de nomeação, as atitudes (aspecto avaliativo) e as relações intergrupais presentes na época.

### 4.3.1 Método

#### *a) Instrumento*

Os usuários do YouTube Br que efetuaram comentários públicos nos vídeos selecionados para o estudo 2, foram convidados a responder um questionário on-line (Apêndice F). O questionário foi construído a partir da ferramenta do *Google Formulários*, com o objetivo de conhecermos as diferentes versões de memória em circulação no ambiente virtual, acerca do período da história do Brasil conhecido como "REGIME MILITAR"<sup>56</sup>.

O questionário virtual era composto de 14 questões, sendo a primeira uma Tarefa de Associação Livre de Palavras (TALP) ou técnica de evocação livre; seguida de cinco questões discursivas e oito questões objetivas. Além disso, foi traçado o perfil do respondente a partir das informações de Idade, Sexo, Escolaridade e posicionamento político.

A TALP é um procedimento tradicional nos estudos em Representações Sociais (RS), consistindo na declaração de termos ou expressões que venham à lembrança, e que podem ser aquilo que se sabe, se sente ou se lembra, em relação ao tema. A partir das evocações é possível estudar a estrutura e organização dos elementos centrais e periféricos presentes na representação social em questão (Oliveira, Marques, Gomes & Teixeira, 2005).

#### *b) Procedimentos de coleta*

Como destacado no estudo 2 apenas 29 vídeos (dos 35 selecionados inicialmente), apresentavam a sessão de comentários ativa durante a coleta de dados. Foram realizados 1.420 convites para participação na pesquisa a usuários do YouTube Br, entre os meses de novembro de 2017 e março de 2018. O questionário foi disponibilizado a usuários que comentaram os vídeos incluídos no *corpus*, sem que houvesse um desenho prévio amostral. O único elemento de corte foi a maioria dos respondentes e o consentimento de participação na pesquisa, feito a partir de Termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice G). O termo era o primeiro passo do questionário virtual e a participação era confirmada após a leitura e consentimento.

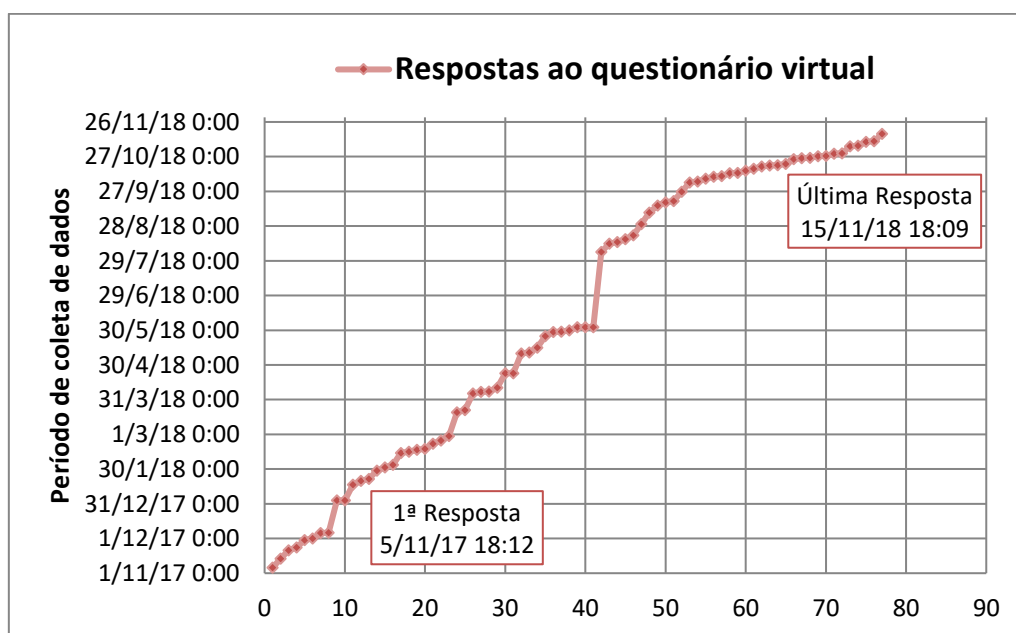
---

<sup>56</sup> Como salientado ao longo desse trabalho, a nomenclatura do período investigado é alvo de disputas no campo da historiografia, ainda assim, optamos pelo uso de "Regime Militar" por se tratar de termo amplamente utilizado em investigações anteriores no campo da Psicologia Social, mais precisamente, na abordagem psicossocial da memória (Sá, Castro, Möller, Perez & Bezerra, 2008a; Sá, Oliveira, Castro & Möller, 2009a; Sá, Oliveira, Castro, Vetere & Carvalho, 2009b; Wolter, Wachelle, Sá, Dias & Naiff, 2015).

As respostas ao questionário coletadas entre novembro de 2017 e novembro de 2018, serão analisadas nesta tese, tendo um total de 77 participantes<sup>57</sup>, ou seja, 5,42% do total convidado. Compreendemos, portanto, o estudo como exploratório, sendo seus achados apenas indicativos iniciais das construções de memória no espaço virtual, que tomados em conjunto com os dados dos estudos 1 e 2 podem trazer contribuições para o campo.

O baixo índice de respostas nos primeiros meses da pesquisa trouxe dúvidas sobre a viabilidade desse recurso para a pesquisa e sobre o perfil dos usuários da plataforma, que talvez não mantivessem a interação na sessão de comentários, ou poderiam não demonstrar interesse em participar. A distribuição da taxa de respostas entre os meses revela alguns pontos de concentração, também explicados pela esfera pública e política brasileira, fortemente movimentada pelo pleito eleitoral de 2018. O Gráfico 2 apresenta a distribuição das respostas ao longo do 1 ano em que o acesso ao questionário esteve disponível.

**Gráfico 2** - Distribuição cronológica das respostas de usuários do YouTube Br ao questionário virtual sobre a memória do regime militar.



Fonte: Elaborado pela autora.

Notamos que os quatro últimos meses de coleta, ou seja, entre agosto e novembro de 2018, concentram 36 respostas, com destaque para o mês de outubro, com 20 participações. O

<sup>57</sup> Devido ao convite aberto e espontâneo de usuários do YouTube Br, obtivemos também 30 respondentes com idades entre 10 e 17 anos, tais respostas não compuseram este trabalho, tendo em vista que um dos critérios de exclusão dos participantes foi a menoridade, uma vez que os procedimentos éticos adotados não incluíram a possibilidade de participação de crianças e adolescentes.

mês de agosto marcou ponto alto do processo eleitoral<sup>58</sup>, com o registro de candidaturas e início propaganda eleitoral em rádio e televisão. Os turnos da eleição ocorreram em 07 e 28 de outubro de 2018, justamente o mês em que tivemos o maior número de respostas ao questionário.

As eleições de 2018 refletiram a tensão vivida por toda uma sociedade, que se polarizou na defesa ou acusação dos períodos em que o Partido dos Trabalhadores esteve no poder. A prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 7 de abril de 2018, momento em que estava na liderança nas pesquisas de intenção de voto, posição em que se manteve nas pesquisas até a negação de sua candidatura<sup>59</sup>, também impactou o cenário.

Algumas das propagandas do Partido dos Trabalhadores relacionaram-se diretamente ao tema desta pesquisa, tendo como foco as práticas de tortura e repressão à militância presentes no período entre 1964 e 1985, inclusive apresentando testemunhos do período. Tais elementos foram destacados na campanha eleitoral do segundo turno, em decorrência do embate direto entre os então candidatos Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL). Nesse cenário, as redes sociais converteram-se num palco de intensas batalhas por significados, vislumbradas também nas interações da plataforma YouTube Br.

### *c) Procedimentos de análise*

As questões objetivas foram analisadas com estatística simples, apresentando frequências simples e percentuais das respostas. As questões abertas ou discursivas foram categorizadas e as respostas apresentadas em tabelas semelhantes as demais questões.

Para a análise dos resultados da TALP construiu-se uma matriz com as evocações e a ordem de importância indicada pelos respondentes<sup>60</sup>. Esta matriz foi submetida à análise prototípica com auxílio do software IRAMUTEQ, compondo o quadro de quatro casas. Essa apresentação gráfica permite a indicação dos possíveis elementos candidatos ao núcleo central e a periferia da representação social do regime militar.

A análise prototípica proposta por Vergès (2005) parte da ideia de que os elementos mais frequentes e mais rapidamente mencionados pelos participantes corresponderiam àqueles

---

<sup>58</sup> O calendário eleitoral brasileiro pode ser acessado em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/calendario-eleitoral/calendario-eleitoral>.

<sup>59</sup> <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alcmin-6-ciro-5.ghtml>

<sup>60</sup> Para a análise de evocações podem ser utilizados os índices de frequência e ordem de evocação (ordem espontânea de aparição das palavras durante a tarefa); ou de frequência e ordem de importância que é indicada posteriormente pelo participante, a partir da hierarquização dos termos/expressões evocados. A indicação em favor da hierarquização dos elementos, aparece em um segundo momento da obra de Abric, a fim de superar mecanismos de defesa iniciais do participante em relação ao objeto, antes de um aquecimento (Oliveira, Marques, Gomes & Teixeira, 2005). Em nosso estudo foram testados ambos os procedimentos tendo sido encontrados resultados bastante semelhantes. Aqui, optamos por apresentar os resultados com base na ordem de importância.

que compõem o núcleo central das RS. Os índices de frequência e ordem de aparição dos elementos, são os eixos que compõem o quadro de quatro casas. O cruzamento dessas informações permite organizar os elementos, de maneira que no quadro: o 1º quadrante (superior esquerdo) reúne os elementos candidatos ao núcleo central; a 1ª periferia da representação (superior direito), é composta de elementos de grande frequência, mas ordem de aparição elevada, ou seja, associados tardiamente pelos participantes; a zona de contraste (inferior esquerdo) composta de elementos pouco frequentes, mas associados de forma mais imediata – esses elementos podem apoiar a primeira periferia ou indicar a existência de um subgrupo – e a 2ª periferia (inferior direito) com elementos menos frequentes e menos importantes (Oliveira, Marques, Gomes & Teixeira, 2005).

### 4.3.2 Resultados

#### a) Perfil dos participantes

Compreender os enquadramentos da memória no tempo, espaço e nos grupos sociais (Halbwachs, 2004), permite esboçar explicações acerca das determinações de versões em negociação no cenário atual. Com a caracterização dos respondentes podemos conhecer de forma exploratória o perfil dos usuários que interagem na comunidade do YouTube Br e acessam os documentos selecionados para esta pesquisa. Nesse sentido, o perfil sóciodemográfico dos participantes foi o seguinte:

Tabela 5  
**Sexo dos respondentes do questionário virtual**

<b>Sexo</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Feminino	10	12,99
Masculino	62	80,52
Prefiro não dizer	5	6,49
Total	77	100,00

Fonte: Elaborado pela autora.

Em sua maioria os respondentes foram do sexo masculino, característica que pode estar relacionada ao perfil de usuários que interagem na plataforma diante dos materiais selecionados. De modo amplo, tal aspecto pode ainda ter relação com a menor participação de mulheres no espaço público de discussão, principalmente no que se refere à pauta política. Nesse sentido, Gianordoli-Nascimento, Trindade e Menandro (2006) e Cruz *et al.* (2015) demonstram as impossibilidades colocadas socialmente para a participação feminina no mundo

da política e no espaço público. As militantes políticas de oposição à ditadura eram confrontadas, por exemplo, quanto à sua participação política e condição de gênero. Segundo Goldenberg (1997), elas estariam fazendo uma dupla transgressão ao irem contra o governo vigente e em discordância com o papel de gênero atribuído socialmente às mulheres, destinadas ao espaço privado, ao cuidado com a família e ao lar. Assim, poderíamos questionar: será também o ciberespaço um espaço marcado pelas hierarquias de gênero que invisibilizam ou silenciam o discurso de mulheres, sobre pautas tradicionalmente negadas a elas? No âmbito desta pesquisa não foi possível determinar tais relações, aspecto que poderá ser explorado em levantamentos futuros. Por ora, é importante situar os elementos de memória presentes nos dados, são lembranças majoritariamente masculinas.

Tabela 6  
**Grupos etários dos respondentes do questionário virtual**

<b>Faixa etária</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
18-21	28	36,36
22-31	20	25,97
33-46	15	19,48
51-65	14	18,18
Total	77	100

Fonte: Elaborado pela autora.

Diante da participação espontânea na pesquisa, a coleta de questionários revelou a presença de poucos idosos (apenas 6 respondentes acima de 60 anos), uma vez que o próprio meio de participação é caracteristicamente pouco utilizado nessa faixa etária. Segundo dados do Nic.br (2016) na faixa etária acima de 60 anos o uso da internet atinge apenas 24% da população (p. 133). Entre os indivíduos com idade entre 45 e 59 anos, 17,4% da população nunca utilizou a internet, índice que chega aos 22,7% acima dos 60 anos, sendo os dois estratos componentes da faixa mais elevada da amostra (p. 134). Além disso, apenas 47% da população acima de 50 anos relatou ter usado redes de mídia como YouTube nos últimos 3 meses, número bastante reduzido em relação às outras faixas etárias (p. 79).

No âmbito da abordagem psicossocial da memória a questão geracional é determinante, sendo ponto essencial nos estudos da memória histórica. A principal referência retomada por Sá (2007, 2012a, 2012b) para tratar do problema das gerações é o trabalho do sociólogo Karl Mannheim. Para Mannheim (1982), geração deve ser tratada como um conceito mais amplo, para além dos determinantes biológicos e etários, aspectos que eram priorizados em trabalhos da sua época, que costumavam quantificar o tempo de uma geração frequentemente em torno

de 30 anos. A proposta do autor amplia a compreensão sociológica, endossando que uma geração se assenta em aspectos etários biológicos, mas não se explica por eles. É necessária, portanto, uma similaridade de condições dentro de uma sociedade, para que um grupo nascido numa mesma “região histórica e cultural” (p. 85) ou gozando de uma mesma “situação de geração” (p. 72) possa vir a participar ativamente do destino de seu grupo criando uma “unidade de geração” (p. 87). Ou seja, a vivência de uma época particular não garante a unidade de geração, uma vez que as condições sociais se apresentam para alguns apenas como potencial. Outro aspecto que merece destaque na obra é a descrição de um dado momento crítico da memória que é fruto da transmissão geracional. Seria na juventude e no início da idade adulta, “por volta dos 17 anos, às vezes um pouco mais cedo ou mais tarde” (Mannheim, 1982, p. 82), o momento em que se consolida a visão de mundo, uma vez que é possível o questionamento por parte do indivíduo de conhecimentos, sentimentos e atitudes básicos para o grupo, que foram transmitidos de forma inconsciente e involuntária até aquele momento. Tais elementos são retomados por Sá (2012a, p. 100) sendo considerada a adolescência e início da fase adulta, “idade crítica” para a construção de suas memórias.

Retomando esses pontos, este trabalho adotou quatro faixas etárias (Tabela 6) que têm por parâmetro a similaridade da situação geracional<sup>61</sup> dos grupos em relação ao tema pesquisado, ainda assim apenas o conhecimento das representações e experiências do grupo poderia revelar se as faixas correspondem a unidades geracionais comuns (Mannheim, 1982). Sendo assim, o primeiro grupo etário composto de jovens (18 a 21 anos) foi considerado por estar hoje vivenciando “idade crítica” (Sá, 2012a, p. 100) para a construção de suas memórias, momento atual em que o conhecimento sobre a ditadura vem sendo construído com base apenas em informações transmitidas (escolares, pela mídia e pela cultura) e recentemente, atualizadas pelo debate político-eleitoral. Além disso, convive com o fortalecimento de elementos autoritários comuns a cultura política brasileira, que têm ganhado cada vez mais espaço em nossa sociedade (Motta, 2013).

Em nosso estudo, agrupamos os respondentes em três grupos etários. Aqueles na faixa etária entre 22 e 31 anos, ou seja, que nasceu e viveu sua infância e juventude em período de redemocratização e de democracia recém-implantada. Aqueles na faixa entre 33 e 46 anos nasceu e viveu a infância, ao menos em parte, no período da ditadura, vivendo a juventude em

---

<sup>61</sup> O acesso à internet e a busca por materiais relativos ao tema pesquisado, surge como fator que fortalece a percepção de um compartilhamento da situação geracional pelos grupos, uma vez que, a idade apenas não é determinante para que as experiências sejam vivenciadas de forma relevante por uma unidade geracional. Como sinalizamos não foi possível a inclusão de adolescentes com menos de 18 anos na amostra desta pesquisa, respeitando-se os procedimentos éticos adotados.



período democrático; e aqueles entre 51 e 65 anos viveram infância e juventude durante o regime, tendo lembranças de vivências diretas do período. Estes agrupamentos facilitam a inferência sobre os dados obtidos no questionário e sobre as versões de memória construídas, seja com base em experiências diretas ou memórias adquiridas sobre o período.

Podemos inferir, inicialmente, com essa caracterização, o encontro de diferentes gerações na construção da memória do período e a existência do convívio de significados diversos. A própria observação dos emissores dos vídeos demonstra que diferentes grupos etários se interessam pelo tema, estudantes, adultos e idosos, o que de certa forma aponta para o potencial democrático da interação na internet (Castells, 2007).

Em relação ao acesso ao ensino formal, os respondentes possuem em sua maioria Ensino Médio completo ou mais anos de ensino. Esse elemento, segundo Sá (2012a, 2012b), permite a aquisição de maior conhecimento e informações somadas pelos anos de estudo, bem como acúmulo do acesso e manipulação de documentos relativos ao período.

Tabela 7

**Escolaridade dos respondentes do questionário virtual**

<b>Escolaridade</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Ensino Fundamental Completo	2	2,60
Ensino Médio Incompleto	6	7,79
Ensino Médio Completo	26	33,77
Ensino Superior Incompleto	15	19,48
Ensino Superior Completo	28	36,36
Total	77	100,00

Fonte: Elaborado pela autora.

Sá (2012a) destaca que a orientação política tende a influenciar a interpretação de fatos e períodos históricos dos sujeitos que assumem posicionamentos diversos diante dos objetos sociais. Importante salientar que entre os respondentes 40,26% se autodeclararam de centro-direita ou direita e apenas 20,78% se declaram de centro-esquerda ou esquerda. Em relação aos movimentos políticos, a maioria, 63,64%, relata não ter participação. Mas entre os que assumem esta participação, trata-se majoritariamente de grupos organizados em torno da direita brasileira.

Tabela 8

**Orientação política dos respondentes do questionário virtual**

<b>Orientação Política</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Direita	20	25,97
Centro-Direita	11	14,29
Centro	8	10,39
Centro-Esquerda	10	12,99
Esquerda	6	7,79
Não tenho orientação política	22	28,57
Total	77	100,00

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 9

**Participação política dos respondentes do questionário virtual**

<b>Me identifico/participo de/com...</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Bolsonaro/PSL	4	5,19
Exército da Salvação	1	1,30
Me identifico com Olavo de Carvalho	1	1,30
Intervencionista	2	2,60
Liberal	1	1,30
MBL	1	1,30
MBL e PSL	4	5,19
PRONA	1	1,30
Conservador	1	1,30
Partido Novo	2	2,60
Mst, Cut, PT, PSTU	2	2,60
Anarquista	1	1,30
Outros	5	6,49
Nenhum	49	63,64
Não responderam	2	2,60
Total	77	100,00

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação às designações políticas, Bobbio (1995) esclarece que “‘direita’ e ‘esquerda’ são termos que há mais de dois séculos têm sido habitualmente empregados para designar o contraste entre as ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas” (p. 31). Assim, nenhum movimento ou doutrina pode se filiar aos dois matizes simultaneamente, ainda que haja quem argumente pela continuidade entre os lados, que convergiriam ao centro (um centro formulado na antítese dos extremos ou como uma terceira via) originando diferentes posicionamentos (como centro-esquerda e centro-direita), mas sem eliminar a dicotomia própria à política. Trata-se não apenas de ideologias, mas de programas opostos em relação aos problemas da sociedade, podendo representar outras díades que dela derivam ou que as sustentam (sagrado e ateu; conservador e progressista, hierarquia e igualdade). Bobbio (1995) destaca a relação com o “ideal de

igualdade” (p. 95) – em que a esquerda teria “uma maior sensibilidade para diminuir as desigualdades” (p. 103) – e a questão da liberdade como os principais critérios de distinção de direita e esquerda, mas sustenta que sempre devemos entendê-las como conceitos móveis, sendo a própria ideia de liberdade mutável nos contextos.

Quando identificamos a proximidade do grupo de participantes da pesquisa com ideais da direita, é preciso levar em conta a multiplicidade de movimentos que a ela se filiam (Tabela 9), e que hoje são marcados por diferentes arranjos entre conservadorismo e liberalismo, sendo comum o conservadorismo nos costumes e a defesa de um estado menor, com pouca intervenção na economia<sup>62</sup>. O crescimento destes movimentos ainda se alimenta do forte antipetismo, que tal qual o anticomunismo fizera no passado, hoje parecem fortalecer a reunião destes diferentes atores sociais (Motta, no prelo).

De modo amplo, podemos condensar o perfil da maioria dos respondentes em torno dos seguintes atributos: homens jovens e adultos, com escolaridade acima de ensino médio completo, com orientação política de centro direita ou direita. Como salienta Motta (no prelo) este estrato populacional está entre mais afetados pelo antipetismo, nascente da mesma fonte que o anticomunismo. Tal perfil não pode ser desprezado uma vez que as representações sociais são sempre representações de algo para alguém (Moscovici, 2012, Jodelet, 2001), ou seja, a forma como este grupo relaciona-se com este passado recente do país, reafirma aspectos identitários. Tendo por base este perfil, passemos a análise das questões do questionário virtual.

#### *b) TALP*

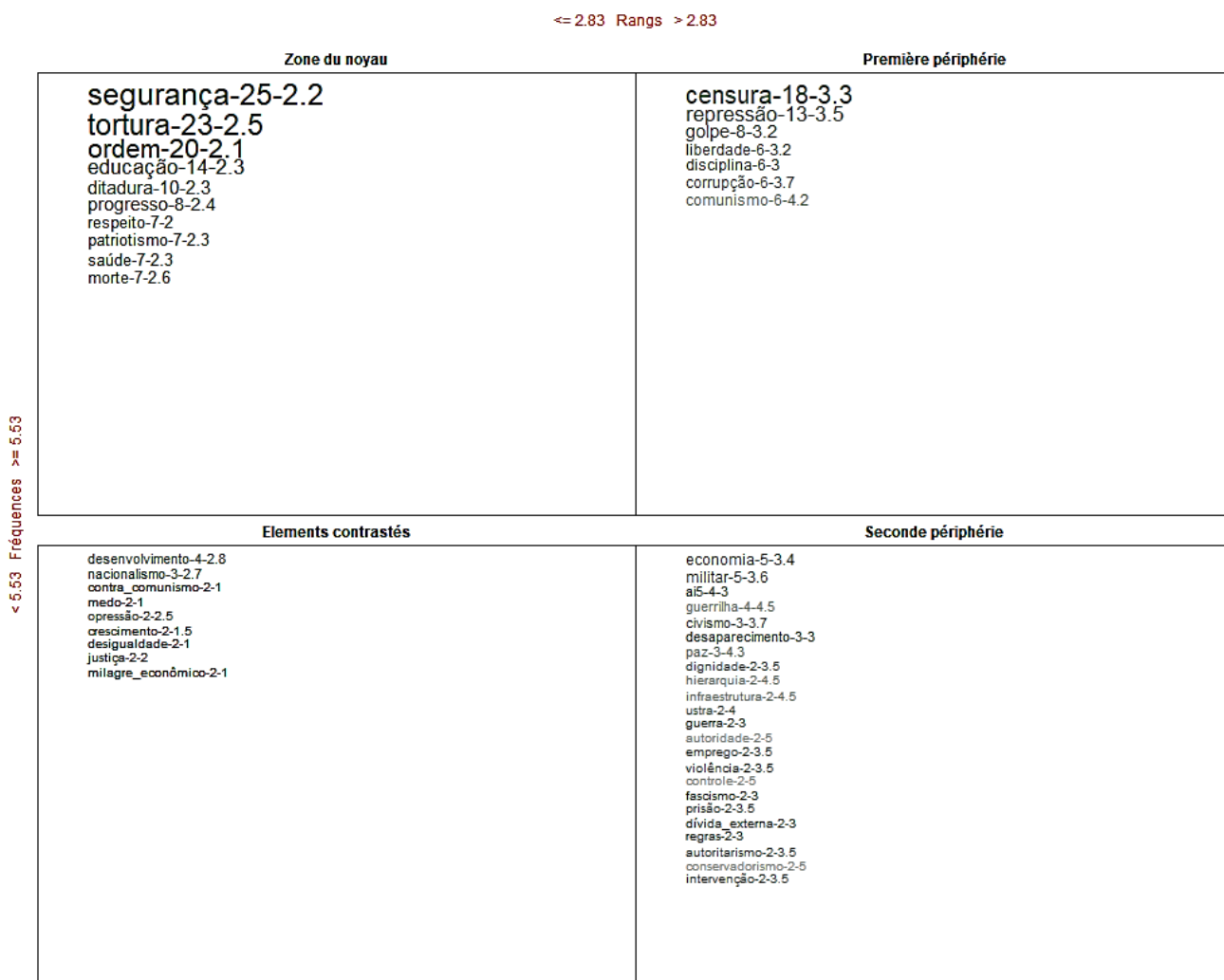
A primeira questão do questionário consistia em uma tarefa de evocação livre de palavras, a partir do termo Regime Militar. A figura 9 apresenta o quadro de quatro casas, que

---

<sup>62</sup> Matérias publicadas em jornais de grande circulação dão conta desse arranjo. “Brasil precisa de liberal na economia e conservador nos costumes, diz Flávio Rocha” por Anna Virginia Balloussier. Jornal Folha de S. Paulo, 12/03/2018. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/03/brasil-precisa-de-liberal-na-economia-e-conservador-nos-costumes-diz-flavio-rocha.shtml> em 10 de setembro 2018.

distribui as evocações a partir dos eixos de frequência e ordem de evocação (importância) para o total de 77 participantes da pesquisa.

**Figura 9** - Representação social de regime militar para usuários do YouTube Br (N=77)



Fonte: Resultado da análise prototípica com auxílio do software IRAMUTEQ, para o conjunto de respondentes (N=77). Termo indutor “regime militar”.

Nota: No primeiro quadrante (superior esquerdo) os possíveis elementos do núcleo central da representação social, os elementos periféricos (nos quadrantes superior e inferior direito) e a zona de contraste (inferior esquerdo).

Começando pela análise do sistema periférico da RS, compondo a primeira periferia, encontramos os seguintes termos: repressão, censura, golpe, liberdade, disciplina, corrupção e comunismo. Na zona de contraste, que também compõe a periferia, encontramos elementos que podem vir a tensionar o núcleo da representação, são eles: desenvolvimento, nacionalismo, crescimento, contra\_comunismo, medo, opressão, crescimento, desigualdade, justiça e milagre econômico. Numa perspectiva estrutural, a primeira periferia da RS pode conter elementos que já fizeram parte do núcleo e estão saindo deste, ou pelo contrário, elementos que tem potencial

para transformar a representação. A periferia funciona como uma camada protetora do núcleo, que recebe maiores influências das práticas sociais e de onde, normalmente, se iniciam mudanças nas RS.

Notamos que alguns dos elementos centrais que compõem a representação já foram mencionados por pesquisadores do campo, em investigações anteriores, tais como: tortura, ditadura e morte, conforme compilado organizado por Wolter, Wachelke, Sá, Dias & Naiff (2015). Tortura é um elemento comum entre estudos realizados em 2005 e 2010, já o termo Morte foi observado pelo estudo em amostras de 2005 e 2011. Ditadura seria um dos três elementos estáveis da representação por ter sido encontrada, independentemente da técnica utilizada, em tarefas de evocação de diferentes levantamentos entre os anos de 2005 e 2011. Ainda segundo Wolter *et al.* (2015) os outros termos que junto com ditadura podem ser considerados estáveis seriam Censura e Repressão, que em nossa amostra encontram-se na primeira periferia da representação. Já em Sá, Oliveira, Castro e Möller (2009a) os elementos ditadura, mortes e tortura são apontados como os únicos elementos que compõem o núcleo central na amostra adulta; ditadura e mortes aparecem entre os elementos do núcleo central na amostra de jovens; e ditadura entre os idosos.

Os demais termos candidatos ao núcleo central em nossa amostra são, a saber: segurança, ordem, educação, progresso, respeito, patriotismo e saúde. Termos que ainda não haviam sido registrados em levantamentos anteriores sobre o tema, como elementos centrais da representação. No estudo de Sá, Oliveira, Castro, Vetere e Carvalho (2009b) a presença de elementos como segurança (na amostra de adultos) e segurança e ordem (entre idosos) compõe a zona de contraste da representação, em coleta de dados ocorrida em 2003, 2004 e 2005 na cidade do Rio de Janeiro. Isso pode indicar um potencial de mudança nas formas de representação do passado, sinalizada por mudanças nos elementos que compõem a RS, ou mais especificamente, modificações para o grupo específico investigado.

A concomitância entre elementos no núcleo central que acionam memórias positivas e negativas em relação ao objeto de representação levaram a indagação sobre a possibilidade de mais de uma representação social estar em circulação no ambiente virtual. Neste sentido, a fim de compreendermos se haviam atributos do grupo gerando processos de diferenciação, dividimos os participantes conforme faixas etárias, orientação política e níveis de escolaridade declarados, e comparamos os elementos no núcleo central.

Os resultados relativos à idade são apresentados no quadro 8. Em cada coluna vemos os elementos relacionados no primeiro quadrante da análise prototípica, em cada estrato. Como vemos os dados variam entre as faixas, mas parecem manter o termo segurança como um

possível organizador dos demais elementos. O termo segurança foi o primeiro elemento destacado da amostra total, com frequência de ocorrência de 25 e média de importância de 2.2. Algumas faixas etárias ainda compartilham os termos tortura (2 faixas), ditadura (2 faixas) e ordem (2 faixas). Chama atenção a situação dos termos tortura e ditadura, que parecem evocar um polo de sentido oposto à segurança, que por sua vez, aparece junto à ordem, em três grupos. Em três faixas etárias (18-21; 22-31; 51-65) os elementos do núcleo conciliam elementos negativos e positivos, demonstrando a complexidade da estrutura da representação e reeditando o cenário da amostra total.

**Quadro 8** – Possíveis elementos centrais da RS de regime militar para usuários do YouTube Br (N=77), por faixas etárias.

<b>Faixas etárias</b>			
<b>18-21</b>	<b>22-31</b>	<b>33-46</b>	<b>51-65</b>
<i>tortura</i>	<i>segurança</i>	<i>ordem</i>	<i>segurança</i>
<i>ditadura</i>	<i>ditadura</i>	progresso	<i>tortura</i>
<i>segurança</i>		<i>segurança</i>	
golpe			
patriotismo			
<i>ordem</i>			
educação			

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação à distribuição por escolaridade (Quadro 9) novamente, muitos elementos se repetem entre as faixas, mudando apenas sua posição em termos de maior frequência e ordem de evocação. Tal qual na análise geral (Figura 9) os termos Segurança e Ordem estão juntos com tortura, e em um caso com os termos tortura, ditadura e morte.

**Quadro 9** – Possíveis elementos centrais da RS de regime militar para usuários do YouTube Br (N=77), por escolaridade.

<b>Escolaridade</b>	
<b>Até Ensino Médio Completo</b>	<b>A partir de Ensino Superior incompleto</b>
segurança	tortura
ordem	segurança
tortura	ordem
educação	educação
patriotismo	ditadura
progresso	Morte

Fonte: Elaborado pela autora.

Já quando se organizam os dados por orientação política (Quadro 10) a representação social apresenta tendências mais caracterizadas e opostas em termos atitudinais. Há diferenças mais evidentes entre os elementos que compõe as RS de pessoas com orientações políticas alinhadas à direita ou à esquerda, na medida em que poucos elementos se repetem e apontam atitudes diversas frente ao objeto de representação. Entre aqueles de esquerda e centro se repete o elemento tortura; e entre aqueles de direita e “sem orientação”, repete-se segurança e ordem. Assim, estão por um lado elementos de uma memória positiva (à direita); e por outro lado, elementos negativos relativos ao período como a tortura (à esquerda). Interessante, observar que os possíveis elementos centrais da RS entre aqueles que se autodeclararam de “centro”, alinham-se à esquerda; o mesmo ocorre com aqueles declarados “sem orientação” que se alinham à direita.

**Quadro 10** – Possíveis elementos centrais da RS de regime militar para usuários do YouTube Br (N=77), por orientação política.

<b>Orientação Política</b>			
<b>Centro-Esquerda e Esquerda</b>	<b>Centro</b>	<b>Centro-Direita e Direita</b>	<b>Sem orientação</b>
tortura	censura	segurança	segurança
ditadura	tortura	ordem	ordem
		educação	
		respeito	

Fonte: Elaborado pela autora.

Quando os elementos centrais de uma representação são divergentes podemos dizer que se trata de representações sociais diferentes, uma vez que toda modificação no núcleo central altera a identidade da RS ou a própria representação como um todo (Abric, 2000; Flament, 2001). Os atributos de faixas etárias e escolaridade apontam algumas variações nesses elementos, mas não parecem marcadores tão relevantes quanto à orientação política, para indicar diferenças em termos da atitude positiva e negativa em relação ao passado.

Como a amostra total deste estudo foi de 77 participantes, ampliá-la pode aprofundar a compreensão desta memória construída no ciberespaço, ampliando a apreensão de marcas identitárias envolvidas. A ampliação da amostra favoreceria também a Análise de Similitude<sup>63</sup>,

<sup>63</sup> Técnica introduzida por Claude Flament no campo das RS para o estudo de como um determinado cognema (unidade cognitiva) se relaciona aos demais elementos da representação. Uma relação de similitude implica a lógica de “ir junto” na composição de uma ideia (Sá, 1996, p. 127). “A grande quantidade de laços ou conexões que um dado elemento mantenha com outros elementos da representação tem sido frequentemente tomado como um segundo indicador, além da saliência, de sua provável participação no núcleo central” (Sá, 1996, p. 123).

ampliando dados para a confirmação das hipóteses aqui levantadas. Ainda assim, em nossa investigação, o conjunto da análise das demais respostas do questionário, bem como, os resultados dos estudos 1 e 2, parecem apoiar a prevalência de um cenário de construção de representações sociais fortemente marcado por dinâmicas intergrupais, com elementos polêmicos e embates nas interações entre grupos.

Já em sua obra seminal, sobre a representação social da psicanálise, Moscovici (2012) demonstrou que “As tentativas feitas para encontrar outros fatores: sexo, religião, profissão não permitiram distinguir subgrupos” (p. 70), mas que foram encontradas clivagens ideológicas nas classes médias. Assinala, ainda, que com a “Diversidade de estruturação, diversidade de conteúdo (ou o inverso): vimos que aos poucos, é possível encontrar os contornos do grupo em função da visão do mundo ou da ciência específica” (p. 70).

Nesse sentido, a partir das observações feitas (quanto aos elementos do núcleo central e as diferenças em termos de orientações políticas), hipotetizamos a prevalência de dois polos de sentido na memória em questão: Polo 1 (atitudes negativas em relação ao período, termos associados relacionadas à resistência, tortura e ditadura, e orientação política majoritariamente entre centro e esquerda), no qual foram classificados 29 casos; Polo 2 (atitudes positivas em relação ao regime, termos associados à segurança e ordem, orientação predominantemente a direita ou sem orientação política), com 44 casos. Observamos também 4 casos que conciliam as informações atribuídas aos polos, que foram tratados como ambivalentes. Esta hipótese foi explorada junto às respostas dos usuários da plataforma sempre que a tendência do número de respostas indicou essa possibilidade de leitura.

### *c) Questões objetivas e discursivas*

As questões discursivas foram categorizadas e as frequências simples e percentuais, foram apresentadas de forma semelhante as questões objetivas. Os resultados foram comparados a estudos anteriores (Sá, *et al.* 2008a, 2009a, 2009b), a fim de discutir as especificidades das construções de memória no ciberespaço.

Em relação à nomenclatura do período vimos que os participantes se encontram bastantes divididos quanto ao uso do termo ditadura (e suas variações) com 37,66% do total e regime militar com 46,75% dos dados (Tabela 10). Do total de respondentes, 51 deram justificativas para o emprego dos termos, aqueles que utilizam “ditadura civil-militar” destacam a participação de civis e militares no governo; entre os que defendem o uso de “ditadura militar” ou de “ditadura”, destacam a ausência de democracia e a implantação de um governo autoritário; entre aqueles que usam a nomenclatura “regime militar”, justifica-se porque foi



necessário assumir o poder e proteger o país do comunismo, as pessoas ainda tinham liberdade de viajar e ter armas, não havia um único ditador e ao final os militares devolveram o poder aos civis. Relatam que foi um governo estabelecido democraticamente por militares, havendo apenas momentos ditatoriais ou de excessos, mas não como uma ditadura, afirmando que essa visão seria uma construção ideológica acerca do período.

Tabela 10

**Nomenclatura para o período, segundo usuários do YouTube Br.**

<b>Nomenclatura</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Ditadura civil-militar	6	7,79
Ditadura militar	17	22,08
Regime militar	36	46,75
Ditadura	6	7,79
Não respondeu	1	1,30
Indiferente (regime e ditadura são adequados)	1	1,30
Outros	10	12,99
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Indagando sobre a preferência de uso do termo, em relação aos polos de sentido hipotetizados, vemos que há uma preferência evidente pelos termos Ditadura militar (Polo 1) e Regime militar (Polo 2), apresentada na Tabela 11.

Tabela 11  
**Nomenclatura para o período, segundo usuários do YouTube Br, distribuição por polos de sentido.**

<b>Polo 1</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<i>Ditadura civil-militar</i>	5	6,49
<i>Ditadura militar</i>	13	16,88
Regime militar	3	3,90
<i>Ditadura</i>	4	5,19
Indiferente (regime e ditadura são adequados)	1	1,30
Outros	3	3,90
<b>Polo 2</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Ditadura militar	3	3,90
<i>Regime militar</i>	33	42,86
Não respondeu	1	1,30
Outros	7	9,09
<b>Ambivalente</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Ditadura civil-militar	1	1,30
Ditadura militar	1	1,30
Ditadura	2	2,60
<b>Total Geral</b>	<b>77</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

A maioria dos respondentes refere-se corretamente ao período cronológico referido, conforme a Tabela 12. Como sinaliza Sá (2007), a memória é sempre uma mescla daquilo que lembramos e sabemos (aprendemos) sobre o evento, sendo assim, o grupo em questão conhece o assunto em questão.

Tabela 12  
**Duração do período histórico conhecido como regime militar, segundo usuários do YouTube Br.**

<b>Período</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
1963-1985	1	1,30
1964-?	5	6,49
1964-1985	51	66,23
1964-1986	5	6,49
1964-1989	2	2,60
Não sabe	8	10,39
Não respondeu	5	6,49
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação ao início do período, os respondentes dispunham de algumas opções para descreverem o que motivou os eventos que se desencadearam. A distribuição das respostas encontra-se na Tabela 13. Entre as três opções com maior concentração de respostas a tendência em relação a nossa hipótese se mantém. Dos 32 respondentes para Golpe de estado, 26 podem ser associados ao polo 1, e, entre os que responderam Movimento Popular, 20 são referentes a polo 2, o mesmo ocorre com Revolução onde 6 das 7 respostas conectam-se ao polo 2.

Tabela 13

**Evento que marca o início do regime militar, segundo usuários do YouTube Br.**

<b>Início do Regime</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Golpe de estado	32	41,56
Movimento popular	22	28,57
Revolução	7	9,09
Eminente implantação do comunismo e pressão popular e midiática junto aos militares	5	6,49
Repressão	1	1,30
Tentativa de golpe de João Goulart	1	1,30
Combate à Ditadura Comunista	1	1,30
Contragolpe	1	1,30
Contra-revolução	1	1,30
Cumprimento de uma determinação constitucional pelos militares para restauração da ordem	2	2,60
O início de uma era de ouro	1	1,30
Guerrilha	1	1,30
Não sei/ Não lembro.	2	2,60
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

A maior concentração de repostas nos três primeiros termos da tabela 13, corrobora em parte os achados de Sá *et al.* (2009a) que identificou “Golpe de Estado” e “Revolução” entre jovens e idosos, e “Golpe de Estado” e “Movimento popular” entre adultos. Em relação aos motivos que teriam levado a ocorrência do período, temos:

Tabela 14

**Motivos para a ocorrência do período, segundo usuários do YouTube Br.**

<b>Motivos da ocorrência do período militar</b>	<b>N*</b>	<b>%</b>
Para "acabar com a baderna"	12	12,00
Para "impedir o avanço do comunismo no Brasil"	54	54,00
Para "acabar com a corrupção"	8	8,00
Para que as "elites conservadoras assumissem o poder"	16	16,00
Não sei/ Não lembro	1	1,00
Outro	9	9,00
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota: \*Havia possibilidade de mais de uma resposta e por isso o número de respostas total é superior ao de respondentes (77).

O avanço do comunismo é visto pelos respondentes como principal motivador para instalação do governo militar, uma vez que, para 54 dos 77 respondentes (Tabela 14). A Guerra Fria em vigor na época potencializava a polarização entre os blocos capitalista (liderado pelos Estados Unidos) e socialista (liderado pela URSS), e alguns estratos populacionais e da mídia temiam o avanço da influência comunista, endossada pela Revolução Cubana em 1959. No Brasil, a aproximação de Jango de países como a China e a intensão de reformas de base (agrária, educacional, eleitoral, fiscal etc.) despertou a opinião pública (mídia, elites, políticos e partes da Igreja) para a chegada do "perigo vermelho" ao país (Motta, 2000).

Tabela 15

**Apoio populacional aos militares na época, segundo usuários do YouTube Br.**

<b>Apoio da população aos militares na época</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Ninguém apoiava	1	1,30
Uma pequena minoria	9	11,69
A minoria apoiava	9	11,69
Metade apoiava	9	11,69
A maioria apoiava	21	27,27
A grande maioria apoiava	19	24,68
Todos apoiavam	9	11,69
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Somando a crença do avanço do comunismo no Brasil vemos que a maioria dos respondentes (54%) acredita que a população na época era a favor da intervenção de militares no governo. Em relação àqueles que eram contrários aos militares, a imagem que prevalece

também é relacionada ao comunismo (Tabela 16). Além de comunistas, há ainda grande número de respostas negativas, tais como bandidos, estudantes alienados, subversivos e traidores da nação. O número de respostas daqueles que viam esse grupo positivamente é inferior a 30%.

Tabela 16  
**Pessoas contrárias ao regime, segundo usuários do YouTube Br.**

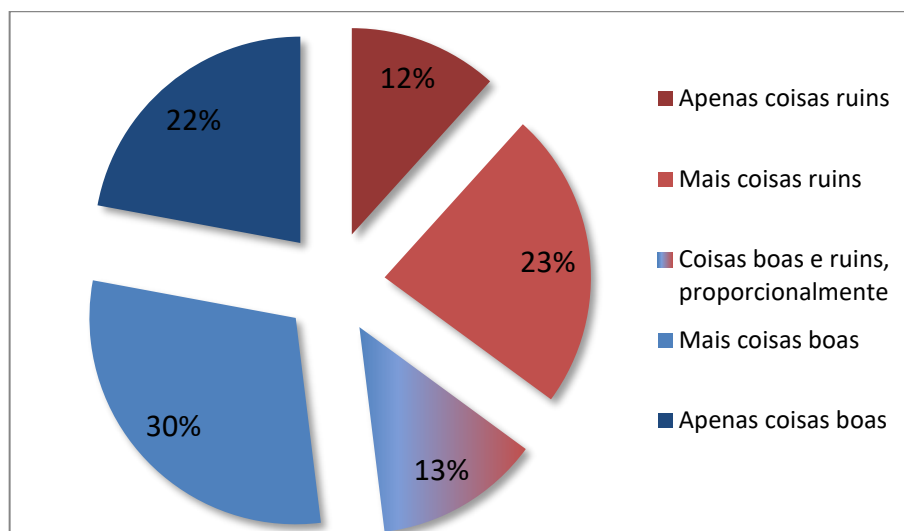
<b>Pessoas contrárias ao regime</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Estudantes alienados	26	13,07
Bandidos	24	12,06
Comunistas	46	23,12
Pessoas que lutavam pela democracia	22	11,06
Pessoas que lutavam pela liberdade	25	12,56
Pessoas que lutavam pelo povo	12	6,03
Subversivos	19	9,55
Traidores da Nação	25	12,56
<b>Total</b>	<b>199*</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota: \*Havia possibilidade de mais de uma resposta e por isso o número de respostas total é superior ao de respondentes (77).

Relacionando as respostas à nossa hipótese de polarização dos sentidos, vimos que, dos 29 casos relacionados ao polo 1, apenas sete classificam os opositores do regime como bandidos ou subversivos, os demais sustentam tratar-se de comunistas e/ou pessoas que lutavam pela liberdade e/ou pelo povo, e/ou pela democracia. Assim, a construção dos opositores agrega atributos positivos e valorizados socialmente, como liberdade e democracia. Em relação ao polo 2, dos 44 casos apenas seis nomeiam os opositores do regime somente como comunistas, o restante vale-se de expressões negativas como “Subversivos”, “Bandidos”, “Traidores da Nação” e ou “Estudantes alienados”. Naqueles considerados ambivalentes (N=4), um caso nomeia-os como comunistas, outro, como subversivos, os demais reúnem luta pela democracia e liberdade com comunismo e subversão.

As formas como as pessoas do período são lembradas relaciona-se aos processos de objetivação e ancoragem das representações do período, que, neste caso, parecem fortalecer a imagem de uma sociedade em perigo, principalmente entre aquelas aqui associadas ao polo de sentido 2. Uma minoria relativa ao polo 1, apresenta os militantes opositores como pessoas que lutavam por causas nobres sendo por isso perseguidas, uma memória próxima ao tratado por Reis Filho (2000) como memória das esquerdas ou da resistência.

**Gráfico 3** - Coisas boas e ruins que o regime militar fez pelo país, segundo usuários do YouTube Br.

Fonte: Elaborado pela autora.

Vemos, ainda, que a maioria dos respondentes acredita nos benefícios que o regime trouxe ao país (Gráfico 3). Aqueles que acreditam que, a maior parte ou todas as coisas, realizadas foram ruins chegam apenas a 35% do total. Relacionando as respostas a nossa hipótese de polarização entre os respondentes, temos uma confirmação do cenário em termos de atitudes:

Tabela 17

**Coisas boas e ruins que o regime fez pelo país, segundo usuários do YouTube Br, distribuição por polos de sentido.**

<b>Polo 1</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<i>Apenas coisas ruins</i>	7	9,09
<i>Mais coisas ruins</i>	15	19,48
Coisas boas e ruins, proporcionalmente	7	9,09
<b>Polo 2</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Mais coisas ruins	1	1,30
Coisas boas e ruins, proporcionalmente	3	3,90
<i>Mais coisas boas</i>	23	29,87
<i>Apenas coisas boas</i>	17	22,08
<b>Ambivalente</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Apenas coisas ruins	2	2,60
Mais coisas ruins	2	2,60
<b>Total Geral</b>	<b>77</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Justificando o posicionamento apresentado acima, apenas 9 respondentes ou 11,69% reconhecem elementos negativos, como a repressão e tortura, como justificativa para a avaliação negativa dos efeitos do regime. E outros quase 26% destacam a questão da dívida externa e da inflação como efeitos nefastos juntos com a repressão. A maior parte dos respondentes destaca avanços econômicos e de infraestrutura, a segurança e o combate ao comunismo como efeitos que positivam a avaliação do período.

Tabela 18

**Justificativas para os efeitos do regime, segundo usuários do YouTube Br.**

<b>Justificativas para a avaliação do regime</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
A repressão foi necessária para combater o comunismo, manter a ordem e a disciplina.	4	5,19
Acredito que houve mais acertos que erros, apesar de algum excesso justificável, os ganhos de economia e segurança foram maiores.	7	9,09
Acredito que não deveriam ter anistiado ninguém.	1	1,30
Havia repressão, os avanços econômicos e de infraestrutura geraram dívida externa e inflação, com aumento das desigualdades sociais.	20	25,97
Houve investimento e desenvolvimento econômico, de infraestrutura, direitos, segurança, etc.	33	42,86
Houve repressão, tortura, diminuição das liberdades individuais etc.	9	11,69
Não justificou.	3	3,90
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Dos 20 casos que relatam “Havia repressão, os avanços econômicos e de infraestrutura geraram dívida externa e inflação, com aumento das desigualdades sociais”, 16 relacionam-se ao polo 1 e, do total de 33 respostas que afirmam “Houve investimento e desenvolvimento econômico, de infraestrutura, direitos, segurança, etc.” 32 relacionam-se ao polo 2. Esta questão somada à forma como o período é nomeado e como os opositores do regime são representados, fornece um pouco mais de robustez para pensarmos a existência de duas representações sociais em circulação nesse ambiente.

Passando aos meios de acesso utilizados pelos respondentes ao tema investigado, esses situaram o “YouTube ou outras plataformas de vídeos” como a principal fonte de informação, seguida de conversas presenciais com amigos ou familiares, livros, televisão e *sites* e *blogs*. Estas informações contribuem para a compreensão sobre as fontes que as pessoas acessam para a construção de seu conhecimento sobre os objetos sociais e indiretamente indicam os ambientes nos quais os usuários da rede têm navegado ou interagido.

Tabela 19  
**Meios de acesso ao tema regime militar, segundo usuários do YouTube Br (N=77).**

<b>Meio de acesso ao tema</b>	<b>Sim (F.)*</b>	<b>Não (F.)</b>
Livros	55	22
Material escolar (escola, faculdade ou cursos)	52	25
Jornais ou Revistas	50	27
Reportagens ou programas de Televisão	56	21
Programas de rádio	19	58
Filmes ou peças de teatro	30	47
Séries de televisão ou de outras plataformas	40	37
Músicas	41	36
Facebook	43	34
Whatsapp	35	42
Twitter	18	59
YouTube ou outras plataformas de vídeos	71	6
Sites e Blogs	56	21
Conversas presenciais com amigos ou familiares	68	9

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota: \*F= Frequência simples.

Pedimos para que os participantes indicassem os meios mais importantes de debate do tema. Os respondentes podiam indicar mais de um dos itens citados na questão anterior ou outros espaços. A maioria dos usuários indicou novamente a comunidade do YouTube, as conversas presenciais e os livros como fontes mais importantes. Em relação aos livros, chama atenção à indicação de que sejam livros que não tenham influência ou autoria de comunistas ou do Ministério da Educação (MEC), ou a intenção de conhecer livros que foram escritos por direita e esquerda. Há ainda a indicação de dois participantes da pesquisa de que “Não se pode acreditar em professores de esquerda”.



Tabela 20

**Meios mais importantes para o debate do tema regime militar, segundo usuários do YouTube Br**

<b>Meios de debate do tema</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Todos	4	3,17
Conversas com pessoas que viveram o período	7	5,56
Conversas em geral	2	1,59
Conversas presenciais com amigos ou familiares	18	14,29
Grupos organizados presenciais	1	0,79
Debate com ideias opostas	1	0,79
Documentos históricos	1	0,79
Filmes	1	0,79
Jornais e revistas	4	3,17
Escola	1	0,79
Livros	17	13,49
Livros de ambos os lados, direita e esquerda	1	0,79
Livros estrangeiros que não foram feitos por comunistas	1	0,79
Livros, com exceção dos escritos pelo MEC	1	0,79
Material escolar	10	7,94
Não se pode acreditar em professores de esquerda	2	1,59
Músicas	2	1,59
Rádio	3	2,38
Televisão	4	3,17
Internet	1	0,79
Redes sociais	5	3,97
Facebook	7	5,56
Sites e blogs	4	3,17
Twitter	2	1,59
Vídeos imparciais	1	0,79
Whatsapp	3	2,38
YouTube	18	14,29
Revolução	1	0,79
Não respondeu/ Não tem opinião / Nenhum	3	2,38
<b>Total</b>	<b>126</b>	<b>100,00</b>

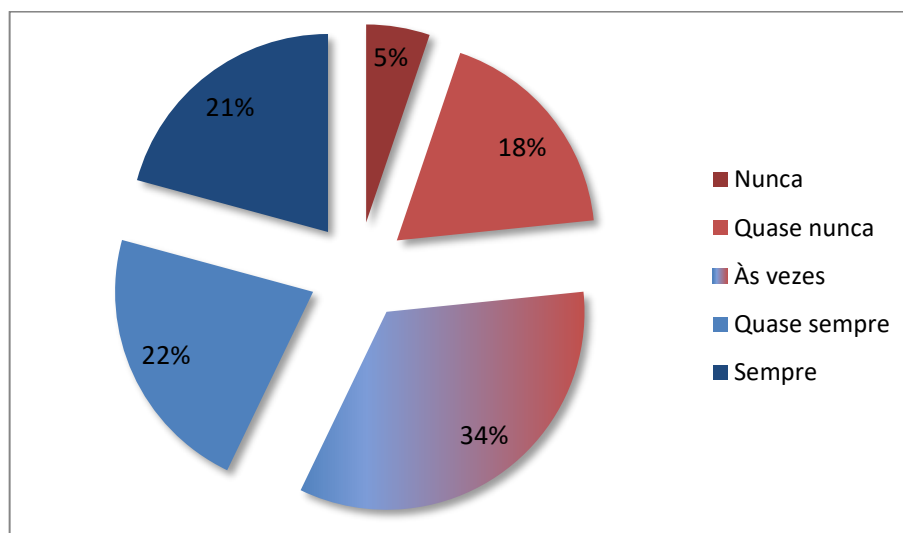
Fonte: Elaborado pela autora.

As questões tratadas até aqui (comunismo e influência da esquerda no ensino) conectam-se com os comentários dos usuários da plataforma, confirmando alguns estereótipos presentes no processo de objetivação das representações em questão. A memória do período parece sofrer uma atualização que questiona a validade de informações que seriam fruto de uma nova “ameaça” comunista ou de esquerda que produziu uma versão enviesada da história recente do país. Este conjunto de questões aponta atitudes e opiniões dos respondentes, que reúnem argumentos que fundamentam suas representações do passado. Desse modo, as representações cumprem suas funções avaliativas e prescritivas dos comportamentos (Moscovici, 2009) para os grupos que as anunciam.

Sobre o uso específico da plataforma YouTube para acessar vídeos relacionados ao tema, esses usuários demonstraram em sua maioria um padrão de uso médio (Gráfico 4).

Somando o grupo daqueles que quase sempre ou sempre utilizam a plataforma para esse fim, atingimos quase a metade dos respondentes (43%).

**Gráfico 4** - Frequência de uso do YouTube para acesso a vídeos relacionados ao regime militar, segundo usuários do YouTube Br.



Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 21

**Principais motivação para buscar vídeos sobre o tema regime militar, segundo usuários do YouTube Br (N=77).**

Principal motivação para buscar o vídeo na plataforma YouTube	N*	%
Indicação de pessoas na interação presencial	5	3,14
Indicação de pessoas no ambiente virtual	1	0,63
Cenário político atual	55	34,59
Devido a discussão em outras redes sociais	29	18,24
Interesse pessoal	51	32,08
Pesquisa escolar	11	6,92
Sugestão da plataforma YouTube	7	4,40
Total	159	100,00

Fonte: Elaborado pela autora.

Nota: \*Havia possibilidade de mais de uma resposta e por isso o número de respostas total é superior ao de respondentes (77).

Destaca-se entre os fatores motivadores para a busca de vídeos relativos ao regime militar (Tabela 21) o “Cenário político atual” com 55 respondentes ou 34,59%, seguido de perto pelo “interesse pessoal” pelo tema. Esses elementos subsidiam a compreensão do ciberespaço como ambiente de interação social propício para o estudo da memória histórica, tendo em vista que a pauta de interesse não se restringe à estudantes ou ao vínculo com âmbito acadêmico.

Salienta-se ainda a motivação advinda da interação em outras redes sociais, que como apontadas na questão anterior são vistas por muitos como principal meio de debate do tema.

Pedimos ainda que os participantes apontassem como o conteúdo acessado no YouTube impactou em sua opinião, sentimentos e informações sobre o tema (Tabela 22). Nesse sentido, há pulverização das respostas. Notamos a presença de sentimentos negativos (medo, preocupação ou revolta) como impacto do acesso a esses documentos. Entre esses parece haver também uma impressão negativa em relação à comunidade do YouTube Br que estaria revisando a história, promovendo uma visão positivada da “ditadura”. Mais uma vez, vemos aqueles que apontam uma distorção promovida pela esquerda acerca da memória do período, que agora pode ser combatida com o acesso a materiais contrários, que trazem aspectos positivos do período. De modo amplo, é possível afirmar que os vídeos têm impacto nos receptores, uma vez que apenas 13% das pessoas, alegou pouco/ nenhum impacto ou não respondeu à questão.

Tabela 22

**Impacto do vídeo(s) sobre a opinião, sentimentos e informações, segundo usuários do YouTube Br (N=77).**

<b>Impacto do vídeo(s) sobre a sua opinião, sentimentos e informações</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Acúmulo de conhecimento/ reflexão.	13	16,88
Sentimentos negativos, como medo, preocupação ou revolta.	11	14,29
As pessoas precisam conhecer o passado de seu país, um período negativo, que devemos impedir que se repita.	4	5,19
Mudança total e aumento da empatia com os que lutaram pela democracia no período.	1	1,30
Gerou desconfiança sobre as informações.	3	3,90
Pouco ou nenhum impacto.	5	6,49
Já tinha uma opinião prévia sobre o período, que foi corroborada pelo vídeo.	6	7,79
Impacto médio ou considerável sobre minha opinião.	5	6,49
Dependendo da informação tem grande impacto.	3	3,90
Impacto forte, a época foi positiva para o país.	6	7,79
O período teve lados bons e ruins.	2	2,60
Os vídeos confirmam a necessidade de uma intervenção militar a época, e que os militares agiram corretamente.	4	5,19
Os vídeos podem ser uma alternativa, para as fontes de esquerda que distorcem o período, que foi bom para o país.	7	9,09
Outros	2	2,60
Não respondeu	5	6,49
<b>Total Geral</b>	<b>77</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Finalmente, indagamos os respondentes sobre a crença na influência do ambiente virtual no debate ou participação política no país. A tabela 23 reúne também as justificativas apresentadas pelos usuários para as opiniões emitidas.

Tabela 23

**Crença de que o ambiente virtual influencia o debate ou participação política no Brasil, segundo usuários do YouTube Br (N=77).**

<b>Você acredita que o ambiente virtual influencia o debate ou participação política no Brasil?</b>		
<b>Brasil?</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Não</b>	<b>3</b>	<b>3,90</b>
Acredito que não influencie, apenas fornece informações.	1	1,30
As pessoas são influenciadas negativamente por desinformação e mentiras.	1	1,30
Não justificou	1	1,30
<b>Não respondeu</b>	<b>2</b>	<b>2,60</b>
Não justificou	2	2,60
<b>Sim</b>	<b>70</b>	<b>90,90</b>
A pauta política tem constantemente retomado a questão da ditadura.	1	1,30
Apesar de seu potencial democrático, opiniões contrárias costumam ser desrespeitadas, prejudicando o diálogo.	5	6,49
As pessoas podem ser influenciadas por ideologias.	4	5,19
As pessoas são influenciadas negativamente por desinformação e mentiras.	13	16,88
O ambiente virtual é um catalizador do debate político e da diversidade de opiniões.	24	31,17
O ambiente virtual permite a desmistificação do Partido dos Trabalhadores.	1	1,30
Os vídeos facilitam o acesso ao tema e a interação com outras pessoas.	16	20,78
Somente a quem entende a diferença entre lutar pelos direitos e adoração política.	1	1,30
Não justificou	5	6,49
<b>Talvez</b>	<b>2</b>	<b>2,60</b>
A influência depende muito das informações que são passadas.	1	1,30
O ambiente virtual é um catalizador do debate político e da diversidade de opiniões.	1	1,30
<b>Total Geral</b>	<b>77</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Notamos que a grande maioria dos respondentes (90,90%) acredita nessa influência, muitos compreendem o ambiente virtual como um catalizador do debate político e um espaço que preserva a diversidade de opiniões (31,17%), e outros destacam o papel facilitador da informação e interação das pessoas (20,78%). Alguns se referem a aspectos negativos do ambiente virtual (29% aproximadamente), tais como: a não aceitação de opiniões contrárias; a influência de desinformação e mentiras (*fake news*); e a influência de ideologias.

Como salientado, o ambiente virtual é tomado aqui apenas didaticamente, uma que no senso comum, em muitos casos, ainda compreende real e virtual de forma separada (Levy, 1996). Ainda assim, acreditamos que a virtualidade é uma característica da comunicação humana, e nesse sentido, o ambiente virtual digitalizado apenas complexifica a experiência humana, que hoje precisa administrar múltiplos espaços de interação, que estendem sua presença para além das fronteiras geográfico-territoriais. O fenômeno da participação política no ambiente virtual vinha se desenhando desde a década de noventa, passando pelas grandes manifestações de 2011 no mundo árabe (Castells, 2013) e pelas manifestações de 2013 no Brasil, agora encontra seu ápice, em um processo eleitoral brasileiro em 2018, fortemente marcado pela polarização política no ciberespaço e fora dele.

### 4.3.3 Discussão

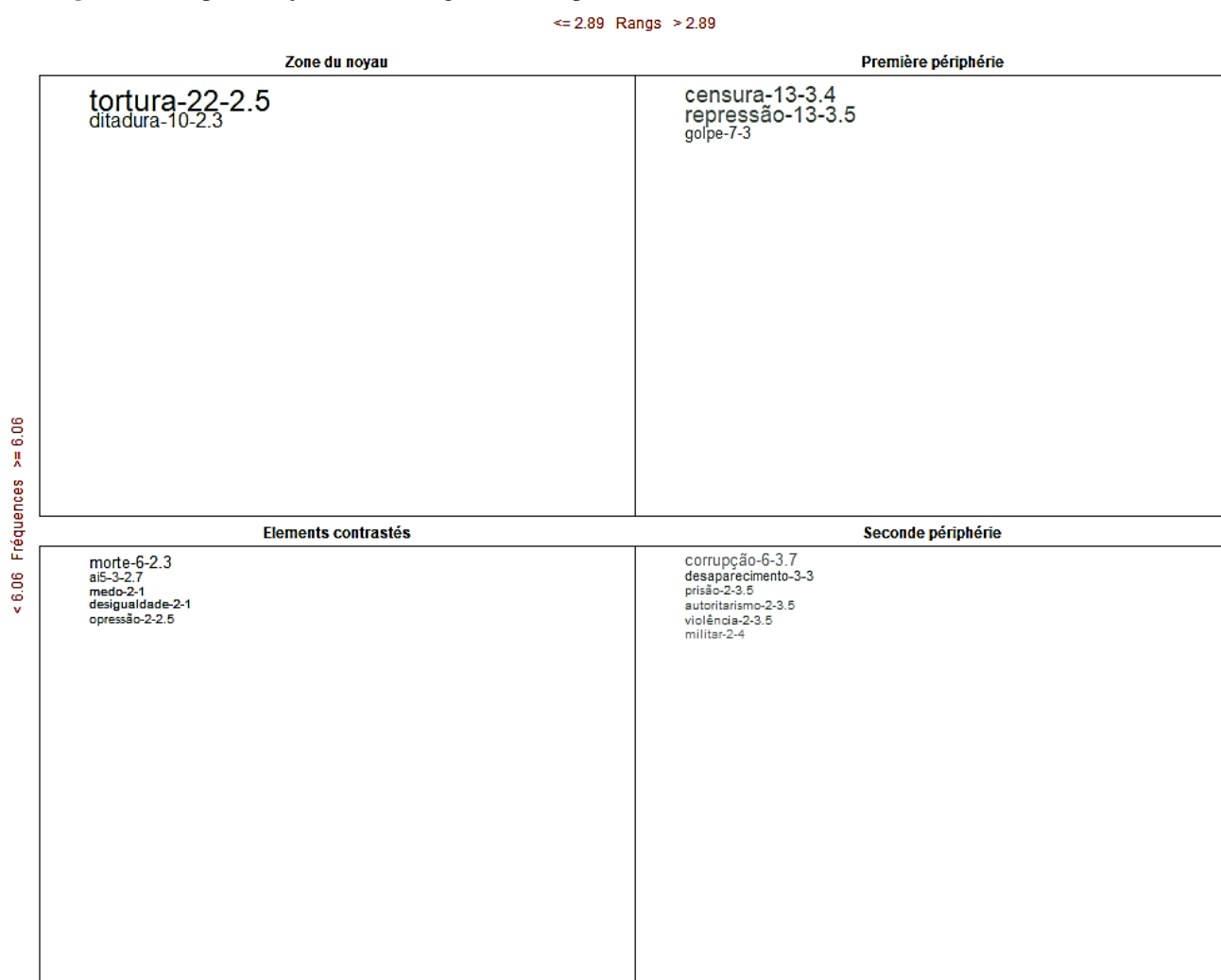
Os dados aqui apresentados refletem a complexidade das construções de memória presentes no ciberespaço, palco de intensa participação política brasileira. Vimos por meio da análise psicossocial, conforme indicado por Sá (2012a, 2012b), que as memórias históricas se alimentam daquilo que sabemos, sentimos e daquilo que lembramos sobre os fenômenos. Nesse sentido, o papel da mídia tradicional e da internet/redes sociais na comunicação tem anunciado questões importantes para o campo da Psicologia Social.

Ainda que, como destacado por Mazzotti e Campos (2011) e Arruda (2015), o grupo no ciberespaço surge como desafio para a pesquisa, vimos que este cenário pode ter mais a facilitar do que a atrapalhar o pesquisador interessado nas representações, identidades e na memória social. As pessoas reúnem-se e interagem no ciberespaço de maneiras diferenciadas do meio off-line, mas isso pode ser um facilitador da discussão, seja ela sincrônica ou diacrônica. As novas formas de comunicação virtualizada potencializam encontros e fomentam relações grupais, em quadros que se sustentam nas relações de pertencimento psicológico e afiliação (Tajfel, 1983), que muitas vezes encontram nas próprias (ciber)representações formas de distintividade que sustentam a existência do grupo. As representações sociais são assim, retomando Moscovici (2012, p. 70), “a representação também traduz a relação do grupo com o objeto socialmente valorizado, principalmente por seu alcance, mas, sobretudo na medida em que diferencia um grupo do outro por sua orientação ou por sua presença ou ausência”.

Como mencionamos, Moscovici (citado por Casalegno, 2006) sugere uma “sociabilidade pela de representação” (p. 80), destacando a capacidade dos “laços de representação” (p. 78) reunirem grupos no ciberespaço. Nesse sentido, os comentários da

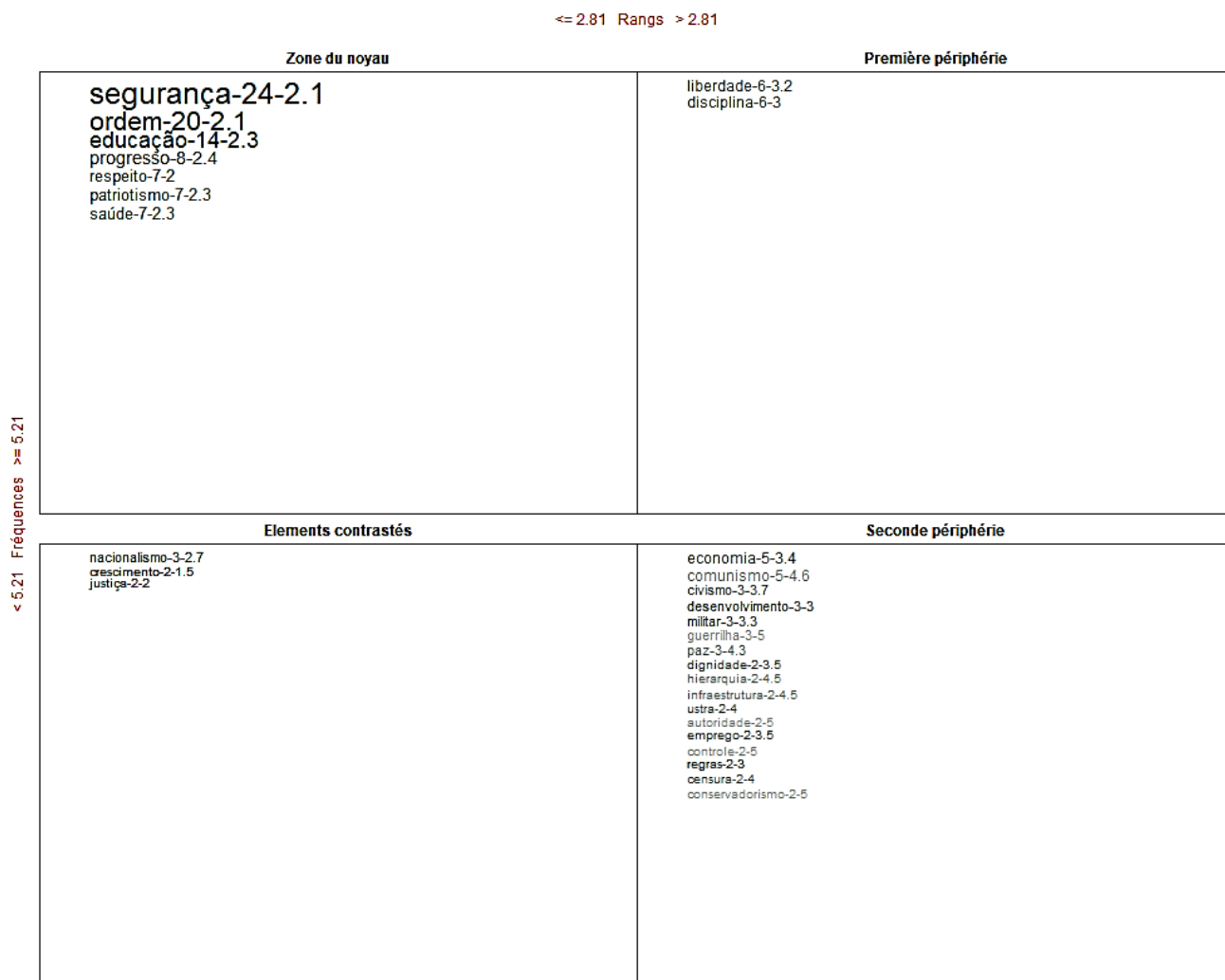
plataforma YouTube Br indicaram a possibilidade de mais de uma representação social em circulação, fato reforçado pelos achados do questionário virtual. A fim de demonstrarmos a adequação da proposta acima esboçada, concluímos este estudo apresentando os dois gráficos originados pela análise prototípica, realizada com auxílio do software IRAMUTEQ para os resultados da tarefa de associação livre de palavras, distribuídos pelos polos 1 e 2 (Figuras 10 e 11).

**Figura 10** - Representação social de regime militar para usuários do YouTube Br, Polo de sentido 1 (N=29).



Fonte: Resultado da análise prototípica com auxílio do software IRAMUTEQ, para o conjunto de respondentes (N=29), Polo de sentido 2. Termo indutor “regime militar”.

**Figura 11** - Representação social de regime militar para usuários do YouTube Br, Polo de sentido 2 (N=44).



Fonte: Resultado da análise prototípica com auxílio do software IRAMUTEQ, para o conjunto de respondentes (N=44), Polo de sentido 1. Termo indutor “regime militar”.

Notamos que este subgrupo (Polo de sentido 1) parece apresentar uma representação social que se organiza em torno do núcleo central, tortura e ditadura<sup>64</sup>; avaliando que o regime fez mais coisas ruins pelo Brasil, e que aqueles que lutaram contra o regime, buscando a democracia e liberdade. Em que pese à pequena amostra desta investigação, foi possível explorar a estrutura da representação por meio da tarefa de evocação. Essa RS está bastante alinhada com as representações do período identificadas em investigações anteriores (Sá *et al.*, 2008a, 2009a, 2009b; Wolter *et al.*, 2015).

<sup>64</sup> Na Análise de Similitude realizada vimos que os elementos “tortura” e “ditadura” teriam maior conexão com outros elementos da representação, sendo os únicos que se ligam a mais de três elementos. Esse indício sobre a distância e proximidade de outros elementos tem sido tomado como indicador importante da centralidade dos elementos, uma vez que o núcleo central da representação social é crucial para sua organização e sentido (Sá, 1996, Wolter, Wachelke & Naiff, 2016).

A representação em circulação para o Polo de sentido 2 é ilustrada na Figura 11, apontando prováveis elementos para sistema central da representação, que, como mencionamos, não foram identificados em estudos anteriores. Trata-se de uma representação articulada em torno dos elementos segurança e ordem<sup>65</sup>, que, somados a educação, progresso, respeito, patriotismo e saúde, parecem retomar uma memória positiva do regime. A atitude em relação ao passado desses respondentes confirma que os militares fizeram mais coisas boas que ruins em seus governos. Já os opositores do regime são tomados como bandidos, comunistas, estudantes alienados e subversivos, que traíram a pátria, sendo necessária a atuação dos militares.

Estas duas representações em circulação no ciberespaço ajudam a compreender a construção turbulenta de uma memória sobre o regime, que no momento parece pender para uma valorização desse passado, que não é mais visto por este segundo grupo como “Anos de chumbo” (Napolitano, 2014, p.72), mas como “Época boa”, como salientado na análise dos comentários dos vídeos.

Desde a Proclamação da República em 1889 a presença militar sempre foi marca das instituições governamentais no Brasil. Tais heranças parecem manter-se vivas na inusitada reunião de princípios autoritários e democráticos na cultura política brasileira (Motta, 2013; Moisés, 2008). Nesse sentido, o estudo do cientista político José Álvaro Moisés (2008) fornece um bom panorama sobre as tendências democráticas e autoritárias na cultura política da América Latina e no Brasil, cenário que faz lembrar bastante as representações que descrevemos.

Segundo Moisés (2008) concordar com a democracia, não significa concordar com todos os seus aspectos, assim em uma escala de atitudes foi possível tipificar (p. 23): *democratas* (acreditam que “a democracia é o melhor sistema de governo” e que “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”); *autoritários* (discordam de “a democracia é o melhor sistema de governo” e preferem “governo autoritário em algumas circunstâncias”); e *ambivalentes* (concordam que “a democracia é o melhor sistema de governo” e preferem “governo autoritário em algumas circunstâncias” ou “tanto faz um regime democrático ou autoritário”, ou mesmo discordaram da primeira afirmação e concordaram com a segunda). Na pesquisa do autor, no Brasil a média de democratas (40%) era a terceira pior entre os países da América Latina observados, ficando atrás de Uruguai, Costa Rica, Argentina, Venezuela e

---

<sup>65</sup> A Análise de Similitude realizada apontou que os elementos “segurança” e “ordem” apresentam maior conexão, com forte conexão entre si e sendo os únicos com mais de três ramificações ou ligações com outros cognemas, organizando dois conjuntos de elementos.



Chile. O número de autoritários explícitos era pequeno em praticamente toda a região, mas o número de ambivalentes no Brasil chega a ser 14% maior que os democratas, ou seja, atinge quase 54%. O estudo demonstrou ainda que:

é notável que o índice de *ambivalentes* cresça quando a alternativa antidemocrática usada no teste se refere a dificuldades econômicas e políticas dos países; quando estimula a adoção de um regime puramente antidemocrático ou se refere à opção de apoio a um líder que descarte a democracia. Nessas situações, comuns a vários países, um significativo contingente de indivíduos aceita – ao menos em tese - que os governos desrespeitem a lei para enfrentar dias difíceis (Moisés, 2008, p. 24).

Assim, em situações de dificuldade econômica e crise a tendência é o crescimento de posições ambivalentes que, ainda segundo o estudo, se encontram ancoradas em valores não-democráticos, firmados em uma percepção de que a democracia não estaria cumprindo seu papel. O autor destaca ainda que a desconfiança nas instituições e na democracia é maior entre os autoritários no Brasil; e entre os ambivalentes a opção por uma democracia sem congresso ou partidos é expressiva. Apesar da pesquisa de Moisés (2008) ter sido desenvolvida entre 2002 e 2004, ela fornece traços interessantes sobre a visão política dos brasileiros.

#### **4.3.4 Conclusão**

Segundo Motta (2013) a cultura política se refere a símbolos, identidades e a memória social. Conhecer os valores democráticos e autoritários basilares na cultura política brasileira (Moisés, 2008) é essencial para entendermos o momento atual da sociedade – bem como outros momentos de nossa história – onde o crescimento de crises econômicas e sociais levou ao avanço do autoritarismo, e, muitas vezes, a tomada de posições conservadoras por grandes estratos da população. Como vimos no estudo de Moisés (2008), na América Latina os militares são vistos como mais capazes de resolver problemas, aspecto que corrobora as visões de Jovchelovith (2000) e Reis Filho (2014b) quando tratam da tutela militar mesmo em tempos democráticos.

Em nosso estudo, nos deparamos com memórias construídas em um contexto de crise política, institucional e social, onde o desemprego e a pobreza atingiram diretamente milhões de brasileiros. Os questionários parecem indicar a presença de duas representações com campo, atitudes e informações estruturadas (Moscovici, 2012), aqui tratadas nos polos de sentido 1 e 2. A investigação das variáveis que organizavam os processos de diferenciação entre os grupos, destacou a orientação política como atributo mais relevante. Assim, o estudo demonstra que os

saberes se expressam como conexão dos membros do grupo, “laços de representação” (Moscovici, citado por Casalegno, p. 78) e, nesse sentido, anunciam aspectos ideológicos e atitudinais presentes na visão de mundo dos participantes e que exemplificamos na oposição dos binômios Tortura/Ditadura e Segurança/Ordem, possíveis elementos centrais das representações em questão.

A abordagem psicossocial da memória, empregada aqui, vai além do conteúdo dos documentos, reconhecendo as dinâmicas intergrupais como determinantes na construção de conhecimentos presentes na sociedade. Ainda que estes conhecimentos estejam em disputa, levando a composição de representações diversas, podemos compreender a memória histórica do regime, justamente, como este cenário de batalhas (Pollak, 1989). Uma vez que, um mesmo conjunto populacional pode conviver com unidades de memória diversas, não sendo apenas a experiência de uma mesma época que leva a composições semelhantes, é preciso compartilhar condições e necessidades com o grupo para a composição de uma geração (Mannheim, 1982).

Finalmente, cabe mencionar que no ciberespaço o conteúdo é constantemente atualizado, e por isso, o pesquisador precisa reconhecer que os saberes nele criados estão em constante movimento. Esse estudo reproduziu, portanto, um retrato que é temporário da memória do período, e como se sustenta nos documentos virtuais, estes permanecem como suporte de novas construções e disputas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada estudo desenvolvido teve como foco diferentes fontes de dados, a fim de conhecer de forma mais abrangente as construções de memória em torno da ditadura militar no Brasil. O primeiro estudo apresentou uma descrição de aspectos relativos à mobilização dos vídeos, seus emissores, características iconográficas e conteúdo textual. O segundo estudo apresentou os resultados da análise lexical aplicada aos comentários dos vídeos; e o terceiro apresentou os resultados da TALP e as frequências e percentuais das respostas do questionário virtual. O conjunto dos estudos expressa a validade da proposta de Sá (2012a) para análise das memórias históricas documentais, pois além de mapear documentos históricos e conhecer seu conteúdo, acessamos a mobilização social e a vontade de memória, que aqui se fizeram mensuráveis no contato e observação das formas de interação dos usuários do YouTube Br e no acesso a eles por meio do questionário. Assim, a memória social não se encontra nos documentos, não está nos acervos, encontra-se na mobilização social destes, na medida em que são lidos e visitados (Sá, 2007, 2012a, 2012b).

A análise lexical do conteúdo dos vídeos (estudo 1) revelou que nos documentos parece prevalecer uma versão de memória em torno da resistência e perseguição do Estado. Os vídeos retomaram informações voltadas à instauração do regime e aos eventos do período, bem como as estruturas institucionais (econômicas e políticas), que materializam as representações. Além disso, narrativas sobre a repressão e a perseguição do Estado foram mencionadas e questionadas (tendo como ponto mais polêmico a questão da guerrilha armada). Vemos embates sobre a nomenclatura do período e diferentes atitudes frente ao mesmo, demonstrando o processo de ancoragem das representações como uma verdadeira batalha de sentido.

Nos comentários (estudos 2) foram enfatizados elementos temáticos que corroboravam pontos minoritários do conteúdo dos vídeos e vão além desses conteúdos acionando outras referências. Na elaboração espontânea dos comentários vemos a eminência de duas grandes chaves de leitura, quais sejam: a força da “Ameaça comunista” e a apreensão do período como “Época boa”.

Os questionários (estudo 3) trouxeram a possibilidade de duas representações sociais distintas para o período, o que já se esboçavam nas disputas vistas nos comentários e nos conteúdos dos vídeos. Apresentamos uma representação social do regime diferente dos levantamentos anteriores feitos no campo (Sá, *et al.* 2008a, 2009a, 2009b), sinalizando a mudança nos enquadramentos e disputas intergrupais que são meio de seu surgimento. O tempo

presente, no qual se assentam as versões de memória expressas nessa pesquisa, é marcado pela dinâmica política de instabilidade e crise dos últimos anos, e ressurgimento do anticomunismo, agora sintetizado no antipetismo que permitiu a construção de um novo inimigo interno na sociedade (Motta, no prelo).

A memória da ditadura ainda se encontra em construção e essa disputa de significados, alerta para a necessária proteção da democracia. Podemos dizer que a memória do regime militar se constrói em meio a batalhas onde as ciber-representações (Moscovici, citado por Casalegno, 2006) são a expressão dos grupos espontâneos presentes no ciberespaço.

As vozes que se mostram na internet, não apenas concordam com os conteúdos dos documentos, mas fomentam o questionamento e a atualização constante. O momento de polarização política e crise econômica e social parece ter promovido uma versão de memória fundada no medo, dinâmica muito semelhante ao cenário da década de 1960, em que se destacavam a ameaça comunista e a corrupção como elementos centrais que justificavam a intervenção dos militares (Motta, 2000).

A memória como processo psicossocial revela marcos sociais (Halbwachs, 2004), que situam o objeto social passado no presente, dando-lhe sentido. Como apresentado por Halbwachs (2004), é do presente que partimos para reencontrar o passado, ou seja, estamos imersos em um sistema de ideias e referências disponíveis na sociedade, que se expressam na linguagem e que possibilitam a aproximação com o que se foi. Esta premissa corroborada na Psicologia Social da memória (Sá, 2005) permite afirmar que é no presente que diferentes versões de memória encontrarão condições de emergir. Quando as condições ou determinados marcos sociais da memória – tempo, espaço e grupo – se extinguem, aquela versão de memória também pode deixar de existir ou se transformar (Halbwachs, 2004).

A cibercultura promove uma revolução dos marcos sociais da memória (Halbwachs, 2004). Diante da flexibilização de tempo e espaço presentes no contato em rede, poderíamos pensar que, tal qual nos sonhos (Halbwachs, 2004), as condições para a recordação estariam suspensas. Nesse sentido, acreditamos, como Lemos (2007), que as dinâmicas territoriais implicadas na cibercultura, ao mesmo tempo em que flexibilizam as amarras espaciais, produzem rastros digitais e fronteiras espaciais reterritorializadas, ou seja, novos espaços são tomados de significado. Para pensar a memória na cibercultura é necessário valer-se de um conceito de território que vai além do espaço geográfico, mas se assenta nas relações sociais e significados (Lemos, 2007). Nesse sentido, os conceitos de lugares de memória e vontade de memória de Nora (1993) são cruciais.

Como salienta Halbwachs (1990), “(...) há tantas maneiras de representar o espaço quantos sejam os grupos” (p. 159), ou seja, as construções de memória variam como saberes situados. Ao construírem diferentes versões para o período, os grupos estão negociando representações, mas também os valores que são preciosos para a composição de suas identidades. Assim,

Os grupos desenvolvem formas específicas de produção de significados, ou seja, cada grupo social, dependendo da sua inserção no todo social, de suas relações com outros grupos, desenvolve formas específicas de estruturar suas representações sociais. *Cada grupo social tem sua forma específica de representação de mundo. Isto significa que podem ser estabelecidas clivagens entre os grupos sociais segundo as suas representações. Indivíduos e grupos expressam sua identidade através de suas representações* (Andrade, 2000, p.144, grifos do autor).

A referência aos lugares de memória, personagens e acontecimentos são destacados por Pollak (1992), na medida em que ajudam a compreender como a dimensão da identidade atua na construção social da memória, dado que nenhuma memória é puramente individual<sup>66</sup>, no sentido em que sempre refletem uma dinâmica interindividual e intergrupar, contribuindo de forma ampla para a construção do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo. Assim, a análise psicossocial da memória considera as dinâmicas intergrupais que marcam os conteúdos que serão revelados ou silenciados na “batalha das memórias” (Pollak, 1989, p.4). Neste sentido, os processos de categorização e diferenciação grupal que organizam as relações de pertencimento dos indivíduos aos grupos são recheados de memórias, que serão regidas pela tendência dos grupos sociais à valorização dos atributos do grupo próprio (endogrupo) em detrimento do grupo de fora (exogrupo), dando assim, possibilidade de revelar ou silenciar determinadas narrativas (Tajfel, 1983).

A dimensão grupal a princípio pode ser questionada em estudos da cibercultura, na medida em que, os grupos que se encontram no ciberespaço, muitas vezes não dispõem de outras formas de relação, tampouco pretendem ou reúnem-se por meios presenciais (Mazzotti & Campos, 2011), apresentando identidades fluidas e vínculos temporários (Arruda, 2015). No entanto, como também salientam as autoras, a dimensão grupal não nos parece ser um entrave às construções simbólicas relativas ao passado que se desenvolvem no ciberespaço.

Acreditamos que a compreensão da identidade na cibercultura passe necessariamente pela dimensão da pertença psicológica como base fundamental para o estudo das relações intergrupais (Tajfel, 1983). O conceito de grupo, cunhado por Tajfel (1983), extrapola os contatos físicos, o que permite a compreensão de relações de solidariedade ou de exclusão que

---

<sup>66</sup> Tal aspecto foi anteriormente desenvolvido por Halbwachs (1950/1990).

não se baseiam no contato direto entre os indivíduos. Pertencer a um grupo depende da vinculação psicológica a ideais, atitudes ou crenças específicas. Deste modo, “um grupo torna-se grupo no sentido em que existe a percepção de que tem características comuns, ou um destino comum, sobretudo porque existem outros grupos no meio” (Tajfel, 1983, p.294). A perspectiva do autor é bastante abrangente e adequada às dinâmicas em questão nesse estudo, permitindo a apreensão de como os grupos se diferenciam no ciberespaço.

Deste modo, conforme Jedlowski (2000, 2001, 2005) a memória se estabelece em meio a conflitos de versões e relações de poder que refletem as dinâmicas intergrupais, sendo o campo da memória como marcado por batalhas “entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável” (Pollak, 1989, p.8). Os cenários virtuais não são necessariamente menos conflituosos, uma vez que a memória enquanto instância que conecta passado e presente, tratará de um passado que não se mantém idêntico a si mesmo, mas sempre se reapresenta a partir das necessidades do presente (Lowenthal, 1998; Jedlowski, 2005):

é importante sublinhar que não existe memória sem suportes e sem práticas de memória, ou seja, da sua transmissão; por outro lado, que a função da memória é construir identidades – da pessoa, da família, do grupo, da nação – sempre numa tridimensionalidade do tempo: memória do passado, do presente da ação e das expectativas sobre o futuro (Silva, 2001, p.162).

As ciber-representações (Moscovici, citado por Casalegno, 2006) parecem anunciar não apenas um novo *locus* da gênese de representações, mas um conhecimento que conecta sujeitos uns aos outros, deixando claro o papel identitário das representações. Ainda que efêmeras tais representações carregam o peso da historicidade dos objetos, que se compõem no movimento das práticas cotidianas que reconectam experiências passadas e realidades presentes. Tal produção encontra na interatividade uma via facilitadora, que potencializa o poder das representações na cibercultura, uma vez que o ato de representar parece tornar-se cada vez mais protagonista das dinâmicas de interação social e das dinâmicas identitárias.

Segundo Mazzotti e Campos (2011): “Também na cibercultura os conhecimentos e informações são apropriados e reconstruídos coletivamente, preparando e justificando a ação” (p. 470). Tal argumento é semelhante ao de Josephson (2011) que utiliza o conceito de *produsage* para se referir as recombinações e apropriações de conteúdos no ciberespaço, que ao serem compartilhados em um novo contexto e com modificações entre os usuários da rede tornam-se um novo material. Esse movimento próprio da cibercultura de “recortar e colar”, transferindo e reunindo saberes de diferentes âmbitos, lembra em si à própria sociogênese das

representações sociais, que agora parece ser simbolizada não somente a nível cognitivo, mas gera em si uma nova prática social que é documentada, a ciber-representação.

Na cibercultura, a quantidade de “ideias que pairam no ar” sobre um tema é imensa, exigindo dos sujeitos um trabalho cognitivo mais complexo “integra-los num quadro coerente”. Por outro lado, ao ser socializado em uma rede social, a informação reconstruída retorna imediatamente à sua fonte original, transformando não somente seu conteúdo, mas também sua linguagem pelas possibilidades de coconstrução que essas redes oferecem. Nesse sentido, a cibercultura, está plena de *sábios amadores*, que “pesquisam”, discutem e formulam “teorias” (Mazzotti & Campos, 2011, p. 472).

No contexto da cibercultura a comunicação ganha novas características, desde a flexibilidade pelo tempo e espaço alterados (mecanismos sincrônicos ou diacrônicos), à primazia no registro textual e imagético, e cada vez mais multimídia, com o avanço nas transmissões de áudio e vídeo em tempo real. A comunicação é para Moscovici (2009) um dos polos de interesse centrais da Psicologia Social, juntamente com a ideologia. Neste sentido, ele destaca o papel da conversação como base das relações sociais e relata:

Em longo prazo, a conversação (os discursos) cria nós de estabilidade e recorrência, uma base comum de significância entre seus praticantes. . . . O pensar é feito em voz alta. Ele se torna uma atividade ruidosa, pública, que satisfaz a necessidade de comunicação e com isso mantém e consolida o grupo, enquanto comunica a característica que cada membro exige dele. . . . falamos para fornecer uma realidade sonora à pressão interior dessas conversações, através das quais e nas quais nós nos ligamos aos outros (Moscovici, 2009, p. 51).

A comunicação ganha na sociedade atual estatuto diferenciado na medida em que as redes reformam a dimensão do contato social, possibilitando relações sociais, entre pares e grupos que agora se encontram reunidos, ao menos virtualmente, pela mesma experiência (Jodelet, 2005).

a experiência vivida remete sempre a uma situação local concreta; ela é forma de apreensão do mundo pelas significações que ela ali investe; ela comporta elementos emocionais que remetem às subjetividades particulares; ela é elaborada em sua expressão e sua conscientização através de códigos e categorias de natureza social; ela é, frequentemente, analisada a partir do reencontro intersubjetivo implicando uma base de saberes e de significações comuns, ela reclama a autenticação pelos outros; ela tem funções práticas na vida cotidiana, remetendo ao mundo de existência dos sujeitos em sua realidade concreta e viva (Jodelet, 2005, p. 44-45).

Pensar as características dos vídeos como divulgadores científicos abre espaço para discussão sobre a construção de saberes populares acerca de conceitos científicos, que é elemento básico da Teoria das Representações Sociais. A utilização de declarações de

especialistas para embasar os argumentos dos vídeos retoma a problemática destacada por Moscovici (2012). O que está em jogo aqui é um trânsito entre essas esferas de saber, que buscam o conhecimento científico, mas não mantêm uma relação passiva com ele, como podemos ver na análise da sessão de comentários. As âncoras que os cientistas amadores buscam no seu dia a dia têm o suporte científico, mas o próprio senso comum encontra-se modificado pelas dinâmicas atuais:

as relações entre ciência e senso comum parecem ganhar hoje uma nova importância decorrente dos progressos científicos e técnicos e respectivas consequências por vezes catastróficas, os efeitos sociais da mundialização e a criação de redes sociais de comunicação, as alterações dos funcionamentos institucionais, especialmente do domínio escolar, a emergência de novas reivindicações sociais etc. (Jodelet, 2015, p. 69).

Um novo senso comum pode estar surgindo como fruto do enaltecimento da opinião como base fundamental para o conhecimento social, na medida em que a cibercultura permite a visibilidade de publicações que não passam por nenhum crivo de seleção, imposto pelo funcionamento dos veículos de massa (Santaella, 2005). Alguns autores defendem inclusive que a ciência e o senso comum trabalham com a mesma base, e muitas vezes em movimento de retroalimentação, que se diferencia apenas pela estrutura de sistematização e divisão do trabalho (Lahlou, 2011).

Lahlou (2011, p. 86) destaca a “inteligência coletiva (o que está sendo redescoberto pelo termo *crowdsourcing* na Web 2.0)”, como base de ciência e representações, isto é, a partir da contribuição coletiva e da distribuição de tarefas, o acúmulo de ideias conduz muitas vezes à inovações. O autor ainda afirma que na ciência cada contribuição é dada para áreas e modalidades específicas sistematizadas. Já nas RS trata-se de “um processo bem mais complexo e sofisticado, pois trabalha diversos ecossistemas, e particularmente as coleções de objetos que servem de representantes das produções de pensamento, jogados na arena do mundo real para passar por provas de seleção” (p. 87).

As novas representações neste ponto, relacionam-se a processos semelhantes de construção coletiva de significados. Sem dúvida, os rastros digitais presentes na cibercultura documentam as trocas e diálogos que levam a construção desses novos saberes aos quais os psicólogos sociais podem ter acesso. Lidar com o ‘ambiente virtual’ não significa, portanto, lidar com um conhecimento inferior ou falso (Lévy, 1999), mas com elementos correntes na dinâmica social, onde o virtual é mais uma via de acesso a essas construções.



O número relevante de vídeos publicados no formato videoaula, por professores de História, revela uma faceta importante do espaço virtual como ambiente informal educativo. Potencialmente, a plataforma YouTube pode se configurar enquanto uma via inovadora para a aprendizagem, não apenas no que tange ao interesse de estudantes do ensino formal, mas como possibilidade de acesso da população em geral a informação (Silva, 2016).

A investigação das narrativas presentes no espaço virtual do YouTube ilustraram dinâmicas identitárias e políticas do cenário social mais amplo, possibilitando a problematização das relações entre tecnologia, comunicação e interação social. Notamos que os saberes elaborados, divulgados e negociados nesse ambiente virtual, conectam passado e presente em uma dinâmica alimentada pela conjuntura atual, onde a esfera política tem sido fortemente noticiada, tornando-se, a cada dia, objeto de interesse e disputa entre os grupos sociais. Neste sentido, esse trabalho é atravessado por temas como participação política e ideologia que a partir do cenário da cibercultura, podem permitir novas contribuições para o estudo da memória histórica do período.

Os critérios adotados para seleção dos vídeos analisados buscaram minimizar vieses, reunindo também vídeos com número menor de visualizações e, portanto, versões de memória com menor circulação. Ainda assim, certamente inúmeras questões relativas ao período não foram aqui especificadas. Os discursos que dominam o ambiente virtual da plataforma não reproduzem a totalidade das memórias em circulação na sociedade, sendo apenas um espaço circunscrito para explorarmos essas questões. O ciberespaço ainda necessita ser mais democrático, por enquanto seus documentos e informações ainda são inacessíveis à grandes estratos da população e, assim, as produções nele presentes podem não contemplar visões de minorias étnicas e sociais etc. Neste sentido, as conclusões a que chegamos não são generalizáveis. Acreditamos que a ampliação da amostra de questionários possa promover maior robustez aos dados, sendo possível explorar questões geracionais e de gênero que aqui encontraram limitações.

Tratar dessa temática, o regime militar, no âmbito da Psicologia Social ainda apresenta alguma novidade devido ao número pequeno de trabalhos. Nossa investigação empreendeu investigações e testes até chegarmos ao formato de estudo da memória histórica em que esta proposta se apresenta e, neste sentido, outros recursos metodológicos podem revelar novas facetas dos objetos sociais em questão.

Essas novas formas de representar o passado revelam características paradoxais, conhecimentos efêmeros e duráveis, virtualizados e acessíveis, que parecem tensionar as amarras do tempo e do espaço, mas enquanto memórias são sempre rerepresentações conectadas

as identidades e aos marcos sociais presentes. A cibercultura não parece, portanto, ameaçar a “Era da representação” (Moscovici, 2009, p. 40), nem a sua primazia (Vala, 2004), pelo contrário, parece demonstrar o poder das representações sociais na medida em que estas reavivam relações de pertencimento e constroem a realidade.

Problematizar as interações nos cenários virtuais leva a uma gama expressiva de construções sociais, com conteúdo e dinâmicas próprias, e que constituem parte inevitável da realidade social contemporânea. Neste sentido, compreender a lógica da virtualidade permite superar dicotomias entre real e virtual, passado e presente, indivíduo e sociedade, elementos cruciais para o estudo da cibercultura, da memória e das ciber-representações na perspectiva da Psicologia Social.

## REFERÊNCIAS

- Abric, J. (2000). A abordagem Estrutural das Representações Sociais. In A. S. P. Moreira, D. C. Oliveira. (Orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social* (2a ed., pp.27-49). Goiânia: AB.
- Abric, J. (2001). O estudo experimental das Representações Sociais. In D. Jodelet. (Org.). *As representações sociais* (Lilian Ulup, Trad., Cap. 8, pp.155-171). Rio de Janeiro: Eduerj.
- Adorno, T., & Horkheimer, M. (1985). *A Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. (Trad. Guido Antonio de Almeida). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Alba, M. (2004). El Método ALCESTE y su Aplicación al Estudio de las Representaciones Sociales del Espacio Urbano: El Caso de la Ciudad de México. *Papers on Social Representations*, 13, 1.1-1.20.
- Alba, M. (2011). Representações sociais e memória coletiva: uma releitura. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos e Z. A. Trindade. *Teoria das Representações Sociais: 50 anos*. (pp. 393-427). Brasília: TechnoPolitik Editora.
- Almeida, M. H. T., & Weis, L. (1997). Carro-Zero e Pau-de-Arara: o cotidiano da posição de classe média ao regime militar. In F. A. Novais. (Coord.), L. M. Schwarcz. (Org). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea* (vol. 4, pp. 320-408). São Paulo: Companhia das Letras.
- Álvaro, J., & Garrido, A. (2006). *Psicologia Social: perspectivas psicológicas e sociológicas*. (Miguel Cabrera Fernandes Trad.). São Paulo: McGraw-Hill.
- Amaral, A., & Montardo, S. (2010). Pesquisa em cibercultura e internet. Estudo exploratório comparativo da produção científica da área no Brasil e nos Estados Unidos. *Revista Conexão. Comunicação e Cultura*, 9(18), 57-73. Recuperado em 09 de outubro, 2016, de <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/618/457>
- Amaral, A., & Montardo, S. P. (2011). Pesquisa em Cibercultura: análise da produção brasileira da Intercom. *LOGOS 34 O Estatuto da Cibercultura no Brasil*, 1(34), 102-116. Recuperado em 19 de setembro, 2017, de [http://www.logos.uerj.br/PDFS/34/08\\_logos34\\_montardo\\_amaral\\_pesquisa.pdf](http://www.logos.uerj.br/PDFS/34/08_logos34_montardo_amaral_pesquisa.pdf)
- Andrade, M. A. A. (2000). A identidade como representação e a representação da identidade. In A. S. P. Moreira, D. C. Oliveira. (Orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. (2a ed., pp. 141-149). Goiânia: AB.
- Antoun, H., & Malini, F. (2013). *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina.
- Arquidiocese de São Paulo. (1985). *Brasil: nunca mais* (8a ed.). Petrópolis: Vozes.

- Arruda, A. (2015). Modernidade & cia.: repertórios da mudança. In J. C. Jesuíno, F. R. P. Mendes, M. J. Lopes (Orgs.). *As representações sociais nas sociedades em mudança*. Petrópolis: Vozes.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. (L. A. Reto, & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70. (Original publicado em 1977).
- Bartlett, F. C. (1932). *Remembering: A Study in Experimental and Social Psychology*. New York: Cambridge University Press.
- Bauer, M. W., & Aarts, B. (2002). A construção do *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In M. W. Bauer, & G. Gaskell (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. (Cap. 2, pp. 189-217). Petrópolis: Vozes.
- Bell, C. G., & Gemmel, G. (2010). *O futuro da memória: como essa transformação mudará tudo o que conhecemos* (Ricardo Bastos Vieira, Trad.). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Bergson, H. (1999). *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. (2a ed.) (Paulo Neves, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1939).
- Bergson, H. (2006). *Memória e vida*. (Claudia Berliner, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Bobbio, N. (1995). *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. (Marco Aurélio Nogueira, Trad.). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Bobbio, N., Matteucci, N., Pasquino, G. (1998). *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Bonardi, C. (2003). Représentations sociales et mémoire : de la dynamique aux structures premières. *Connexions*, 2003/2(80), 43-57. Recuperado em 09 de janeiro, 2017, de <http://www.cairn.info/revue-connexions-2003-2-page-43.html>.
- Borges, A. (2012, 08 de fevereiro). Homem que fotografou Vladimir Herzog enforcado confessa a farsa do “suicídio”. *Pragmatismo Político*. Recuperado em 10 de setembro, 2018, de <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2012/02/homem-que-fotografou-vladimir-herzog-enforcado-confessa-a-farsa-do-suicidio.html>
- Bosi, E. (1993). A pesquisa em memória social. *Psicologia USP*, 4(1-2), 277-284. Recuperado em 15 de novembro, 2016, de <http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34480>.
- Braggio, A. K., Fiuza, A. F. (2014, novembro). Acervo de DOPS/PR: O mapeamento dos dossiês sobre exílio de brasileiros. II Jornadas de Trabajo sobre Exilios Políticos del Cono Sur en el siglo XX. *Memoria Académica: compartimos lo que sabemos – UNLP-FaHCE* Recuperado em 12 de dezembro, 2018, de [http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab\\_eventos/ev.3965/ev.3965.pdf5](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.3965/ev.3965.pdf5).
- Brasil. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social (2014). *Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*. Brasília: Secom.

- Breugelmans, J. C. F., Gianordoli-nascimento, I. F., Oliveira, F. C & Rocha, J. P. D. C. (2019). *No olvidamos, no perdonamos, no nos reconciliamos: construções de memória nas publicações dos sites do grupo Hijos por la identidad y la justicia contra el olvido e el silencio*. In: A. R. A. Nascimento, I. F. Gianordoli-Nascimento & M. I. Antunes-Rocha. (Org.). *Representações sociais, identidade e preconceito: estudos de Psicologia Social*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 167-200.
- Burgess, J., & Green, J. (2009). *YouTube e a Revolução Digital: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade* (Ricardo Giassetti, Trad.). São Paulo: Aleph.
- Cabral Filho, A. V., & Coutinho, G. (2009). Web 2.0: Caminhos e desafios no desenvolvimento da internet. In S. Fragoso, A. E. Maldonado. *A Internet na América Latina* (pp. 81-103). São Leopoldo: Ed. Unisinos; Porto Alegre: Sulina.
- Casalegno, F. (2006). Entrevista com Serge Moscovici - Memórias, rituais e ciber-representações. In F. Casalegno. *Memória cotidiana: comunidade e comunicação na era das redes* (pp.70-83). Porto Alegre: Sulina.
- Castells, M. (2007). *A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, Negócios e a Sociedade*. (Rita Espanha, Trad.) Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. (2012). *A sociedade em rede* (Roneide Venancio Majer, Trad.). São Paulo: Paz e Terra. (Vol. 1).
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. (Carlos A. Medeiros, Trad.) de Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- Castro, R. V. (2005). O quarto de Getúlio: representações e memória na política brasileira. In C. P. de Sá (Coor.). *Memória, imaginário e representações sociais*. Rio de Janeiro: Museu da República.
- Camargo, B. V. (2005). ALCESTE: um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In A. S. P. Moreira, B. V. Camargo, J. C. Jesuino, S. M. da Nóbrega (Orgs.). *Perspectivas Teórico-Metodológicas em Representações Sociais*. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB.
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (n.d.). *Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ*. Recuperado em 18 de outubro de 2017 de <http://www.iramuteq.org/documentation/tutoriel-en-portugais>.
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: Um Software Gratuito para Análise de Dados Textuais. *Temas em Psicologia*, 21 (2), 513-518.
- Coimbra, C. M. B. (1995). *Guardiões da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do "Milagre"*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor.
- Coimbra, C. M. B. (2000). Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. *Psicologia em Estudo*, 5(2), 1-22. Recuperado em 10 de setembro de 2018 de <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722000000200002>.

- Coimbra, C. M. B. (2001). *Operação Rio: o mito das classes perigosas*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor.
- Cruz, J. P. D., Gianordoli-Nascimento, I. F., Oliveira, F. C., Santos, T. L. A., Mendes, B. G., Freitas, J. C. & Reis, D. B. (2015). Gerando vida em contexto de morte: o exercício materno em situações de militância durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). *Psicologia e Saber Social*, 4(1), 126-150. Recuperado em 10 de setembro de 2018 de <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/10977/12967>.
- De Rosa, A. S. (2005) O impacto das imagens e do compartilhamento social das emoções na construção da memória social: Uma chocante memória “flash” de massa do 11 de setembro até a guerra do Iraque. In C. P. Sá (Ed.), *Memória, imaginário e representações sociais* (pp. 121-164). Rio de Janeiro: Editora do Museu da República.
- De Rosa, A. S. (2011). 50 anos depois: a *Psychanalyse, son image et son public* na era do Facebook. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos, Z. A. Trindade (Orgs.). *Teoria das representações sociais: 50 anos* (pp. 491-562). Brasília: Technopolitik.
- Delgado, L. A. N. (2004). 1964: temporalidades e interpretações. In D. A. Reis Filho, M. Ridente, R. P. S. Motta (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)* (Cap. 1, pp.15-28). Bauru: EDUSC.
- Dias, A. P., Silva, F. J., Chalegre, R. F., Sá, C. P., Wolter, R. P. (2011). Sobre a memória social dos “Anos Dourados”: Fusca, Copa do Mundo, Bossa Nova e Miss Brasil. *Psicologia: Teoria e Prática*, 13(3), 110-123.
- Dias, A. P., Sá, C. P., Wolter, R. M. C. P., Vetere, R. (2012). Sobre a memória social dos Anos Dourados: o advento da Bossa Nova. In P. Martins-Silva, Z. A. Trindade, E. C. Ceotto, R. D. M. Silva, M. Bertolo-Nardi. (Orgs.). *Estudos em Representações Sociais* (vol. 1, pp. 217-222). Vitória: GM Editora.
- Dodebei, V. (2000). Construindo o conceito de documento. In M. T. T. B. Lemos, N. A. Moraes (Orgs.). *Memória, Identidade e Representação* (pp. 59-66). Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Dodebei, V., & Gouveia, I. (2008). Memória do futuro no ciberespaço: entre lembrar e esquecer. *Revista de Ciência da Informação*, 9(5), 1-13. Recuperado em 28 de julho, 2014, de [http://www.dgz.org.br/out08/Art\\_02.htm](http://www.dgz.org.br/out08/Art_02.htm).
- Dodebei, V. (2011a). Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social. *Datagramazero-Revista da Ciência da Informação*, 12(2). Recuperado em 02 de janeiro, 2016, de [http://www.datagramazero.org.br/abr11/Art\\_01.htm](http://www.datagramazero.org.br/abr11/Art_01.htm).
- Dodebei, V. D. (2011b). Memória e patrimônio - perspectivas de acumulação/dissolução no ciberespaço. *Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política*, 10, 36-50. Recuperado em 02 de janeiro, 2016, de <http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/4614>.
- Doise, W. (2011). Sistema e metassistema. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos, Z. A. Trindade (Orgs.). *Teoria das representações sociais: 50 anos* (pp. 123-158). Brasília: Technopolitik.

- Duveen, G. (2009). Introdução - O poder das ideias. In S. Moscovici. *Representações sociais: investigações em psicologia social* (6. ed., pp. 7-28, Coleção Psicologia Social). Petrópolis: Vozes.
- Farr, R. M. (2008). *As raízes da psicologia social moderna* (7. ed.). Rio de Janeiro: Vozes.
- Ferreira, A. B. H. (1986). *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Ferreira, E. F. X. (1996). *Mulheres militância e memória: histórias de vida, histórias de sobrevivência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Fico, C. (2001). *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record.
- Fico, C. (2017). Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Tempo & Argumento*, 9(20), 05-74.
- Flament, C. (2001). Estrutura e dinâmica das representações sociais. In D. Jodelet (Org.). *As Representações Sociais* (Lilian Ulup, Trad.). Rio de Janeiro: Editora UERJ.
- Fragoso, S., & Maldonado, A. E. (2009) Panorama da Internet na América Latina. In S. Fragoso, A. E. Maldonado. *A Internet na América Latina* (pp.13-39). São Leopoldo: Ed. Unisinos; Porto Alegre: Sulina.
- Fragoso, S., Recuero, R., & Amaral, A. (2011). *Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre: Sulina.
- Freitas, R. (2015, 14 de abril). Mulher que, quando criança, negou-se a dar mão a Figueiredo morre em BH. *GI MG*. Recuperado em 10 de setembro, 2018, de <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/04/mulher-que-quando-crianca-negou-se-dar-mao-figueiredo-morre-em-bh.html>.
- Geertz, C. (2008). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- Gianordoli-Nascimento, I. F., Veloso, F. G., Silva S. T. C., Cruz, J. P. D., & Oliveira, F. C. (2012). A construção da memória histórica da ditadura militar brasileira: contribuição das narrativas de familiares de presos políticos. *Psicologia e Saber Social*, 1(1), 103-119. Recuperado em 13 de novembro, 2017, de <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/viewFile/3249/2258>.
- Gianordoli-Nascimento, I. F.; Trindade, Z. A.; Santos, M. F. S. (2012). *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Gibson, W. (2003). *Neuromancer*. (Fábio Fernandes, Trad.). São Paulo: Aleph. (Original publicado em 1984).
- Goldenberg, M. (1997). Mulheres e Militantes. *Estudos Feministas*, 5(2), 349-363.
- Gondar, J. (2005). Quatro proposições sobre memória social. In J. Gondar & V. Dodebei (Orgs.). *O que é memória social* (pp.11-26). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria /

Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

- Grinberg, L. (2004). Uma memória política sobre a Arena: dos “revolucionários de primeira hora” ao “partido do sim, senhor”. In D. A. Reis, M. Ridenti, R. P. S. Motta (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)* (Cap. 9, pp. 141-160). Bauru: Edusc.
- Guimelli, C., & Rouquette, M. L. (1992). Contribution du modèle associatif des schèmes cognitifs de base à l'analyse structurale des représentations sociales. *Bulletin de Psychologie*, 45(405),196-202.
- Gutterres, A. S. (2009). Em busca da duração: Um estudo do uso do vídeo na pesquisa sobre a construção da memória no processo de desocupação de casas de família na cidade de Porto Alegre/RS. In A. L. C. Rocha & C. Eckert. *Individualismo, sociabilidade e memória*. (Cap. 2, pp. 29-38). Porto Alegre: Editora Deriva.
- Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. (Laurent Léon Schaffter, Trad.). São Paulo: Vértice. (Original publicado em 1950).
- Halbwachs, M. (2004). *Los marcos sociales de la memoria* (Manuel A. Baeza & Michel Mujica, Trad.). Caracas: Universidade Central de Venezuela.
- Henriques, R. M. N. (2014). *Os rastros digitais e a memória dos jovens nas redes sociais*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Henriques, R. M. N., & Dodebei, V. (2013). A virtualização da memória no facebook. *CES Revista*, 27(1), 257-273. Recuperado em 13 de dezembro, 2015, de [http://seer.cesjf.br/index.php/cesRevista/article/viewFile/321/pdf\\_34](http://seer.cesjf.br/index.php/cesRevista/article/viewFile/321/pdf_34).
- Hessmann, D. R. L. (2011). *Cartilha da repressão: os ensinamentos de um delegado sobre a subversão e a segurança nacional (1974-1977)*. Dissertação de Mestrado. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Curso de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Huyssen, A. (2000). *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- Jedlowski, P. (2000). La sociología y la memoria colectiva. In A. Rosa, G. Bellelli & D. Bakhurst (Eds.), *Memoria colectiva e identidad nacional* (pp. 123-134). Madrid, España: Biblioteca Nueva.
- Jedlowski, P. (2001). Memory and Sociology. Themes and issues. *Time & Society*, 10(1), 29-44.
- Jedlowski, P. (2005). Memória e mídia: Uma perspectiva sociológica. In C. P. Sá (Ed.), *Memória, imaginário e representações sociais* (pp. 87-98). Rio de Janeiro, RJ: Editora do Museu da República.
- Jelin, E. (2002). *Los trabajos de la memoria*. Madri: Siglo Veinteuno de España Editores S.A.



- Jodelet, D. (1998). A alteridade como produto e processo psicossocial. In D. Jodelet, S. Jovchelovitch, G. Duveen, H. Joffe, N. Morant, D. Rose, P. Guareschi (Orgs.). *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes.
- Jodelet, D. (2001). Representações Sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet. *As Representações Sociais* (pp.17-44). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Jodelet, D. (2005). *Loucuras e Representações Sociais*. (Lucy Magalhães, Trad., Coleção Psicologia Social) Petrópolis: Vozes.
- Jodelet, D. (2012). Conflits entre histoire mémorielle et histoire historique. *Psicologia e Saber Social*, 1(2), 151-162. Recuperado em 04 de abril de 2018 de <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/4896/3619>
- Jodelet, D. (2015). O encontro dos saberes. In J. C. Jesuino, F. R. P. Mendes, M. J. Lopes (Orgs.). *As representações sociais nas sociedades em mudança*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Joffily, M. (2014). O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In D. A. Reis Filho, M. Ridenti, R. P. S. Motta. (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. (Cap. 9. pp. 158-171). Rio de Janeiro: Zahar.
- Jornal O Globo (2017, 02 de abril). As imagens marcantes de Evandro Teixeira feitas em 1968. *Jornal O Globo*. Recuperado em 10 de setembro, 2018, de <https://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/as-imagens-marcantes-de-evandro-teixeira-feitas-em-1968-21143306>.
- Josephson, J. Z. A. (2011). *Qualidade da informação e produsage: semiótica, informação e o usuário antropofágico*. Tese de Doutorado. Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.
- Jovchelovitch, S. (2000). *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. (Coleção Psicologia Social) Petrópolis: Vozes.
- Jovchelovitch, S. (2004). Psicologia Social, saber, comunidade e cultura. *Psicologia e Sociedade*, 2(16), 20-31. Recuperado em 23 de maio, 2012, de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n2/a04v16n2.pdf>
- Jovchelovitch, S. (2008). *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. (Pedrinho Guareschi, Trad., Coleção Psicologia Social). Petrópolis: Vozes.
- Jovchelovitch, S. (2011). Representações Sociais e polifasia cognitiva: notas sobre a pluralidade e sabedoria da razão em *Psicanálise, sua Imagem e seu Público*. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos, Z. A. Trindade (Orgs.). *Teoria das representações sociais: 50 anos*. (pp. 159-178). Brasília: Technopolitik.
- Justo, A. M. & Camargo, B. V. (2014). Estudos Qualitativo e o uso de *softwares* para análises lexicais. In C. Novikoff, S. R. M. Santos; O. B. Mithidieri (Orgs.). *Caderno de Artigo: X SIAT e II SERPRO Lageres/ Unigranrio*. Duque de Caxias: Universidade do Grande Rio “Professor José de Souza Herdy” - UNIGRANRIO.

- Kronberguer, N., & Wagner, W. (2008). Palavras-chave em contexto: análise estatística de textos. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (Cap. 17, pp. 416-441). Petrópolis: Vozes.
- Kushnir, B. (2004). Cães de guarda: entre jornalistas e censores. In D. A. Reis, M. Ridenti, R. P. S. Motta (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)* (Cap.15, pp. 249-264). Bauru: Edusc.
- Lahlou, S. (2011). Difusão das representações e inteligência coletiva distribuída. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos, Z. A. Trindade (Orgs.). *Teoria das representações sociais: 50 anos* (pp. 59-100). Brasília: Technopolitik.
- Le Goff, J. (1996). *História e memória*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- Lemos, A. (1996). Estruturas Antropológicas do Ciberespaço. *Textos de Cultura e Comunicação*, 35(julho 1996), 1-10. Recuperado em 09 de janeiro, 2017, de <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemos/estrcy1.html>.
- Lemos, A. (2003) Cibercultura. Alguns Pontos para compreender a nossa época. In A. Lemos & P. Cunha (Orgs.). *Olhares sobre a Cibercultura* (pp. 11-23). Porto Alegre: Sulina.
- Lemos, A. (2004). Cibercultura, Cultura e Identidade: em direção a uma “cultura copyleft”? *Revista de Comunicação e Cultura*, 2(2), 09-22.
- Lemos, A. (2007). Ciberespaço e Tecnologias Móveis: processos de Territorialização e Desterritorialização na Cibercultura. In A. S. Médola, D. Araújo & F. Bruno. (Orgs.). *Imagem, Visibilidade e Cultura Midiática* (pp. 277-293). Porto Alegre: Sulina.
- Lemos, A. (2015). *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina.
- Lévy, P. (1993). *As tecnologias da inteligência*. (Carlos Irineu da Costa, Trad., Coleção TRANS). Rio de Janeiro: Editora 34.
- Lévy, P. (1996). *O que é o virtual*. (Paulo Neves, Trad., Coleção TRANS). São Paulo: Editora 34.
- Lévy, P. (1999). *Cibercultura*. (Carlos Irineu da Costa, Trad., Coleção TRANS). São Paulo: Editora 34.
- Lima, M. L., & Correia, I. (2013). Atitudes: medida, estruturas e funções. In J. Vala, M. B. Monteiro (Coor.). *Psicologia Social* (9. ed). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Loizos, P. (2002). Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In M. W Bauer & G. Gaskell, G.(Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (Cap. 6, pp.137-155). Petrópolis: Vozes.

- Lowenthal, D. (1998). Como conhecemos o passado. (Lúcia Haddad, Trad.). *Projeto História*, 17(nov. 1998), 63-202.
- Luna, F. V., & Klein, H. S. (2014a). Mudanças sociais no período militar (1964-1985). In D. A. Reis Filho, M. Ridenti, R. P. S. Motta. (Orgs). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. (Cap. 4, pp. 66-91). Rio de Janeiro: Zahar.
- Luna, F. V., & Klein, H. S. (2014b). Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In D. A. Reis Filho, M. Ridenti, R. P. S. Motta. (Orgs). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. (Cap. 5, pp. 92-111). Rio de Janeiro: Zahar.
- Maia, R., Gomes, W., & Marques, F. P. J. A. (Eds.). (2011). *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina.
- Mannheim, K. (1982). O problema sociológico das gerações. In M. M. Foracchi. (Org.). *Karl Mannheim* (pp.67-95). São Paulo: Ática.
- Mazzotti, A. J. A., & Campos, P. H. F. (2011). Cibercultura: uma nova “era das representações sociais”? In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos, & Z. A. Trindade. *Teoria das Representações Sociais: 50 anos* (pp. 457-488). Brasília: TechnoPolitik Editora.
- Mello Jorge, M. H. P. (1980). Mortalidade por causas violentas no município de São Paulo, Brasil: 1 - mortes violentas no tempo. *Revista de Saúde Pública*, 14(3), 343-357. Recuperado em 14 de novembro de 2015, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-89101980000300007&lng=en&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101980000300007&lng=en&tlng=pt).
- Memórias Reveladas. (n.d.). PICHACÃO “ABAIXO A DITADURA” (1968). Recuperado em 10 de setembro de 2018 de <http://memoriasdaditadura.org.br/obras/pichacao-abaixo-ditadura-1968/index.html>
- Menandro, P. R. M. (2013). Os contextos históricos, político-econômico e sociocultural de 1951 a 1963 no Brasil. In C. P. Sá, P. R. M. Menandro, L. A. M. Naiff (Orgs.). *Psicologia Social e o estudo da Memória Histórica: o caso dos anos dourados do Brasil*. Curitiba: Appris.
- Menandro, M. C. S., Trindade, Z. A., & Almeida, A. M. O. (2010). *Gente jovem reunida: representações sociais de adolescência/juventude em textos jornalísticos*. Vitória: GM Gráfica e Editora.
- Middleton, D., & Brown, S. D. (2006). A Psicologia Social da experiência – a relevância da memória. *Pro-posições*, 17(2), 71-97.
- Mielniczuh, L. (2001). Considerações sobre interatividade no contexto das novas mídias. In M. Palácios, A. Lemos (Orgs.). *As Janelas do Ciberespaço* (pp. 172-185). Porto Alegre: Sulina.
- Möller, R. C., Sá, C. P., Bezerra, F. C. C. (2003). Representações sociais vivas do descobrimento do Brasil: A memória social atualizada de brasileiros e portugueses. *Psicologia (Lisboa)*, 17, 401-413.

- Monteiro, S. D. (2007). O ciberespaço: o termo, a definição e o conceito. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*, 8(3), 1-15. Recuperado em 02 de janeiro, 2016, de [http://www.datagramazero.org.br/jun07/Art\\_03.htm](http://www.datagramazero.org.br/jun07/Art_03.htm).
- Monteiro, S. D., & Carelli, A. E. (2007). *Ciberespaço, memória e esquecimento*. Anais do VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Recuperado em 20 de fevereiro, 2016, de <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT1--104.pdf>.
- Monteiro, S., Carelli, A., & Pickler, M. E. (2008). A Ciência da Informação, Memória e Esquecimento. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*, 9(6), 1-18. Recuperado em 28 de julho, 2014, de [http://www.datagramazero.org.br/dez08/Art\\_02.htm](http://www.datagramazero.org.br/dez08/Art_02.htm).
- Moscovici, S. (2009). *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. (Coleção Psicologia Social). Petrópolis: Vozes.
- Moscovici, S. (2012). *A psicanálise, sua imagem e seu público*. (Sônia Fuhrmann, Trad., Coleção Psicologia Social). Petrópolis: Vozes. (Original publicado em 1961).
- Motta, R. P. S. (2000). *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: USP.
- Motta, R. P. S. (2002). A "Intentona Comunista" ou a construção de uma legenda negra. *Tempo*, 13, 189-207. Recuperado em 28 de julho, 2014, de: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167018088007>
- Motta, R. P. S. (2013). História, Memória e as disputas pela representação do passado presente. *Patrimônio e Memória (UNESP)*, 9, 56-70.
- Motta, R. P. S. (2014a). A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In D. A. Reis Filho, M. Ridenti, R. P. S. Motta. (Orgs). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964* (cap. 1, pp. 11-29). Rio de Janeiro: Zahar.
- Motta, R. P. S. (2014b). *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Motta, R. P. S. (no prelo). Anticomunismo e antipetismo na atual onda direitista. In E. Bohoslavsky, R. P. S. Motta, S. Boisard. *Pensar as direitas na América Latina*. (pp. 1-22). São Paulo: Editora Alameda. Recuperado em 02 de outubro, 2018, de [https://www.academia.edu/37518793/ANTICOMUNISMO\\_E\\_ANTIPETISMO\\_NA\\_ATUAL\\_ONDA\\_DIREITISTA](https://www.academia.edu/37518793/ANTICOMUNISMO_E_ANTIPETISMO_NA_ATUAL_ONDA_DIREITISTA).
- Moisés, J. Á. (2008) Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira Ciências Sociais*, 23(66), 11-43 Recuperado em 18 de setembro, 2018, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092008000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000100002&lng=en&nrm=iso).
- Musso, P. (2013). A filosofia da rede. In A. Parente (Org.). *Tramas da Rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação* (pp. 17-38). Porto Alegre: Sulina.

- Naiff, D. G. M., Naiff, L. A. M. (2010). Halbwachs, Bartlett, Vygotsky: em busca de uma perspectiva psicossocial da memória. *Ciências Humanas e Sociais em Revista. Seropédica*, 32(1), 149-164.
- Naiff, D. G. M., Sá, C. P., Naiff, L. A. M. (2008). A memória social do estado novo em duas gerações. *Psicologia: ciência e profissão*, 28(1), 110-121. Recuperado em 14 de agosto, 2015, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932008000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932008000100009&lng=en&nrm=iso).
- Napolitano, M. (2004). *Os festivais da canção como eventos de oposição ao regime militar brasileiro (1966/1968)*. In D. A. Reis Filho, M. Ridenti, R. P. S. Motta (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)* (Cap. 12, pp. 203-216). Bauru: Edusc.
- Napolitano, M. (2014). *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto.
- Nascimento, A. R. A. (2004). *Memória dos verdes anos: saudade da infância na música popular brasileira – uma investigação e uma proposta de análise de dados*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. 179f.
- Nascimento, A. R. A., Gianordoli-Nascimento, I. F., Gomes, A. M. T., Veloso, F. G., Oliveira, F. C., Cruz, J. P. (2013). As memórias e representações “douradas” de Juscelino Kubitschek. In C. P. Sá, P. R. M. Menandro, L. A. M. Naiff (Orgs.). *Psicologia Social e o estudo da Memória Histórica* (cap. 5, pp. 129-150). Curitiba: Appris.
- NIC.br (2016). Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (ed.). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2015*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil.
- NIC.br (2017). Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (ed.). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2016*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil.
- Nora, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares (Y.A. Khoury, trad.). *Projeto História (São Paulo)*, 10(1), 7-28. Recuperado em 08 de abril, 2015, de <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>.
- Nunes, E. (2003). *A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático* (3. ed.). Brasília: ENAP.
- Oliveira, A. (2018, 09 de junho). Maio de 1968 não foi um mês no Brasil, mas um ano inteiro. *EL PAÍS*. Recuperado em 10 de setembro, 2018, de [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/05/cultura/1528224984\\_573224.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/05/cultura/1528224984_573224.html)
- Oliveira, C. E., Alberto, M. F. P., & Bittencourt, N. F. B. (2016). Tensions and contradictions in political discourses to combat homophobia in the context of Brazilian schools. *Rev.latinoam.cienc.soc.niñez juv [online]*, 14(2), 1479-1492.

- Oliveira, D. C., Gomes, A. M. T., & Marques, S. C. (2005) Análise estatística de dados textuais na pesquisa das representações sociais: alguns princípios e uma aplicação ao campo da saúde. In M. S. S. Menin & A. M. Shimizu. (Orgs.) *Experiência e representação social: questões teóricas e metodológicas* (pp. 157-199). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Oliveira, D. C., Lewin, M. C., & Sá, C. P. (2003). A memória primordial do descobrimento do Brasil - Análise dos manuais brasileiros de história. *Psicologia*, 17(2), 301-319.
- Oliveira, D. C., Marques, S. C., Gomes, A. M. T. & Teixeira, M. C. T. (2005). Análise das evocações livres: uma técnica de análise estrutural das representações sociais. In A. S. P. Moreira, B.V. Camargo, J. C. Jesuíno, & S. M. Nóbrega. (Orgs). *Perspectivas Teórico Metodológicas em Representações Sociais* (pp.573-603). João Pessoa: Editora Universitária – UFPB.
- Oliveira, F. C., Cruz, J. P., Gianordoli-Nascimento, I. F., Naiff, L. A. M., Ávila, R. F. (2017). Novas páginas de pesquisa em Psicologia Social: o fazer pesquisa na/da internet. *Psicologia e Saber Social*, 6(2), 186-204. Recuperado em 20 de setembro, 2018, de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/33558>.
- Oliveira, F. C., Rocha, J. P. D. C., Breugelmans, J. C. F., Gianordoli-Nascimento, I. F. & Cruz, F. M. L. (2017). Memórias familiares sobre as dinâmicas de socialização e apoio materno às trajetórias de militância política contra a ditadura militar no Brasil. *L'Ordinaire des Amériques*, 222. Recuperado em 10 de setembro de 2018 de <http://journals.openedition.org/ordea/3501>.
- Oliveira, S. D. P, Marinho, M. G. S. M. C. (2013). A internet, um novo espaço de disputa pela memória da ditadura militar no Brasil. *Revista Tempo e Argumento*, 5(10), p. 159 - 181.
- Pereira, M. H. F. (2015) Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia hist.*, 31(57), 863-902. Recuperado em 20 de outubro, 2018, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752015000300863&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752015000300863&lng=en&nrm=iso).
- Perrot, M. (1989). Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, 9(18). Recuperado em 20 de setembro, 2015, de [https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=3846](https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3846).
- Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3), 3-15. Recuperado em 08 de abril, 2015, de [http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf).
- Pollak, M. (1992). Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, 5(10), 200-212. Recuperado em 08 de abril, 2015, de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>.
- Puhl, P. R., Araújo, W. F. (2012). YouTube como espaço de construção da memória em rede: possibilidades e desafios. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia [en linea]*, 19. Recuperado em 26 de agosto, 2016, de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=495551012007>.

- Recuero, R. (2009). *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina.
- Recuero, R. (2015). *Análise de redes para mídia social*. Porto Alegre: Sulina.
- Reis Filho, D. A. (2000). *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Reis Filho, D. A. (2004). Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In D. A. Reis Filho, M. Ridenti, R. P. S. Motta (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)* (Cap. 2, pp. 29-52). Bauru: Edusc.
- Reis Filho, D. A. (2014a). A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In D. A. Reis Filho, M. Ridenti, R. P. S. Motta. (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964* (Cap. 1, pp. 11-29). Rio de Janeiro: Zahar.
- Reis Filho, D. A. (2014b). *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Ribeiro, J. C. S. (2001). Um breve olhar sobre a sociabilidade no ciberespaço. In M. Palácios, A. Lemos (Orgs.). *As Janelas do Ciberespaço* (pp. 138-150). Porto Alegre: Sulina.
- Ricoeur, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento*. (Alain François et al., Trad.). Campinas: Editora da Unicamp.
- Ridenti, M. (2004). Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores. In D. A. Reis; M. Ridenti; R. P. S. Motta (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)* (Cap. 3, pp. 53-65). Bauru: Edusc.
- Ridenti, M. (2014). As oposições à ditadura: resistência e integração. In D. A. Reis Filho, M. Ridenti, R. P. S. Motta. (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964* (Cap.2, pp. 30-47). Rio de Janeiro: Zahar.
- Rieff, D. (2017). *Elogio del olvido: las paradojas de la memoria histórica*. Barcelona: Debate.
- Rolleberg, D. (2004). Nômades, sedentários e metamorfoses: trajetórias de vida no exílio. In D. A. Reis, M. Ridenti, R. P. S. Motta (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)* (Cap. 17, pp. 277-296). Bauru: Edusc.
- Rose, D. (2002). Análise de imagens em movimento. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. (Cap. 14, pp. 343-365). Petrópolis: Vozes.
- Rosito, J. B. A., & Damo, A. S. (2014). A reparação por perseguição política e os relatos de violência nas caravanas da anistia. *Horizontes Antropológicos*, 20(42), p. 181-212. Recuperado em 15 de setembro, 2018, de <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832014000200008>
- Roussiau, N., & Bonardi, C. (2002). Quelle place occupe la mémoire sociale dans le champ des représentations sociales ? In S. Laurens, & N. Roussiau (Eds.). *La mémoire sociale. Représentations sociales et identités sociales* (pp. 23-39). Rennes: P-U-R.

- Roussiau, N., & Renard, E. (2003). Des représentations sociales à l'institutionnalisation de la mémoire sociale. *Connexions*, 2003/2(80), 31-41. Recuperado em 09 de janeiro, 2017, de <http://www.cairn.info/revue-connexions-2003-2-page-31.htm>.
- Rüdiger, F. (2013). *As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores*. Porto Alegre: Sulina.
- Sá, C. P. (1996) Núcleo central das representações sociais (2a. ed.). Petrópolis: Vozes.
- Sá, C. P. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Sá, C. P. (2005). As memórias da memória social. In S. P. Sá (Org.). *Memória, Imaginário e Representações sociais* (pp. 63-86). Rio de Janeiro: Museu da República.
- Sá, C. P. (2007). Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(2), 290-295. Recuperado em 17 de janeiro, 2016, de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722007000200015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722007000200015).
- Sá, C. P. (2012a). A Memória Histórica numa perspectiva psicossocial. *Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas*. 9 (14), 94-103.
- Sá, C. P. (2012b). Psicologia social da memória: sobre memórias históricas e memórias geracionais. In A. M. Jacó- Vilela & L. Sato. (Orgs). *Diálogos em Psicologia Social* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais (pp. 46-57). Recuperado em 20 de janeiro, 2018, de SciELO Books <<http://books.scielo.org>>
- Sá, C. P. (2013). A Psicologia Social da memória: uma sistematização teórico-conceitual. In C. P. Sá, P. R. M. Menandro, L. A. M. Naiff (Orgs.). *Psicologia Social e o estudo da memória histórica: o caso dos Anos Dourados no Brasil* (pp.13-25). Curitiba: Appris.
- Sá, C. P. (2015). Entre a história e a memória, o estudo psicossocial das memórias históricas. *Cadernos de Pesquisa*, 45(156), 260-274. Recuperado em 20 de abril, 2017, de <https://dx.doi.org/10.1590/198053143133>
- Sá, C. P., Castro, R. V., Möller, R. C., & Perez, J. A. (2008b). A memória histórica de Getúlio Vargas e o Palácio do Catete. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 13(1), 49-56. Recuperado em 20 de abril, 2017, de <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2008000100006>
- Sá, C. P., Castro, R. V., Möller, R. C., Perez, J. A., & Bezerra, F. C. D. C. (2008a). A memória histórica do Regime Militar em três gerações: conteúdos factuais e juízos críticos. *Psicologia: teoria e prática*, 10(1), 36-51.
- Sá, C. P., Menandro, P. R. M.; Naiff, L. A. M. (Orgs.). (2013). *Psicologia Social e o estudo da Memória Histórica: o caso dos Anos Dourados no Brasil*. Curitiba: Appris.
- Sá, C. P.; Oliveira, D.C.; Castro, R. V. & Möller, R.C. (2009a). A construção do estado atual de uma memória histórica: o caso do regime militar no Brasil. In A. M. O. Almeida & D. Jodelet. *Representações Sociais: interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas* (pp. 245-265). Brasília: Thesaurus.



- Sá, C. P., Oliveira, D. C., Castro, R. V., Vetere, R. & Carvalho, R. V. C (2009b). A memória histórica do regime militar ao longo de três gerações no Rio de Janeiro: sua estrutura representacional. *Estudos de Psicologia*, 26(2), 159-171.
- Sá, C. P., Oliveira, D. C., Möller, R. C., Naiff, D. G. M. (2000). A memória social do descobrimento do Brasil: seu estado em 1999. *Temas em Psicologia da SBP*, 8(3), 301-312.
- Sá, C. P., Oliveira, D. C., & Prado, L. A. (2003). As memórias colectivas do descobrimento do Brasil: imagem comum e juízos diferenciados nas populações portuguesa e brasileira. *Psicologia*, 17(2), 275-291. Recuperado em 20 de abril, 2017, de <https://dx.doi.org/10.17575/rpsicol.v17i2.448>
- Sá, C. P., Oliveira, D. C., Wolter, R. M. C. P. & Vetere, R. (2011). A memória histórica dos Anos Dourados no Rio de Janeiro: Juscelino Kubitschek e a construção de Brasília Memorandum, 21, 179-194. Recuperado em 20 de janeiro, 2018, de [seer.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/9789](http://seer.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/9789)
- Salviati, M. E. (2017). Manual do Aplicativo Iramuteq (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3). Recuperado em 10 de fevereiro, 2018, de <http://iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>.
- Santaella, L. (2003). *Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura*. São Paulo: Paulus.
- Santaella, L. (2005). *Por que as comunicações e as artes estão convergindo?* (Col. Questões Fundamentais da Comunicação). São Paulo: Paulus.
- Santaella, L. (2010). *Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter* (Col. Comunicação). São Paulo: Paulus.
- Santos, J. V. T. (2002). Microfísica da violência, uma questão social mundial. *Cienc. Cult.* [online], 54(1), 22-24.
- Santos, M. S. dos. (2003). *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo: Annablume.
- Silva, L. O. (2001). A Internet – A Geração de um novo espaço antropológico. In M. Palácios, A. Lemos (Orgs.). *As Janelas do Ciberespaço* (pp. 151-171). Porto Alegre: Sulina.
- Silva, M. P. O. (2016). *YouTube, juventude e escola em conexão: a produção da aprendizagem ciborgue*. Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. 172 f.
- Silva, R. H. A. D., & Ziviani, P. (2014). *Ruas e redes: dinâmicas dos protestos BR*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Silva, S. P., & Mundim, P. S. (2015). Mediações no YouTube e o caso ‘Ocupação do Complexo do Alemão’: características e dinâmica de uso. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências*

*da Comunicação*, 38(1), 231-253. Recuperado em 15 de dezembro, 2016, de <https://dx.doi.org/10.1590/1809-58442015111>

- Souza, L. (2004). Processos de categorização e identidade: solidariedade, exclusão e violência. In L. Souza, Z. A. Trindade. (Orgs.). *Violência e exclusão: convivendo com paradoxos* (pp.57-74). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Souza, L. (2005). Processos de identidade social: da intolerância e violência à utopia solidária. In Z. Trindade & L. Souza (Eds.). *Anais do Simpósio Nacional de Psicologia Social e do Desenvolvimento Humano - X Encontro Nacional do PROCAD/Psicologia-CAPES*. Vitória/ES.
- Souza, L., & Menandro, P. R. M. (2007). Pesquisa documental em psicologia: a máquina do tempo. In M. M. P. Rodrigues, & P. R. M. Menandro. (Orgs.) *Lógicas Metodológicas: trajetórias de pesquisa em psicologia*. (pp. 151-174). Vitória: UFES – Programa de Pós-Graduação em Psicologia / GM Gráfica Editora.
- Skidmore, T. (1988) *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais*. (Vol. 2, Lígia Amâncio, Trad., Coleção Horizonte de Psicologia). Lisboa: Livros Horizonte.
- Toledo, C. N. (2004). 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In D. A. Reis Filho, M. Ridenti, R. P. S. Motta (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)* (Cap. 4, pp. 67-80). Bauru: Edusc.
- Trindade, Z. A., Santos, M. F. S & Almeida, A. M. O. (2011). Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos e Z. A. Trindade. *Teoria das Representações Sociais: 50 anos*. (pp. 101-119). Brasília: TechnoPolitik Editora.
- Vala, J. (1993). As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da Psicologia Social. *Análise Social*, 28(4-5), 887-919.
- Vala, J. (2004). Representações Sociais e Psicologia Social do conhecimento cotidiano. In J. Vala, & M. B. Monteiro. *Psicologia Social* (6a. ed., pp.457-502). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Valencia, P. (2005). Representações sociais e memória social: vicissitudes de um objeto em busca de uma teoria. Em C. P. Sá (Ed.), *Memória, imaginário e representações sociais* (pp. 99-120). Rio de Janeiro: Editora do Museu da República.
- Viaud, J. (2003). Mémoire collective, représentations sociales et pratiques sociales . *Connexions*, 2003/2(80), 13-30. Recuperado em 09 de janeiro, 2017, de <http://www.cairn.info/revue-connexions-2003-2-page-13.htm>.
- Vetere, R., Sá, C. P., Wolter, R. P., Silva, F. J. (2012). Sobre a memória social e dos anos dourados: futebol e copa do mundo. In Z. A. Trindade (Org.). *Estudos em representações sociais*. (pp.212-216). Vitória: GM Editora.

- Wagner, W. (2000). Sócio-gênese e características das Representações Sociais. In A. S. P. Moreira & D.C. Oliveira (Orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social* (pp. 3-25). Goiânia: AB.
- Wolter, R. P. (2011). Serge Moscovici: um pensador do social. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos e Z. A. Trindade. *Teoria das Representações Sociais: 50 anos.* (pp. 21-29). Brasília: TechnoPolitik Editora.
- Wolter, R., Wachelke, J., Naiff, D. (2016). A Abordagem Estrutural das Representações Sociais e o Modelo dos Esquemas Cognitivos de Base: Perspectivas Teóricas e Utilização Empírica. *Temas em Psicologia, 24*(3). 1139-1152. Recuperado em 09 de janeiro de 2017 de, <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513754280018>.
- Wolter, R., Wachelke, J., Sá, C. P., Dias, A., & Naiff, D. (2015). Temporalidade e representações sociais: Estabilidade e dinâmica dos elementos ativados pelo regime militar brasileiro. *Psychologica, 58*(1), 107-125. Recuperado em 09 de janeiro de 2017 de <http://iduc.uc.pt/index.php/psychologica/article/view/2757>.

## GLOSSÁRIO

**Blog:** Página da internet que comporta a publicação periódica de materiais diversos, imagens, textos, músicas e vídeos. A palavra deriva de weblog, em tradução livre “diário online”.

**Chat:** Página da internet ou serviços de telecomunicações que permite a comunicação por mensagens.

**Curtir:** Semelhante ao like expressa uma reação positiva a um conteúdo na internet.

**Dislike:** Reação negativa a conteúdo disposto em redes sociais.

**Facebook:** Rede social virtual voltada para a interação entre os usuários. Permite publicações multimídia, ligações e chamadas entre usuários. Construção de páginas e eventos.

**Fakenews:** Mentiras ou conteúdos modificados disseminados na internet.

**Fórum:** Página da internet utilizada para a discussão de tópicos, por meio da troca de mensagens, comentários e interações entre usuários.

**ICQ:** Um dos primeiros comunicadores instantâneos para troca de mensagens.

**Influenciadores digitais:** Indivíduos comuns, artistas ou personalidades com grande número de “seguidores” em plataformas ou redes sociais, e por isso, grande repercussão em suas postagens.

**Instagram:** Rede social virtual para publicação de fotos e interação com rede de amigos.

**Internauta:** Usuário da rede mundial de computadores.

**Like:** Reação positiva a conteúdo disposto em redes sociais.

**Link:** Abreviação de hiperlink. Endereço eletrônico ou caminho da rede para acessar determinado conteúdo.

**Login:** Modo de acesso através da identificação do usuário (e/ou senha) a páginas da internet ou aplicativos.

**Monetização:** Pagamento de plataformas para os criadores de conteúdo.

**MSN:** Comunicador instantâneo. Site ou aplicativo que permite a troca de mensagens instantâneas.

**Off-line:** Relativo ao que não se encontra publicado virtualmente, ou seja, que não integra a internet. Relativo ao modo inativo de um usuário da rede.

**On-line:** Relativo ao que se encontra publicado virtualmente/digitalizado. Relativo ao modo ativo de um usuário em uma rede.

**Postagem:** Publicação de material textual, imagético ou de vídeo em sites, redes sociais ou aplicativos.

**Seguidores:** Indivíduos que “curtem” ou “reagem positivamente” a perfis ou páginas na internet, passando a receber notificações das publicações da pessoa ou página seguida.

**Software:** Programa utilizado em computadores ou equipamentos eletrônicos.

**Twitter:** Rede social virtual que permite comentários de até 240 caracteres, e publicações multimídia. Plataforma voltada para comentar os acontecimentos do momento.

**Web 2.0:** Segunda geração da internet, caracterizada pela interatividade.

**Whatsapp:** Rede social de troca de mensagens instantâneas e chamadas de áudio ou vídeo.

**YouTube:** Plataforma de compartilhamento de vídeos. Permite comentários e alguns recursos de rede social.

**Youtuber:** Criador de conteúdo para a plataforma YouTube.

## APÊNDICE A

### Levantamento cenário 2, produções relacionadas a cibercultura nas bases Bireme, Periódicos CAPES, PePSIC e Scielo

Na segunda etapa do levantamento (Cenário 2), cada uma das bases de dados (Bireme, Periódicos CAPES, PePSIC e Scielo) retornou números diversos para as buscas, com destaque para o diretório de Periódicos CAPES, que tanto com buscadores em português, como em inglês, apresentou o maior número de produções entre as bases.

Tabela A-1

#### Resultados de buscas em bases de dados científicos, relativas à psicologia social e cibercultura, com descritores em português.

Descritores	Bireme		CAPES		PePSIC		Scielo	
	Total	Português	Total	Português	Total	Português	Total	Português
“psicologia social” AND internet	157	40	937	200	0	0	8	3
“psicologia social” AND cibercultura	1	0	26	12	1	1	1	1
“psicologia social” AND ciberespaço	4	4	15	6	0	0	0	0
“psicologia social” AND “cultura virtual”	8	7	17	2	0	0	0	0
“psicologia social” AND “cultura digital”	4	2	1	0	0	0	0	0
Total	174	53	996	220	1	1	9	4

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela A-2

#### Resultados de buscas em bases de dados científicos, relativas à psicologia social e cibercultura, com descritores em inglês.

Descritores	Bireme		CAPES		PePSIC		Scielo	
	Total	Português	Total	Português	Total	Português	Total	Português
“social psychology” AND internet	98	38	48321	117	0	0	7	2
“social psychology” AND cyberculture	0	0	147	3	1	1	1	1
“social psychology” AND cyberspace	9	4	3934	1	0	0	0	0
“social psychology” AND “ virtual culture”	6	3	86	0	0	0	0	0
“social psychology” AND “digital culture”	4	1	198	0	0	0	0	0
Total	117	46	52686	121	1	1	8	3

Fonte: Elaborado pela autora.

Após a limpeza de repetições e textos que não se referiam ao tema de interesse, bem como priorizando produções em português, encontramos os seguintes resultados, independente das bases de dados de origem:

Tabela A-3

**Distribuição das produções por ano de publicação (Total = 100)**

<b>Ano</b>	<b>Frequência</b>
2001	1
2003	1
2004	3
2005	2
2006	2
2007	3
2008	5
2009	4
2010	8
2011	8
2012	11
2013	13
2014	16
2015	5
2016	15
2017	3
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela A-4

**Distribuição das produções por tipo de pesquisa (Total = 100)**

<b>Tipo</b>	<b>Frequência</b>
Empírico	53
Empírico (documental)	30
Teórico	13
Não identificado	4
<b>Total Geral</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela A-5

**Distribuição das produções por procedimentos de coleta empregados (Total = 100)**

<b>Coleta de dados</b>	<b>Frequência</b>
Arqueogenealogia foucaultiana	1
Avaliação de variáveis inquérito pré-teste	1
Caso de adolescente em análise e observação de Bebês - método Esther Bick	1
Construção de site e envio de e-mails	1
Dados de atividades em comunidades virtuais	1
Dados de campanhas de prevenção ao câncer	1
Dados de compradores online	1
Dados sobre a experiência com o software Equitext e com dois chats	1
Dados sobre interesses em eventos e valores relativos a votos regionais	1
Depoimentos/discurso/comentários de internautas	4
Depoimentos/discurso/comentários de internautas; Entrevista	1
Depoimentos/discurso/comentários de internautas; Questionário; Entrevista	1
Documentos e extratos verbais de administradores educacionais de curso	1
Entrevista	4
Escala de atitudes	1
Escala likert	1
Estudo de caso	2
Estudo multicasos	1
Etnografia/Webnografia	2
Experimento	1
Experimento; Testes; Escala; Construção de jogos no computador; Provas de matemáticas.	1
Grupos focais	1
Modelo integrativo para explicar o comportamento de compra online	1
Opiniões sobre comunidade de prática para conselheiros	1
Pesquisa documental	25
Pesquisa em fóruns de comunidades do ORKUT	1
Pesquisa prática/colaborativa	1
Produção de <i>website</i>	1
Questionário	1
Questionário on-line ou enviado através recursos digitais	3
Questionário; Entrevista; Documentos	1
Revisão bibliográfica; Quase experimento	1
Survey	1
Survey em escala Likert	1
Survey on-line	3
Survey on-line; Questionário; Escala	1
Survey; Tradução da Escala do Medo do crime	1
TALP (suporte online)	2
Vídeos do YouTube	1
Não se aplica (Estudo Teórico)	13
Não identificado	11
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pela autora.



Tabela A-6

**Distribuição das produções por procedimentos de análise empregados (Total = 100)**

<b>Procedimentos de análise</b>	<b>Frequência</b>
Abordagem descritiva	1
ALCESTE	2
Análise bibliométrica	1
Análise clínica psicanalítica	1
Análise com base em Bruno Latour e Michel Foucault	1
Análise com base em Humberto Maturana e Pierre Lévy	1
Análise com base em Jameson e Turkle	1
Análise com base na psicologia do trabalho	1
Análise com base na TRS	3
Análise com base na TRS; Análise do discurso	1
Análise da performance	1
Análise das variáveis de gênero e idade com base na teoria do cultivo e hipótese da vulnerabilidade	1
Análise de conteúdo	3
Análise de dados secundários	1
Análise de discurso	1
Análise de fatores	5
Análise de metadados	1
Análise de práticas discursivas	1
Análise de recorrência; Revisão sistemática	1
Análise do comportamento comercial	1
Análise Histórica Documental	1
Análise Institucional	1
Análise psicométrica	1
Análise quantitativa (estatística)	19
Avaliação comparativa	1
Construção de indicadores e categorias	3
Estudo de caso	2
Integração teórica entre as áreas de economia de mercado e tecnologias digitais	1
Interpretação de sentidos	1
Meta-análise	1
Método descritivo multidimensional; Análise estatística dos textos	1
Modelos heurísticos emocionais	1
Pesquisa-intervenção	1
Revisão bibliográfica/sistemática	4
Semiologia estruturalista de Barthes	1
Não se aplica (Estudo Teórico)	13
Não identificado	19
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela A-7

**Distribuição das produções por base teórica mencionada (Total = 100)**

<b>Teoria</b>	<b>Frequência</b>
Antropologia, Teoria da bioascese e Teoria feminista	1
Atitude	1
Bruno Latour e Michel Foucault	1
Ciência da Informação (Teoria da Ação Razada (TRA), Teoria do Comportamento Planejado (TPB) e modelo de Tecnologia Acceptance (modelo TAM))	1
Ciências da Comunicação	1
Émile Durkheim	1
Escola de Frankfurt	1
Filosofia (Michel Foucault, Judith Butler e Tomaz Tadeu da Silva)	1
Fredric Jameson e Sherry Turkle	1
Identidade	1
Influência Social	1
Michel Foucault	2
Modelos heurísticos emocionais	1
Multidisciplinar	1
Muniz	1
Pensamento sistêmico-complexo	1
Práticas discursivas, Michel Foucault e Mary J. Spink.	1
Psicanálise	1
Psicodrama	1
Psicologia	2
Psicologia Social	4
Psicologia Social e Comunicação	1
Psicologia Social e Escola de Frankfurt	1
Psicologia Social e Filosofia	1
Psicologia Social e política	1
Psicologia Social/institucional	2
Psicologia Social-crítica e Teoria feminista	1
Roland Barthes	1
Segurança da Informação e Teoria da Dissuasão	1
Teoria ator-rede	1
Teoria da Ação Racional	1
Teoria da Identidade	1
Teoria das Representações Sociais	10
Teoria de resposta ao item	1
Teoria do comportamento planejado	2
Teoria do crescimento endógeno	1
Teoria do cultivo e hipótese da vulnerabilidade	1
Teoria dos afetos de Baruch Espinosa	1
Teoria feminista	1
Teoria sobre comportamento do consumidor	1
Teorias de Memória Explícita e Interatividade	1
Teorias Queer e na teorização de narrativa como performance	1
Transdisciplinar	1

Unified Theory of Acceptance and Use of Technology (UTAUT)	1
Não identificado	40
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela A-8

**Distribuição das produções por temática investigada (Total = 100)**

<b>Tema</b>	<b>Frequência</b>
Ciberbullying	2
Comportamento dos usuários	24
Educação e tecnologia	11
Envelhecimento/ idosos	4
Movimentos sociais / grupos/ coletivos/ participação	7
Outros	16
Pesquisa de representações sociais através da internet	6
Redes sociais e comunidades virtuais	4
Revisão de literatura sobre saúde	4
Saúde e tecnologia	3
Ser mulher	2
Sociabilidade/Comunicação e tecnologia	5
Subjetividade e tecnologia	4
Tecnologia	3
Trabalho e tecnologia	5
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela A-9

**Distribuição das produções a partir da Classificação proposta por Oliveira *et al.* (2017) (Total = 100)**

<b>Classificação</b>	<b>Frequência</b>
DA	38
MISTA	29
NA	33
<b>Total Geral</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

## APÊNDICE B

### Levantamento cenário 3: produções relacionadas a cibercultura, memória social e representações sociais.

Tabelas referentes às buscas (Cenário 3) nas plataformas Periódicos CAPES, Bireme, PePSic, Scielo, a partir dos descritores “memória social”; “representações sociais”; que foram associados aos termos “internet”, “cibercultura”, “ciberespaço”, “cultura digital” e “cultura virtual”, com o uso de operador booleano AND.

Tabela B-1

#### Distribuição das produções por ano de publicação (Total = 76)

Ano	Frequência	%
1998	1	1,32
1999	1	1,32
2000	2	2,63
2001	1	1,32
2004	7	9,21
2005	1	1,32
2006	1	1,32
2007	1	1,32
2008	1	1,32
2009	4	5,26
2010	8	10,5
2011	7	9,21
2012	6	7,89
2013	6	7,89
2014	4	5,26
2015	6	7,89
2016	13	17,1
2017	6	7,89
<b>Total</b>	<b>76</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela B-2

**Distribuição das produções por tipo de pesquisa (Total = 76)**

<b>Tipo</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Empírico	29	38,2
Empírico (documental)	31	40,8
Teórico	16	21,1
<b>Total</b>	<b>76</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela B-3

**Distribuição das produções por procedimentos de coleta empregados (Total = 76)**

<b>Procedimentos de Coleta</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Depoimentos/discurso/comentários de internautas	11	14,5
Entrevista	6	7,89
Entrevista; Documentos	1	1,32
Entrevista; Grupos focais; Observações e documentos	1	1,32
Entrevista; Observação participante	1	1,32
Entrevista; Questionário	1	1,32
Estudo de caso	1	1,32
Etnografia/Webnografia	2	2,63
Pesquisa documental	20	26,3
Pesquisa documental; Survey; Entrevista	1	1,32
Pesquisa prática/colaborativa	1	1,32
Produção de <i>website</i>	2	2,63
Questionário	1	1,32
Questionário on-line ou enviado por meio de recursos digitais	4	5,26
Questionário on-line ou enviado por meio de recursos digitais, TALP	1	1,32
Questionário; Entrevista; Lista de discussão na Internet; Documentos	1	1,32
Questionário; TALP; Entrevista	1	1,32
Recuperação física e descrição de películas	1	1,32
Survey on-line	1	1,32
Survey; construção de <i>website</i> ; dados das representações após a navegação no site	1	1,32
TALP	1	1,32
Não Identificado	16	21,1
<b>Total</b>	<b>76</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela B-4

**Distribuição das produções por procedimentos de análise empregados (Total = 76)**

<b>Procedimentos de análise</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
ALCESTE	6	7,89
Análise com base em autores da área da linguística	1	1,32
Análise com base em autores que discutem prática docente	1	1,32
Análise com base em teorizações foucaultianas e feministas	1	1,32
Análise com base na TRS	5	6,58
Análise conceitual-crítica	1	1,32
Análise de conteúdo	4	5,26
Análise de discurso	1	1,32
Análise de fatores	1	1,32
Análise de memória social	2	2,63
Análise de redes sociais	1	1,32
Análise quantitativa (estatística)	8	10,5
Análise quantitativa (estatística), discurso do sujeito coletivo	1	1,32
Construção de indicadores e categorias	3	3,95
Discurso do sujeito coletivo	5	6,58
Evoc 2000	1	1,32
Ferramentas do Google Analytics e o sistema "Fale Conosco"	1	1,32
Gênero como categoria de análise	1	1,32
Hermenêutica de profundidade; Análise temática e iconográfica de conteúdo	1	1,32
Narratologia	1	1,32
Organização e divulgação de fontes de informação	2	2,63
Revisão bibliográfica/sistemática	3	3,95
Não se aplica (Estudo Teórico)	15	19,7
Não identificado	10	13,2
<b>Total</b>	<b>76</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela B-5

**Distribuição das produções por base teórica mencionada (Total = 76)**

<b>Teoria</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Barthes, Peirce e Santaella	1	1,32
Cibernética de Wiener	1	1,32
Gênero	2	2,63
Goffman	1	1,32
Lévy e Tardif	1	1,32
Martin Heidegger, Edgar Morin, Pierre Lévy e Vieira Pinto	1	1,32
Memória Social	5	6,58
Michel Foucault e Teorias feministas	1	1,32
Pierre Lévy, Niklas Luhmann e Paul Virilio	1	1,32
Teoria das Representações Sociais	20	26,3
Teoria Principlista da Bioética	1	1,32
Teorias da Comunicação	1	1,32
Não identificado	40	52,6
<b>Total</b>	<b>76</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela B-6

**Distribuição das produções por temática investigada (Total = 76)**

<b>Tema</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Comportamento dos usuários	1	1,32
Educação e tecnologia	9	11,8
Envelhecimento/ idosos	3	3,95
Memória e suporte digital	6	7,89
Movimentos sociais / grupos/ coletivos/ participação	3	3,95
Pesquisa de representações sociais por meio da internet	7	9,21
Redes sociais e comunidades virtuais	6	7,89
Representações sociais de internet/tecnologia	5	6,58
Revisão de literatura sobre saúde	7	9,21
Saúde e tecnologia	1	1,32
Ser mulher	4	5,26
Sociabilidade/Comunicação e tecnologia	11	14,5
Subjetividade e tecnologia	3	3,95
Trabalho e tecnologia	2	2,63
Outros	8	10,5
<b>Total</b>	<b>76</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela B-7  
**Distribuição das produções a partir da Classificação proposta por Oliveira *et al.* (2017)**  
**(Total = 76)**

<b>Classificação</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
DA	24	31,6
MISTA	21	27,6
NA	31	40,8
<b>Total</b>	<b>76</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pela autora.



## APÊNDICE C

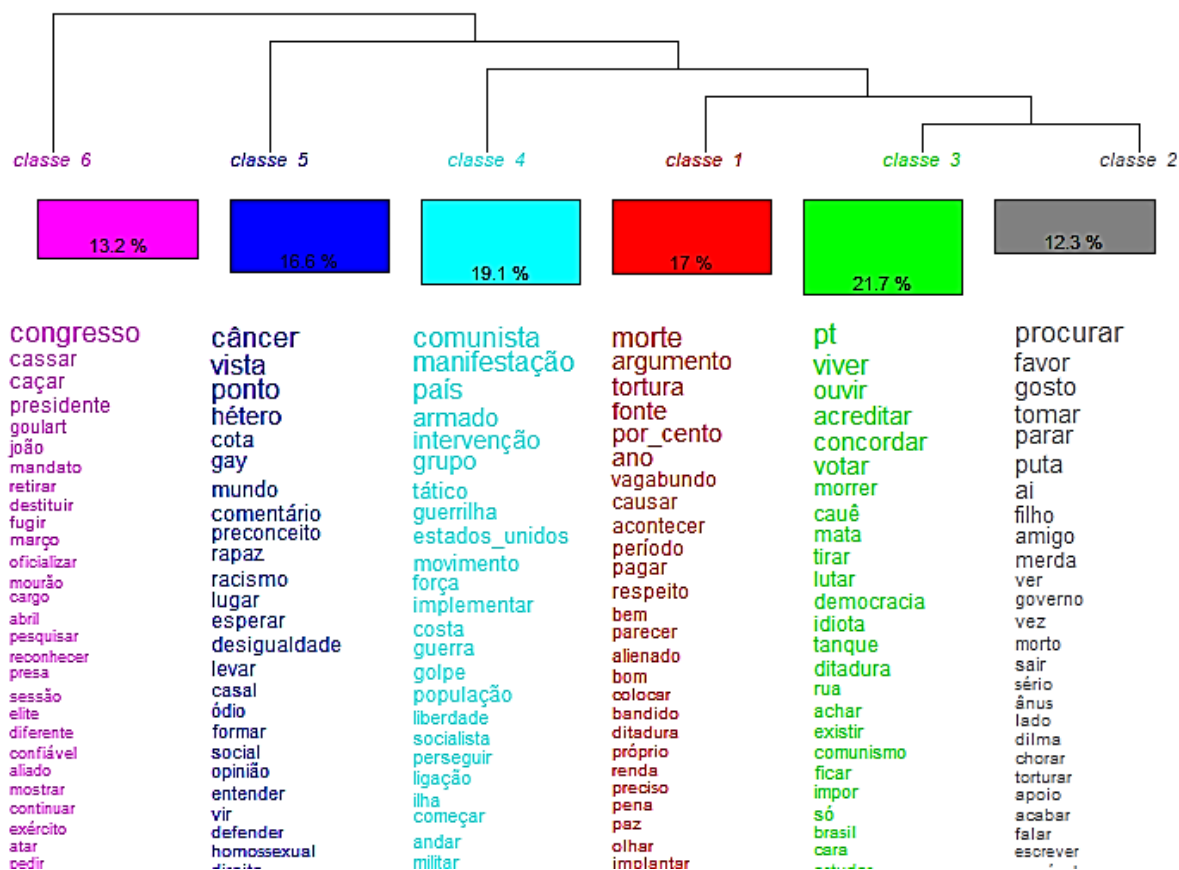
**Lista de endereços eletrônicos dos vídeos selecionados para compor o *corpus*. Vídeos acessados durante o mês de março de 2017**

ID do vídeo	URL – Endereço eletrônico
1	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=CRbZwM7fjYM&amp;t=36s">https://www.youtube.com/watch?v=CRbZwM7fjYM&amp;t=36s</a>
2	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=B8hLHJSA6V0">https://www.youtube.com/watch?v=B8hLHJSA6V0</a>
3	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=3DXQmmAwwLA">https://www.youtube.com/watch?v=3DXQmmAwwLA</a>
4	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=5LoG2o6RwtM">https://www.youtube.com/watch?v=5LoG2o6RwtM</a>
5	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=m3yxyJz0T9E">https://www.youtube.com/watch?v=m3yxyJz0T9E</a>
6	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=hMga8k50FRk">https://www.youtube.com/watch?v=hMga8k50FRk</a>
7	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=CVis4jDCvzQ&amp;t=5s">https://www.youtube.com/watch?v=CVis4jDCvzQ&amp;t=5s</a>
8	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=ZpCD_Kbakv0&amp;t=3s">https://www.youtube.com/watch?v=ZpCD_Kbakv0&amp;t=3s</a>
9	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=eV8AdPFo1bE&amp;t=6s">https://www.youtube.com/watch?v=eV8AdPFo1bE&amp;t=6s</a>
10	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=12P7LtbHdqM&amp;t=4s">https://www.youtube.com/watch?v=12P7LtbHdqM&amp;t=4s</a>
11	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=xwohB335C5Y&amp;t=56s">https://www.youtube.com/watch?v=xwohB335C5Y&amp;t=56s</a>
12	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=0GrvZoiIqpE">https://www.youtube.com/watch?v=0GrvZoiIqpE</a>
13	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=Gqn5QRKYK-4">https://www.youtube.com/watch?v=Gqn5QRKYK-4</a>
15	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=L-u7-mq_U48">https://www.youtube.com/watch?v=L-u7-mq_U48</a>
16	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=hkhpUHGnXX4">https://www.youtube.com/watch?v=hkhpUHGnXX4</a>
17	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=_7Va76zkPVc">https://www.youtube.com/watch?v=_7Va76zkPVc</a>
18	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=nMiELBPvLgI">https://www.youtube.com/watch?v=nMiELBPvLgI</a>
19	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=x8QsXuD8tYk">https://www.youtube.com/watch?v=x8QsXuD8tYk</a>
22	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=9OCvABY2pBg">https://www.youtube.com/watch?v=9OCvABY2pBg</a>
23	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=yRCU62qH9rE">https://www.youtube.com/watch?v=yRCU62qH9rE</a>
24	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=bukJvTdhIB">https://www.youtube.com/watch?v=bukJvTdhIB</a>
25	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=z-lSOMYB9lg">https://www.youtube.com/watch?v=z-lSOMYB9lg</a>
26	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=cvHO4sHcX18">https://www.youtube.com/watch?v=cvHO4sHcX18</a>
27	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=_CPYTAkrpMQ">https://www.youtube.com/watch?v=_CPYTAkrpMQ</a>
28	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=V_FuyHSEwVg">https://www.youtube.com/watch?v=V_FuyHSEwVg</a>
29	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=Hwd0BL6yrUg">https://www.youtube.com/watch?v=Hwd0BL6yrUg</a>
30	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=T2pJREEnjoY">https://www.youtube.com/watch?v=T2pJREEnjoY</a>
31	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=TsfPus_7_tM">https://www.youtube.com/watch?v=TsfPus_7_tM</a>
32	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=dIj2tU3LPR0&amp;t=73s">https://www.youtube.com/watch?v=dIj2tU3LPR0&amp;t=73s</a>
33	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=Q9s1QUcPndw">https://www.youtube.com/watch?v=Q9s1QUcPndw</a>
34	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=0q3pVCwP7fM">https://www.youtube.com/watch?v=0q3pVCwP7fM</a>
35	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=eh4NMsN4Sm4">https://www.youtube.com/watch?v=eh4NMsN4Sm4</a>
36	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=47kChOVCi1U">https://www.youtube.com/watch?v=47kChOVCi1U</a>
37	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=TZLd3XTsAnA">https://www.youtube.com/watch?v=TZLd3XTsAnA</a>
38	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=u8C1Xm-kWno">https://www.youtube.com/watch?v=u8C1Xm-kWno</a>

## APÊNDICE D

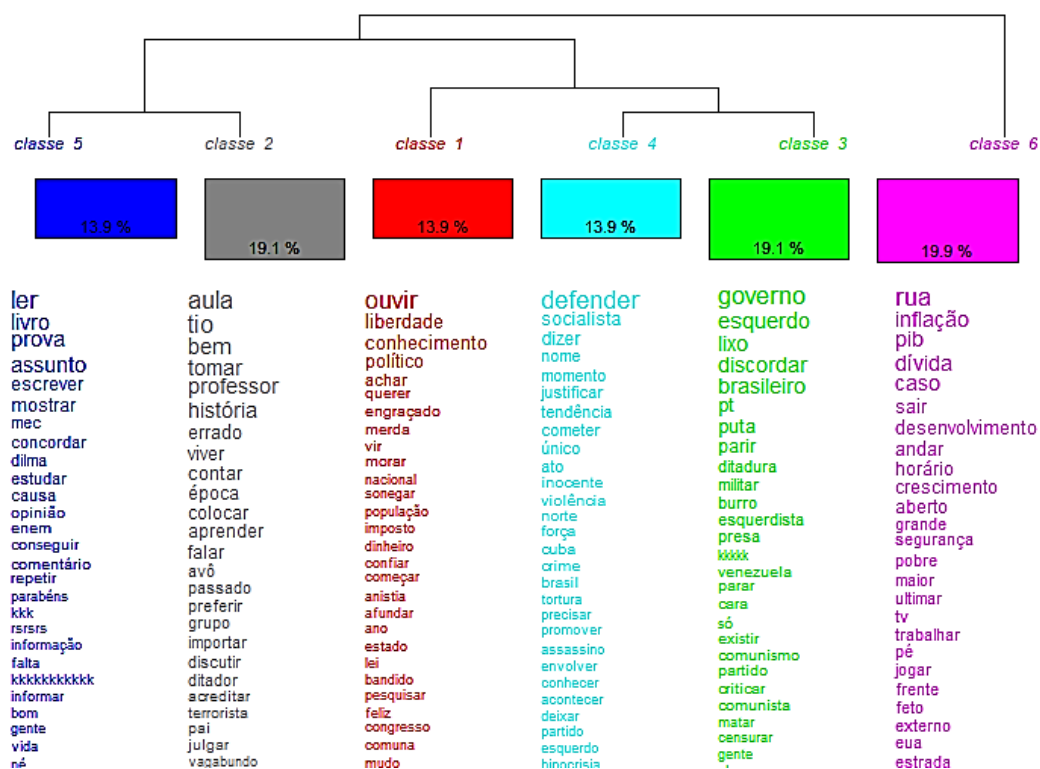
Dendrogramas resultantes da CHD, com auxílio do software IRAMUTEQ – *Corpora* construídos com os comentários dos 29 vídeos disponíveis para coleta, referentes ao fenômeno “regime militar”

Figura D-1 – Dendrograma de Classes referente aos comentários do vídeo ID4



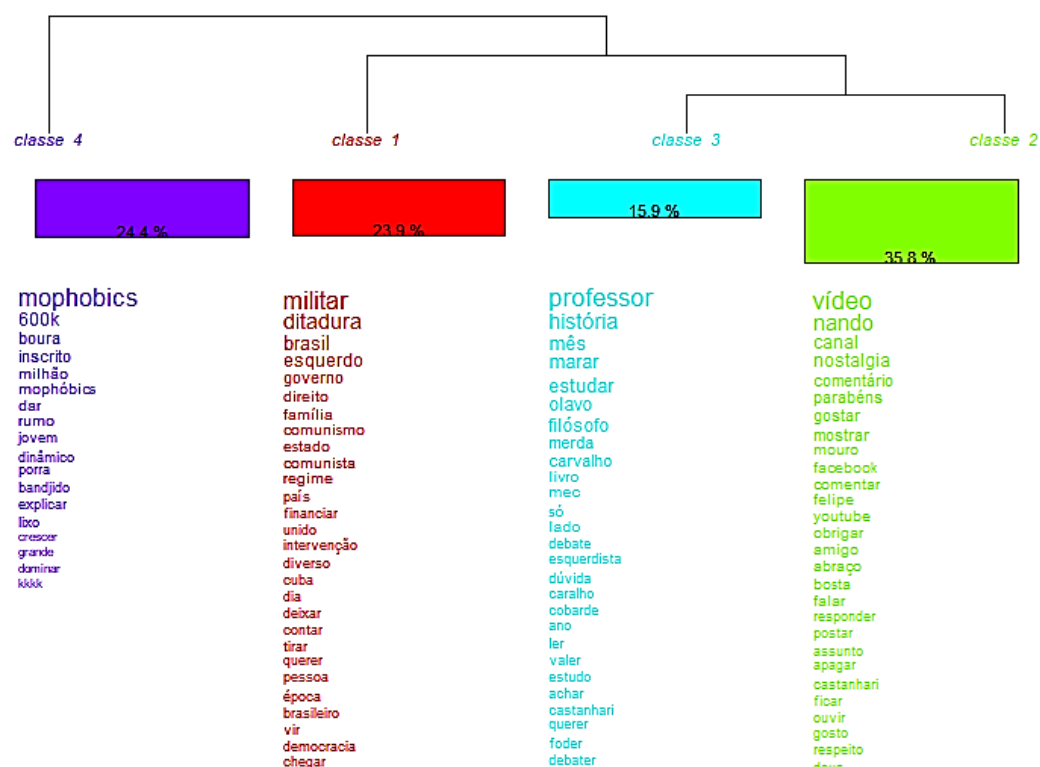
Fonte: Gráfico resultante do procedimento de CHD com auxílio do software IRAMUTEQ, relativo ao *corpus* de comentários do vídeo ID4.

Figura D-2 – Dendrograma de Classes referente aos comentários do vídeo ID5



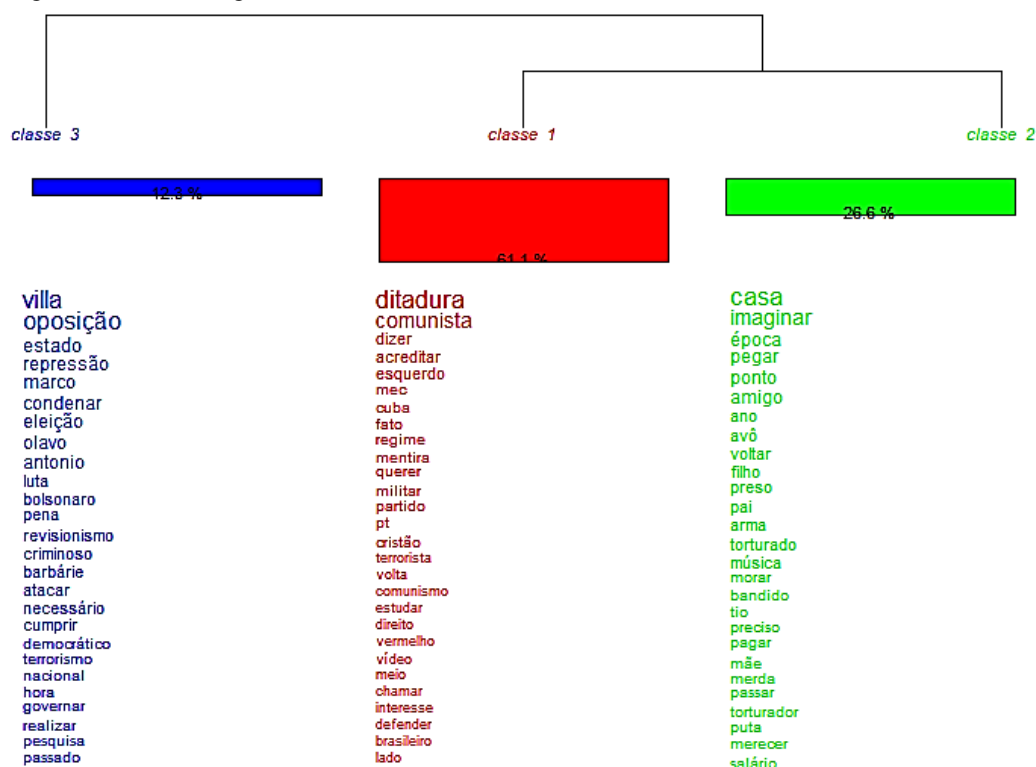
Fonte: Gráfico resultante do procedimento de CHD com auxílio do software IRAMUTEQ.

Figura D-3 – Dendrograma de Classes referente aos comentários do vídeo ID6



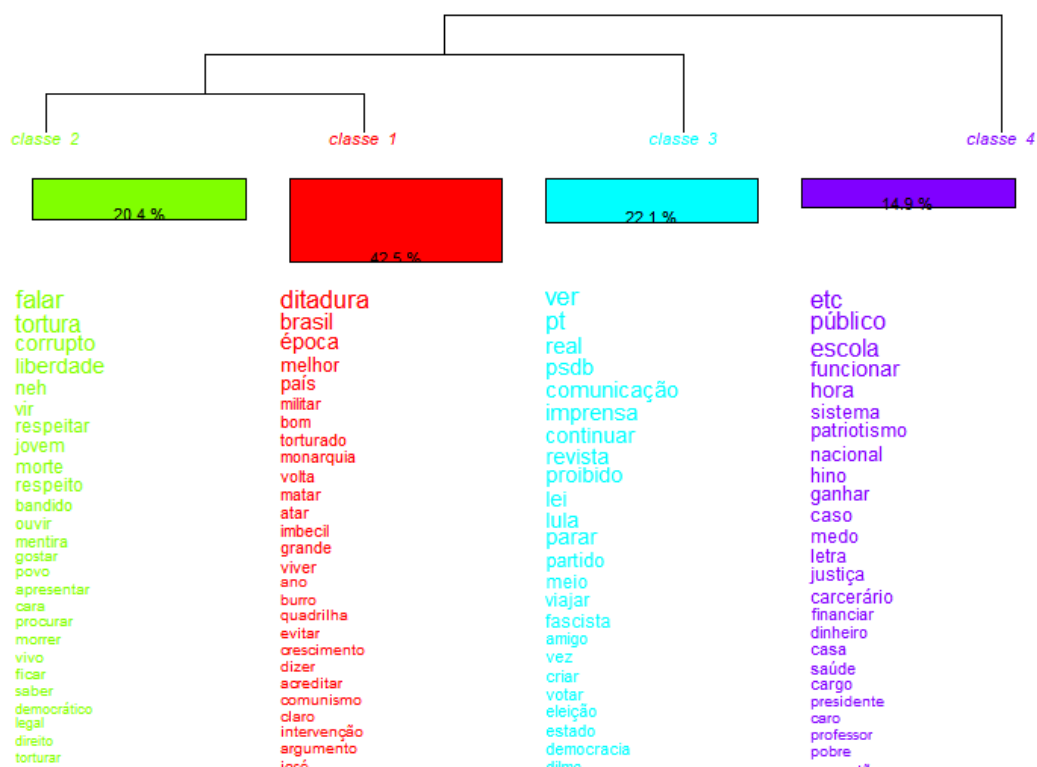
Fonte: Gráfico resultante do procedimento de CHD com auxílio do software IRAMUTEQ.

Figura D-4 – Dendrograma de Classes referente aos comentários do vídeo ID7



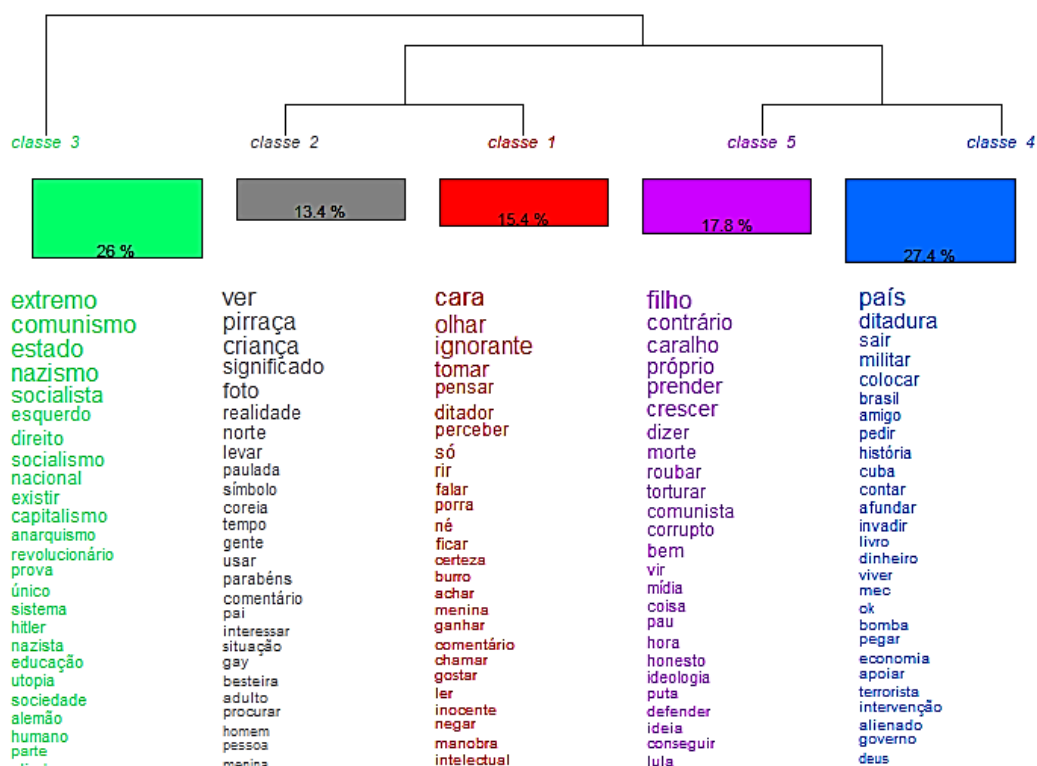
Fonte: Gráfico resultante do procedimento de CHD com auxílio do software IRAMUTEQ.

Figura D-5 – Dendrograma de Classes referente aos comentários do vídeo ID8



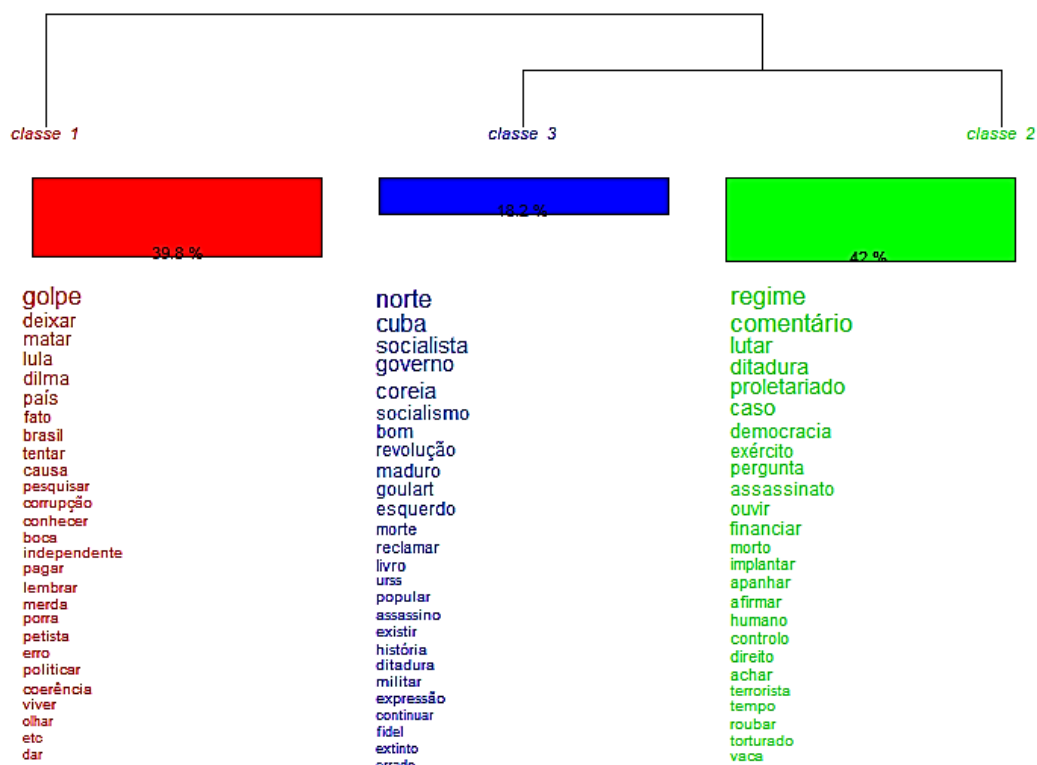
Fonte: Gráfico resultante do procedimento de CHD com auxílio do software IRAMUTEQ.

Figura D-6 – Dendrograma de Classes referente aos comentários do vídeo ID9



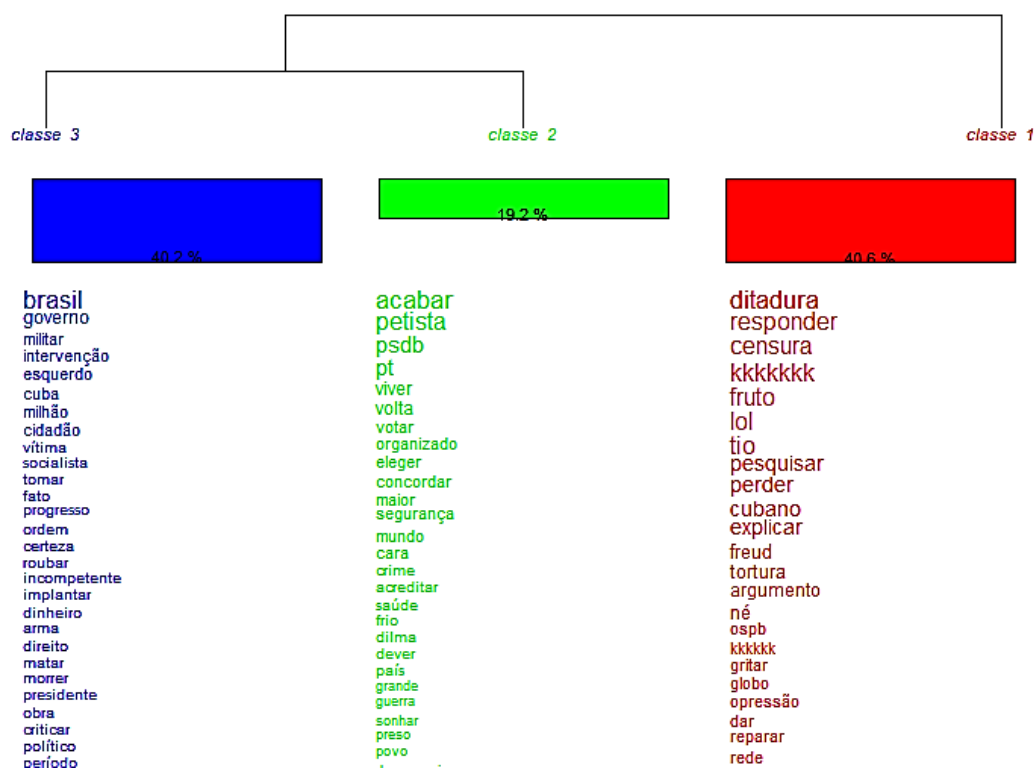
Fonte: Gráfico resultante do procedimento de CHD com auxílio do software IRAMUTEQ.

Figura D-7 – Dendrograma de Classes referente aos comentários do vídeo ID10



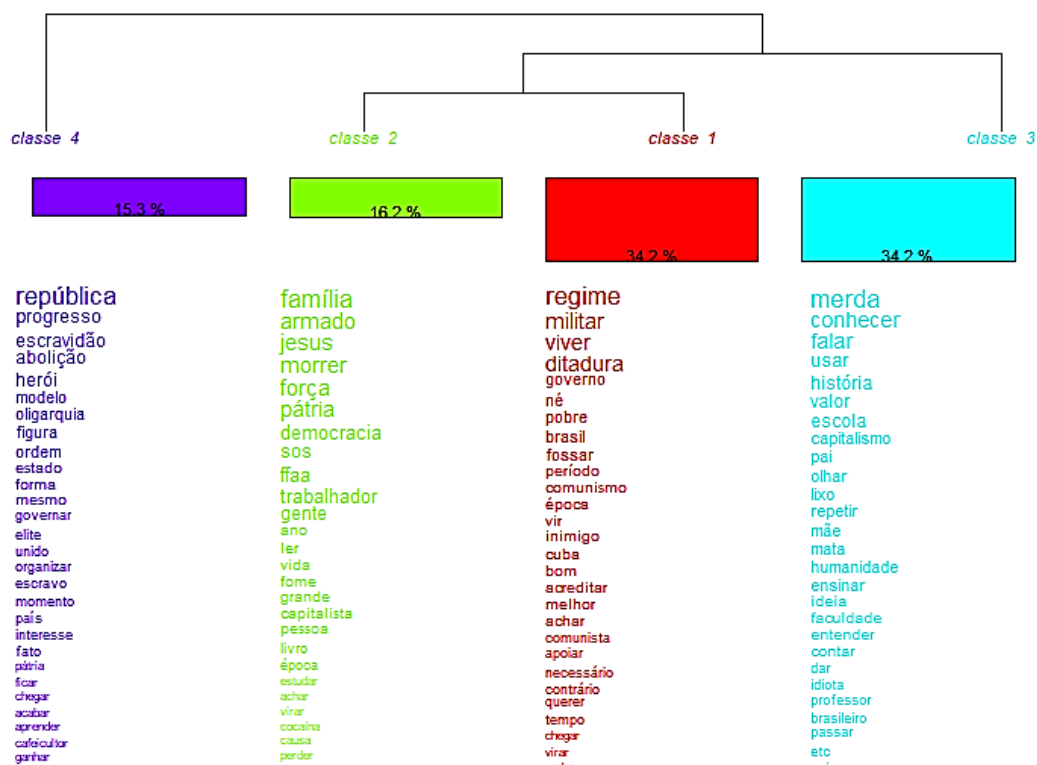
Fonte: Gráfico resultante do procedimento de CHD com auxílio do software IRAMUTEQ.

Figura D-8 – Dendrograma de Classes referente aos comentários do vídeo ID12



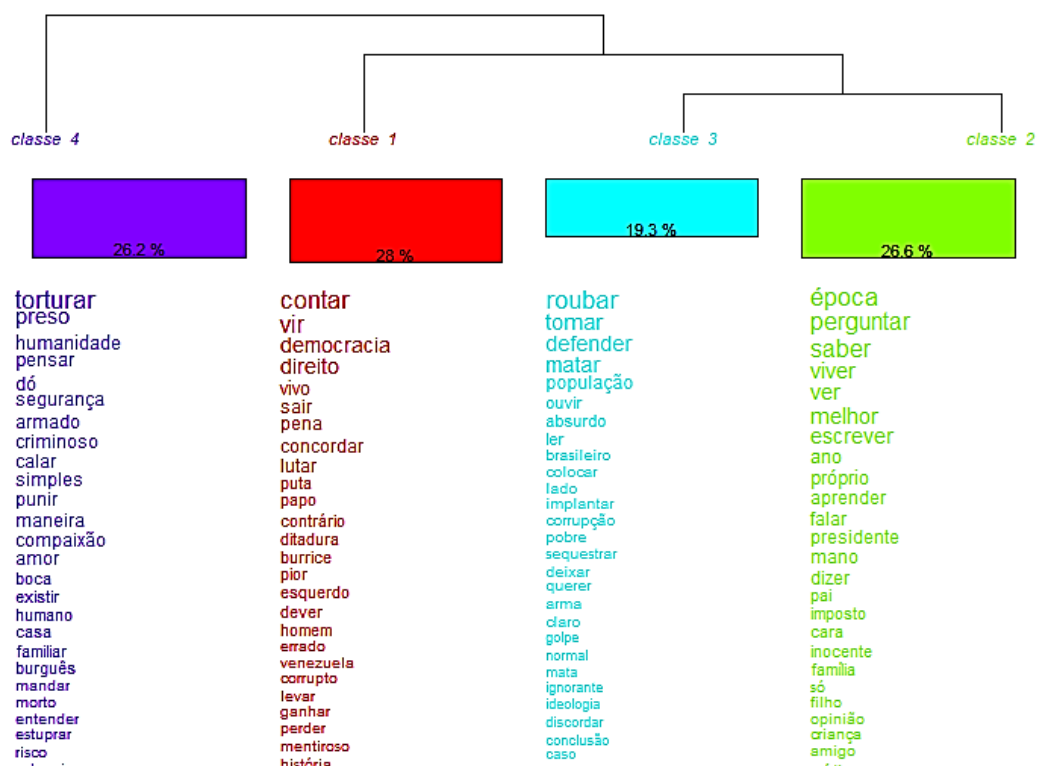
Fonte: Gráfico resultante do procedimento de CHD com auxílio do software IRAMUTEQ.

Figura D-9 – Dendrograma de Classes referente aos comentários do vídeo ID13



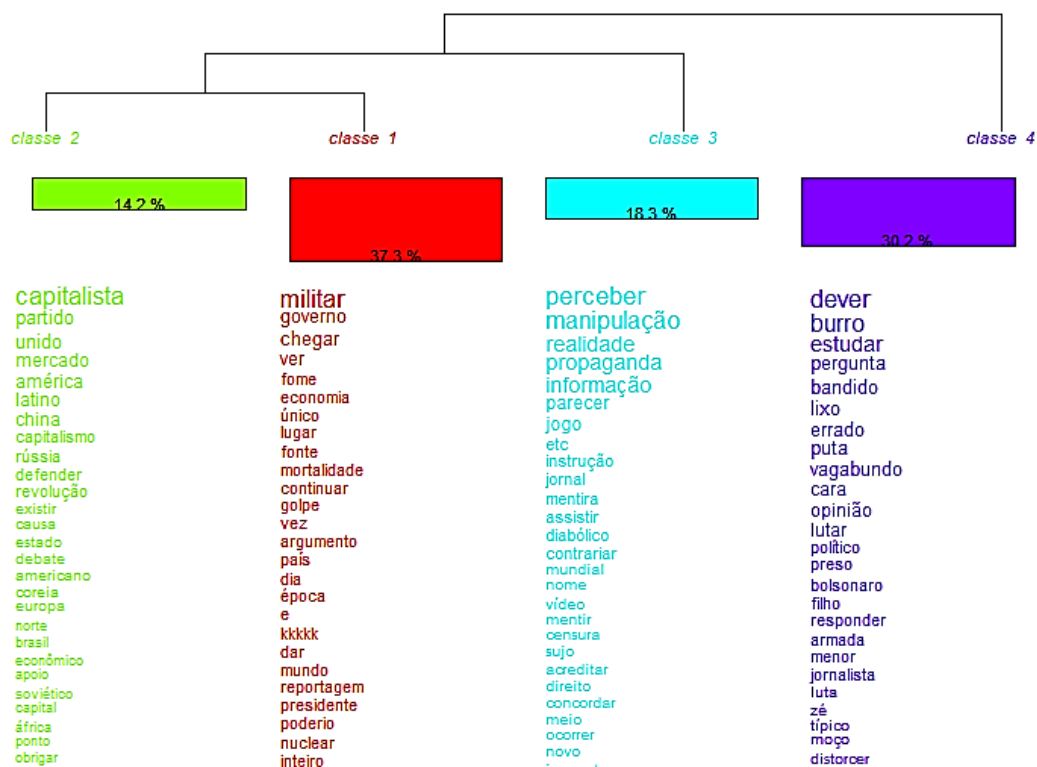
Fonte: Gráfico resultante do procedimento de CHD com auxílio do software IRAMUTEQ.

Figura D-10 – Dendrograma de Classes referente aos comentários do vídeo ID15



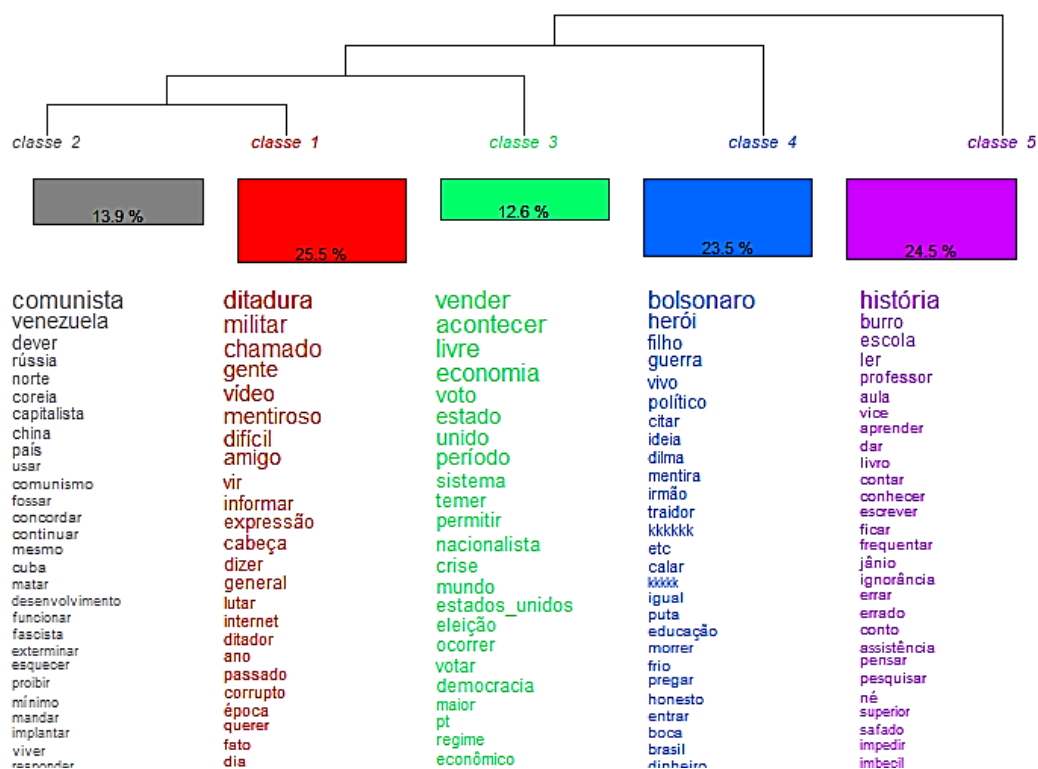
Fonte: Gráfico resultante do procedimento de CHD com auxílio do software IRAMUTEQ.

Figura D-11 – Dendrograma de Classes referente aos comentários do vídeo ID17



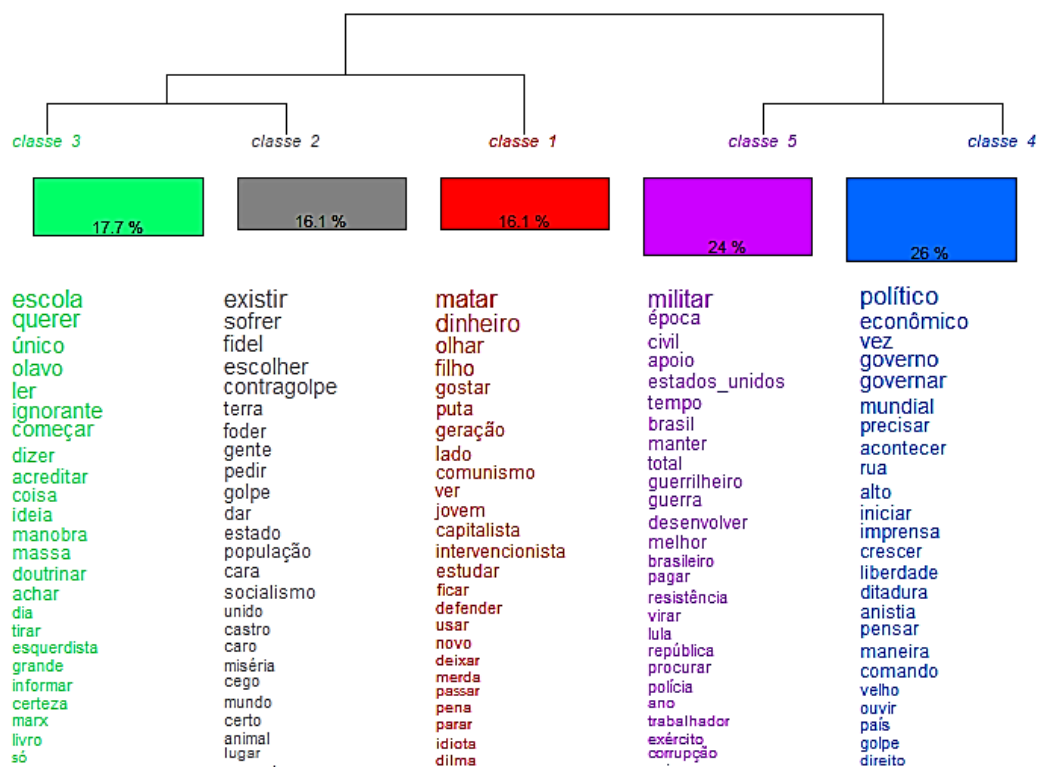
Fonte: Gráfico resultante do procedimento de CHD com auxílio do software IRAMUTEQ.

Figura D-12 – Dendrograma de Classes referente aos comentários do vídeo ID18



Fonte: Gráfico resultante do procedimento de CHD com auxílio do software IRAMUTEQ.

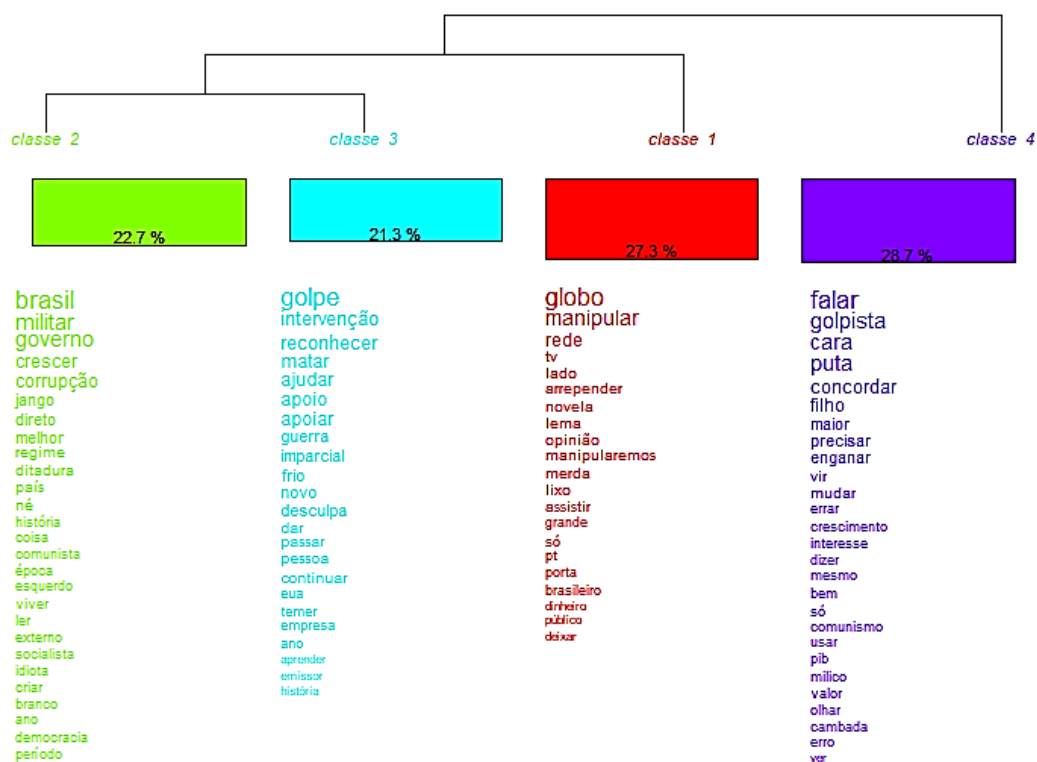
Figura D-13 – Dendrograma de Classes referente aos comentários do vídeo ID19



Fonte: Gráfico resultante do procedimento de CHD com auxílio do software IRAMUTEQ.

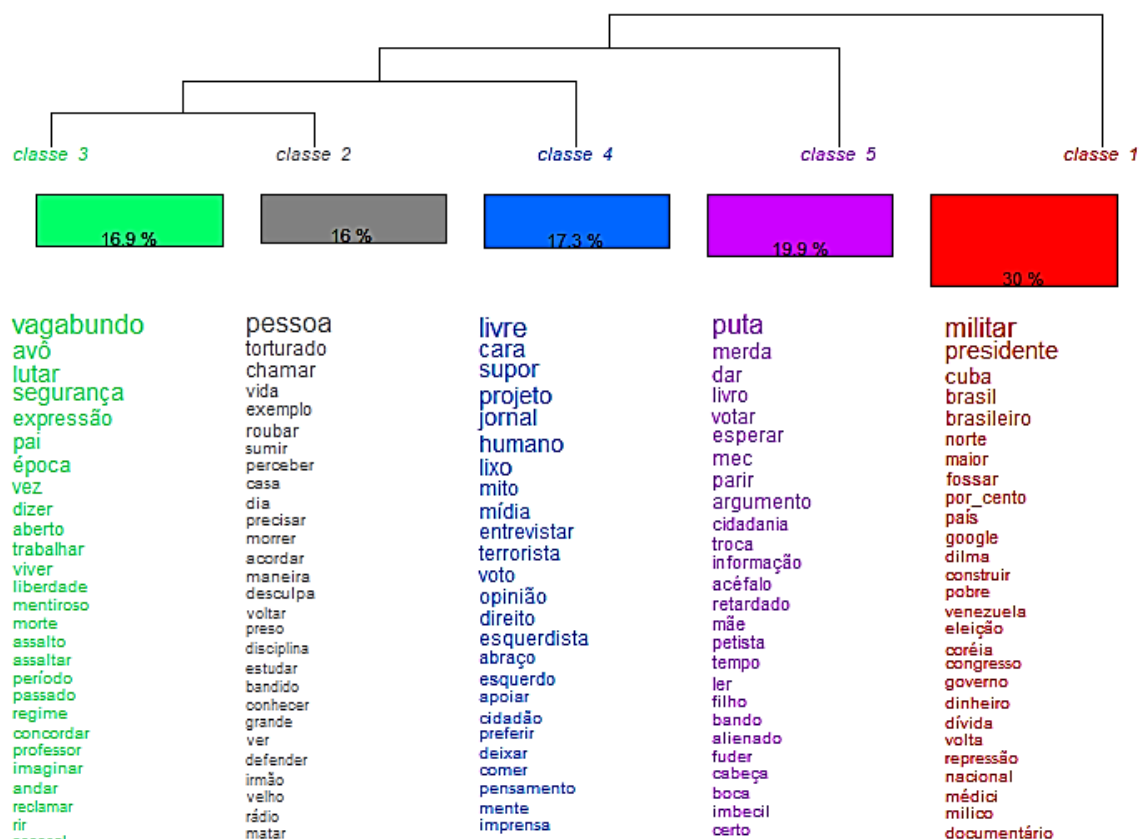


Figura D-14 – Dendrograma de Classes referente aos comentários do vídeo ID22



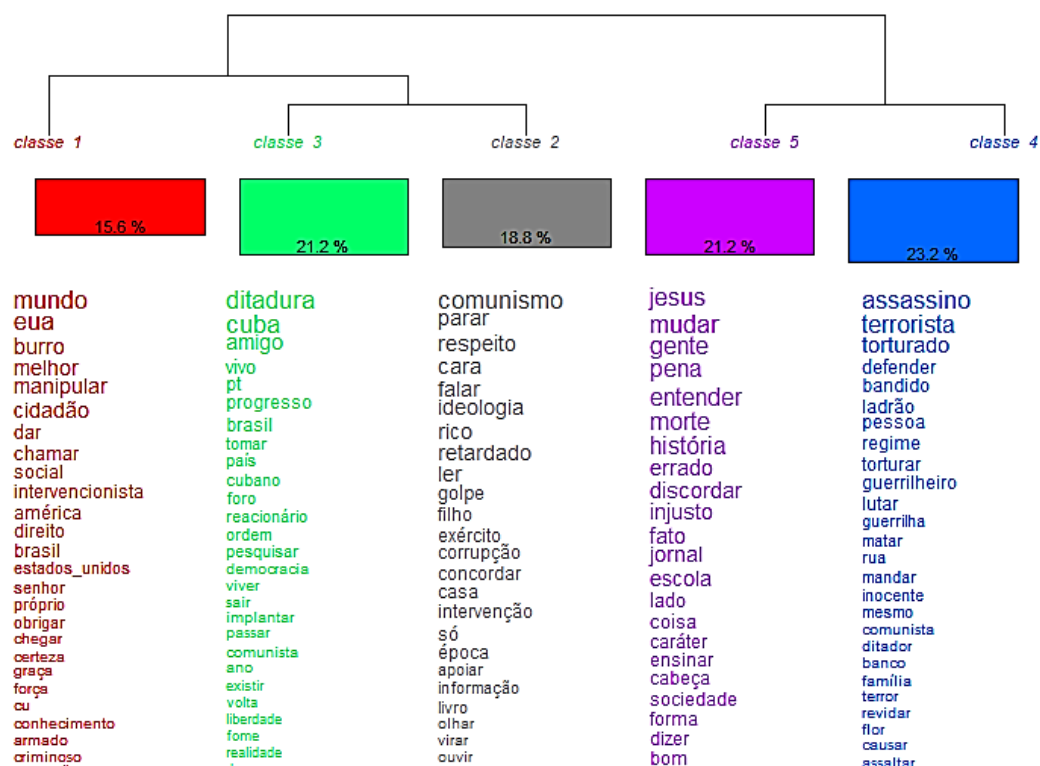
Fonte: Gráfico resultante do procedimento de CHD com auxílio do software IRAMUTEQ.

Figura D-15 – Dendrograma de Classes referente aos comentários do vídeo ID23



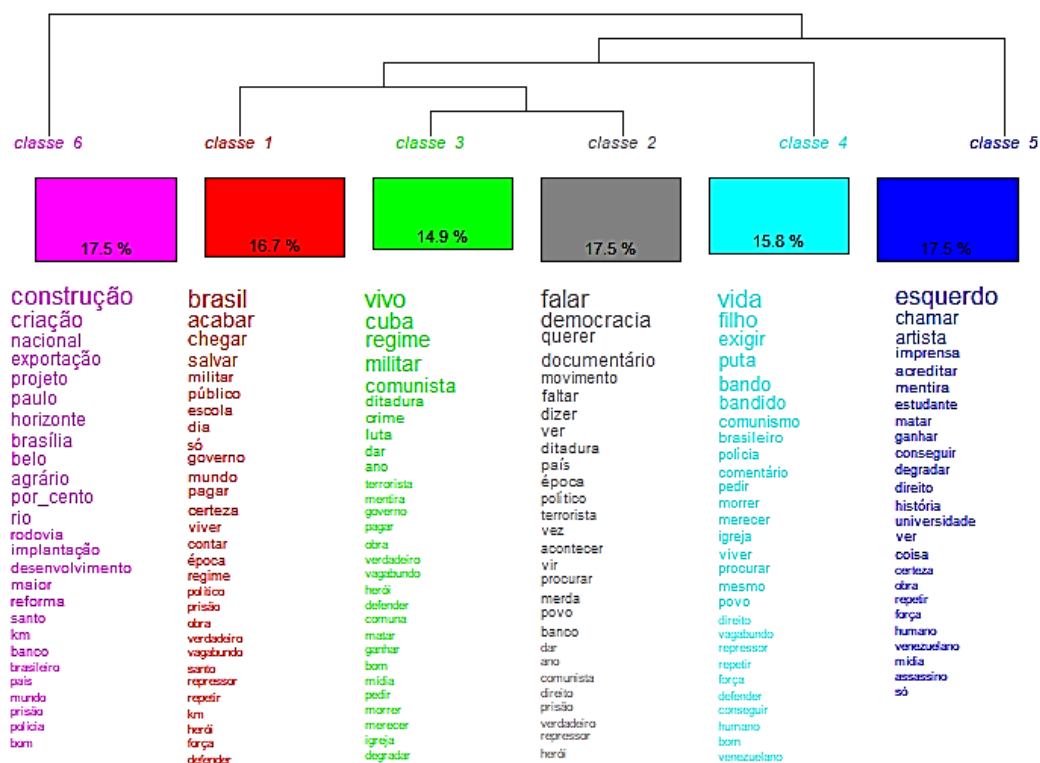
Fonte: Gráfico resultante do procedimento de CHD com auxílio do software IRAMUTEQ.

Figura D-16 – Dendrograma de Classes referente aos comentários do vídeo ID24



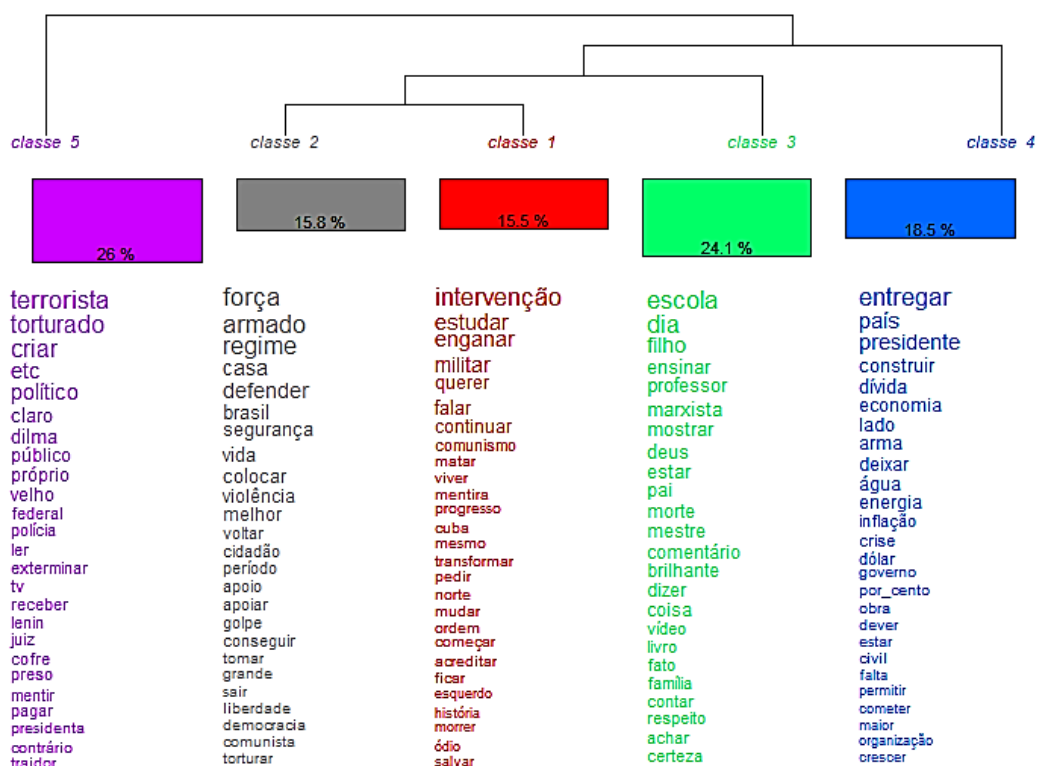
Fonte: Gráfico resultante do procedimento de CHD com auxílio do software IRAMUTEQ.

Figura D-17 – Dendrograma de Classes referente aos comentários do vídeo ID25



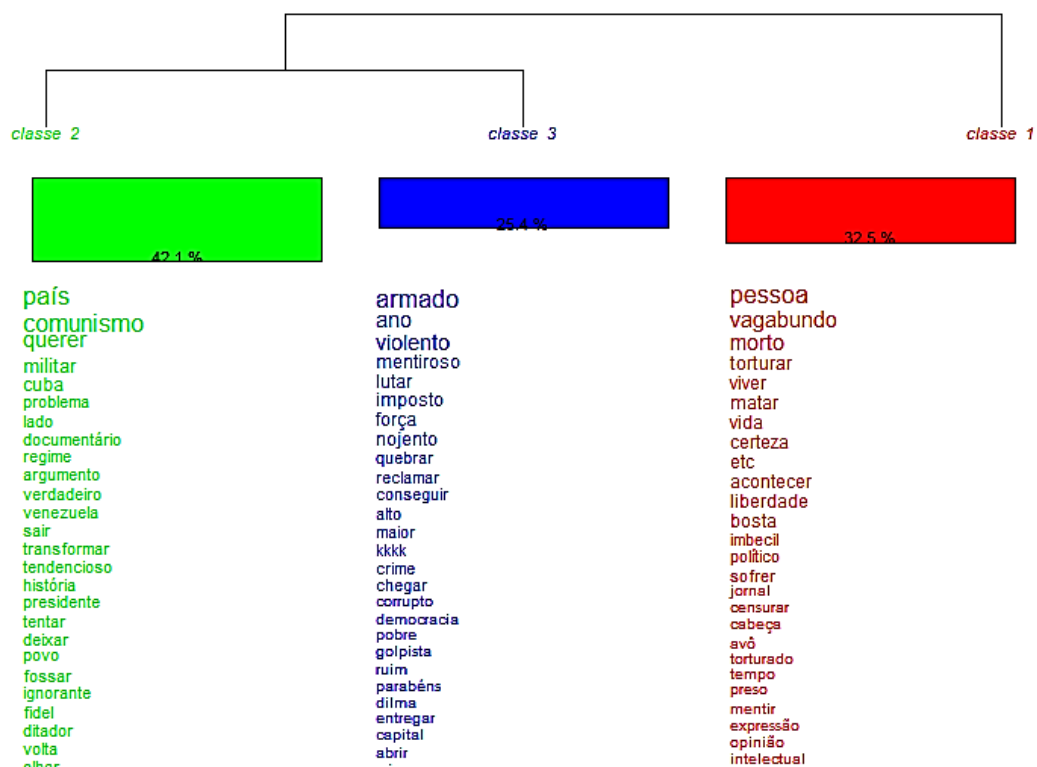
Fonte: Gráfico resultante do procedimento de CHD com auxílio do software IRAMUTEQ.

Figura D-18 – Dendrograma de Classes referente aos comentários do vídeo ID26



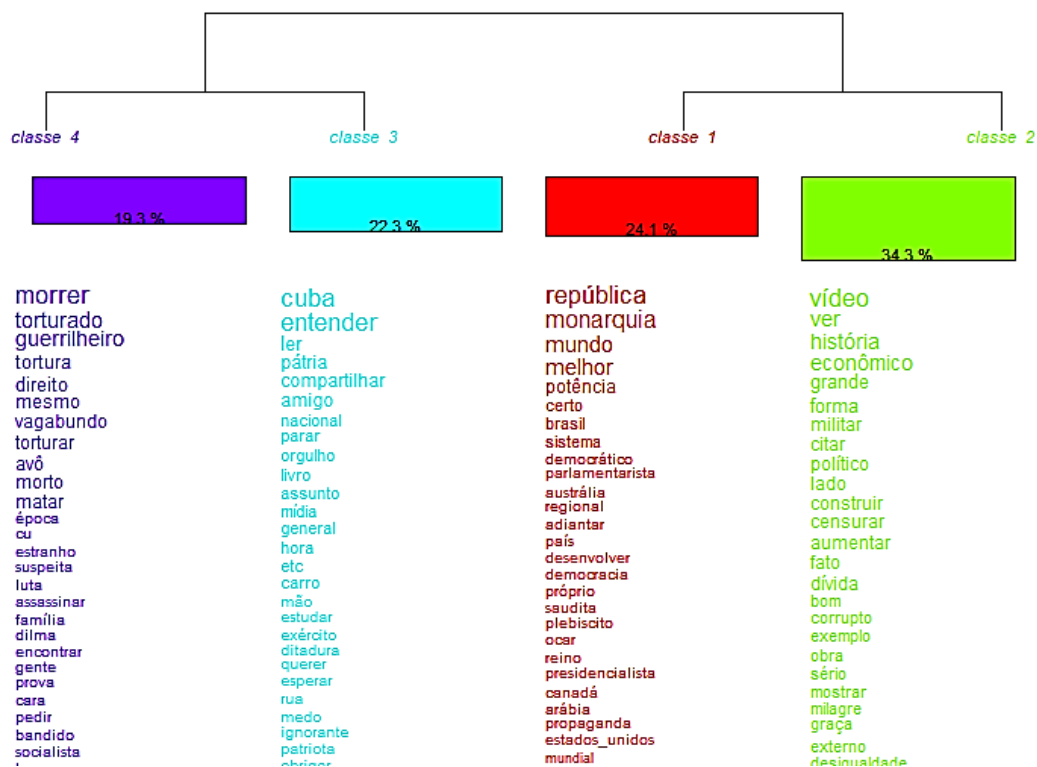
Fonte: Gráfico resultante do procedimento de CHD com auxílio do software IRAMUTEQ.

Figura D-19 – Dendrograma de Classes referente aos comentários do vídeo ID27



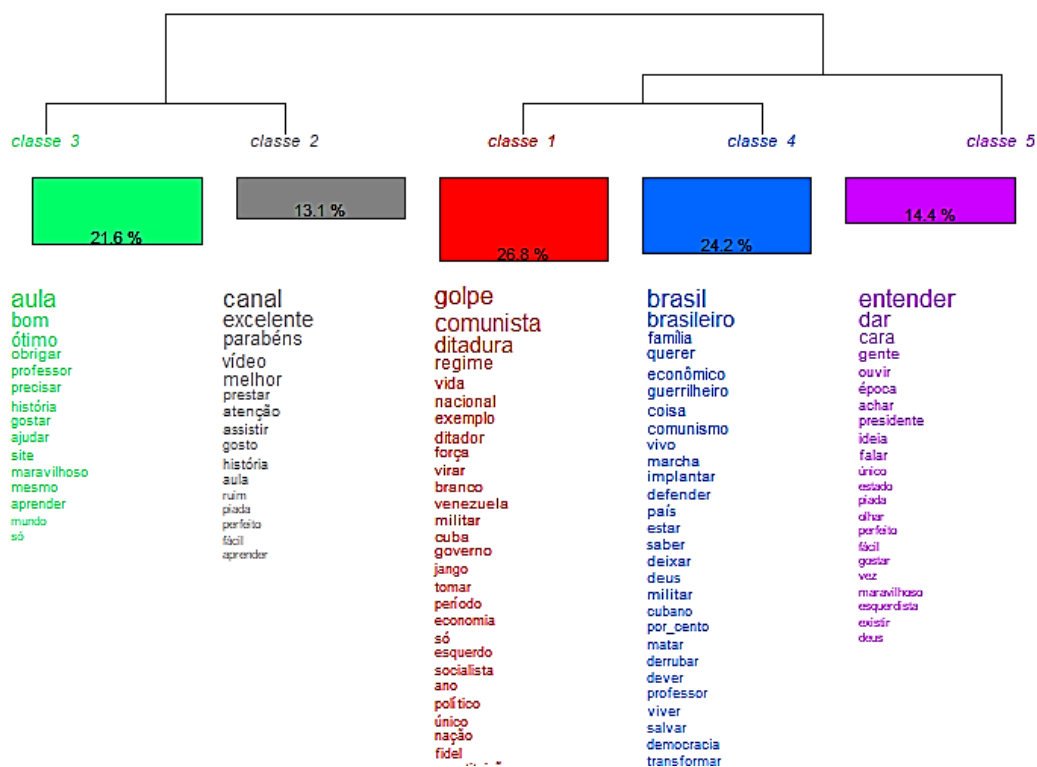
Fonte: Gráfico resultante do procedimento de CHD com auxílio do software IRAMUTEQ.

Figura D-20 – Dendrograma de Classes referente aos comentários do vídeo ID28



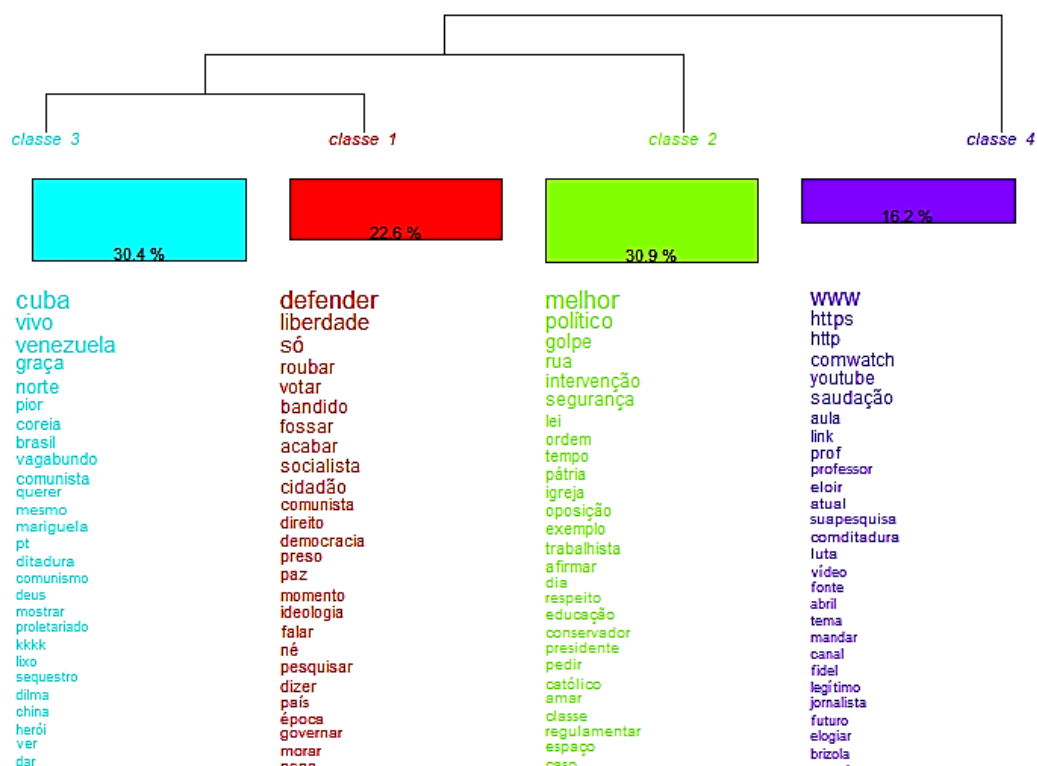
Fonte: Gráfico resultante do procedimento de CHD com auxílio do software IRAMUTEQ.

Figura D-21 – Dendrograma de Classes referente aos comentários do vídeo ID29



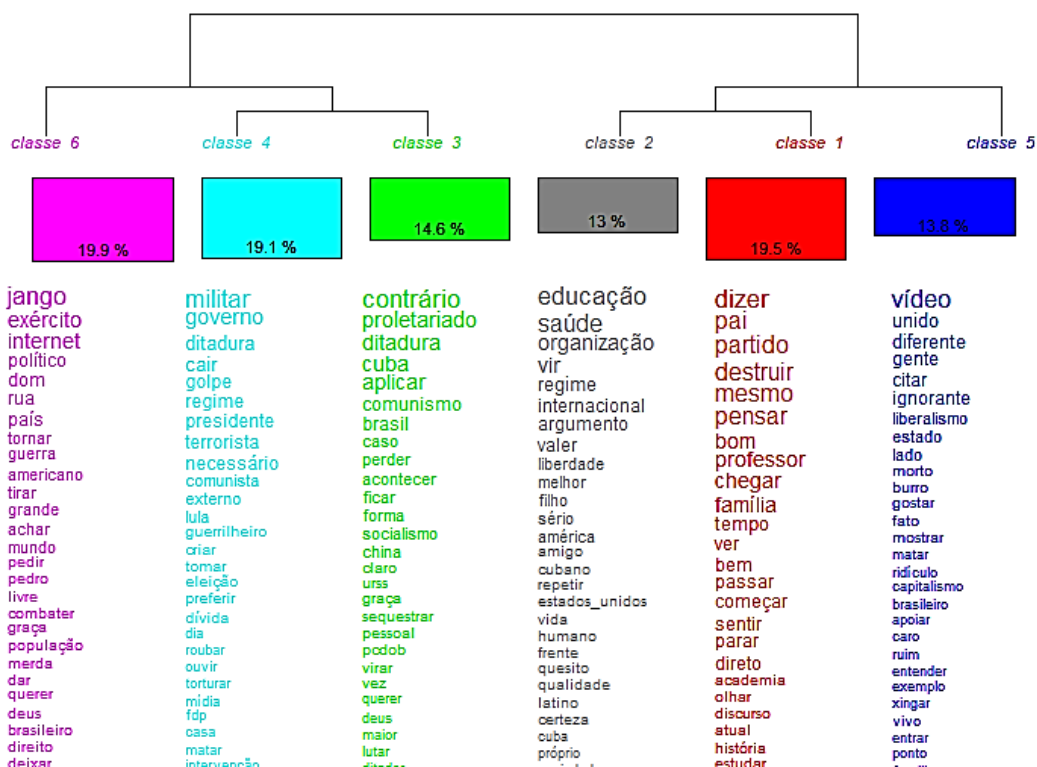
Fonte: Gráfico resultante do procedimento de CHD com auxílio do software IRAMUTEQ.

Figura D-22 – Dendrograma de Classes referente aos comentários do vídeo ID30



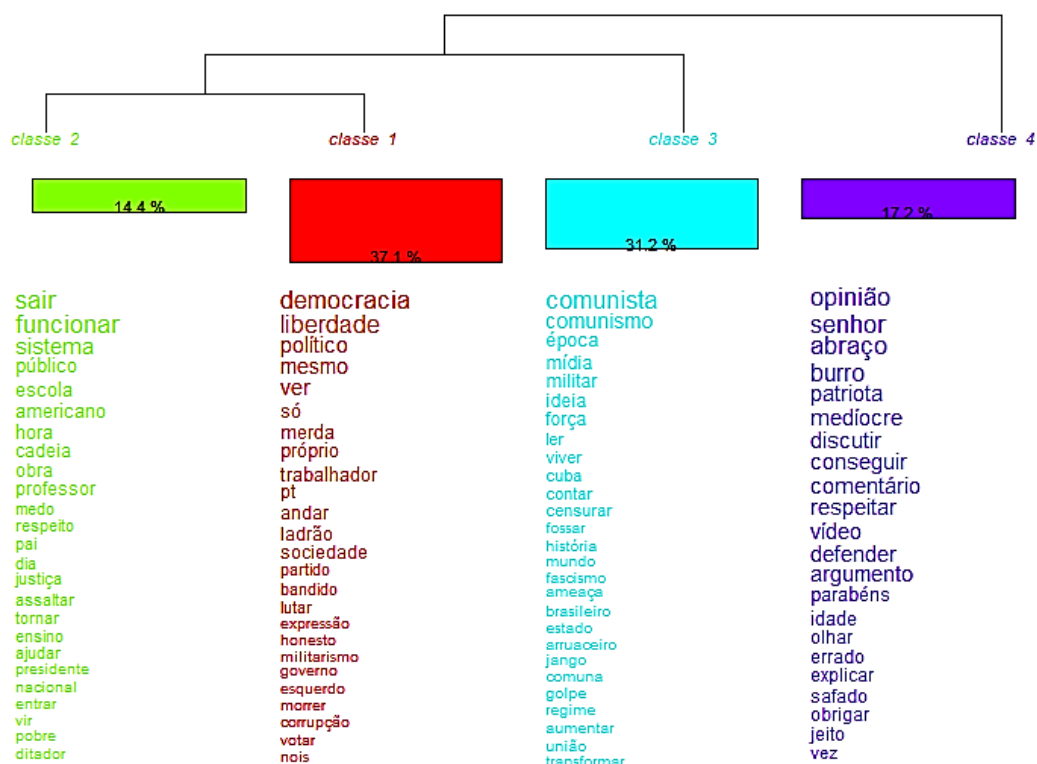
Fonte: Gráfico resultante do procedimento de CHD com auxílio do software IRAMUTEQ.

Figura D-23 – Dendrograma de Classes referente aos comentários do vídeo ID31



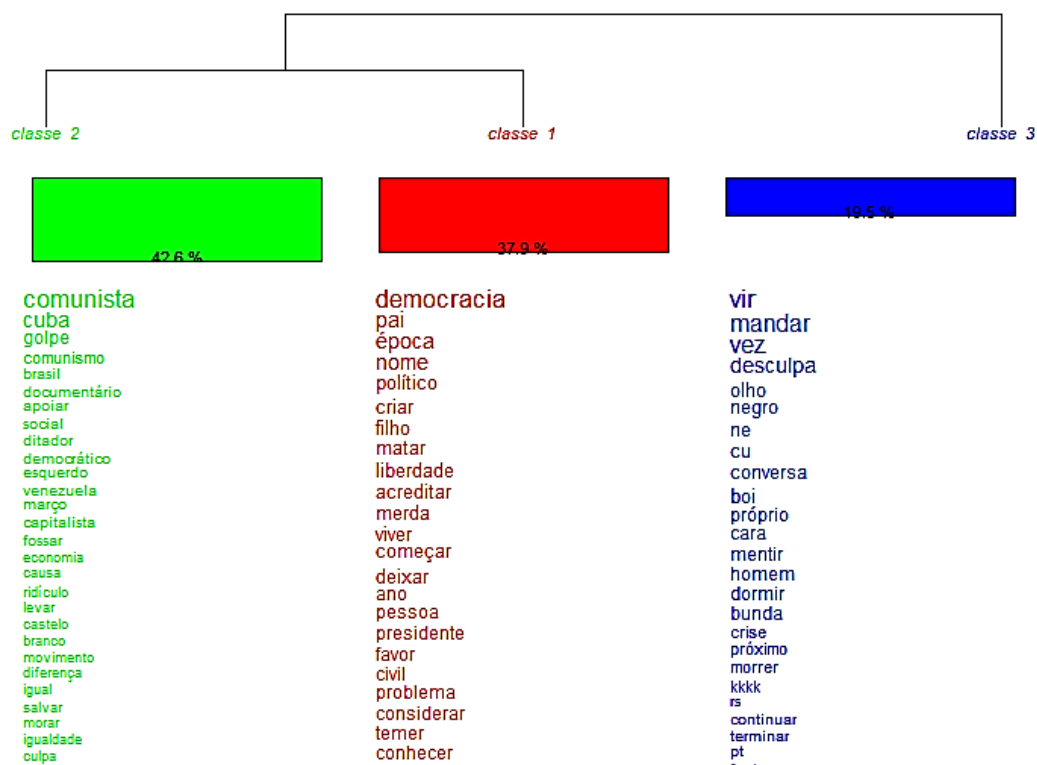
Fonte: Gráfico resultante do procedimento de CHD com auxílio do software IRAMUTEQ.

Figura D-24 – Dendrograma de Classes referente aos comentários do vídeo ID32



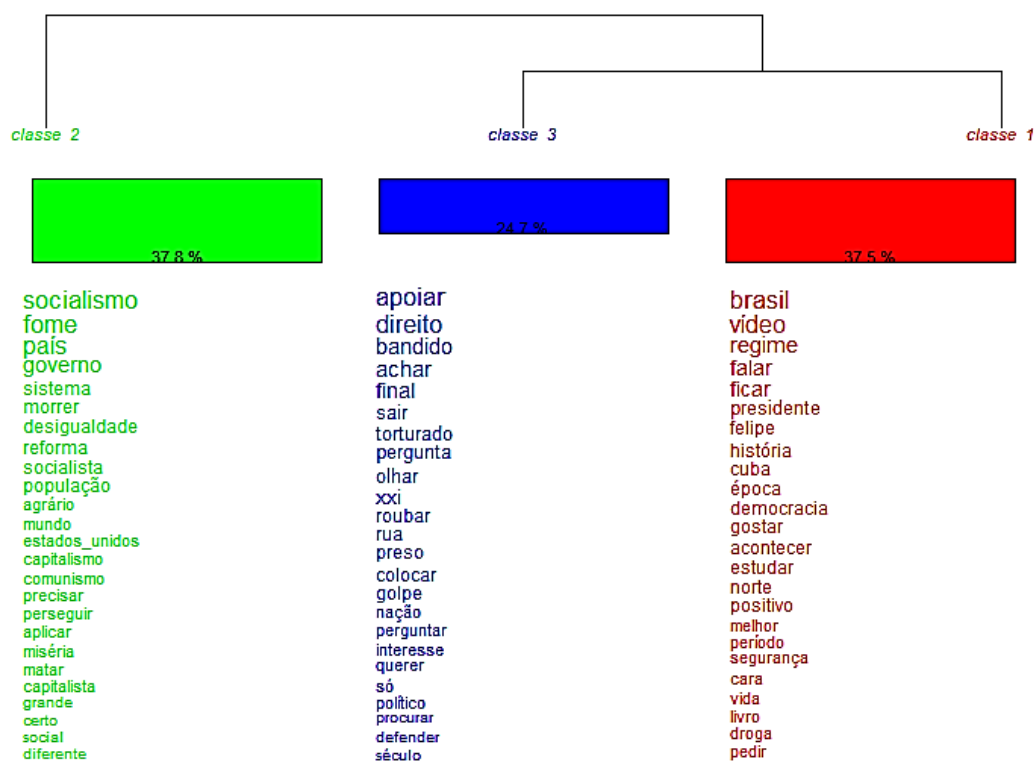
Fonte: Gráfico resultante do procedimento de CHD com auxílio do software IRAMUTEQ.

Figura D-25 – Dendrograma de Classes referente aos comentários do vídeo ID33



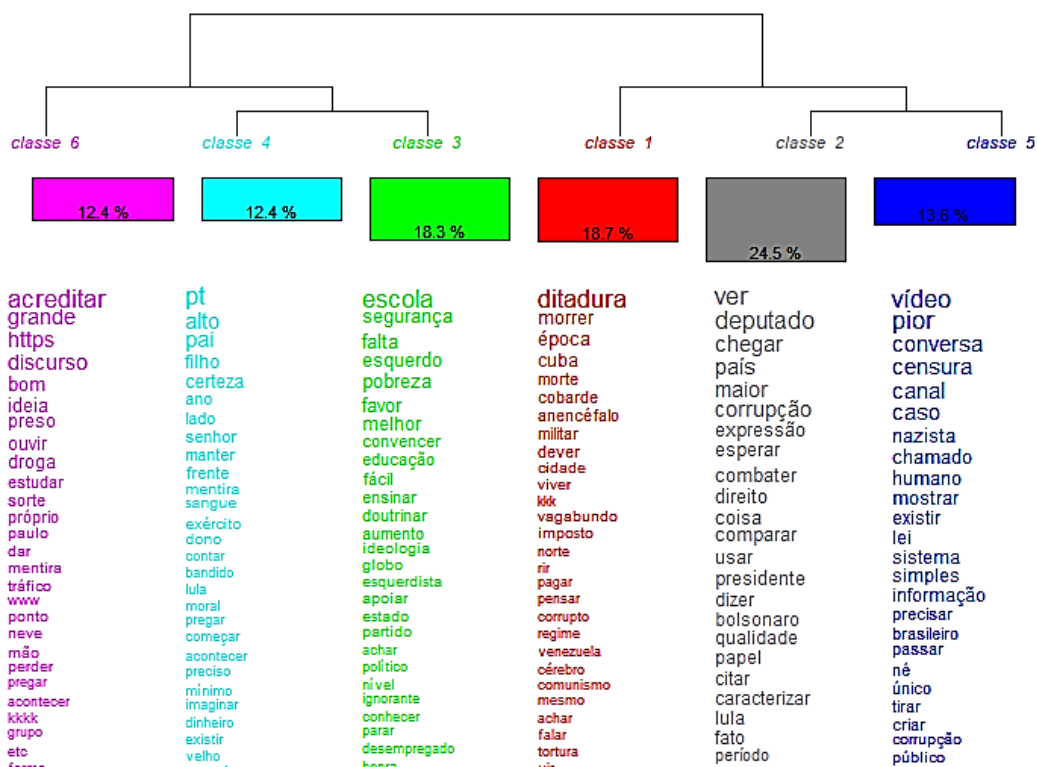
Fonte: Gráfico resultante do procedimento de CHD com auxílio do software IRAMUTEQ.

Figura D-26 – Dendrograma de Classes referente aos comentários do vídeo ID34



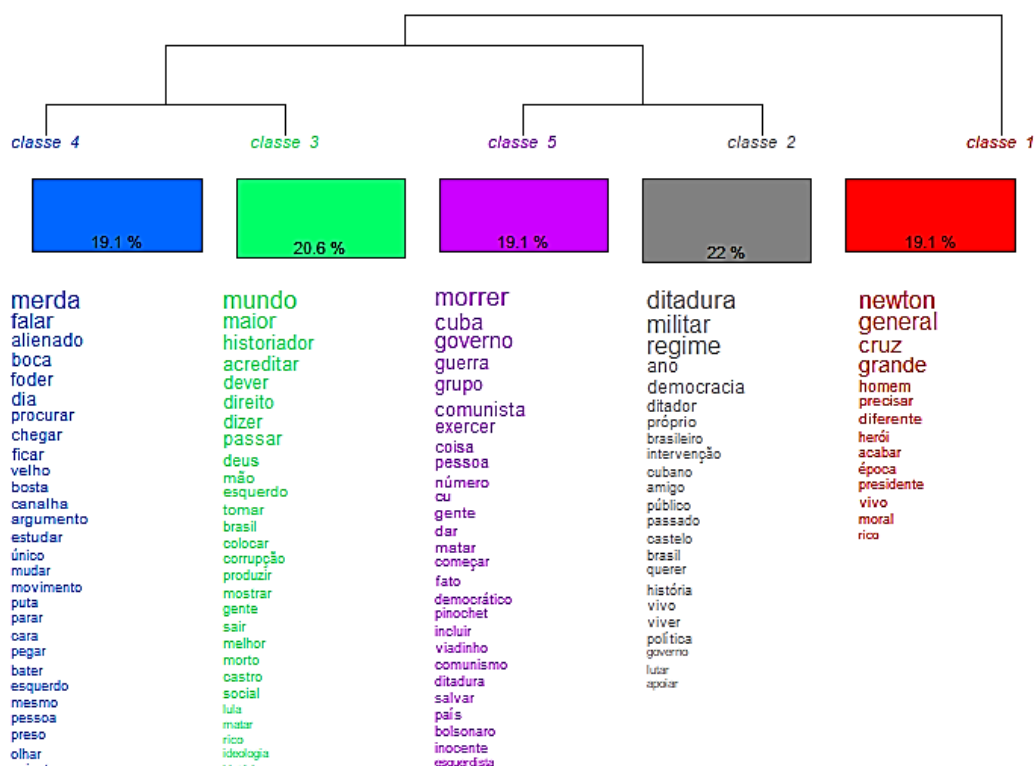
Fonte: Gráfico resultante do procedimento de CHD com auxílio do software IRAMUTEQ.

Figura D-27 – Dendrograma de Classes referente aos comentários do vídeo ID35



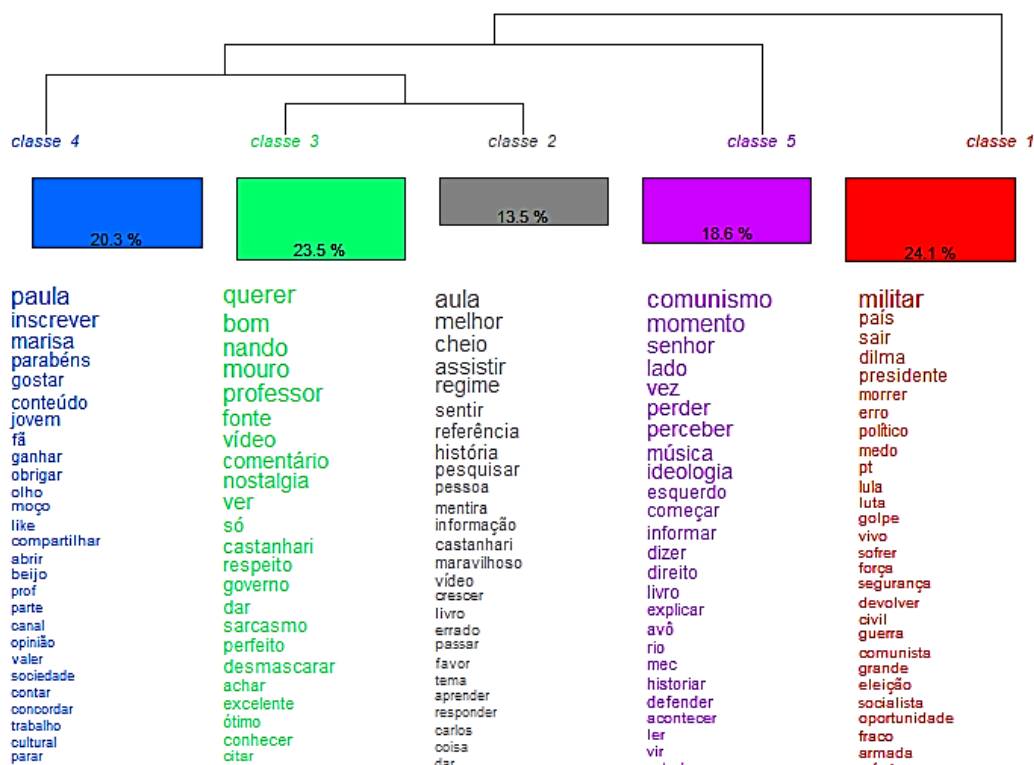
Fonte: Gráfico resultante do procedimento de CHD com auxílio do software IRAMUTEQ.

Figura D-28 – Dendrograma de Classes referente aos comentários do vídeo ID37



Fonte: Gráfico resultante do procedimento de CHD com auxílio do software IRAMUTEQ.

Figura D-29 – Dendrograma de Classes referente aos comentários do vídeo ID38





## APÊNDICE E

### Classes de palavras resultantes da CHD, com apenas uma ocorrência entre os dendrogramas relativos aos comentários do YouTube Br, sobre o fenômeno “regime militar”

As classes relacionadas abaixo se referem à temáticas pouco frequentes que não integram os esquemas (Figura 7 e 8) da sessão de resultados.

**Quadro E-1** - Classes de palavras resultantes da CHD, com apenas uma ocorrência entre os dendrogramas relativos aos comentários do YouTube, sobre o fenômeno “regime militar”

(continua)

N.	Temáticas, a partir das classes da CHD	IDs dos vídeos comentados e classes (Cl.)	Segmentos de texto característicos
22	Cassação de Jango	ID4 (Cl. 6)	<b>score: 410.24</b> _ quem <b>cassou</b> <b>joão goulart</b> foi o <b>congresso</b> nacional em <b>abril</b> de 1964 não foram os militares _ <b>cassou</b> _ para né <b>cassou</b> _ tá <b>certo</b> é <b>cassou</b> do verbo <b>cassar</b> não <b>caçou</b> <b>caçar</b>
23	Opinião e preconceitos	ID4 (Cl. 5)	<b>score: 175.39</b> _ neste <b>caso</b> eu retiro o <b>que</b> disse na parte do <b>racismo</b> eu tento sim <b>entender</b> o <b>ponto</b> de <b>vista</b> de outras <b>pessoas</b> mas é bom também <b>entender</b> que <b>homossexual</b> não <b>quer</b> ter mais privilégios que o <b>hétero</b>
24	PT lutou contra a ditadura?	ID4 (Cl. 2)	<b>score: 107.33</b> _ preste mais <b>atenção</b> <b>amigo</b> o <b>pt</b> nunca traria uma ditadura para este país a questão é que você é um ignorante assim como outros que em <b>vez</b> de <b>procurar</b> por um <b>partido</b> melhor também não <b>gosto</b> do <b>pt</b>
25	Bolsonaro: críticas e elogios	ID18 (Cl. 4)	<b>score: 121.08</b> provavelmente tu nem teria nascido pois tu mãe teria <b>morrido</b> de fome ou no paredão de fuzilamento <b>igual</b> de cuba _ <b>herói</b> é o mito <b>bolsonaro</b> que será <b>presidente</b> em 2019 _ 2019 <b>kkkkk</b> tá certo _ quem foram os <b>heróis</b> e quem foram os <b>traidores</b>
26	Elogios à aula – sem doutrinação	ID29 (Cl. 3)	<b>score: 123.28</b> _ <b>ótima</b> <b>aula</b> o <b>professor</b> apoia a direita o <b>professor</b> apoia a esquerda não sabemos porque não foi doutrinação foi explanação de fatos <b>bom</b> demais <b>obrigada</b>
27	PT corrupção e mentiras	ID35 (Cl. 4)	<b>score: 107.06</b> onde o <b>pai</b> cantava nos vagabundos comunistas do <b>pt</b> onde se <b>mantinha</b> a ordem é não essa baderna que <b>existe</b> hoje todos esses políticos se juntaram para usurpar nosso <b>dinheiro</b>
28	Falando de outros Youtubers	ID38 (Cl. 3)	<b>score: 86.91</b> na verdade eu nem sabia da existência do <b>canal</b> dele antes desse <b>vídeo</b> sobre a ditadura nem me <b>dei</b> ao trabalho de <b>ver</b> pois já tinha uma ideia do que viria pela frente inclusive tive a confirmação quando <b>vi</b> o <b>vídeo</b> do <b>nando moura</b>

**Quadro E-1** - Classes de palavras resultantes da CHD, com apenas uma ocorrência entre os dendrogramas relativos aos comentários do YouTube, sobre o fenômeno “regime militar”

(continuação)

N.	Temáticas, a partir das classes da CHD	IDs dos vídeos comentados e classes (Cl.)	Segmentos de texto característicos
29	Ditadura nem de esquerda, nem de direita	ID5 (Cl. 3)	<p><b>score: 137.17</b>  mas as coisas não eram tão claras porque o <b>governo</b> controlava a imprensa quero o <b>pt</b> fora mas <b>militares</b> no poder e <b>ditaduras</b> de <b>esquerda</b> ou de <b>direita</b> não <b>deram</b> certo em <b>lugar</b> nenhum _ bravo bravo</p>
30	República pós-escravidão serve às elites	ID13 (Cl. 4)	<p><b>score: 134.37</b>  _ é história que temos que aprender com isso pois algumas coisas podem voltar se não tomarmos cuidado _ o brasil é uma <b>república</b> em que os privilégios são institucionais nos tornaram <b>república</b> para atender a <b>interesses</b> de <b>oligarquias</b> que ficara descontente com a <b>forma</b> que foi conduzida a nossa <b>abolição</b> da <b>escravidão</b></p>
31	Forças armadas, família e Jesus	ID13 (Cl. 2)	<p><b>score: 112.55</b>  _ a época militar era muito mais organizada que a de agora com a falsa <b>democracia</b> a nossa urna não é aceita como democrática e os votos podem ser facilmente adulterados  _ <b>sos ffaa jesus pátria e família</b></p>
32	Cuba melhor saúde e educação	ID31 (Cl. 2)	<p><b>score: 165.04</b>  _ <b>conhece</b> o embargo sobre <b>cuba</b> que deteriorou a economia do mesmo e ainda assim <b>saúde</b> e <b>educação</b> ainda são <b>melhor</b> que o nosso não sou eu que estou dizendo são <b>organizações internacionais</b></p>
33	Quem viveu o período apoia a ditadura?	ID34 (Cl. 3)	<p><b>score: 60.26</b>  ela foi ruim no <b>final</b> em questão de economia mas ela foi boa em questão de segurança e patriotismo eu <b>defendo</b> ela porque antigamente você podia <b>sair</b> na <b>rua</b> sem <b>medo</b> de ser <b>roubado</b> ou sequestrado</p>
34	Revisionismo de Marco Antônio Villa	ID7 (Cl. 3)	<p><b>score: 168.48</b>  <b>criticar</b> a <b>luta armada</b> não legitima o <b>terrorismo</b> de <b>estado</b> <b>criticar</b> a <b>luta armada</b> não é <b>apoiar</b> a tortura assim como <b>atacar</b> a selvagem <b>repressão</b> do regime militar não é defender o <b>terrorismo</b> nem o livro deles vocês leram</p>
35	Houve tortura?	ID8 (Cl. 2)	<p><b>score: 95.87</b>  <b>falam</b> em <b>torturas</b> e não <b>apresentam</b> sequer uma pessoa com sequelas das supostas <b>torturas</b> o oxigênio da esquerda é a <b>mentira</b> quando acabar a <b>mentira</b> a esquerda <b>morre</b></p>
36	Revista Veja e influência na eleição: Lei de imprensa	ID8 (Cl. 3)	<p><b>score: 169.18</b>  tomará que depois dessa tentativa de golpe da <b>veja</b> o <b>pt</b> tome uma atitude e <b>crie</b> uma <b>lei</b> de <b>imprensa</b> numa verdadeira <b>democracia</b> não pode haver espaço para <b>meios</b> de <b>comunicação</b> sensacionalistas mentirosos <b>fascistas</b> e que tentam interferir no <b>resultado</b> de uma <b>eleição</b></p>

**Quadro E-1** - Classes de palavras resultantes da CHD, com apenas uma ocorrência entre os dendrogramas relativos aos comentários do YouTube, sobre o fenômeno “regime militar”

(continuação)

N.	Temáticas, a partir das classes da CHD	IDs dos vídeos comentados e classes (Cl.)	Segmentos de texto característicos
37	Nazismo de esquerda?	ID9 (Cl. 3)	<b>score: 197.64</b> por favor estude a respeito _ <b>fascismo é socialismo</b> tal como o <b>nazismo</b> ambos foram <b>movimentos</b> de <b>esquerda</b> rapaz e <b>extrema direita</b> é o <b>anarquismo</b> pois <b>prega</b> a falta total do <b>estado</b>
38	Significado da foto, menina e Figueiredo	ID9 (Cl. 2)	**** <b>*ID_9 *Coment_3 *Temp_2a *Temp_1a *Temp_11m *Temp_10m *Temp_9m *Temp_8m score: 144.14</b> _ a <b>menina</b> fez apenas uma <b>pirraça</b> ela disse isso nas entrevistas seus <b>pais</b> eram simpatizantes do regime militar _ é óbvio é uma <b>criança</b> _ infelizmente não <b>viram</b> o obvio e deram sentimento de <b>adulto</b> a <b>criança</b> distorcendo a <b>realidade</b>
39	Globo manipuladora	ID22 (Cl. 1)	**** <b>*ID_22 *Coment_6 *Temp_2a score: 85.00</b> _ a <b>globo</b> não só apoiou editorialmente ela serviu de <b>porta</b> voz da ditadura interferiu no processo eleitoral <b>manipulou</b> a <b>opinião</b> pública calou opositores destruiu a vida de vários políticos fazendo uso da difamação _ ontem hoje e sempre enquanto estiver viva
40	Globo golpista – usará as mesmas desculpas	ID22 (Cl. 4)	**** <b>*ID_22 *Coment_1 *Temp_2a *Temp_1a *Temp_8m *Temp_2m *Temp_4s score: 50.04</b> _ o bom é que o willian bonner junior só vai <b>precisar mudar</b> algumas palavras no editorial de 2050 _ kkkkkkkkkkkkk é quente _ melhor comentário kkkkkkkkkkkkk _ hahahahaha <b>falou</b> e <b>disse</b> _ kkkkk
41	Lados: direita e esquerda	ID23 (Cl. 4)	**** <b>*ID_23 *Coment_15 *Temp_1a *Temp_11m *Temp_10m *Temp_9m *Temp_8m *Temp_6m *Temp_4m *Temp_3m *Temp_2m score: 78.48</b> eu posso ser <b>meio</b> _ sou <b>livre</b> e sigo um <b>lado</b> _ vamos <b>supor</b> eu estou indo em uma rodovia ai tem 2 caminhos mas os dois caminhos vai pro mesmo destino mas o da <b>direita</b> demora mais um pouco e da <b>esquerda</b> chega uns 5min mais rápido
42	Jesus e pena de morte	ID24 (Cl. 5)	**** <b>*ID_24 *Coment_15 *Temp_2a *Temp_1a score: 89.42</b> <b>jesus</b> não foi <b>injusto</b> ele foi injustiçado para quem <b>acredita</b> e isso todos sabemos com a <b>sociedade</b> de hoje não duvido nada que tenha <b>gente</b> que <b>diga</b> que <b>jesus deveria</b> ter apanhado mais
43	Documentário enviesado	ID25 (Cl. 2)	**** <b>*ID_25 *Coment_38 *Temp_9m score: 61.38</b> <b>documentário</b> claramente comunista tendo de escolher eu prefiro mil <b>vezes</b> a <b>ditadura</b> dos militares do que a <b>democracia</b> dos esquerdistas fora comunistas
44	Críticas à esquerda	ID37 (Cl. 3)	**** <b>*ID_37 *Coment_46 *Temp_1a *Temp_8m score: 98.88</b> _ o lula impressionou o <b>mundo</b> por fazer parte do <b>maior</b> escândalo de <b>corrupção</b> do <b>mundo</b> você que apoia a <b>esquerda</b> <b>deveria</b> ficar calado porque ninguém <b>acredita</b> no que a <b>esquerda diz</b> _ descobri que minha mãe se espelhou neles para me criar

**Quadro E-1** - Classes de palavras resultantes da CHD, com apenas uma ocorrência entre os dendrogramas relativos aos comentários do YouTube, sobre o fenômeno “regime militar”

(conclusão)

N.	Temáticas, a partir das classes da CHD	IDs dos vídeos comentados e classes (Cl.)	Segmentos de texto característicos
45	Grande general Newton Cruz	ID37 (Cl. 1)	**** *ID_37 *Coment_48 *Temp_9m *Temp_8m score: <b>183.51</b> _ grande newton cruz o brasil precisa de homens como o senhor muita saúde ao senhor lutou pelo brasil _ ele é vivo ainda
46	Não foi pela democracia, foi pela ditadura do proletariado	ID10 (Cl. 2)	**** *ID_10 *Coment_4 *Temp_2a *Temp_1a *Temp_9m *Temp_1m *Temp_2s score: <b>39.58</b> ditadura do proletariado não neguem isso os próprios companheiros dela o disse vocês acham que o pessoal do regime militar é rico que nem hoje
47	Políticos terroristas que nos torturam	ID26 (Cl. 5)	**** *ID_26 *Coment_96 *Temp_7m score: <b>62.71</b> somos torturados por esses velhos políticos e coronéis que são eleitos pelo voto de uma parte do povo que se julga pseudo_intelectual político e pela massa que não se interessa por política e por porra nenhuma também
48	Intervenção militar já!	ID26 (Cl. 1)	**** *ID_26 *Coment_2 *Temp_1a *Temp_11m *Temp_10m *Temp_9m *Temp_8m *Temp_7m *Temp_6m score: <b>81.23</b> não fizeram antes por causa da intervenção militar _ deus interceda por nossa pátria que volte logo o regime militar _ cara que show de aula de história falou muito bem tens minha admiração concordo com cada linha escrita
49	monarquia x república	ID28 (Cl. 1)	*** *ID_28 *Coment_1 *Temp_3a *Temp_2a *Temp_1a *Temp_11m *Temp_9m *Temp_8m *Temp_7m *Temp_6m *Temp_5m *Temp_2m *Temp_2s *Temp_1s score: <b>210.20</b> é óbvio que a república ganhou acho que o senhor não sabe a diferença de monarquia república e democracia o país mais democrático do mundo é a noruega que é uma monarquia e todos os países menos democráticos do mundo são repúblicas presidencialistas
50	Forças armadas patriotas	ID28 (Cl. 3)	**** *ID_28 *Coment_1 *Temp_3a *Temp_2a *Temp_1a *Temp_11m *Temp_9m *Temp_8m *Temp_7m *Temp_6m *Temp_5m *Temp_2m *Temp_2s *Temp_1s score: <b>76.18</b> lá eu aprendi a amar minha pátria e daria com muito orgulho minha vida por ela sem dúvidas estaria em boas mãos braço forte e mão amiga _ eu vivi no tempo que os ignorantes chamam de ditadura militar
51	Tortura tem justificativa?	ID15 (Cl. 4)	**** *ID_4 *Coment_10 *Temp_2a *Temp_5m *Temp_3m *Temp_2m score: <b>86.32</b> pelo menos bandidos sumiam tortura porque será que falam apenas de tortura e morte sem falar do que aconteceu pra supostamente causarem esse fim pois eh neh

## APÊNDICE F

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para participação em pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia  
Departamento de Psicologia

Av. Antônio Carlos, 6627 – Cidade Universitária  
Cep: 31270-910 Belo Horizonte – MG  
Telefone: (0xx) 31 3409-5042

Home-page: <http://www.fafich.ufmg.br/pospsicologia> - E-mail: [posgradpsi@gmail.com](mailto:posgradpsi@gmail.com)

Prezada Sr.(a),

Você esta sendo convidado(a) para participar da pesquisa *“Topografando lugares de memória: uma análise psicossocial da memória histórica do regime militar no Brasil (1964-1985)”*

A presente pesquisa tem como objetivo, compreender como os grupos sociais constroem suas memórias sobre determinado período histórico. Nesta pesquisa, o intuito é compreender a construção da memória histórica do Regime Militar (1964-1985), a partir de interações sociais no ambiente virtual e presencial. Para isso, vamos fazer perguntas sobre esse período a diversas pessoas, com o intuito de resgatar e contribuir para a emergência de novas versões da memória social.

Você, nesse momento está sendo convidado(a) a participar dessa pesquisa. Sua participação é totalmente voluntária e não será remunerada. Consideramos que sua participação não oferece quaisquer perdas ou riscos significativos a você, a não ser a expressão de sua opinião de forma sigilosa e a dedicação de um tempo estimado em 20 minutos para o preenchimento de um questionário sobre o tema. Não existem respostas certas ou erradas. Não é uma avaliação ou teste de conhecimentos, mas um instrumento para mapear as lembranças que você sabe ou tem sobre o Regime Militar. O questionário não possui qualquer forma de identificação em seu preenchimento, apenas, seu consentimento em participar, e dados como idade, sexo, naturalidade, orientação política, orientação religiosa, escolaridade. Nossa intenção é que você se sinta confortável para expressar sua opinião. Todas as informações coletadas nesses questionários e registros ficarão armazenados no Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por um período mínimo de 02 anos, sob inteira responsabilidade das pesquisadoras Flaviane da Costa Oliveira e Jaíza Pollyanna Dias da Cruz Rocha, e da professora orientadora responsável por essa pesquisa, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento. Reiteramos a manutenção do sigilo. Somente os resultados do conjunto dos questionários analisados, serão divulgados em congressos e em revistas científicas, e as participantes poderão ter acesso a eles se assim o desejarem. Colocamos também a sua disposição o projeto de pesquisa, para que possa ler e se familiarizar com a proposta do trabalho. Para isso e para quaisquer outros esclarecimentos, basta fazer contato com a pesquisadora e professora responsável, na UFMG, ou com o COEP- Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG.

**Flaviane da Costa Oliveira**, pesquisadora de doutorado responsável. E-mail: flavianecoliveira@gmail.com

**Jaíza Pollyanna Dias da Cruz**, pesquisadora de doutorado responsável. E-mail: jaizacruz@gmail.com

**Profª. Drª. Ingrid Faria Gianordoli Nascimento**, pesquisadora responsável. Av. Antônio Carlos, 6627, FAFICH/Departamento de Psicologia, Campus Pampulha, CEP: 31270-901 – Belo Horizonte, MG. Telefone para contato: (31) 3409-6278. E-mail: fgian@uol.com.br

**Obs.:** Se tiver dificuldade em encontrar a responsável, comunique o fato ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG:

**COEP** - Av. Antônio Carlos, 6627 - Unidade Administrativa II - 2º andar, Campus Pampulha, CEP: 31270-901 – Belo Horizonte, MG. Tel.: (31) 3409-4592.

Ao clicar na opção “Aceito” abaixo, você declara que leu e entendeu as informações relativas a esta pesquisa contidas neste Termo de Consentimento e concordo em participar voluntariamente da mesma. AUTORIZO a utilização das informações prestadas na pesquisa intitulada “*Topografando lugares de memória: um análise psicossocial da memória histórica do regime militar no Brasil (1964-1985)*”

- Aceito (continua o preenchimento)  
 Não aceito (encerra-se a participação)

## APÊNDICE G

### UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Pesquisa: Topografando lugares de memória: uma análise psicossocial da memória histórica do regime militar no Brasil (1964-1985)

\*Questões de preenchimento obrigatório

1. Para começar, eu gostaria que você citasse 5 (cinco) palavras ou expressões que lhe vêm logo à lembrança quando eu falo "REGIME MILITAR". \*

Utilize linhas diferentes para listar os termos. Teclle ENTER e anote a próxima palavra ou expressão na linha seguinte.

1.1 Qual dos termos mencionados acima é o mais importante? Organize os termos listados por você em ordem de importância, primeiro o mais importante, depois o segundo mais importante, até o último ou menos importante. \*

Utilize linhas diferentes para reorganizar os termos. Teclle ENTER e anote a próxima palavra ou expressão na linha seguinte.

2. Nesta pesquisa, optamos pela nomenclatura "Regime Militar". No entanto, alguns pesquisadores utilizam termos como Ditadura militar ou Ditadura civil-militar. Para você, qual seria o mais adequado? Por quê?

3. Você se lembra quando ocorreu o período conhecido como "REGIME MILITAR"?  
Exemplo: 1914 a 1918.

4. Em sua opinião, o que marcou o início do "REGIME MILITAR"? \*

- ( ) Golpe de estado  
 ( ) Revolução  
 ( ) Movimento popular  
 ( ) Não sei/ Não lembro.  
 ( ) Outro:

5. Em sua opinião, por que ocorreu o período conhecido como "REGIME MILITAR" no Brasil? \*

Podem ser marcadas mais de uma opção.

- ( ) Para "acabar com a baderna"  
 ( ) Para "impedir o avanço do comunismo no Brasil"  
 ( ) Para "acabar com a corrupção"  
 ( ) Para que as "elites conservadoras assumissem o poder"  
 ( ) Não sei/ Não lembro  
 ( ) Outro:

6. Em que medida a população brasileira em geral, que viveu aquela época, apoiava os militares?

Ninguém apoiava	1	2	3	4	5	6	7	Todos apoiavam

7. Como você descreveria as pessoas que na época eram contrárias ao regime?

Podem ser marcadas mais de uma opção.

- ( ) Subversivos  
 ( ) Pessoas que lutavam pela liberdade  
 ( ) Bandidos  
 ( ) Comunistas  
 ( ) Traidores da Nação  
 ( ) Pessoas que lutavam pelo povo  
 ( ) Estudantes alienados  
 ( ) Pessoas que lutavam pela democracia



8. Recentemente, através de qual meio você se deparou com o tema “REGIME MILITAR”: \*

	Sim	Não
Livros		
Material escolar (escola, faculdade ou cursos)		
Jornais ou Revistas		
Reportagens ou programas de Televisão		
Programas de rádio		
Filmes ou peças de teatro		
Séries de televisão ou de outras plataformas		
Músicas		
Facebook		
Whatsapp		
Twitter		
YouTube ou outras plataformas de vídeos		
Sites e Blogs		
Conversas presenciais com ou familiares		

9. Em sua opinião, qual ou quais dos meios acima são as mais importantes para o debate do tema? \*

10. Com que frequência você acessa vídeos relacionados ao "REGIME MILITAR" na plataforma YouTube?

Nunca	1	2	3	4	5	Sempre

11. Qual foi sua principal motivação para buscar um vídeo sobre o “REGIME MILITAR” na plataforma virtual YouTube?

Podem ser marcadas mais de uma opção.

- ( ) Interesse pessoal
- ( ) Devido a discussão em outras redes sociais
- ( ) Pesquisa escolar
- ( ) Indicação de pessoas na interação presencial
- ( ) Indicação de pessoas no ambiente virtual
- ( ) Sugestão da plataforma Youtube
- ( ) Cenário político atual

12. Qual o impacto do vídeo(s) sobre a sua opinião, sentimentos e informações sobre o REGIME MILITAR?

13. O que você acredita que o regime fez pelo país: \*

Apenas coisas ruins	1	2	3	4	5	Apenas coisas boas

13.1 Gostaria que você justificasse a resposta da questão anterior. \*

14. Você acredita que o ambiente virtual influencia o debate ou participação política no Brasil? Justifique sua resposta.

### **Perfil do participante**

Estas informações nos ajudarão a compreender como diferentes grupos sociais e gerações tem construído saberes acerca do "REGIME MILITAR" brasileiro. Sua identificação não é solicitada.

**Quantos anos você tem? \***

**Qual seu sexo?**

( ) Masculino

( ) Feminino

( ) Prefiro não dizer

Outro:

**Qual a sua escolaridade? \***

- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo

**Qual a sua profissão?**

---

**Você classificaria a sua atual orientação política como:**

- Não tenho orientação política
- Direita
- Centro-Direita
- Centro
- Centro-Esquerda
- Esquerda

**Você participa ou se identifica com algum grupo, mobilização, movimento social ou partido político? Qual?****Dos possíveis candidatos na próxima eleição presidencial, em quem você votaria?**

Este espaço final é reservado para caso você deseje complementar alguma informação ou expressar alguma sugestão/opinião sobre este questionário.

**Mensagem final (após o envio do formulário digital):**

Agradecemos sua disponibilidade em participar desta atividade! Colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos sobre o projeto de pesquisa no e-mail:  
pesquisaregimemilitar@gmail.com

## ANEXO A

## Folha de aprovação COEP - UFMG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - COEP

**Projeto: CAAE – 89131418.2.0000.5149**

**Interessado(a): Profa. Ingrid Faria Gianordoli Nascimento**  
**Depto. Psicologia**  
**FAFICH - UFMG**

**DECISÃO**

O Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG – COEP aprovou, no dia 06 de junho de 2018, o projeto de pesquisa intitulado **“Topografando lugares de memória: uma análise psicossocial da memória histórica do regime militar no Brasil (1964-1985)”** bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O relatório final ou parcial deverá ser encaminhado ao COEP um ano após o início do projeto através da Plataforma Brasil.

Profa. Dra. Vivian Resende  
Coordenadora do COEP-UFMG